



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Lídice de Barros Guerriero

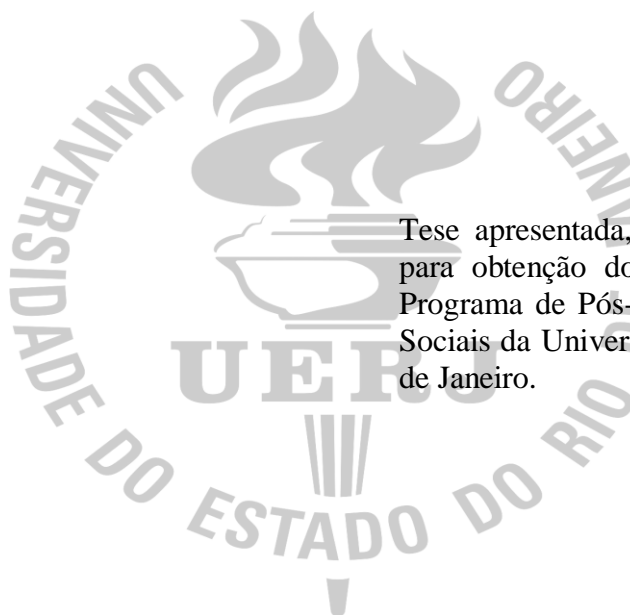
**A gramática do social: considerações sobre os atuais processos de
construção de hegemonia na cidade do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2018

Lídice de Barros Guerreiro

A gramática do social: considerações sobre os atuais processos de construção de hegemonia na cidade do Rio de Janeiro



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha.

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

G934 Guerrieiro, Lídice de Barros.
A gramática do social: considerações sobre os atuais processos de construção de hegemonia na cidade do Rio de Janeiro / Lídice de Barros Guerrieiro. – 2018.
203 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Sociais.
Bibliografia.

1. Movimentos Sociais – Teses. 2. Empoderamento – Teses. 3. Capital social – Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 304

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lídice de Barros Guerrieiro

A gramática do social: considerações sobre os atuais processos de construção de hegemonia na cidade do Rio de Janeiro

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Márcia da Silva Pereira Leite
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes
Universidade Federal Fluminense / Escola Nacional Florestan Fernandes-MST

Prof.^a Dra. Paula Lacerda
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Facina Gurgel do Amaral
Museu Nacional – UFRJ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à memória da companheira Marielle Franco

AGRADECIMENTOS

Ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uerj, aos docentes e às docentes, e em especial ao Wagner, pelo apoio e oportunidade de troca de conhecimento.

À minha querida orientadora Lia Rocha por sua capacidade de luta associada à produção acadêmica de excelência e tão importante para atualidade. Agradeço sua orientação competente, atenta e sensível comigo ao longo deste período.

À Ana Lucia Silva Enne por seu carinho, amor e estímulo em momentos cruciais desta jornada. Por sua paciência e palavras de apoio foram fundamentais.

Às amigas Larissa, Morgana, Adriele, Gaby, Clara e Bia Neves pelas palavras de estímulo e coragem.

À Clara Sacco pelo livro doado que deu início ao trabalho. À professora Livia di Tomasi pelas primeiras dicas.

À minha família pela paciência e carinho.

À professora e diretora Renata Azevedo e ao professor José Eduardo do Instituto de Educação Professor Ismael Continho. Ao professor Adriano da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch por me ajudarem na organização da minha carga horária nas escolas. Ao colega Luiz Cláudio pela disponibilidade de horário.

Às colegas do PPCIS Livia Abdala e Rachel Carriconde pelas risadas e discussões.

À Erli Sá dos Santos pelo exemplo de força e coragem.

À Daniele Brasiliense e Fernando Vieira pelos auxílios na tese.

Às studentxs que ocuparam minha escola em 2016: Larissa, Morgana, Jorge, Ariel, Nathan, Erik, Estrela, Rafaela, Sthefanie, Victória, Marcely, Gabriela, Ana, Carlo, Milla, Gabriel, Renato, Levi, David, João Paulo, Fabrício, Raphael, Julia, Tamires, Thamyres, Evelyn, Deborah, Ingrid, Matheus, Igor, Wesley, Erica, Beatriz, Luana, Carol, Geovani, Andrielly, Adriele, Maria Eliete, Rodrigo, Alessandra, Clara, Welliton, Emmanuelle, Elisa, Victor e Luiz Antonio.

RESUMO

GUERRIEIRO, L. B. *A gramática do social: considerações sobre os atuais processos de construção de hegemonia na cidade do Rio de Janeiro*. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A pesquisa investiga os aportes conceituais que embasam as práticas dos diversos sujeitos que estruturam o campo das lutas populares para efetivação de direitos na cidade do Rio de Janeiro. A relevância do tema encontra-se na recorrência com que um repertório é apresentado em discursos, editais e publicações de intelectuais, de institutos, de fundações privadas e de organizações sociais com atuação direta em favelas na cidade do Rio de Janeiro. Esse repertório é um conjunto de conceitos que possui uma capacidade explicativa, de ordenamento do entendimento sobre o real, e, portanto, desempenha um papel epistêmico. A esse repertório denominamos *gramática do social* com enfoque sobre os conceitos de *protagonismo* e *empoderamento*, pelo destaque, recorrência e papel estratégico. São também importantes, dada a centralidade da cultura, para se pensar a promoção de novas formas de militância cultural e de ativismo permitindo ressignificar resistências e processos de lutas. Esses conceitos não são “nativos” dos territórios em que atuam as organizações sociais. São orientados pela rede de parceiros que realizam financiamentos e orientações teórico-metodológicas denominados *think tanks*. A pesquisa realizou a análise de publicações de três importantes *think tanks* que atuam na cidade: *ActionAid*, Fundação Ford e CDDRL (*Center on Democracy, Development, and the Rule of Law*) da Universidade de Stanford, cujo diretor é Francis Fukuyama. Buscou descrever em que medida o conceito de capital social, numa perspectiva liberal, tem seu uso atualizado e possui uma funcionalidade a partir dos conceitos de *empoderamento* e *protagonismo* para as novas sociabilidades envolvendo as juventudes moradoras de favelas. A problemática da pesquisa refere-se aos impactos dos modernos e diversos modos de atuação de frações da classe burguesa e seus aparelhos privados de hegemonia na direção das questões envolvendo violação de direitos e a mitigação dos mesmos no cotidiano das populações subalternizadas com aportes no campo das lutas populares e nos processos de construção de hegemonia burguesa.

Palavras-chave: Protagonismo. Empoderamento. Capital social. Hegemonia.

ABSTRACT

GUERRIEIRO, L. B. *The grammar of society: considerations for the current process of construction of hegemony in Rio de Janeiro*. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This research investigates conceptual contributions that support the practices of the various subjects that structure the field of popular struggles for the realization of human rights in the city of Rio de Janeiro. This topic becomes relevant since a repertoire repeatedly features in discourses, public notices and published works of scholars, private institutions and non-profit organisations, both engaged in activities in Rio's 'favelas' (slums). This repertoire is a set of concepts that have explanatory power. It also organises one's understanding of the real, playing, therefore, an epistemological role. We refer to this repertoire as the grammar of the society, with a special focus on two concepts: protagonism and empowerment, due to their importance, recurrence and strategic role. Given the central aspect of the culture, these concepts have also a pivotal role in understanding new approaches to cultural activism's promotion, which would allow us to redefine the resistance and the processes of struggle. Those concepts are not 'natives' to the territories in which the mentioned organisations are active. They are developed by a network of funding partners that inherently have a methodological and theoretical bias, known as think tanks. This research looked at published works of three think tanks: *ActionAid*, Fundação Ford e CDDRL (*Center on Democracy, Development, and the Rule of Law*). The latter belongs to the Stanford University, where Francis Fukuyama is currently a rector. From a liberal standpoint, this work outlines the extent to which the concept of social capital is updated and how it emerges as a functionality to sociability among young people in Rio's favelas, especially with regards to protagonism and empowerment. Modern and diverse approaches from bourgeoisie groups affect the way questions related to the human rights violation are framed and how they are solved in the ordinary lives of the subordinated population through their private apparatus of dominance.

Keywords: Protagonism. Empowerment. Social capital. Hegemony.

RÉSUMÉ

GUERRIEIRO, L. B. *La grammaire du social: considérations sur les processus actuels de construction de l'hégémonie dans la ville de Rio de Janeiro*. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

La recherche étudie les contributions conceptuelles qui soutiennent les pratiques des différents sujets qui structurent le champ des luttes populaires pour le effectivisation des droits dans la ville de Rio de Janeiro. La pertinence du thème réside dans la récurrence avec laquelle un répertoire est présenté dans des discours, édits et publications d'intellectuels, d'instituts, de fondations privées et d'organisations sociales travaillant directement dans les favelas de la ville de Rio de Janeiro. Ce répertoire est un ensemble de concepts qui a une capacité explicative, qui ordonne la compréhension du réel et, par conséquent, joue un rôle épistémique. Nous nous référons à ce répertoire comme une grammaire sociale sur les concepts de protagonisme et d'autonomisation, en évidence, de récurrence et de rôle stratégique. Il est également important, compte tenu de la centralité de la culture, de penser à la promotion de nouvelles formes de militantisme et d'activisme culturels, permettant de relancer les résistances et les processus de lutte. Ces concepts ne sont pas "natifs" des territoires dans lesquels les organisations sociales opèrent. Ils sont guidés par le réseau de partenaires qui réalisent des financements et des orientations théoriques et méthodologiques appelés think tanks. La recherche a effectué l'analyse de trois publications principales think tanks opérant dans la ville: *ActionAid*, Fondation Ford et CDDRL (*Center on Democracy, Development, and the Rule of Law*) de l'Université de Stanford, dont le directeur est Francis Fukuyama. Il a cherché à décrire la mesure dans laquelle le concept de capital social, dans une perspective libérale, a été mis à jour et a une fonctionnalité basée sur les concepts d'autonomisation et de protagonisme pour les nouvelles sociabilités impliquant des jeunes vivant dans des favelas. La recherche du problème a trait à l'impact des fractions modernes et différentes des modes de fonctionnement de la classe bourgeoise et de ses dispositifs privés de hégémonie vers les questions portant sur la violation des droits et de les atténuer dans la vie quotidienne des populations subaltern avec des contributions dans le domaine de les luttes populaires et les processus de construction de l'hégémonie bourgeoise.

Mots-clés: Protagonisme. Autonomisation. Capital social. Hégémonie.

RESUMEN

GUERRIEIRO. L. B. *La gramática del social: consideraciones sobre los actuales procesos de construcción de hegemonía en la ciudad de Río de Janeiro*. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

La investigación investiga los aportes conceptuales que basan las prácticas de los diversos sujetos que estructuran el campo de las luchas populares para la efectividad de derechos en la ciudad de Río de Janeiro. La relevancia del tema se encuentra en la recurrencia con que un repertorio se presenta en discursos, ediciones y publicaciones de intelectuales, de institutos, de fundaciones privadas y de organizaciones sociales con actuación directa en favelas en la ciudad de Río de Janeiro. Este repertorio es un conjunto de conceptos que posee una capacidad explicativa, de ordenamiento del entendimiento sobre lo real, y por lo tanto desempeña un papel epistémico. A ese repertorio denominamos gramática del social con enfoque sobre los conceptos de protagonismo y empoderamiento, por el destaque, recurrencia y papel estratégico. También son importantes, dada la centralidad de la cultura, para pensar la promoción de nuevas formas de militancia cultural y de activismo permitiendo resignificar resistencias y procesos de luchas. Estos conceptos no son "nativos" de los territorios en que actúan las organizaciones sociales. Son orientados por la red de socios que realizan financiamientos y orientaciones teórico-metodológicas denominados think tanks. La investigación realizó el análisis de publicaciones de tres importantes think tanks que actúan en la ciudad: ActionAid, Fundación Ford y CDDRL (Center on Democracy, Development, and the Rule of Law) de la Universidad de Stanford, cuyo director es Francis Fukuyama. Se buscó describir en qué medida el concepto de capital social, en una perspectiva liberal, tiene su uso actualizado y posee una funcionalidad a partir de los conceptos de empoderamiento y protagonismo para las nuevas sociabilidades involucrando a las juventudes moradoras de favelas. La problemática de la investigación se refiere a los impactos de los modernos y diversos modos de actuación de fracciones de la clase burguesa y sus aparatos privados de hegemonía en la dirección de las cuestiones involucrando violación de derechos y la mitigación de los mismos en el cotidiano de las poblaciones subalternizadas con aportes en el campo de las poblaciones luchas populares y en los procesos de construcción de hegemonía burguesa.

Palabras clave: Protagonismo. Empoderamiento. Capital social. Hegemonía.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDDRL	Center on Democracy, Development, and the Rules of Law
CEPAL	Comissão Econômica para A América Latina e Caribe
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONGs	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	REPRESENTAÇÕES E NEGOCIAÇÕES: SUJEITOS, SABERES E DISPUTAS NA CONSTRUÇÃO DA GRAMÁTICA DO SOCIAL	23
1.1	Redesenhando sujeitos do processo histórico: ONGs, organizações sociais, Estado e mercado	24
1.2	Centralidade das juventudes subalternizadas nas políticas sociais e para as agências de fomento	27
1.3	Campo de atuação das organizações sociais: da “prevenção contra a criminalidade” ao “empoderamento dos sujeitos subalternizados”	31
1.4	Novas formas de lutas, inclusões e sujeitos: múltiplos protagonismos e narrativas da história	36
1.4.1	<u>Representatividades e identificações reivindicadas: negociando os lugares de falas</u>	38
1.4.2	<u>O papel dos intelectuais mediadores e lideranças das organizações sociais na produção de discursos sobre o outro: <i>do falar por ao falar com</i></u>	42
1.4.3	<u>Discursos do <i>novo carioca</i> como resposta no sentido de desconstruir essencializações</u>	51
1.4.4	<u>Identidades gerenciadas como possibilidade de redimensionar as formas de negociação na produção de outra episteme</u>	55
1.5	A produção de uma gramática do social e seus conceitos estruturantes: empoderamento e protagonismo	58
1.6	Conveniência e funcionalidade dos usos do conceito de cultura na gramática do social	71
2	A GRAMÁTICA DO SOCIAL E A ATUAÇÃO DOS <i>THINK TANKS</i>	74
2.1	Atuação dos <i>think tanks</i> na produção da aderência	77
2.2	Atuação dos <i>think tanks</i> como aparelhos privados de hegemonia	82
2.3	<i>Think tanks</i> e sua inserção no campo das lutas	85
2.4	<i>ActionAid</i> Brasil	92
2.5	Fundação Ford: modos de operar a gramática do social e o financiamento de protagonismos	111
2.6	Centro de Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito (CDDRL)/<i>Stanford</i> e a organização de diálogos para mudança cultural	124
3	CAPITAL SOCIAL: EDUCAR E GERENCIAL O CONFLITO SOCIAL	128

3.1	Capital social como ativo central para o processo de acumulação.....	130
3.2	Funcionalidade da leitura democrática liberal de produção da capital social....	134
3.3	Capital social, Banco Mundial e refuncionalização da pobreza.....	154
3.4	“Políglotas da sociabilidade” e o acúmulo de repertórios.....	164
3.5	<i>Think tanks</i> e os rompimentos epistêmicos das dimensões econômicas e políticas dos fenômenos.....	175
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
	REFERÊNCIAS.....	185

INTRODUÇÃO

A última década do século XX, diante das crises decorrentes da financeirização da economia mundial, colocou as burguesias dos países periféricos da economia mundializada diante da necessidade de ajustes no modelo de desenvolvimento. São os ajustes superestruturais que se complementarão aos ajustes macroeconômicos em curso neste modelo.

Nos países periféricos, esses ajustes envolvem discursos em torno das categorias, polissêmicas, de desenvolvimento local (OLIVEIRA, 2001), cidadania, empoderamento, sociedade civil, por exemplo, mas associados e redimensionados a partir de categorias de harmonia social, coesão social, individualismo e capital social. Esses termos serão utilizados numa perspectiva descentralizadora de poder, mas não necessariamente desconcentradora do mesmo no início do século XXI. Como pretendemos demonstrar nessa tese, essa semântica orientou modernos mecanismos de mobilização supostamente permeados por uma horizontalidade na organização de redes de comunicação, informação e participação, apesar do significativo papel das corporações no ramo das comunicações e seus artefatos materiais.

Dentro desta perspectiva, a pobreza vem se tornando o foco de políticas públicas, cujas orientações têm origem em documentos de agências multilaterais – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) –, não apenas sob forma de financiamento, mas também de fundamentação teórica (MOTTA, 2012).

Para que as orientações e as formulações, assim como as formas de financiamento, cheguem à outra ponta, ou seja, nas populações atendidas sob o formato de política social ou de projetos focalizados, é formado um circuito ou uma complexa e heterogênea rede de fundações e organizações. São intermediárias que atuam em áreas distintas e em diversos países. Exercem a função de financiar e articular outro conjunto de instituições, fundações e organizações que, por sua vez, gerenciam o financiamento e as orientações para as organizações com atuação local que promoverão os projetos. Esse fenômeno não é novo (DREIFUSS, 1989), mas a partir da década de 1980 se reorganiza e na década de 1990 assistimos ao crescimento numérico desses dois últimos grupos de organizações (GROS, 2003), sob o nome de Terceiro Setor¹ e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

¹ O primeiro setor seria o Estado, o segundo setor o mercado e o terceiro setor seria a sociedade civil.

Nesse circuito, alguns institutos e organizações atuam como *think tanks* ideológicos, difundindo valores e produzindo conhecimentos no campo econômico, político, social e cultural sobre temas que podem ser objeto de políticas públicas e novas práticas no campo das intervenções sociais. Os “tanques de ideias” podem estar ligados a universidades, a agências estatais e a institutos e fundações privadas filantrópicas.

Nos processos de vocalização das demandas sociais em torno da efetivação de direitos civis, políticos e sociais, esse complexo arranjo de sujeitos e atores sociais vêm protagonizando formas de atendimento, mas também de entendimento dessas demandas. Análises acadêmicas que se voltaram para os sujeitos institucionalizados pelas formas de representação e do fazer político – partidos, coletivos políticos, sindicatos, associações de moradores, movimentos sociais, ações com orientação da Igreja Católica e ONGs –, que protagonizaram e conformaram um campo ético-político (DOIMO, 1995) até o início da década de 1990, apontam que é possível perceber uma relevante e significativa complexificação de atores e de novas formas de atendimento das demandas sociais (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000).

O campo das análises sobre os movimentos sociais, formas de associativismo, participação e mobilização de populações tem dado visibilidade a novos formatos de enfrentamento nas esferas da cultura e na relação capital e trabalho. Essas análises vêm projetando sujeitos no plural e arranjos, e não mais no singular, referindo-se ao “grande sujeito da grande transformação social” (DOIMO, 1995, p. 45). No Brasil, novos protagonismos organizam-se como ONGs, coletivos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Se esses novos protagonismos representam formatos inovadores do fazer político, outros atores, como as agências de fomento internacionais e fundações e uma rede formada por organizações de apoio² e *think tanks*, vêm se destacando como fundamental para que esses protagonismos tenham visibilidade e possam atuar no sentido construir um conjunto de ações que, de formas variadas, orientam pautas para as políticas sociais.

No campo que envolve as ações do Estado e a execução de políticas públicas junto às juventudes de territórios populares, essas parcerias criam um tipo de mercado dos projetos sociais. Nesse contexto, há diversas disputas e múltiplos sujeitos, suas identidades e identificações, dentre as quais podemos destacar disputas por formas de representação e

² Por exemplo, a Rede GIFE que “reúne 129 associados que, somados, investem por volta de R\$ 3 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros. [Sua missão é] aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.” Disponível em <<http://gife.org.br/quem-somos-gife/>>. Acesso em: 3 set. 2016.

criação de novas territorialidades e narrativas; por recursos e verbas privadas e públicas; por políticas sociais e seus sentidos pedagógicos porque envolvem formas diferenciadas de entendimento das questões sociais e suas determinações. Para algumas organizações sociais, as questões sociais são estruturais do modo de produção capitalista, para outras são conjunturais e para outras são reprodutoras e naturalizadoras das desigualdades sociais.

Essas parcerias vêm sendo, na atualidade, responsáveis por uma gama de ações voltadas para a promoção do empreendedorismo como ideologia³, cuja funcionalidade é estruturante para as novas bases do capitalismo flexível e competitivo, que não pode prescindir de um mínimo de coesão social para sua expansão. Um dos canais dessa ideologia são os projetos (ROCHA, 2015) desenvolvidos junto à parcela da população prestes a entrar no processo produtivo – as juventudes moradoras de territórios populares –, cujo objetivo é desenvolver competências para a empregabilidade, seja de forma subalternizada, seja com um viés empreendedor, muitas vezes chamado inovador, seja para novos formatos de engajamentos políticos na luta por direitos.

Da mesma forma que esses inúmeros projetos podem criar possibilidades de leituras e práticas que empoderam e autonomizam sujeitos subalternizados para a criação de condições de enfrentamento das desigualdades sociais, um olhar mais analítico sobre os objetivos e as categorias utilizadas por um conjunto de sujeitos que atuam e mediam ações locais permite realizar um recorte acerca de um *modus operandi* que vem redimensionando as formas de atuação da sociedade civil de um modo mais amplo.

Essa forma de atuação, fortemente marcada por uma orientação das agências de fomento e grupos econômicos, cria condições para que jovens da cidade do Rio de Janeiro se profissionalizem em diversas áreas - da cultura às tecnologias sociais. A produção de leituras sobre o real a partir da construção de uma gramática acionada pelos projetos sociais e seus intelectuais, e seus enraizamentos nos territórios, representam um potencial capaz de interferir nas formulações de políticas públicas e pautar pontos da agenda governamental, no sentido de produção de ações que possuem impactos significativos nos territórios.

Entretanto, é importante perceber que essas tecnologias sociais também são funcionais para a produção de capital social e sua leitura liberal, o que significa fortalecer uma rede de

³ Uma das consequências da difusão e da aceitação do empreendedorismo como ideologia é ser percebido como dotado de uma “estrutura objetiva do discurso racional” correspondente ao real e na mesma medida cria um embaralhamento que, no campo das intervenções sociais, promove certo distanciamento e possibilidades de questionamento do: “quanto se pode considerar questionável; de que ponto de vista; e com que finalidade” (MÉSZÁROS, 1996, p. 16). Não é possível afirmar que o empreendedorismo está sendo imposto sobre determinadas populações, mas sim, que atende “[...] a funções de legitimação, mistificação e dominação de classe [...]” (KELLNER, 2001, p. 78).

sociabilidades que promovam coesão social e relações de colaboração entre instituições públicas, privadas e organizações sociais, podendo dessa forma educar os conflitos sociais de tal modo que não representem ameaças ao capital e seus investimentos transnacionais.

Há um vasto campo de pesquisas que procura analisar e mapear os impactos dos projetos realizados por organizações da sociedade civil nas últimas décadas, no entanto, ainda são singulares os estudos que buscam analisar o arcabouço político e ideológico que está contido no investimento público-privado e seus desdobramentos em projetos que têm como foco as juventudes das periferias do capitalismo na América Latina. O que representam essas alianças entre atores locais da sociedade civil e a rede de atores externos estratégicos – fundos, organizações da sociedade civil, institutos e fundações – para a consolidação da ordem neoliberal e suas instituições políticas responsáveis pela manutenção do processo de acumulação capitalista?

A pesquisa que resultou na presente tese buscou inicialmente investigar os aportes teóricos que embasam as práticas dos diversos sujeitos que estruturam o campo das lutas populares para efetivação de direitos na cidade do Rio de Janeiro. A relevância do tema encontra-se na recorrência com que um repertório é elemento presente em discursos, editais e publicações de intelectuais, de institutos, de fundações privadas e de organizações sociais com atuação direta em favelas na cidade. Esse repertório é um conjunto de conceitos que possui, por isso, capacidade explicativa, de ordenamento do entendimento sobre o real. A esse repertório denominamos *gramática do social*, na qual destacamos, dentre outros, os conceitos de protagonismo, empoderamento, agenciamento, território e potência. Nesta tese, optamos por focar os conceitos de *protagonismo* e *empoderamento*, pelo destaque, recorrência e papel estratégico que desempenham no momento atual.

Num primeiro momento, é possível perceber expressões desse repertório nas falas das e dos jovens que frequentaram e frequentam projetos realizados por organizações sociais locais em favelas da cidade do Rio de Janeiro. Estes, após sua passagem pelos projetos, obtêm uma formação que atua como uma credencial para realizarem suas aspirações, seus sonhos e sua reprodução material. Credencial porque dominam conceitos da gramática e inserem-se numa rede de parcerias que possibilita novos contatos e financiamentos.

O conceito de *território* é uma das principais referências nos projetos sociais e nas produções das agências de fomento e organizações sociais porque a partir dele é possível articular questões locais com as demandas do mundo globalizado e da parcela do capital que se desterritorializa para depois ser reterritorializado para os países centrais do capitalismo. Por isso, esse conceito atravessa de formas diversas os sentidos e conteúdos de *empoderamento* e

protagonismo, e permite que a gramática tenha uma aderência a múltiplos contextos, populações e localidades. Assim, embora não nos debrucemos diretamente sobre esse conceito, ele estará presente, ainda que transversalmente, em nossa análise.

Protagonismo e empoderamento são conceitos centrais, principalmente quando associados às juventudes moradoras de regiões populares e favelas, dado que esse público, nos países periféricos, é considerado em situação de vulnerabilidade e como força de trabalho a ser disciplinada e capacitada (ROCHA, 2015). São também importantes, dada a centralidade da cultura, para se pensar a promoção de novas formas de militância cultural e de ativismo permitindo ressignificar resistências e processos de lutas.

George Yúdice (2014) analisa usos da cultura no modo de acumulação do capital na atualidade, em que a ideia de diferença, em detrimento da homogeneização, é que dá as cores ao referido processo. Destaca atribuições adicionais aos usos do conceito de cultura nas estratégias de enfrentamento da questão social e as formas que assume no que denominou de “a hegemonia da diversidade empresarial, como face ideológica do capitalismo global” (YÚDICE, 2014, p. 295).

A polissemia que envolve os conceitos de *empoderamento* e *protagonismo* possibilita apropriações, mistificações e sobreposições de sentidos que, numa sociedade com fortes antagonismos de classe, evidenciam a necessidade de disputá-los. Estas, quando centralizadas nos antagonismos de classes, pressupõem que a classe trabalhadora seja reconhecida como sujeito da história e, portanto, em condições de *problematizar* e *superar* as condições de sua exploração.

Há, a partir desta constatação, um conjunto de hipóteses a serem elaboradas para entender os desdobramentos dos usos e reapropriações da gramática do social realizadas pelos jovens. No entanto, um dos objetivos da pesquisa é percorrer o sentido oposto, ou seja, os processos de elaboração e os atores envolvidos na produção da gramática. Realizar um recorte genealógico que situe historicamente a gramática do social para entender alguns elementos conjunturais que possibilitaram a sua produção e identificar os sujeitos que viabilizaram sua elaboração e sua disseminação sob o formato de repertório.

Considerando que nos territórios em que habita parcela significativa da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro, incluindo principalmente as favelas, há atuação de organizações sociais, algumas denominadas organizações da sociedade civil, que realizam ações, em parceria ou não, com associações de moradores e lideranças locais, o estudo pretende responder a questão: quais as possíveis implicações políticas e ideológicas dos

atravessamentos teóricos dos *think tanks* em associação com organizações locais para o campo das políticas sociais e para as dinâmicas associativas no campo das lutas populares?

A hipótese que norteou a pesquisa busca entender que, se a gramática do social e seus usos decorrentes das parcerias e das redes entre *think tanks* e organizações locais representam um investimento de classe na esfera epistemológica de reenquadramento das lutas populares, produzindo capital social no sentido de disciplinar a foça de trabalho, então estamos diante de novas formas de mediação da atuação dos aparelhos privados de hegemonia para realizar a direção intelectual da sociedade, que prioriza reformas na pequena política buscando promover a desarticulação de projetos societários contra hegemônicos que ponham no centro das lutas a socialização da propriedade e dos meios de produção.

A problemática da pesquisa refere-se, então, aos impactos dos modernos e diversos modos de atuação que se propõem a responder questões envolvendo violação de direitos e a garantia dos mesmos no cotidiano das populações subalternizadas. Há uma multiplicidade de iniciativas e ações que intervêm nos territórios e na vida das populações de maneira significativa, com impactos sobre o conjunto dos moradores ou sobre trajetórias singulares de moradores, dependendo do objetivo das ações e dos projetos.

Para Leite (2000), uma perspectiva de representação da cidade e seus conflitos em torno de determinadas formas de violências adquiriu contornos ambíguos “em relação ao respeito aos direitos civis e humanos de favelados, por presumi-los incompatíveis com a segurança pública” (LEITE, 2000). De acordo com estudo de Lia Rocha (2015), a associação de formas de intervenção “social” e “policial” nas décadas de 1990 e 2000 se materializou, entre outros modos, sob a forma “projetos sociais”. A participação dos jovens nos projetos sociais seria a condição para a “inserção do jovem morador de favela em uma sociabilidade institucional-legal alternativa ao mundo do crime, que seria representada pela entrada no mercado de trabalho” (ROCHA, 2015, p.321).

Ao longo dos quatro anos da pesquisa, houve a produção e a publicização de dados decorrentes de pesquisas acadêmicas, mobilizações de moradores e organizações sociais que deram visibilidade à crescente violação de direitos nos territórios populares. Neste sentido, ao longo da pesquisa, optei por não produzir dados que pudessem fragilizar, neste momento, o papel desempenhado por organizações sociais e seus intelectuais que atuam nesses territórios.

Como problema de pesquisa inicial, identificamos que a forma de atuação dessas organizações sociais é estruturada sob o formato de redes. Isso significa que realizam parcerias de diversas ordens – financeira, apoio, intelectual – que possibilitam a execução das ações. São parcerias com o poder público, com institutos e fundações privados de filantropia,

com empresas, com outras organizações sociais, com associações de moradores, com centros e laboratórios de pesquisa universitários nacionais e internacionais. Portanto, essa forma de atuação em rede está além dos aportes financeiros. Representa inúmeras possibilidades de trocas, influências, aprendizados sobre a rede de parceiros.

Das interações sob o formato de redes resultam relações e práticas, entre ela a gramática do social. Diante da opção por não dar visibilidade às organizações que atuam diretamente nos territórios populares promovendo ações, principalmente junto às juventudes moradoras das favelas, busquei analisar o processo de construção da gramática operada por elas realizando um recorte sobre suas parcerias cujos aportes tivessem uma dimensão intelectual.

A opção ética mencionada acima teve desdobramento nas opções metodológicas. Nesse sentido é que a pesquisa objetivou como problema contextualizar historicamente esses aportes para evidenciar as determinações do nosso objeto, a *gramática do social*. Foi realizada a análise da produção intelectual acadêmica e não acadêmica que permite que a gramática tenha uma aparência de senso comum, de repertório a ser difundido e credenciado.

Entender convergências que possibilitam a conformação e produção da *gramática do social* foi a escolha realizada ao longo da pesquisa. O campo em análise é diverso, plural e complexo em suas dinâmicas associativas que resultam em práticas e lutas. No entanto, um elemento dessa dinâmica é essencial para percorrer os caminhos que constroem essa convergência, alguns sentidos que dialogam entre si no interior da gramática. Esse elemento são as mediações dos *think tanks* que orientam, diretamente ou indiretamente, através da rede de parcerias, os conteúdos, as metodologias e os sentidos trabalhados pela gramática.

Abordar analiticamente organizações sociais com atuação local, nos casos estudados, é incorporar um conjunto de outros atores para entender sua forma de atuação local. Parcela significativa dessas organizações possui uma rede de parceiros, o que faz circular um conjunto de ideias, conceitos, metodologias a serem desenvolvidas na outra ponta do processo que são as populações a serem atendidas pelos projetos e ações dessas organizações. Dessa forma, ao percorrer o caminho desenhado por essas parcerias, os *think tanks* ligados a frações da burguesia aparecem como figuras centrais, mas não dotadas de visibilidade.

Ao fazer o caminho inverso, ou seja, das publicações usadas diretamente por organizações sociais locais para seus idealizadores, das capacitações para os seus proponentes, o primeiro problema da pesquisa consistia em mapear discursos e identificar em publicações os conteúdos dos conceitos de *empoderamento* e *protagonismo*.

A utilização dos conceitos de hegemonia, sociabilidade, sociedade civil no sentido gramsciano, aparelhos privados de hegemonia, consenso possibilitam compreender dinâmicas operadas por um conjunto específico de mediadores da *gramática do social*, os *think tanks*, e analisá-las como estratégia para promover mudanças comportamentais e entender seu papel na organicidade das favelas e da classe trabalhadora para o projeto societário burguês.

Esse tipo de mediação envolve capacitações, orientações que impactam sob diversos modos as formas de entendimento e atendimento das demandas da população relativas aos direitos.

O recorte analítico da pesquisa utilizou como referência uma produção bibliográfica – publicações dos *think tanks* – realizada entre os anos 2000 e 2017, por considerar que há uma dinâmica nos usos de conceitos, categorias e metodologias e por permitir que sejam construídas as relações entre a *gramática* e suas possíveis correspondências com as conjunturas socioeconômicas determinadas pela atualidade do modo de produção. Por exemplo, estímulo ao empreendedorismo. No entanto, essa dinâmica dos usos dos conceitos dialoga também com uma produção acadêmica que postula uma ruptura com a matriz interpretativa baseada no conceito de classe social.

Os objetivos específicos da pesquisa são identificar os conteúdos e os sentidos que dão corpo aos conceitos de *protagonismo* e *empoderamento* antes de serem apropriados pelo público-alvo dos projetos, evidenciando que essa gramática do social não possui uma espontaneidade ou origina-se nas necessariamente das práticas sociais locais. Para exemplificar as modernas formas pedagógicas de educação do conflito social foram selecionados três *think tanks* – *ActionAid*, Fundação Ford e CDDRL (*Center on Democracy, Development, and the Rule of Law*) da Universidade de Stanford –, que possuem parcerias com algumas organizações sociais que atuam com juventudes moradoras de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Eles possuem *modus operandi* diferenciados nos denominados processos formativos direcionados para a classe trabalhadora. A *ActionAid* atua de forma mais direta nos territórios, executando ações locais, financiando e articulando parcerias para “causas” emergenciais. O segundo *think tank*, a *Ford Foundation*, realiza uma extensa atuação em rede com intervenções que mobilizam grandes quantias de recursos investidos em iniciativas e projetos para diversas organizações sociais, universidades, centros de pesquisa, acompanhados por vasta produção de bibliográfica e publicações para divulgar seus resultados.

O terceiro *think tank* é o CDDRL, um dos centros integrantes do *Freeman Spogli Institute for International Studies* da Universidade de Stanford. O CDDRL foi fundado em

2002 com a doação de recursos da Fundação Bill e Flora Hewlett. O CDDRL promove e apoia “estudos analíticos, políticas, atividades relevantes de pesquisa, treinamento e divulgação para auxiliar os países em desenvolvimento na concepção e implementação de políticas para promover o crescimento, a democracia e o estado de direito”.⁴

Um segundo objetivo específico é analisar como esses sentidos e conteúdos representam aportes teóricos na produção de uma gramática do social, pois sua elaboração e produção contam com a participação de intelectuais, acadêmicos e não acadêmicos, ligados aos *think tanks*. Num segundo momento, busca-se complexificar os usos da gramática do social para além de sua polissemia. Outra característica são as possibilidades de aderência da mesma a contextos diversos, ou seja, sua flexibilidade. Essa aderência decorre de convergências de sentidos e usos da gramática ligados a processos de abstração e não concretude nos usos e apropriações de seus conceitos.

O terceiro objetivo específico é analisar em que medida o conceito de capital social, numa perspectiva liberal, tem seu uso atualizado e possui uma funcionalidade a partir dos conceitos de *empoderamento* e *protagonismo*.

No primeiro capítulo, a pesquisa apresenta aspectos de uma produção intelectual que, desde a década de 1990, se fez presente na produção acadêmica e não acadêmica e tem sido incorporada e reorganizada de modos diversos por atores envolvidos diretamente nas lutas populares.

Os conceitos da gramática analisados pela pesquisa são *protagonismo* e *empoderamento* e são apresentados a partir de uma seleção de publicações que orientam usos da gramática para a juventude. Posteriormente, são apresentados discursos e publicações que referenciam a gramática no contexto das juventudes da cidade do Rio de Janeiro e sua funcionalidade para a afirmação de uma perspectiva de cidade e as desigualdades socioterritoriais. Formas de participação e de engajamentos são estimuladas e justificadas por meio dos conceitos da gramática.

O segundo capítulo realiza um recorte que desloca a análise para publicações de importantes *think tanks* que atuam na cidade do Rio de Janeiro através de organizações sociais e exemplifica usos dos conceitos de *empoderamento* e *protagonismo*. Esse deslocamento é fruto de escolha ética para não comprometer lideranças e coordenações das organizações sociais locais. Com características diferenciadas, esses três *think tanks* possuem aportes

⁴ Disponível em <http://www.sfb-governance.de/teilprojekte/projekte_phase_1/projektbereich_c/c1/Zuercher_Is_more_better.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

significativos sobre organizações sociais na cidade e suas parcerias representam modos de ação diversos. Podem financiar e dar apoio, fazer capacitações mobilizando representantes e coordenadores de organizações sociais locais, e ter uma atuação mais direta sem necessariamente recorrer às coordenações das organizações locais.

Neste capítulo destaca-se o papel dos *think tanks* na produção de duas características da gramática do social: flexibilidade e aderência. Essas características justificam-se para que seja possível sua aplicabilidade em contextos diversos, mas permanecendo com seu potencial de inviabilizar leituras das causalidades da pobreza e das desigualdades associadas ao modo de produção capitalista. A relação desses *think tanks* com as corporações e empresas, entre elas o Banco Mundial, tem promovido, ainda que não explicitamente, convergências ideológicas que se desdobram em políticas e projetos focalizados e baseados em recortes identitários voltados para desigualdades de gênero, étnica e sexualidade, por exemplo. Esses intelectuais coletivos do capital (MOTTA, 2012) são importantes indutores de políticas públicas em diversas áreas e utilizam esses recortes identitários como estratégia para promover a aderência das ações a contextos locais diversos. Buscam também garantir as possibilidades de articular tais ações mitigadoras dos efeitos do processo de acumulação do capital a mudanças comportamentais visando contornar conflitos e/ou promover valores que sustentem laços de confiança e cooperação decorrentes de intervenções focais, potencializando assim as capacidades produtivas da classe trabalhadora.

Situá-los como aparelhos privados de hegemonia permitiu analisar suas formas de atuação em torno de uma nova sociabilidade. Na esfera da cultura, no seu sentido ampliado, na produção de sentidos, identidades e modos de atuar no mundo é que operam investimentos que estimulam um tipo de participação a partir da vocalização de demandas das populações. O que não significa a promoção de diálogos e de emancipação, mas sim criação de canais, instituições, mediações que permitam expressões, representação, voz, ou seja, uma ampliação da concepção de pobreza preconizada pelos intelectuais do capital para promover novas respostas para as contradições do modo de produção.

Para entender a produção da nova sociabilidade do capital, o terceiro capítulo apresenta o conceito de capital social. Ele é situado como estratégia que permite dotar a gramática de uma dimensão mais comportamental e articulá-la à proposta epistêmica apresentada pela gramática e seus contornos estudados ao longo da tese. A leitura apresentada para o conceito de capital social baseou-se na produção de intelectuais que vêm trabalhando no campo acadêmico para dotar esse conceito de uma instrumentalidade com enraizamento nos projetos sociais. Esse processo não é dotado de visibilidade. Para tanto, recorreremos aos

think tanks com o objetivo de apresentar uma perspectiva genealógica a fim de situar politicamente e ideologicamente as mediações envolvendo os *think tanks* e as organizações sociais.

Desse modo, buscamos demonstrar como o conceito de capital social, de acordo com a leitura de autores com viés liberal, é inserido com uma forte conotação comportamental que busca promover novos contornos para as sociabilidades, principalmente as juvenis. As publicações produzidas e analisadas referem-se a ações voltadas para a classe trabalhadora e as lutas por direitos.

1 REPRESENTAÇÕES E NEGOCIAÇÕES: SUJEITOS, SABERES E DISPUTAS NA CONSTRUÇÃO DA GRAMÁTICA DO SOCIAL

Nas últimas três décadas, diversas e significativas análises acerca dos atravessamentos que marcam as dinâmicas socioespaciais e as disputas na cidade do Rio de Janeiro vêm dando destaque para a perspectiva hegemônica de consolidação da cidade-mercadoria (VAINER, 2000). Dentre as formas com as quais a questão social urbana se apresenta, é possível perceber as múltiplas dimensões relativas aos processos de gentrificação⁵, muitas vezes denominados revitalização (ARANTES, 2000) de territórios com impactos sobre as populações locais, realizando remoções compulsórias, ações “pacificadoras” de populações (LEITE, 2012; SILVA, 2004), mas, também, resistências e ressignificações discursivas e simbólicas dos territórios de favelas, apesar de marcadamente heterogêneos (TOMMASI; VELAZCO, 2015).

Os desdobramentos do projeto de cidade-mercadoria produzem uma correlação de forças e interesses convergentes por um lado e antagônicos por outro lado. Se há uma perspectiva de tornar a cidade competitiva e com potencial de atração de capitais e investimentos (XAVIER, 2017), não há consenso em relações aos impactos que esse projeto de cidade promoverá sobre as populações.

Os efeitos das ações dos novos empreendimentos e das transformações realizadas pelo poder público, ambas em consonância com a sobreposição dos interesses econômicos sobre os interesses sociais, afetam de forma diferenciada os moradores. Esses impactos resultam em conflitos, resistências, arranjos, negociações em torno de demandas referentes aos direitos de usos do território, efetivação de políticas sociais, de equipamentos e práticas culturais e, especificamente, nos contornos da relação entre capital e trabalho.

Há uma crescente

participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo portanto a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo como os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de desenvolver aos seus moradores algo como uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentem a

⁵ Para Arantes (2000), há um processo de gentrificação estratégica. “Pois é: da Carta de Atenas à corretagem intelectual de planos de gentrificação, cujo caráter de classe o original inglês (*gentry*) deixa tão vexatoriamente a descoberto. Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrendo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades” (ARANTES, 2000, p. 31).

autoestima, ou os capacitem do ponto de vista técnico científico (ARANTES, 2000, p.47).

Nesse sentido, movimentos sociais, formas de associativismo, participação e mobilização de atores sociais específicos – mulheres, jovens, artistas de periferias – têm dado visibilidade a novos formatos de enfrentamento dos conflitos sociais. Essas análises vêm projetando sujeitos e ações cada vez mais plurais, e não mais no singular referindo-se ao “grande sujeito da grande transformação social” (DOIMO, 1995, p. 45). Os novos protagonismos organizam-se como ONGs (organizações não governamentais), organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), coletivos, redes e elegem a esfera da cultura, no seu sentido ampliado, como arena de disputas para os conflitos sociais.

Para uma complexificação dos usos do que denominamos gramática do social, ou seja, a construção de um repertório referente a uma linguagem composta por alguns conceitos norteadores das ações e intervenções sociais, apresentarei algumas mudanças que ocorreram nas formas políticas, organizativas e participativas, buscando analisar as determinações sociais e materiais que sustentaram tais mudanças e que redimensionam os usos dessa linguagem e seus conceitos aqui abordados – *protagonismo* e *empoderamento*. A gramática do social é composta por diversos conceitos, entre eles o de território. Este último atravessará nossa análise, pois é acionado em diversos momentos nas publicações e por estarmos nos referindo a processo de ressignificação de espaços habitados pela classe trabalhadora – as favelas e periferias –, sujeitos e suas representações.

1.1 Redesenhando sujeitos do processo histórico: ONGs, organizações sociais, Estado e mercado

No campo da produção científica acerca dos processos políticos e dos movimentos sociais no Brasil, meu argumento situa-se a partir da perspectiva teórica que não referenda o ideário de que houve uma ruptura com o projeto de classe burguês no período chamado de redemocratização iniciado na década de 1980. Ajustes, reorganização, atualização, acordos, negociações e construção de alianças foram, e são, recursos acionados pelas diversas frações intraburguesas para vocalizar e tornar universais seus projetos societários para que apareçam como de interesse público e questão nacional.

São várias as formas de expressão de organicidade burguesa (FONTES, 2010) no enfrentamento e domesticação dos conflitos e das lutas entre capital e trabalho no capitalismo

contemporâneo. Seu crescimento (DREIFUSS, 1989; FONTES, 2010) e enraizamento nas instituições estatais e na sociedade civil sob a forma de aparelhos privados de hegemonia após o golpe de Estado civil-militar em 1964⁶ até os dias de hoje representa um vasto campo de investigação.

Portanto, não sendo um fenômeno recente, ele se atualiza através de processos de incorporação de demandas que estão nas pautas das lutas populares. Esse projeto possui desdobramentos e é considerado como expressão de uma tradição conciliadora (MELO, 2005), com seu sentido de estratégia contrarrevolucionárias no que tange aos conflitos entre capital e trabalho e as lutas contra hegemônicas.

Estudos consideram a década de 1990 marcada por uma virada (TELLES; CABANES, 2006; TOMMASI, 2013) conceitual e de referências que configuravam os contornos da “questão social urbana” e articulavam as relações entre cidade, trabalho e Estado (TELLES; CABANES, 2006). Transformações no sistema capitalista contemporâneo são acionadas para justificar tal rompimento nos usos de categorias explicativas dos conflitos, dos sujeitos, das tramas e das relações sociais. Tal virada conceitual se fez necessária a fim de alargar o feixe analítico – conceitos – de modo a não deixar escapar à análise “(...) a rede de relações e práticas que conformam um espaço social” (TELLES; CABANES, 2006, p. 15). Para Telles e Cabanes (2006), as transformações da ordem econômico-política neoliberal e da sociedade informacional “cortaram os nexos que articulavam [...] pares conceituais” (TELLES; CABANES, 2006, p.14) como “trabalho e reprodução social, classes e conflito social, contradições urbanas e Estado” (TELLES; CABANES, 2006, p.13).

Esse “outro modo de interrogar a realidade” provoca um deslocamento de conceitos e de categorias analíticas a fim de dar visibilidade às formas de ação, atuação e medições que formam sociabilidades e marcam a atuação de atores e sujeitos diante dos conflitos em torno da questão social urbana. Tal “modo de interrogar a realidade” representa, não apenas no campo analítico, mas político também, um encolhimento dos horizontes (TELLES; CABANES, 2006) das possibilidades do fazer político.

⁶ De acordo com Virgínia Fontes, “essas entidades exerceram, na ocasião, intenso trabalho de preparação ideológica e cultural, com a realização e difusão de filmes, de panfletos, tradução e publicação – a módico custo – de livros, etc., e aparelharam-se para a efetiva conquista do Estado, em nome da ‘democracia ocidental’ e do ‘livre mercado’. Ferozmente contrárias à expansão de direitos que as lutas sociais dos anos 1961-1964 prefiguravam, utilizaram-se amplamente da difusão do medo (que efetivamente as assaltava), contra qualquer alteração no estatuto da propriedade no Brasil, em especial na propriedade da terra. Foram auxiliadas pelo clássico social-conservadorismo católico brasileiro. Ainda que não tenham diretamente realizado o golpe, Dreifuss demonstra como apoiaram e, assim, puderam imediatamente ocupar os postos centrais no Estado, reformatando-o segundo seus interesses” (FONTES, 2010, p. 225-226).

Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, os problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com a gestão urbana e a pesquisa social parece em grande parte pautada pelos imperativos de um pragmatismo gestor das políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos “*quartiers difficiles*” (TELLES; CABANES, 2006, pp.52-53).

As mudanças no próprio modo de fazer política como expressão da forma de expansão do capitalismo cria uma conjuntura que desregulamenta as relações entre capital e trabalho, desterritorializa capitais e subordina Estados aos ditames da produção acelerada e seletiva. Os conflitos decorrentes das formas de produção de sobretrabalho e seus diferentes impactos para a classe trabalhadora é objeto de interesse tanto da classe trabalhadora quanto da classe dominante. É neste sentido que Fontes (2013) ressalta que

os setores dominantes vêm tomando a iniciativa de garantir recursos a determinados segmentos de classes dominadas, caso secundarizem as grandes questões e se concentrem no imediato[...], resultando “numa repolitização da sociedade civil no sentido de fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes” (FONTES, 2013).

As modalidades de incorporação de demandas populares pelas agendas das frações da classe burguesa não são realizadas sem estratégias, negociações, tensões que possibilitam que brechas, ressignificações e propostas alternativas sejam transformadas em políticas públicas e sociais com capacidade para trabalhar as contradições do sistema ou para reproduzi-las.

Nesse sentido, palavras polissêmicas como *território*, *protagonismo* e *empoderamento* passam a ser acionadas pelos movimentos sociais e seus diversos formatos assumidos, como coletivos, redes e organizações sociais. Tais conceitos são percebidos como “novas” formas de fazer política e produção de novas sociabilidades (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000) consideradas como mais adequadas às formas contemporâneas de produção do território e de subjetividades.

Essa gramática é formada por um conjunto discursivo⁷ que representa um esforço conceitual que se espalha em/entre práticas, discursos e produções, cuja genealogia é reveladora das disputas, das estratégias e das negociações objetivando legitimar ações, práticas e políticas sociais não apenas estatais, mas a partir de uma pluralidade de atores sociais: produtores culturais populares, governos locais, lideranças comunitárias, empresas e

⁷ Importante pesquisa sobre como as inovações discursivas que acompanham “os fluxos oficiais de financiamento internacional ao desenvolvimento veem-se crescentemente vinculados a reformas institucionais que se mostram hoje nucleadas pela temática da ‘boa governança’. A gestão da governabilidade é identificada, assim, à capacidade de reduzir as incertezas para os capitais mundializados, de eliminar as margens de possibilidade de regras e instituições econômicas venham a ser alteradas” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p. 20).

bancos, organizações da sociedade civil, organismos multilaterais de fomento e intelectuais. Esses atores realizam alianças e atuam em parcerias, com maior ou menor autonomia em relação aos objetivos dos financiamentos, da mesma forma que disputam e negociam os sentidos de suas práticas, seja no campo social, cultural e/ou político, cujos efeitos podem orbitar em torno da formação de consensos, da crítica social e/ou do atendimento de demandas emergenciais, entre outros.

1.2 Centralidade das juventudes subalternizadas nas políticas sociais e para as agências de fomento

“*No Brasil, jovem é a solução*”⁸. Com esta afirmação, o Banco Mundial, na publicação *Vozes Jovens. Um olhar das Organizações e Movimentos de Juventudes sobre o Brasil do Século XXI* (2004), consagra a centralidade das juventudes como público alvo para políticas de desenvolvimento. A partir do dado construído pela USAID de que “nos próximos 100 anos metade da população do planeta será constituída por jovens [...], trabalhar com a maior parcela da população da Terra faz, portanto, muito sentido” (BANCO MUNDIAL, 2004). Este sentido não se limita à racionalidade que permeia a carteira de projetos do banco, voltada para as vulnerabilidades às quais os jovens estariam supostamente sujeitos e que poderiam provocar conflitos sociais.

A inclusão das juventudes na sua carteira de programas é assumida como estratégica para o banco diante da necessidade de uma mudança do olhar sobre esses jovens. De acordo com o documento, ainda predomina nas políticas públicas a perspectiva do controle social, do grupo de risco, e não como sujeitos e atores do desenvolvimento. Essa mudança do olhar também se justifica pelo fato de a América Latina estar prestes a passar por uma transição demográfica em que a proporção de crianças e pessoas maiores em relação à população em idade de trabalhar chegar a um mínimo histórico.

No entanto, o crescimento, na região, do fenômeno dos *nem-nem* (SILVA, 2016), jovens entre 15 e 24 anos que não estudam nem trabalham, significa para o Banco Mundial não uma relação direta com a criminalidade e violência, por mais que esta seja considerada, mas sim, razões econômicas. Entre as razões apontadas pelo Banco para que governos da América Latina e a sociedade em geral se voltem para esse fenômeno, duas referem-se às

⁸ Juan Felipe Sanchez é especialista Sênior em Infância e Juventude do Banco Mundial em Washington (BANCO MUNDIAL, 2004, p.18). Disponível em <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/09/26/000160016_20050926121717/Rendered/PDF/333420Portuguese0Vozes0Jovens.pdf> Acesso em: 09 fev. 2016.

juventudes e sua inserção no mundo do trabalho. O fenômeno dos *nem-nem* “contribui para a transmissão intergeracional da desigualdade” e “pode impedir que a região se beneficie da transição demográfica que começa” e aproveite o dividendo demográfico (HOYOS; ROGERS; SKÉKELY, 2016, p.2).

De acordo com o estudo *Ninis em América Latina. 20 millones de jóvenes em busca de oportunidades* (HOYOS; ROGERS; SKÉKELY, 2016), o perfil típico do *nem-nem* na América Latina é de mulheres que não finalizaram o ensino médio, vivem em espaços urbanos pobres ou vulneráveis. As trajetórias previstas para jovens a se tornarem *nem-nem* é a evasão escolar para empregar-se, mas seguida da perda do emprego.

Ao abandonar a escola antes de terminar o ensino médio, os jovens em geral carecem de habilidades necessárias para conseguir um trabalho no setor formal, por isso que na maioria dos casos se conformam com empregos temporais e instáveis no setor informal. Uma vez que perdem os postos de trabalho, nunca voltam à escola (HOYOS; ROGERS; SKÉKELY, 2016, p.3).

“Por que todo o mundo deveria interessar-se nos ‘nem-nem’?”. A resposta nos remete ao processo de acúmulo de capital humano como receituário já analisado em várias pesquisas (MOTTA, 2012). A produtividade do trabalho e o crescimento econômico aparecem como condicionantes da diminuição dos índices de desigualdade. Por isso, nos desenhos das políticas públicas, a noção de empoderamento dos jovens, de acordo com o Banco Mundial (2004), passa por uma forma de educar esse segmento a “decidir” como usar o seu tempo no presente como forma de administrar seus impactos no longo prazo. Incentivos como bolsas de estudos ou transferências monetárias condicionadas à frequência escolar são recursos que podem ser acionados para incentivar as “decisões” acerca do uso do tempo.

Na base conceitual das ações desenvolvidas no projeto *Vozes Jovens* do Banco Mundial⁹ em 2003/2004, o conceito de capital social aparece como sinônimo de cooperação ou como “indivíduos e redes aptos a interagir de forma sustentável com seu meio” permitindo

às lideranças jovens traçar estratégias de desenvolvimento levando em conta a juventude como variável de construção social. Ou melhor, o *Vozes Jovens* permitiu a atuação das organizações de juventude, levando em conta as organizações e entre estas e outras instituições da sociedade civil (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 23).

“Conectividade”, “co-responsabilidade”, “confiança”, “processo participatório”, “desenvolvimento de capacidades para resolver disputas, forjar consensos”, “espaço de

⁹ Eventos que contaram com a parceria da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da Unesco, do USAID (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional) e da ESAF (Escola Superior de Administração Fazendária).

diálogo e concertação social” são expressões acionadas para descrever a importância da metodologia utilizada pelo Banco, cujo objetivo pode ser descrito da seguinte forma:

O processo de apropriação do Vozes Jovens por parte da juventude mostrou aos próprios jovens que o investimento na parceria das organizações de juventude com o Estado, o setor privado e/ou os organismos internacionais, quando voltado para um objetivo comum, pode fomentar uma nova cultura de diálogo entre os setores organizados da juventude brasileira e seus parceiros (BANCO MUNDIAL, 2004, pp. 23-24).

O desenho de uma “governança inclusiva” incluía uma plataforma básica de consenso e incorporação pelo Banco dos principais temas¹⁰ levantados pelas lideranças jovens para promover um diálogo social não apenas “para fora” do movimento juvenil junto aos governos e organismos internacionais, mas “para dentro” na busca da efetivação de espaços específicos para reflexão desse sujeito identificado como “muitas juventudes brasileiras” (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 27).

Esse trabalho realizado junto a lideranças representantes das “muitas juventudes brasileiras” é uma estratégia importante para fomentar formas orientadoras de políticas sociais de atendimento e entendimento da questão social. Por exemplo, o Grupo de Trabalho de Combate à Pobreza substituiu o conceito de pobreza por exclusão justificando que aquela é um produto desta. Construiu como proposta de combate ao fenômeno social, ações que ressignifiquem uma “visão míope em relação ao talento, ao potencial, ao sonho e à meritocracia da atuação juvenil” (BANCO MUNDIAL, 2004, p.56), das quais destacarei as seguintes:

- 1-Estimular o primeiro negócio, entendendo o “auto-emprego” como uma das boas alternativas de geração de emprego e renda.
- 2-Apoiar a estruturação da Economia Jovem em rede, mapeando os ativos existentes na economia e oportunidade de negócio.
- 3-Estimular o desenvolvimento de redes com capilaridade e não-governamentais que fomentem o desenvolvimento e a manutenção do empreendedorismo formal ou não formal para a realização de novas ideias, propostas e também para o aperfeiçoamento das já existentes, articulando a criação de núcleos de empreendedorismo e desenvolvimento local em comunidades carentes, a partir dos ativos locais. [...]
- 5-Apoiar experiências de geração de oportunidades de sobrevivência nas comunidades por meio da incubação de negócios, empresas e ONGs que trabalhem com a indústria cultural, produções culturais locais e relacionadas ao esporte e ao lazer, valendo-se das mídias como ferramenta de combate à exclusão em suas diversas manifestações (rádios comunitárias, jornais de bairro, infocentros).

¹⁰ Os temas transformaram-se em três eixos prioritários e estratégicos. Eixo I relaciona-se à participação democrática subdividida em exercício da cidadania, democracia como valor e respeito à diversidade; Eixo II fala sobre mobilização social e desdobra-se em política pública de juventude-ambiente favorável, ausência de formação específica para a construção de agendas mínimas e visão estratégica, e temática integradora e mobilizadora de potencialidades; Eixo III refere-se à Juventude como protagonista na construção de um projeto de país e de desdobra-se em Fator “T” que significa o tédio da juventude, anseio de transformação e forte potencial de articulação das organizações de juventude (BANCO MUNDIAL, 2004, pp.26-27).

6-Criar um ambiente que fomente o empreendedorismo em suas diversas manifestações, desde o ensino fundamental, médio, superior, e incluindo os jovens que não frequentam o ensino regular, envolvendo a inspiração, a criação e a evolução do empreendimento [...]

8-Desenvolver e apoiar ações de Educação Popular (urbana/periférica/rural) baseada na regionalidade e planejamento consecutivo, sistema educacional – esse baseado na capacitação em – empreendedorismo (BANCO MUNDIAL, 2004, pp. 55-56).

O crescente investimento em políticas sociais orientadas para o chamado “desenvolvimento local” nos remete para o papel estratégico do conceito de território e sua polissemia. “Iniciativas locais”, “redes locais”, “economia solidária”, “singularidades locais”, “ação local da juventude”, “comunidade local”. Tais noções são centrais para uma integração competitiva consolidando uma visão tripartite – poder público, organizações sociais locais, organizações da iniciativa privada – da dinâmica social supostamente ancorada em uma visão horizontal de distribuição de poder político e econômico. De acordo com essa perspectiva, é necessário criar um consenso, e segundo André Videira, do Instituto Negócios da Juventude,

unidos em forte visão comum de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, competitividade global e excelência mundial, e com forte inclusão econômica e social das comunidades, as jovens e os jovens apontam sua visão de futuro (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 89).

A capacitação de jovens para formulação de políticas – de, com e para – juventude a partir do conceito de empoderamento seguido pelo Banco Mundial também está presente no documento *Estratégias de Dakar para o empoderamento da Juventude* resultante da quarta sessão do Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas realizado em Dakar em agosto de 2001 e na *Agenda Jovem 2002* (FURIATI, 2010), os quais ressaltam que o jovem deve deixar de ser visto como um obstáculo ou problema e, sim, como um recurso desde que possua condições básicas: capital político, social e econômico.

A inclusão do jovem como ator central de certas políticas sociais, muitas delas mediadas por organizações, institutos e fundações, no início do século XXI, foi marcada por um conflito em torno do tipo de orientação a ser abordado. Esse conjunto de atores produziu uma gama de representações sobre esse sujeito e os desdobramentos das ações, cuja orientação deslizava entre demandas mais universalizantes ou de caráter mais focalizado voltado para jovens “em situação de exclusão social” (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Ao mesmo tempo, pesquisa realizada por Janice Tirelli (2014) destaca dados significativos sobre os modos de atuação dos jovens no campo da política e seus prováveis impactos sobre as formas assumidas pela sociedade do capitalismo flexível que reestrutura as relações de modo precarizante e desfiliador (CASTEL, 2010).

Os movimentos/coletivos/organizações analisados têm sua origem na rebeldia anticapitalista e, no caso de alguns deles, suas práticas estão muito afastadas/distantes da adesão aos pressupostos de uma oposição aceitável pelo senso comum. Correm ao largo das relações político-institucionais. São parte do campo de luta que se confronta com o poder do Estado; no geral, são contra o governo e agem sob uma agenda que não se limita a acompanhar a lógica da *realpolitik* que estabelece política, social e juridicamente como deve agir uma oposição política (TIRELLI, 2014, p.5).

São diversas e dinâmicas as novas dimensões com que se produzem os diálogos entre as diferentes juventudes, organizadas ou não, e as instâncias da política institucional na luta pela efetivação de direitos, principalmente se levarmos em consideração os dados que apontam para um crescente distanciamento das formas efetivas de tomadas de decisão e seus desdobramentos na vida cotidiana da população.

1.3 Campo de atuação das organizações sociais: da “prevenção contra a criminalidade” ao “empoderamento dos sujeitos subalternizados”

A ideia de um campo de atuação social estruturante a partir do qual os sujeitos orientam suas ações, e por isso o estruturam, é aqui acionada como um recurso conceitual para entendermos a dimensão relacional de ações e práticas referentes dos movimentos sociais de luta por políticas de direitos, e submetê-las a análise. Comparar esse campo a um microcosmo é conceituá-lo como

um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (BOURDIEU, 2011, p.1).

As particularidades desse campo destacadas aqui são variações das formas de *entendimento* das demandas sociais a partir das transformações nas formas de *atendimento* destas. Importante destacar que categorias de entendimento e de atendimento, na prática social, estão relacionadas e imbricadas num movimento dinâmico e, muitas vezes contraditório (dialético).

No Brasil, literatura sobre o campo envolvendo ações e intervenções na esfera da luta por direitos reconhece que as décadas de 1980 e 1990 são centrais para compreendermos mudanças nesse campo. As perspectivas de vocalização de uma agenda universalista (PAOLI; TELLES, 2000) de direitos num horizonte desenhado por orientações minimalistas na garantia desses mesmos direitos promovem impactos sobre as formas e os sentidos da mediação.

Gabriel Feltran (2010), ao analisar as periferias de São Paulo, reconhece que na década de 1990, apesar do *locus* de atuação ser o mesmo, o sentido da mediação das ações coletivas envolvendo moradores e os canais institucionais de diálogo com o Estado mudou. As formas de delineamento dos conflitos e as formas de atuação são atravessadas por diversas lógicas.

No contexto da luta política,

a ação política não se limita às disputas entre ações coletivas construídas em terrenos previamente demarcados (movimentos, partidos, conselhos, assembleias, prefeituras etc.) ou aos critérios do jogo democrático; ao contrário, a política nesse contexto se assenta *também*, e fundamentalmente, na disputa subjacente à própria instituição destes terrenos e sujeitos – os militantes da favela têm de constantemente forjar sua aparição como sujeitos, lidando com fronteiras impostas pela gestão e, no limite, pela violência (FELTRAN, 2010, p. 227).

Os dispositivos de mediação dessas demandas da periferia e seus novos formatos promoverão o que considera uma “inserção subalterna dos movimentos sociais das periferias na política institucionalizada” (FELTRAN, 2010, p. 3). A gestão social de populações como um dos novos formatos de mediação para a contenção dos conflitos sociais se realiza com a

ampliação de políticas compensatórias e de gestão da segurança dos territórios e das populações, em geral na forma de convênios entre governos e organizações civis de base – muitas vezes antigos movimentos sociais – para a implementação de “projetos sociais” (FELTRAN, 2010, p.10).

A análise desses dispositivos está articulada à produção de discursos sobre as favelas e periferias, que, no mesmo contexto histórico, começa a inserir o tema no debate acadêmico por um lado, e, por outro, promover apagamentos de elementos e signos no “processo de construção das representações sociais da favela” (VALLADARES, 2005).

Estudos específicos sobre a cidade do Rio de Janeiro enfatizam marcadores temporais que distinguem olhares, visões e conceituações sobre os territórios e a formação de um constructo histórico e social a partir do olhar do outro.

Assim, a despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com um contexto histórico específico, o favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relações autorreguláveis do mercado e pela globalização (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 15).

Essa periodização nos remete para o início do século XX e ao que Valladares (2005) chamou de “mito de origem”, de *descoberta* da favela por “jornalistas, médicos, engenheiros e urbanistas”. Tal *descoberta* promoveu um deslocamento da “dualidade ‘litoral versus sertão’ para a dualidade ‘cidade versus favela’” (VALLADARES, 2005, p. 23). Essa perspectiva

dualista passa a funcionar como uma premissa entre as relações do Estado e as favelas, estas últimas consideradas como “lugar por excelência da *desordem*” (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 14), da carência e da ausência, e que deveriam ser submetidas a políticas administrativas de assistência e de controle.

Tais variações das relações entre poder público e os territórios são mediadas por discursos e representações que resultam num movimento dialético, contraditório e complementar, de aproximações e distanciamentos. Pierre Bourdieu (2008) denomina de “surdas injunções” e “de chamados silenciosos à ordem” uma das formas de mediação sobre o espaço físico e suas formas de apropriação. Sobre a organização desse espaço físico operam as conversões das estruturas sociais “em estruturas mentais e sistemas de preferências”. Por essas estruturas se relacionarem promovendo conversões, há diversos desdobramentos, como incorporações, negações e negociações, decorrentes dessa relação/movimento. Há, neste sentido,

deslocamentos e [...] movimentos de corpo que essas estruturas sociais convertidas em estruturas espaciais e assim naturalizadas organizam e qualificam socialmente como ascensão ou declínio, entrada (inclusão) ou saída (exclusão), aproximação ou distanciamento em relação a um lugar central e valorizado (BOURDIEU, 2013, p.134-135).

Em relação às favelas no Rio de Janeiro, com Licia Valladares e Edmond Preteceille (2000) percebemos que há uma questão central que são as imagens e representações construídas e associadas ao conceito de pobreza. Essa multiplicidade de discursos, cujas dimensões vão da perspectiva sanitária, jurídica à dimensão política e econômica, mobilizou saberes na direção da criação de um tipo ideal acerca de um dos fenômenos para se pensar as formas de desigualdades sociais: as favelas.

Nesse sentido,

alguns consensos básicos foram se construindo ao longo do tempo: a) a favela seria o *locus* “número um” onde reside a população carente da “cidade maravilhosa”; b) tratar-se-ia de um espaço específico não apenas geográfico como também social, que vem engrossando a “cidade legal”; e c) tal espaço corresponderia a um universo homogêneo, marcado pela irregularidade na ocupação do solo e precariedade em termos de serviços públicos e equipamentos urbanos (PRETECEILLE, VALLADARES, 2000, p. 460).

Ao tomar esse objeto a partir de uma perspectiva plural, os autores nos permitem, através de suas análises, desconstruir formas cristalizadas que consideram o universo das favelas como uma unidade essencializada e *locus* da exclusão. Nas décadas de 1960 e 1970, a “preocupação” mais institucionalizada dos estudos acadêmicos sobre as “classes perigosas” como resultado do aumento dos financiamentos para pesquisa e das mudanças de paradigmas

no campo da pesquisa social, resultou, entre outros, em produções críticas¹¹ em relação às representações sobre as favelas a partir da lógica da falta, de uma exclusão passiva, “dos que nada têm”, da “cultura da pobreza” e da própria teoria da marginalidade.

Esse “repensar” o lugar da favela se desenhou já na década de 1970 em uma literatura que criticava a perspectiva dualista sobre as territorialidades da cidade. Estudos de trajetórias de lideranças populares e etnografias dão visibilidade a sujeitos, estratégias e formas de negociação de direitos e uma gama de conhecimentos acionados pelos moradores em favelas, forjando credenciais de inserção não subalternizada.

Desse modo, os estudos das particularidades e das especificidades não credenciam as análises sobre as favelas a afirmarem que as mesmas são espaços exclusivos de pobreza. Tal perspectiva mostra-se incapaz de abarcar a problemática em torno das disputas sobre as representações da exclusão social no tecido urbano. Pelo contrário, é preciso analisar as formas de reificação da violência epistêmica nos discursos e políticas sociais sobre as favelas enquanto territórios de exceção e, portanto, legitimadores da “metáfora da guerra” (SILVA, 2010) e dos processos de atualização das modalidades de gerenciamento do conflito social (LEITE, 2014).

Janice Perlman (1981), de forma semelhante à de Lícia Valladares e Preteceille (2000), busca reunir dados empíricos para comprovar mitos e discursos sobre a construção das ideias de pobreza urbana e marginalidade, legitimadores da perspectiva das ausências e carências, e suas implicações para o desenvolvimento das políticas públicas.

A autora aciona a palavra *marginal* como categoria explicativa da “[...] contradição entre o temor das ‘crescentes massas bárbaras’ nas cidades e a consciência de sua inevitável existência [que] é subjacente à ideologia da marginalidade e à sua manipulação política” (PERLMAN, 1981, p. 124). Os usos dos dados por Perlman para compreender os processos de criminalização do excluído permitem também compreender os recortes dualistas e de classe sustentadores de discursos segregadores e integradores.

A autora demonstra que os usos de formas classificatórias e a produção social de estereótipos acerca dos grupos subalternos são recursos mobilizados pela “[...] classe dominante não apenas para estigmatizá-lo[s] como também definir-lhe[s] a situação e manipulá-lo[s] no sentido de preservar o *status quo*” (PERLMAN, 1981, p. 125).

¹¹ Valladares (2005) destaca que “[...] para muitos que trabalhavam sobre as favelas do Rio a sua população não era marginal e isolada, porém inserida na cidade de maneiras diferentes. [...] Autores com quem partilhava a ideia de que esses bairros populares, vistos como enclaves estavam fortemente integrados à vida urbana através de sua inserção em diversos mercados: o mercado de trabalho, o mercado político e o mercado da cultura (em particular do Carnaval).” (VALLADARES, 2005, p. 129).

A associação das várias faces da dimensão da exclusão ao conceito de marginalidade opera de forma cristalizadora de posições estabelecendo critérios referentes ao estar *dentro* e o estar *fora* do “funcionamento padronizado da sociedade [...]” (PERLMAN, 1981, p. 125).

Neste sentido, o ideal tipo apresentado pela autora como paradigma construído sobre os grupos sociais constitutivos da marginalidade urbana nos permite perceber que as negociações dos conflitos *nas margens* desde sempre precisam trazer para o próprio centro do conflito a ideologia da marginalidade. Explicitá-la e desconstruí-la é, até os dias atuais, um dos elementos centrais da questão social.

Por mais que tenha havido um deslocamento do conceito de marginalidade para os de exclusão/inclusão social a partir dos anos 1980, há processos de reatualização do conceito de marginalidade – *classes baixas, nova pobreza, nova marginalidade, marginalidade avançada*. Na verdade, são criados também novos “[...] constrangimentos, estigmas, separações territoriais, dependências [...], e instituições dentro de ‘territórios urbanos banidos’” (PERLMAN, 2003, p.8).

Contudo, houve uma transformação positiva no uso do termo marginal. Atualmente os moradores de favelas não são mais considerados marginais, mas sim, as favelas são vistas como um território “controlado” por traficantes que agora são definidos como “marginais”, a marginalidade ou “o movimento” (PERLMAN, 2003, p.8).

Assim, sua pesquisa mostrou que as faces da exclusão são múltiplas e se atualizam de acordo com sua funcionalidade diante do capitalismo globalizado, apesar de novos formatos participativos e a mediação das organizações da sociedade civil complexificarem os modos de atuação dos sujeitos e grupos sociais.

Neste sentido, é possível entender a permanência de um esquema dualista de pensar a cidade descrito por Zaluar e Alvito (2006) como uma possível consequência da reconfiguração do tráfico de drogas ilícitas e da reestruturação do Estado gerencial. A substituição do enfoque da desorganização para um conceito mais complexificador como o de exclusão, ao mesmo tempo em que promove reducionismos, criou possibilidades para se repensar os territórios e as territorialidades.

Deslocar o lugar da favela do imaginário das ausências para territórios de intervenção (VALLADARES, 2005) e de possibilidades representa um esforço no plano discursivo de reorientar as práticas e as ações no sentido de “reconstruir” direitos sob novas formas de diálogos entre o Estado e populações. Com destaque para as três últimas décadas marcadas por um aporte significativo da presença das organizações sociais como importante ator não

apenas no assessoramento das lutas populares, mas em certos casos desempenhando o papel de executores de políticas públicas.

Novos arranjos e parcerias entre organizações sociais possuem como importante desdobramento uma perspectiva não homogeneizadora das favelas. Isso significa construir novas representações sobre as favelas.

Nesse sentido, o esforço de conceituação do fenômeno favela não faz parte de um deleite acadêmico (abstrato), mas um esforço intelectual político. Portanto, as favelas reclamam uma teoria social que configura novas percepções sobre o território e os sujeitos socialmente nele inscritos (BARBOSA, 2007, s/n).

A disputa pelas representações da cidade passa pela construção de novos canais através dos quais outros sujeitos passam a narrar a cidade. Intelectuais e representantes do Estado agora disputam os lugares de fala com os próprios sujeitos sobre os quais historicamente se desdobraram suas pesquisas e intervenções.

Um novo pensar sobre as favelas exige uma nova forma de apreender as práticas humanas que vão se constituindo na cidade. Nesse processo é que reconhecemos no contemporâneo, a construção progressiva de um “novo carioca”, um sujeito com mobilidade para circular nos diversos territórios urbanos, produzir experiências que envolvam atores de diversos lugares, valorizar e legitimar as diferenças, o direito à autenticidade e a importância de defender a igualdade da dignidade humana (SILVA; BARBOSA; FAUSTINI, 2012, p. 12).

Nesse processo de busca de emancipação de sujeitos subalternizados, novas perspectivas sobre o território são acionadas e da mesma forma outros lugares são ocupados na busca por formas de inserção não precarizantes sob os signos de novas significações sobre os territórios, sobre protagonismos e sobre empoderamentos.

1.4 Novas formas de lutas, inclusões e sujeitos: múltiplos protagonismos e narrativas da história

Entre os estudos que tematizam as desigualdades e as formas de segregação social, a favela como um dos elementos da questão social se desdobra como temática em literaturas que, de acordo com Licia Valladares (2005), situam as favelas ora entre contextos locais ora como “produto de exportação”. Ambos os tipos de abordagens, em determinados casos, reproduzem dogmas que promovem exclusões e inclusões de sujeitos e práticas.

A institucionalização das lutas por direitos, ao longo das décadas de 1980 e 1990, criou importantes espaços políticos cujos desdobramentos, em certas áreas, são fundamentais para que hoje tenhamos a ampliação de formatos sobre os quais se dá a participação nos

desenhos das políticas sociais. Mas também mostrou os limites da institucionalização da luta em relação à autonomia das ações numa conjuntura de reestruturação do Estado, da produção e das formas atendimento das questões sociais.

A emancipação social pode ser pensada também a partir de sociabilidades alternativas (SANTOS, 2006). Para tanto, são necessários processos de reinvenção e reconstrução de posturas epistemológicas que rompam com a epistemologia moderna. Uma epistemologia do sul “baseada no conhecimento-emancipação e na ecologia dos saberes” (SANTOS, 2006, p. 338) deve estar associada à *acção rebelde – acção-com-clinamen* – buscando “*activamente o que no real dado esconde o real suprimido*” (idem). Os processos de reconstrução e promoção de deliberações democráticas devem resultar num novo contrato social. Este deve incluir a natureza, deve ser intercultural

porque a inclusão se dá tanto por critérios de igualdade como por critérios de diferença [...] e deve incluir igualmente os espaços-tempos local, regional e global. Por último, o novo contrato não assenta em distinções rígidas entre Estado e sociedade civil, entre economia, política e cultura, entre público e privado (SANTOS, 2006, pp. 339-340).

Os impactos decorrentes da “profissionalização, setorialização, competição por recursos, ‘onguinização’ e tecnificação do associativismo” (FELTRAN, 2010, p. 220) serão assimilados de formas plurais e promoverão novas formas de lutas.

Em relação às formas diferenciadas de produção do espaço urbano na cidade, as percepções dos limites apontados acima vão propiciando olhares que se pretendem mais complexificadores das desigualdades sociais presente nos territórios populares.

Para Jorge Luiz Barbosa (2012), intelectual acadêmico e fundador de uma importante organização social da cidade, é preciso

mobilizar o capital social das comunidades populares: Criar condições locais para o desenvolvimento autônomo e emancipador da situação de vulnerabilidade social como matriz de orientação da formulação de conceitos, ações e metas das políticas públicas, ao incentivar o protagonismo e a cooperação, ensejando a mobilização e a multiplicação de recursos (humanos, materiais e simbólicos) endógenos na solução de problemas locais (BARBOSA, 2012, p. 123).

Novas formas de luta, inclusões de novas demandas e sujeitos vão se desdobrar na produção de novos formatos da atuação, onde a produção de conhecimentos se desloca na direção da ampliação do diálogo entre os saberes acadêmicos, técnicos e não acadêmicos.

[...] o conhecimento é um elemento estratégico na produção de cidades desiguais, da mesma maneira as formas pelas quais ele é produzido e difundido devem ser disputadas e reinventadas com perspectivas de uma sociedade mais justa (PINHEIRO et al, 2016, p.9).

Desconstruir os processos que reproduzem as hierarquizações nas relações sociais e provocar novas centralidades de sujeitos e falas sem a necessária tutela da fala acadêmica (FACINA, 2016) ou da fala técnica possibilita que os agenciamentos de outros sujeitos sejam incorporados aos movimentos de resistência e às narrativas destes. Entre esses sujeitos, alguns atuarão como intelectuais (VALLADARES, 2005), cuja história de vida, marcada por vivências em favelas, não significa que se auto identifiquem como intelectual *periférico*. No entanto, suas trajetórias e os usos discursivos destas possibilitam, em situações específicas, aproximações e distanciamentos de práticas institucionalizadas na legitimação de suas narrativas sobre territórios e territorialidades.

A visibilidade das narrativas, entendida aqui como um processo desprendido de qualquer espontaneísmo, mas fruto de lutas, promove usos polissêmicos a partir dos próprios processos de visibilidade. Dessa forma, as percepções em torno do sentido do conceito de cultura, por exemplo, são deslocadas para usos diversos. Um “novo quadro de culturalização”, para Hollanda (2012), faz emergir uma economia da cultura, ou seja, “economia criativa, direito ao conhecimento e livre acesso à cultura”, entendidos como recursos com potencial para “promover a autoestima, a geração de emprego e renda e a inclusão social nas periferias e populações de baixa renda das grandes cidades”.

Análises de novas formas de narrar os processos sociais através de várias linguagens - da literatura, do áudio visual, de estéticas, da arte, da música – produzidos nos territórios de ‘fora’ – favelas e periferias –,

são percebidos como laboratórios de subjetivação, laboratórios de uma outra experiência de cidade que funciona paralelamente, em parceria, ou mesmo contra o Estado, funcionando na tensão entre uma nova produção cultural, ‘economias substitutas’ auto-organizadas e o estado de exceção a que são submetidos (como as favelas e guetos) (BENTES, 2010, p. 7).

1.4.1 Representatividades e identificações reivindicadas: negociando os lugares de falas

O reconhecimento de sujeitos e de novas narrativas é parte de um processo dinâmico de reivindicação de condições de produção, circulação e consumo de demandas e interesses. São resistências a formas de silenciamentos (ROCHA, 2013), de subalternização (SPIVAK, 2010) e/ou de desequilíbrios¹² que resultam em correlação de forças desigual nas formas de representatividade de parcela da população.

¹² Esta forma de interpretar as assimetrias de poder enquanto expressão de desequilíbrios ou sob a perspectiva da falta de capacidades é recorrente entre os discursos que pautam os projetos de institutos, fundações e *think tanks*, principalmente ligados ao capital privado. Reforçam que suas ações podem trazer equilíbrio e desenvolver

Formas de entendimento dessa questão reconhecem que historicamente há uma produção discursiva que orienta não somente o imaginário social nas questões identitárias, mas as próprias premissas constitutivas das inúmeras intervenções nos territórios (BIRMAN, 2008). São formas de identificar pessoas e segmentos sociais que também perpassam práticas de circulação pela cidade, de possibilidades de empregabilidade, de construção de alteridades, modos de convivência, por exemplo.

A produção social de identificações e categorizações de pessoas é analisada por Gérard Noiriel (2007) como mecanismos de ordenamento e controle social em contextos diversos. O Estado aparece como um ator altamente interessado na produção de tecnologias identificatórias, o que no contexto estudado também é terceirizado para as ONGs, organizações sociais, fundações ligadas ao capital privado. A produção de perfis pode seguir vários critérios e interesses.

Para Noiriel (2007), isso permite a elaboração de “perfis de risco”, por exemplo, que são definidos a partir do lugar de proveniência e do nível de riqueza. O investimento em empreendimentos de marcação identitária produzem nomeações que são colocadas de fora para dentro. No entanto, o Estado assim como o campo de atuação das organizações sociais são arenas de disputas onde os sujeitos elaboram e reelaboram as concepções identitárias que são relacionais e permeadas por usos diversos em diferentes contextos.

Tais usos vêm permitindo redefinir repertórios identitários e discursos em torno das representações acerca da mobilidade urbana, das favelas, da cidadania, dos direitos, das sociabilidades, por exemplo.

Além de uma vasta produção acadêmica sobre as lutas por cidadania e as disputas por representações acerca das favelas, seus moradores e os problemas sociais enfrentados, novas identificações estão em disputa e poderão, num horizonte próximo, redimensionar os lugares de fala.

Apresento a seguir, a título de exemplo de processo de identificação que vem promovendo impactos significativos nos formatos e nos novos sentidos da inclusão social. A reconfiguração das favelas em territórios de negócios e seus impactos sobre as populações vêm sendo problematizado (LEITE, 2015; ROCHA, 2015), possibilitando assim um entendimento dos agenciamentos que atravessam a construção de identificações. Inclusive, quando reivindicadas, saber por quem, seus sentidos e como opera.

“Realizar o sonho da favela, que é fazer a favela virar patrão!”¹³. Com essa afirmação, responsáveis pela criação de uma empresa chamada *Favela Holding* explicam seu papel para produção de “novos” olhares sobre as favelas em um programa de televisão. A proposta é apresentar um modelo de empreendedorismo onde os moradores não sejam percebidos como “cobaias de uma ciência externa. [...] exercitamos um olhar de dentro para fora da favela, o que representa avanço tremendo na construção de convergências” (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 23).

Há, nesse tipo de discurso, uma proposta de reivindicar um lugar de fala – “de dentro pra fora” –, de identificações sobre o que determinados sujeitos almejam e como devem se organizar para realizar tais objetivos. Pretende-se ao longo da pesquisa entender como esses processos de mediação operam a fim de promover uma gramática do social que realize um tipo de ajustamento das demandas – denominado pela pesquisa de *entendimento* – antes de realizarem os atendimentos das mesmas.

A perspectiva de uma convergência de interesses entre as classes e suas frações é apresentada, por esse tipo de mediação, como a criação de oportunidade de realização de negócios e suas vantagens para as partes envolvidas. Assim, um caso é apresentado: temos um trabalhador que fabrica móveis, tem sua loja e além de fabricar e vender móveis, através da *Favela Holding*, ele passou a ter também um ponto fixo para vender passagens aéreas. Esse caso é apresentado como vantajoso “para os dois lados”, pois o desafio que deve pautar o novo projeto defendido pelos criadores da *Favela Holding* é “*ou a gente consegue dividir a riqueza com a favela, que esse país gera, ou vamos ser obrigados a dividir as consequências da miséria que essa elite gerou durante esses anos todos.*”¹⁴

Deste modo não bastaria estimular a formação de “capital humano”, mas é preciso gerar renda a partir de uma rede de relações com os empreendedores do asfalto para promover o protagonismo dos moradores das favelas. A criação da Liga de Empreendedores Comunitários pela *Favela Holding*, com atuação em 300 favelas busca, de acordo com seus fundadores, desconstruir preconceitos em relação aos territórios, principalmente os não pacificados. A Liga representaria uma mediação entre o asfalto e a favela, realizando uma revolução econômica via consumo.¹⁵

¹³ CUFAFILMES. *Celso Athayde fala sobre F Holding – Esquenta 01/12/2013*. 2013. (7m8seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P1-ANBMIHPE>>. Acesso em: 6 set. 2016.

¹⁴ CUFAFILMES. *Celso Athayde fala sobre F Holding – Esquenta 01/12/2013*. 2013. (7m8seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P1-ANBMIHPE>>. Acesso em: 6 set. 2016.

¹⁵ CUFAFILMES. *Celso Athayde fala sobre F Holding – Esquenta 01/12/2013*. 2013. (7m8seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P1-ANBMIHPE>>. Acesso em: 6 set. 2016.

Buscando entender os processos de invisibilidade e ocultação das formas de reprodução de desigualdades e de relações de subalternidades decorrentes das relações sociais entre capital e trabalho, Tiarajú Pablo D'Andrea (2013) analisa o processo de construção do sujeito periférico¹⁶. O alargamento dos usos do termo periferia associado aos elementos pobreza e violência e, posteriormente e de forma ampliada, aos elementos cultura e potência é acompanhado do processo de “autoatribuição *periférico* (que) ganhou força em detrimento de outras possíveis definições para os moradores dos bairros populares, como *suburbano*, *pobre*, *negro* e *trabalhador*” (D'ANDREA, 2013, p. 132).

Tiarajú Pablo D'Andrea (2013) chama de formação de *sujeitos periféricos* as apropriações críticas do termo periferia pelos moradores, principalmente jovens e negros, a partir da década de 1990, e seus usos para criticar as violências e as condições de extrema desigualdades dos territórios¹⁷. As formas de manifestação que ressaltavam os aspectos da violência e da pobreza, que mesmo criticadas por possibilitar reforçar associações entre esses dois elementos da realidade e por ocultar outros, foram consideradas essenciais para construção de identidades, subjetividades e autoatribuições.

A experiência social compartilhada do *sentir-se periférico* é fundamentalmente urbana. Morar na periferia se contrapõe a habitar regiões mais bem estruturadas da cidade e com melhor poder aquisitivo. É possuir uma experiência calcada fundamentalmente na segregação socioespacial, com grandes deslocamentos pela cidade no trajeto trabalho-moradia ou mesmo quando da procura de serviços oferecidos em bairros melhor estruturados (D'ANDREA, 2013, p. 132).

O reconhecer-se periférico a partir de experiências compartilhadas faz parte do processo de formação em que a fração da classe trabalhadora forma-se e é formada (*idem*). Deste modo, para entender a formação do *sujeito periférico*, o autor explica que as dinâmicas envolvendo as relações de sobreposição e/ou complementação entre a autoafirmação de periférico e trabalhador, periférico e suburbano, são transições que nos remetem aos processos históricos nos quais os moradores estavam inseridos, pois seu recorte temporal é a partir da

¹⁶ “Sujeito como ‘subjetividade’ – para além de designar uma pessoa ou indivíduo, designa que a dimensão externa representada por este enquanto ‘existência’ está preenchida de elementos intangíveis que o constituem, mas derivados de uma experiência compartilhada e mutuamente reconhecida [...]. Estes elementos seriam normas, formas de ver, sentidos, sentimentos, idiossincrasias e particularidades que formariam uma determinada subjetividade. Neste caso, sujeito periférico poderia ser traduzido subjetividade periférica, que de fato caberia na formulação que aqui se propõe, ou seja, ser portador de elementos cognoscentes constituídos por sua posição periférica. [...] Sujeito como ‘conhecedor/fazedor’ – propõe objetivos e pratica ações. Que domina algo. Que conhece algo. Que propõe conhecer algo, em contraposição ao que é conhecido ou objeto. Que pratica ações a partir do conhecimento que detém.” (D'ANDREA, 2013, pp. 172-173).

¹⁷ D'Andrea (2013) refere-se aos novos olhares para as periferias e ao processo de ressemantização e considera o grupo de rap Racionais MC's como “formulador e sintetizador de ideias e subjetividades que perpassavam a periferia no período [...]” (p. 133). “É aqui que os Racionais insistem: falar a verdade, mostrar o real, recolocar o conflito em primeiro plano, desmanchar consensos, apresentar o outro lado” (D'ANDREA, 2013, p. 134).

década de 1990. De acordo com D’Andrea (2013), essa nova subjetividade teve significativos desdobramentos nas formas de representação da cidade de São Paulo, e também se espalhou sob a forma de uma gramática política. “Os indivíduos que mobilizam politicamente essa subjetividade calcada no reconhecimento, na pertença, nos atributos e, fundamentalmente, no *orgulho* de viver na *periferia*, esta tese denomina *sujeito periférico*.” (D’ANDREA, 2013, p. 271).

As representatividades e as identificações reivindicadas criam e disputam lugares de falas para os sujeitos *periféricos* também mediados por intelectuais, lideranças de organizações sociais, agências de fomento, poder público e mercado. Os sujeitos *periféricos* passam a “falar” por eles mesmos, ou seja, criam condições para serem “ouvidos”, construindo processos e formatos capazes de destacar, inventar e sobrepor elementos sobre as favelas, periferias e territórios populares sobre os signos das desigualdades e das formas de violências. Produzem ações voltadas para o universo artístico – músicas, danças, grafites –, no campo estético, no campo da educação com processos de formação técnica, capacitação e profissionalização, na esfera dos direitos com produção de propostas de redesenho de políticas públicas alinhavadas em diálogos com realizados com órgãos públicos, consultores, técnicos, ONGs e organizações sociais e o mercado.

O alargamento dos conceitos de periferia e, aplicado no contexto do Rio de Janeiro, de favela, significa a produção de nomeações e de representações que incorporem outros sentidos atribuídos aos territórios tais como violência, pobreza, cultura e potência. É preciso perceber nas relações de poder quem e como está nomeando.

1.4.2 O papel dos intelectuais mediadores e lideranças das organizações sociais na produção de discursos sobre o outro: *do falar por ao falar com*

Quem pode falar pela CDD? São várias CDDs, vários recortes. Várias partes. Nós vamos ousar falar da nossa parte, sendo ong e movimento social... ainda assim existem diferenças, divergência e motivações: há os que recebem de tudo, contudo; os que questionam e recebem; os que não querem pacotes, não se contentam com a adesão conformista. Querem deliberar (VELLOSO et al, 2014, p. 19).

A complexa rede de parceiros que historicamente atuam e intervêm nos formatos de luta por direitos, minimalistas, focais ou universais, é percebida e apropriada de diferentes formas.

Operar na diferença é uma das características do novo paradigma social na perspectiva de Alan Touraine apresentado por Gohn (2009). A conquista de direitos culturais, para o autor, diante da institucionalização de formatos de luta, da suposta diluição dos elementos de

classe das plataformas de disputas, é a grande aposta do novo paradigma e as disputas pelas finalidades das produções culturais.

À vontade dos indivíduos de ser atores de sua própria existência Touraine denomina Sujeito (ou sujeito contemporâneo) este indivíduo, transformado por ele mesmo em Sujeito, necessita se comunicar e ser reconhecido em suas diferenças (GOHN, 2009, p. 118).

Operar na diferença não é para Spivak (2010) necessariamente romper com estruturas reprodutoras dos silenciamentos e do “falar por”, pois o *falar* é uma relação que envolve dois ou mais sujeitos e pressupõe não apenas a enunciação, mas também um deslocamento para uma outra episteme, outra agenda não essencialista que não recrie as condições de impossibilidade do outro (SPIVAK, 2010, p. 60). “A violência da inscrição epistêmica imperialista, social e disciplinar, um projeto compreendido em termos essencialista deve tráfegar em uma prática textual radical de diferenças” (SPIVAK, 2010, p. 59). O intelectual representante do *falar por* e do *falar com* opera também com silêncios. O que não é falado na representação do enunciador é significativo. O que a gramática do social não toca, não enuncia, não faz representar é também central para essa pesquisa.

O deslocamento político realizado do *falar por* ao *falar com* nos coloca diante de um conjunto de interações, construções de alteridades, de discursos sobre si e sobre os outros, que na gramática social formada nessa relação entre poder público/agências de fomento/organizações sociais/entidades privadas e seus modos de intervenção nos territórios evidencia, entre outros processos, uma construção de legitimidade acerca dos sujeitos e suas produções discursivas. Podemos tomar como exemplo a construção de identidades, necessidades e interesses considerados “legítimos” como “dos” moradores, ou “dos” jovens moradores de favelas.

Essa construção é um dos desdobramentos dos modos atuais de entendimento e atendimento das demandas, resultado de formas mais focalizadas e localizadas de oferta de serviços, visando certa eficácia e otimização na aplicação de recursos. Nesse sentido, de modo explícito ou não, a mobilização comunitária, que sempre foi um componente das lutas sociais, ganha dimensões que precisam ser analisadas diante da complexificação do circuito envolvendo poder público/agências de fomento/organizações sociais/entidades privadas.

Não se trata de “dar voz”, “falar de” ou “falar por”, pois as vozes têm concretude e historicidades. É preciso complexificar os formatos que promovem e constroem “autoridade e legitimidade para enunciar” (ENNE; GOMES, 2013). E, de forma complementar, analisar as

dimensões dos projetos que estão em disputa, nos casos em que há produção de contra hegemonia.

Neste sentido, não é importante, dentro das estratégias de luta, somente falar sobre determinado lugar, mas ter direito a participar dos trabalhos de enquadramento, memória, identidade e projeto sobre e para aquele lugar (ENNE; GOMES, 2013, p. 47).

A construção da legitimidade social está na base da constituição de um sujeito ou espaço público (FELTRAN, 2010), portanto é comum que as intervenções nos territórios tenham como objetivo criar ferramentas para *advocacy* (PASTUK, 2016) – advocacia – e mobilização comunitária como forma de dar maior representatividade às diferentes vozes. No entanto, para Pastuk (2016), é preciso entender as favelas como “oportunidade”.

O papel que as organizações sociais desempenham é percebido de modos diversos como muito bem explicitado na citação acima. Para contornar certas ambiguidades relativas às justificativas de suas formas de atuação, como agentes de “fora” que atuam no território, mas que precisam de uma liga, ou seja, criar/fomentar outros engajamentos, para além daqueles tradicionalmente praticados por organizações locais – associação de moradores, coletivos, federações, associações e grupos de interesses.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica. Cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 1982, pp.3-4).

Essas “aproximações”, que precisam ser realizadas e dotadas de uma aura de legitimidades, são materializadas por intelectuais e lideranças que escolheram atuar através de organizações sociais. Eles realizam o papel de mediação, mas de um tipo orgânico que os agentes estatais não promovem e nem as organizações da sociedade civil. Essa organicidade ao mesmo tempo em que representa um capital social é reprodutora do mesmo tipo de capital. São intelectuais e lideranças de um novo tipo porque possuidores de capital social acumulado de diversas maneiras como formação acadêmica, domínio de conhecimentos formais reconhecidos principalmente no meio acadêmico como produção de literatura sob a forma de livros e artigos, trânsito em circuitos da esfera estatal – secretarias e políticas públicas. Diferentemente dos intelectuais tradicionais, a proximidade, a trajetória de vida e o engajamento são elementos centrais desse capital social. Esse “fazer parte” do universo de atuação promove a legitimação de seus *lugares de fala* enquanto mediadores que ensinam

diversos usos. Dependendo do ângulo de onde olhamos, esses mediadores podem ser reconhecidos a) como militantes das causas locais, b) como articuladores de uma “nova” perspectiva *para* os territórios e c) como atores estratégicos possuidores de um capital social, resultante de uma rede de parceiros¹⁸, que se apresenta como condição para promoção de protagonismos e empoderamentos através de capacitações e formação humana, acesso ao crédito para a realização de empreendimentos e inserção na rede de parceiros como forma de reproduzir capital social.

Há uma interessante interpenetração de conhecimentos e de capitais – cultural e social – e usos complexo dos mesmos. De forma distinta do intelectual orgânico de Gramsci, a “nova” organicidade se dá pela trajetória e performances individuais e não pelos vínculos de classe na atual fase do capitalismo.

Nesse contexto, a figura do intelectual “engajado” entra em declínio e fala-se cada vez menos de intelectuais “orgânicos”, das “classes” trabalhadoras, de “militantes” e de educadores populares. Por toda parte, despontam gestores, intelectuais céticos e políticos pragmáticos. As convicções de princípio, a visão de conjunto e a revolução são suplantadas pela incerteza e o pensamento da “errância” [...], pelo gosto do particular e o narcisismo privado. Sob a forte influência do neoliberalismo na economia e da pós-modernidade na cultura, muitos intelectuais foram gradualmente deslocados do chão da fábrica e dos movimentos de massa para o campo do marketing, da estética e do fantasmagórico cenário da “vídeo-esfera” (SEMERARO, 2006, p.382).

É essa mediação um dos elementos centrais dessa gramática social, pois é ela parte constituinte dessa legitimidade não apenas da gramática, mas também das próprias organizações sociais.

Tais mediações são responsáveis pela visibilidade de novas narrativas feitas por e sobre sujeitos e territórios. As disputas em torno da produção de novas narrativas sobre a cidade do Rio de Janeiro e suas populações envolvem processos de reivindicação de novas identidades e nomeações. Nesse sentido, serão apresentados e descritos a seguir exemplos de mediadores, seus discursos e suas formas de construção do *falar por* para o *falar com* enquanto recurso discursivo na produção de novas representações na luta por direitos.

A proposta é entender os complexos formatos em que uma linguagem *prática* (SILVA, 2010) conforma uma gramática orientadora das ações na

construção de projetos de identidade a partir do uso da cultura, em suas imbricações com a política, para consolidar apropriações sobre os territórios físicos e sociais, por parte de agentes que vivenciam seu cotidiano em locais classificados como

¹⁸ Essa rede de parceiros envolve poder público, universidades, organizações sociais e importantes agências de fomento para a realização das intervenções nos territórios.

“periféricos” ou pela lógica da “falta”, como as favelas, os subúrbios e a região da Baixada Fluminense (ENNE; GOMES, 2013, p. 45).

Há uma problemática que se desenha em torno do *falar*, ou seja, das formas como os sujeitos

experiment(a)m um empoderamento como enunciadores, garantindo não só que suas vozes tenham escoamento e suas representações visibilidade, mas que possam escolher, em suas manifestações artísticas, sobre o que falar, de onde falar e por quem falar [...] (ENNE; GOMES, 2013, p.46).

Isto porque o “[...] discurso hegemônico tende a fixar os sentidos elegendo sobre o que falar, de que modo falar, como enquadrar, o que deve ser destacado ou suprimido na criação representacional” (ENNE; GOMES, 2013, p. 47).

Dessa forma serão apresentados a seguir alguns elementos discursivos para pensarmos a produção dessa nova gramática e como aparece a partir das mediações realizadas por intelectuais e lideranças locais que coordenam organizações sociais, falam em nome delas e tem seus nomes associados às mesmas. A seleção desses interlocutores da gramática tem como objetivo, num primeiro momento, exemplificar, ainda que em caráter exploratório algumas apropriações realizadas por essas lideranças ligadas a importantes organizações sociais que possuem parceria com os *think tanks* abordados ao longo da tese. Sem a pretensão de mapear integralmente esse corpus possível de pesquisa, nem esgotar as múltiplas formas de apropriação da gramática do social pelos sujeitos que atuam nessas parcerias, a seguir será apresentada uma seleção de discursos, a título de exemplo, que reúnem elementos significativos para os objetivos da tese de mapear alguns aportes dos *think tanks* na construção da gramática.

Marcus Vinícius Faustini é um dos intelectuais que postulam uma organicidade com as favelas decorrente de sua trajetória e se afirma como narrador, e opera renomeações da cidade e das experiências cotidianas. Apresenta-se como escritor, de origem popular, diretor de teatro, documentarista e criador da metodologia utilizada por uma organização social na cidade do Rio de Janeiro em 2011. Essa organização além de realizar parceria com dois *think tanks* estudados, possui apoio da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

A produção de novas narrativas sobre a cidade é apresentada por Marcus Faustini¹⁹ como importante estratégia para romper com uma estrutura que reproduz relações de poder e

¹⁹ Tal operação possui traços de distinção adquiridos nas opções realizadas por Faustini. “A carga literária das imagens criadas por Faustini, sua *expertise* e capacidade de agrupar e refundar as memórias com rigor de estilo, isto é, domínio da linguagem escrita sistematicamente construído no contato com a tradição literária, bem como sua adequação a uma poética econômica (concisa) ou ao fluxo de impressões não-cronológica, técnica, novamente, de desenvoltura moderna, são elementos suficientes para que haja chancela crítica de *Guia afetivo da*

desigualdades no campo da produção cultural e da comunicação. Acionar os territórios como aposta para se pensar a produção cultural é “pensar a cultura a partir do território”. Territorializar os orçamentos e os editais como caminho para se pensar a partir dos atores sociais é uma forma de romper com o controle exercido pela indústria cultural que consegue captar os maiores recursos via editais. Para operar tal descentralização, Faustini defende uma nova narrativa em que a periferia seja considerada como um campo contemporâneo de expressão artística e não apenas popular.

Classificar tudo que vinha da periferia como popular era uma maneira de controle. Os editais são de menor verba. A legitimação do campo popular é uma legitimação de controle. O campo popular era um campo que apenas servia de *commodities* para os mediadores clássicos da cidade que usam a cultura popular como elemento para manter uma estrutura. [...] A narrativa de fetiche dizendo que gera emprego, que é importante para identidade nacional e sufoca sujeitos (CASA FLUMINENSE, 2014).

Essa complexificação sustenta que é a periferia que vem apontando a novidade da cultura, mas que numa estrutura de desigualdades de acesso aos recursos, por exemplo, provoca novas formas de reprodução de desigualdades. Perde-se a possibilidade da periferia como produtora de imaginário. Para inverter tal lógica não seria necessária uma política de Estado, pois esta está estruturada de uma forma que leva à desigualdade. Há a defesa de “uma política de governo que mude o caminho do Estado em relação à cultura [...] (para) romper uma cultura onde os pobres são *commodities* e os mediadores de classe média são os que narram a cidade ficando com a maior fatia do bolo” (CASA FLUMINENSE, 2014).

Nas ações de políticas públicas, alguns rompimentos foram necessários para possibilitar a produção de novas narrativas sobre a cidade a partir dos olhares das juventudes. Esses rompimentos representam, na atualidade, uma nova chave conceitual – a diferença –, que Faustini (2012) concebe como “disparador de alargamento de direitos”. Para tanto, nas últimas três décadas, algumas rupturas operaram o ideário relativo às juventudes referentes aos conceitos disparadores na busca de direitos. Liberdade e direito à diversidade cultural foram marcadores das lutas ao longo da década de 1970 aos anos 2000. As múltiplas formas e linguagens do consumo e “um descolamento da ideia fixa de juventude”, provocaram, principalmente na “juventude popular, um afastamento no imaginário para além dos grupos organizados” (FAUSTINI, 2012, p.166).

periferia. Tendo sido recompensado em vida pelas disposições intelectuais que adotou com talento e êxito, Faustini transpõe para a autobiografia as filiações culturais e estéticas que, como cartões de visita ou bilhetes de entrada, lhe permitiam tornar-se ‘diretor teatral, cineasta e ex-secretário de Cultura de Nova Iguaçu’. Selecionado para participar de uma coleção literária, o escritor estreado já detinha o repertório condizente com a missão e, mais uma vez, como se viu, terá êxito.” (DELGADO, 2013, p.11).

Tal disparador faz referência a uma concepção “mais plástica e precisa” que é o conceito de diferença, capaz de reconhecer

que o sujeito é um fluxo de ação que provoca expressões singulares e atravessadas que se atualizam. A constituição daquilo que nos é comum na cidade é nada mais que um ambiente que garante essa atualização (FAUSTINI, 2012, p. 167).

É preciso não buscar um conceito que provoque sínteses, mas que

consiga disparar a invenção de um espaço/tempo que potencialize sobretudo a novidade – a capacidade desse jovem, considerado por muitos como inorgânico, de promover invenções de formas de se estar na vida e expressões estéticas (FAUSTINI, 2012, p.166).

A busca por reconhecimento da multiplicidade de atores sociais como agentes culturais pressupõe descentramentos e alargamentos que propiciem o que chama de “máquinas expressivas” mais plurais, ou seja,

tudo aquilo que potencializa a expressão cultural de uma singularidade em ação para um campo de reconhecimento comum. Assim, quando pensamos em diversidade, nos vêm como imagem imediata grupos étnicos, grupos de gênero e grupos religiosos, ou seja, grupos que já têm suas máquinas expressivas garantidas, campos muito claros de expressão (FAUSTINI, 2012, p.167).

Operar com as diferenças não é sinônimo de diversidade. A chave da diversidade “ainda é trabalhar entre os iguais, porque significa trabalhar entre aqueles que já possuem máquinas expressivas, chaves identitárias, lugares de fala e coletivos” (FAUSTINI, 2012, p.166). Uma das lógicas desses campos de expressão já consolidados é o predomínio do “ambiente do mercado”, de uma lógica naturalizadora em “que tudo que não era do mercado era considerado ‘amador’ e não um outro campo” (FAUSTINI, 2012, p. 168).

O uso de critérios mercadológicos extremamente seletivos e hierarquizantes, onde os jovens não atuavam como protagonistas e “cabia a ele o lugar no mundo do espetáculo apenas o lugar de técnico” (FAUSTINI, 2012, p. 168), na última década, começou a ser atravessado por “diversas estratégias de redes e coletivos [que] foram sendo inventados na cidade.” Esse movimento é chamado de uma “ecologia de modos diversos de produção” (idem).

Assim, novas narrativas, com práticas territoriais singulares, permitem que o “jovem de origem popular, dentro dos coletivos, [invente] relações e agenciamentos que garantem o protagonismo” (FAUSTINI, 2012, p. 168). A centralidade da cultura é vista como geradora de práticas e disputas por direitos e políticas públicas. Para tanto, Faustini argumenta que não basta estimular a participação e produzir repertórios, mas esse jovem precisa ter condições de realizar e agir, ou seja, colocar suas ideias em prática. Uma das condições para a produção de

novas narrativas é possuir repertórios e redes²⁰. Tal esforço é realizado por mediadores que desenvolvem metodologias (SEBRAE, 2015) junto aos jovens moradores de favelas para promover a circulação destes nos territórios através do protagonismo. Marcus Faustini (SEBRAE, 2015) fala em nome de uma instituição – Agência de Redes para a Juventude – que atua em parceria como o poder público, estadual e municipal, além de ter apoios de diversas outras organizações sociais²¹ e dois dos *think tanks* estudados nos capítulos seguintes. A metodologia²² aplicada pela Agência tem como objetivo reposicionar o jovem como sujeito curioso e potente para uma atuação como protagonista, além de ser replicada em “[...] outras iniciativas de empoderamento da juventude popular”. O jovem é estimulado a desenvolver ideias, aprende “a negociá-la, a defendê-la, a inseri-la em redes, a confrontá-la com as ideias dos colegas” (Agência Redes para Juventude, 2013, p. 18). Ampliar o repertório acionando um vocabulário pedagogicamente estimulado como “autonomia”, “potência”, “linguagem” visa criar “um novo espaço-tempo para jovens que vivem em comunidades populares do Rio de Janeiro”. Há uma metodologia que trabalha os conceitos de forma que estes sejam apropriados pelos jovens e funcionem como elementos estruturadores de repertório.

A surpresa do vocabulário desnaturaliza as noções usuais e suspende procedimentos corriqueiros. A língua do projeto se articula com um novo léxico, o qual se sujeita a novos relacionamentos, isto, isto é, a outra sintaxe, instaurando um ambiente criativo, reflexivo, desautomatizante, de estranhamento e reaprendizado, autorizando e incitando combinações inusuais, formando híbridos inusitados (Agência Redes para Juventude, 2013, p.9).

Para Faustini (2016), o conceito de território, por exemplo, é portador de novos desafios para a política pública, principalmente quando associado às ideias de mobilidade, invenção e protagonismo. Em uma entrevista para Eliane Costa, Faustini afirma que

o território traz uma força política, ele traz um modo de agir. [...] O território é uma narrativa sobre sua experiência de invenção naquele lugar, ele não é só um lugar, se você muda a narrativa. Território é uma disputa de narrativas. [...] Ele diz: queremos presença! Por isso que a intervenção urbana faz sentido, e cobrar protagonismo faz sentido, porque sai daquela lógica de: vamos representar aquela favela que a gente não compreende (COSTA, 2016, p.3-6).

²⁰ As redes sociais são entendidas aqui como um conjunto de relações sociais – virtuais e concretas –, passíveis de investimento para acesso a recursos não apenas financeiros, mas simbólicos e culturais. É uma importante estratégia para o capital social, que diferente dos capitais econômicos e culturais, é intangível, ou seja, está na estrutura das relações sociais (XIMENES, 2008).

²¹ Página oficial da organização social Agência Redes para Juventude. Disponível em: <<http://agenciarj.org/conheca/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

²² Sobre metodologia da utilizada pela Agência de Redes para Juventude. Disponível em: <http://agenciarj.org/wp-content/uploads/2013/04/cata%CC%81logo_age%CC%82ncia-final.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

O modo como Faustini usa os conceitos e suas polissemias são fundamentais para dar visibilidade aos conflitos, aos sujeitos, no entanto, é preciso também trazer para a análise as condições sob as quais tais processos são realizados. Isso significa que as parcerias e redes representam apoios financeiros, mas também aportes intelectuais decorrentes do perfil dos *think tanks* associados para a realização dos projetos e oficinas.

Outra importante parceria entre liderança e a potencialização do capital cultural e social como forma de criar engajamentos nas localidades, com mediada pelo poder público, é o caso do grupo cultural Afro Reggae e o papel de liderança local exercido por José Júnior. Apresenta-se como empreendedor social, criou o Grupo Cultural AfroReggae após a chacina de 23 pessoas na favela de Vigário Geral e para atuar em uma nova forma de educação e discriminalização da cidade.

É reconhecido como um mediador, interlocutor e precursor da ponte entre autoridades e criminosos que, por algumas vezes, conseguem mudar a vida por meio da arte, música e cultura. Junior é o “cara que fala com os dois lados”.²³

No livro *Da favela para o mundo. A história do grupo cultural Afro Reggae*, a proposta de posituação do território e de identidades se dá inicialmente, em 1992, com a realização de festas pela cidade e criação de um jornal sobre a temática da cultura negra. Desse passo inicial, hoje o grupo é um importante mediador para a realização de políticas públicas focalizadas. Sua rede de parceiros garante um aporte de recursos significativos para o desenvolvimento de projetos em diversas áreas²⁴ e as mediações operadas pelas suas principais lideranças José Junior²⁵, MV Bill²⁶ e Tekko Rastafari²⁷. Entre um evento e outro ao

²³ Informação retirada do blog do Grupo Cultural AfroReggae. Disponível em: <<https://www.afroreggae.org/blog/jose-junior/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

²⁴ Ver histórico do Grupo Cultural Afro Reggae. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org/nossa-historia/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

²⁵ De acordo com informações do blog do Grupo Cultural Afro Reggae, José Junior está no grupo desde o início e identifica-se como empreendedor social, destacou-se na “mídia como mediador de conflitos e auxiliador no trabalho de pacificação das favelas cariocas usando como escudo a camiseta do AfroReggae. É reconhecido como um interlocutor e precursor da ponte entre autoridades e criminosos que, por algumas vezes, conseguem mudar de vida por meio da arte, música e cultura”. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org/blog/jose-junior/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

²⁶ MV Bill é “cantor. Compositor. Rapper. Escritor. Ator. Apresentador de TV e Rádio. Cineasta-Documentarista. Nasceu na Cidade de Deus, favela-bairro do Rio de Janeiro. Um dos fundadores do PPPOMAR (Partido Popular Poder para a Maioria) e integrante da CUFA (Central Única de Favelas), formada por moradores de 107 favelas cariocas, além de artistas, produtores e pessoas ligadas a Associações de Moradores”. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/mv-bill/biografia>>. Participou do projeto Conexões Urbanas: “estreou em 2008 no canal Multishow, da Globosat. O programa, produzido e dirigido pela produtora de audiovisual do AfroReggae, que em 2016 deu origem a AfroReggae Audiovisual, teve 115 episódios exibidos e sete temporadas. Apresentado por José Junior, o programa levou para televisão abordagens inéditas sobre violência, temas sociais, cidadania e sustentabilidade”. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org/conexoes-urbanas/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

longo da década de 2000, o grupo cultural costurava suas ações entre as lideranças locais e o poder público. Em 2002,

decidimos negociar com a prefeitura o adiamento do Conexões para que parte dos recursos fossem utilizados no encerramento da campanha Mãe, Desarme o Seu Filho. O evento foi em julho, na favela da Grota, no Complexo do Alemão. Jorge João Silva, o Jorginho, líder comunitário que na época presidia a associação de moradores, foi um grande parceiro. Graças a ele, a comunidade participou de fato da campanha. [...] O evento de encerramento da campanha levou à favela da Grota shows da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, do AfroReggae, do MV Bill e do Cidade Negra e participações especiais de Gabriel O Pensador e da Furacão 2000. E, depois daquele dia, a prefeitura passou a promover ações sociais contínuas naquela comunidade. Este acabou sendo o piloto pra o Conexões Urbanas, cuja proposta era levar arte, cultura e ações sociais do município a locais desprovidos de tudo. Foi engraçado como começou essa parceria com a Assessoria Especial de Eventos da prefeitura de Cesar Maia (JUNIOR, 2006, pp. 172-173).

O recurso discursivo da legitimidade da fala é acionado de forma ambígua e relacionado à ideia de representação e ao capital social:

O projeto tem dois artistas residentes: MV Bill e a banda AfroReggae. Esses dois artistas têm uma responsabilidade importantíssima, até cruel: representar o povo da favela em cima do palco. Ambos não se consideram representantes de nada, a não ser de si mesmos e das entidades sociais a que estão vinculados (GCAR e Cufa). O público presente, [...] quando vê AfroReggae e MV Bill em cima do palco vê que é possível vencer, que é possível superar as dificuldades e que os negros da favela podem sim adquirir o direito de ter o poder. [...] O poder é o de estar em cima daquele palco, conduzindo aquele mar de gente. É por essas e outras que consideramos Bill e Celso Athayde muito mais do que parceiros. O envolvimento deles no projeto, junto com a Subsecretaria Especial de Eventos, passa pelas decisões de concepção do evento e articulação das comunidades por onde a nave espacial Conexões Urbanas passará. Eles envolvem os militantes da Central Única das Favelas (Cufa) e os seus veículos de comunicação (programas de rádio, site e a gigantesca mídia espontânea que eles têm) para divulgar e legitimar o evento (JUNIOR, 2006, pp. 174-175).

1.4.3 Discursos do *novo carioca* como resposta no sentido de desconstruir essencializações

Sob os signos da circulação pelos territórios e da ocupação de novos espaços políticos, há uma produção discursiva que opera muitas vezes sobre distinções²⁸ para caracterizar o “nascimento” de um sujeito produtor de uma nova perspectiva de cidade. Está presente sob formas conceituais, explícitas ou diluídas, em falas, metodologias, programas de políticas públicas e é acionada por intelectuais, representantes do poder público, representantes de organizações sociais e moradores.

²⁷ Tekko Rastafari é importante integrante desde o início da história do grupo e realizada diversas atividades dentro do grupo. Disponível em : < <http://www.afroreggae.org/blog/tekko-rastafari/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

²⁸ Refiro-me a “metáfora da guerra” que incorre na produção de uma ideia de “[...] contiguidade territorial entre favelados e traficantes de drogas como convivência (com) ou adesão dos primeiros ao modo de vida dos segundos” (LEITE; SILVA, 2013, p.147).

Como exemplo, podemos citar a produção discursiva que visa produzir novas identificações decorrentes dos “novos modos” de entender, descrever e produzir novas visibilidades. A *Oração ao novo carioca* (PELEGRINO, 2012, s/n) numa referência a Jailson de Souza, fundador do Observatório de Favelas, destaca que

O novo carioca nasce como antítese ao carioca clássico, aquele sujeito dominado pela nostalgia dos anos dourados que [...] viu nas favelas e seus moradores como o problema da cidade e se fechou em territórios restritos, perdendo a capacidade de circular, física, social, simbolicamente na cidade. [...] o novo carioca é pós-cidade partida, trans-tunel, off zona sul, além-zona norte. O novo carioca se move por uma cidade integrada, não segregada (PELEGRINO, 2012, s/n).

Essa construção discursiva tem uma dimensão de projeto e se propõe a repensar outros sentidos para as cidades, entendendo-as como “protagonistas” na atualidade. Para tanto, um *novo* sujeito aparece como resposta e se insere nesse projeto de cidade, assim como nos *novos* espaços sociais, políticos e culturais.

As cidades adquirem cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. Pode-se falar das cidades como atores sociais complexos e de múltiplas dimensões. As cidades como atores sociais não se confundem com o governo local, porém, obviamente, incluem-no. A cidade se expressa melhor como ator social na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre instituições políticas e sociedade civil (CASTELLS; BORJA, 1996, p.152-153).

A aposta na visão de cidade como geografia de encontros a partir da invenção de convivências mais “generosas” (BARBOSA, 2015) rejeita discursos desmobilizadores identificados em políticas consideradas paternalistas, essencializadoras de uma visão dos territórios populares. Da mesma forma, propostas que remetem à ideia de integração (SOARES, 2011) a partir das ausências não têm se mostrado capazes de perceber os aspectos relacionais das favelas e suas formas de inserção e diálogos com o conjunto da cidade. O discurso do “novo carioca” (SILVA; BARBOSA; FAUSTINI, 2012) refere-se aos territórios populares como parte que se relaciona com uma totalidade, que é a cidade, e é nessa estrutura de relações sociais capitalistas, sustentadas e reprodutoras de desigualdades sociais, que emergem as representações sociais acerca de tais territórios e populações. Representações, conforme descrito anteriormente, que não são monolíticas, mas polissêmicas.

Jailson de Souza e Silva (2012) apropria-se de formulações produzidas por Gary Dymisky (2011) acerca da produção de dois paradigmas interpretativos dos fenômenos das favelas. O primeiro refere-se à produção de um consenso que pressupõe a existência de territórios disfuncionais “em um ‘mundocidade’ ordenado de acordo com regras universais,

hierárquicas e externas aos sujeitos e aos grupos sociais” (SILVA, 2012, p. 80). A produção de uma ordem seria inviável porque “os moradores de favelas são considerados ilegais, potencialmente criminosos, parasitas sociais, incivilizados, excluídos sociais e econômicos, subcidadãos etc.” (*idem*). Um segundo paradigma, de modo diverso, e sob a perspectiva do conflito, propõe um olhar

que leve em conta a capacidade dos moradores das favelas constituírem um habitar específico na pólis, paralelo aos interesses prioritários do Estado e do Mercado, historicamente. Reconhece-se a produção cultural inovadora e territorializada, valoriza-se a busca de soluções criativas, coletivas e solidárias em um mundo social dominado por uma lógica centrada no individualismo e no poder do Mercado de regular as relações sociais, percebe-se o poder do território favelado em transmutar a cidade em espaço de vida e não apenas em territórios de circulação de capital e do poder hierárquico (SILVA, 2012, p.80).

No discurso do “novo carioca”, o desenho de inserção de parcela da população no modelo de cidade e seu planejamento estratégico pressupõe processos de desconstrução de representações e produção de novas identificações para que se reconheçam e enfrentem os antagonismos estruturais da episteme sobre a qual tal modelo constrói suas bases. Não são apenas antagonismos, mas também relações de complementariedade entre frações interclasses e intraclasses que dão forma ao “atual modo de fazer cidade” dominante. Dar “visibilidade” às contradições, às complexidades e aos processos políticos a partir de uma perspectiva não estática cumpre um importante papel na desconstrução de representações monolíticas e maniqueístas sobre os territórios. Colabora também para que

a construção da utopia de uma cidade democrática, com o devido respeito e legitimidade das diferenças e a devida igualdade no plano da dignidade humana, pode ser afirmada de acordo com a ênfase em aspectos distintos, sejam eles culturais, éticos, políticos, econômicos e/ou ambientais. Nesse caso, de acordo com a defesa de princípios específicos, serão diferentes as intervenções sociais, as alianças, as interpretações dos desafios fundamentais da conjuntura e as ações necessárias (SILVA, 2012, p.81).

Se “vivemos em uma conjuntura histórica que finalmente visibilizou para amplos setores sociais, econômicos e políticos a força plural dos grupos sociais populares” (SILVA, 2012, p. 80), tal visibilidade vem permitindo também atribuições de novos sentidos para os conflitos sociais, principalmente para o papel crescente do mercado nos novos formatos de “mediação” daquele.

As disputas em torno da construção do que representa a “nova favela” e o “novo carioca” vem se realizando a partir de conflitos e resistências em torno de representações hegemônicas, mas também a partir de alianças, parcerias e atuações pedagógicas que, nas

lutas por novos sentidos, redimensionam as demandas e, portanto, as formas de inserção das favelas no projeto de cidade.

A perspectiva relacional de se pensar a inserção das favelas e as possibilidades das “circularidades socioterritoriais” são apresentadas no discurso do “novo carioca” como desconstrução de “uma forma de apreensão polarizada, centrada na ideia estruturalista de superioridade/subalternidade ou centro/periferia, que caracteriza múltiplos olhares dirigidos aos grupos sociais populares em todas as suas práticas sociais e econômicas” (SILVA, 2012, p.83). Jailson de Souza e Silva (2012) apresenta um exemplo de tal forma de apropriação dos sentidos para além dos dualismos a partir da leitura do que Milton Santos chamou de subsistema da economia urbana. O tema proposto é o de trabalho informal. Para o autor em questão, este pode ser lido e conceituado de várias formas, e destaca que para uma perspectiva relacional, o trabalho informal ou o “circuito inferior”,

apesar de enfrentar situações adversas seja pela concorrência e/ou subordinação em relação ao superior, engendra alternativas econômicas e sociais para homens e mulheres não imediatamente integrados ao movimento dos mercados de produção, consumo e financiamento dominados pelas grandes corporações empresariais.[...] A oportunidade de leitura do trabalho informal no campo dos limites e possibilidades de sujeitos sociais que não são precários nem abstratos, mas concretos nos seus atos, desejos e forças de construir alternativas para suas vidas. Ela permite uma apreensão do fenômeno da informalidade interpretada a partir da sua relação contraditória com o setor formal. Assim ocorre também em relação aos territórios favelados (SILVA, 2012, p. 86).

Sob o signo da “convivência na cidade” (SILVA, 2012), as disputas conceituais, no sentido de novas apropriações e significados, são colocadas no centro do debate entre diversos atores e suas formas pedagógicas de atuação. Destaco a associação do conceito de diferença no jogo de referências para pensar categorias como cidade, território, cultura e juventude presentes no discurso do “novo carioca” e da “nova favela”.

O conceito de diferença se insere na disputa conceitual “como marcador da presença ativa de populações vistas não sob o signo da fragilidade, mas da potencialidade [...] aqui entendida em dois sentidos: portador de possibilidades e portador de potência ou força.” (D’ANDREA, 2013, p. 10). É preciso entender os contornos que essa reconfiguração propõe, pois, a mesma exerce uma funcionalidade pedagógica nas formas de entendimento das desigualdades sociais, dos conflitos e das possibilidades de organização da população para o enfrentamento das questões.

1.4.4 Identities gerenciadas como possibilidade de redimensionar as formas de negociação na produção de outra episteme

Dispositivos e práticas locais de controle, normalização e agenciamentos são analisadas por pesquisas de relevante caráter etnográfico acerca dos sentidos e resistências construídos nas interfaces entre as políticas públicas sob moldes neoliberais e seus desdobramentos nas políticas locais referentes às questões urbanas.

Nesse sentido, como um exemplo de tal estratégia, analiso uma produção discursiva que, atravessada por disputas, agenciamentos e negociações, vem sendo recorrentemente acionada pelo conjunto de atores sociais que, nas últimas duas décadas, tiveram êxito em promover inserções, diálogos e enraizamentos nas favelas, mobilizando jovens, lideranças locais, grupos de mulheres e associações. De acordo com Marcia Leite (2015), um novo ator é construído. São processos de “produção do *favelado* como um ‘novo homem’” (LEITE, 2015, p. 397), cujos desenhos e conteúdo são atravessados/dimensionados pelos “de fora”, ou seja, pelo Estado, pelo mercado, pelas organizações da sociedade civil e agências de fomento internacionais. Tal processo é mediado por esses atores e produz, por sua vez, agenciamentos que resultam em conflitos, negociações e novos significados acerca do “novo homem”, da “nova favela”. Deste modo, as formas de interpretação das causas dos conflitos sociais, das condições desiguais e da construção de oportunidades estão sendo pedagogicamente orientadas e podem colaborar para formatos reificadores do projeto hegemônico burguês centrado na produção de eficiência econômica, mas que, da mesma forma, possibilitam práticas contra hegemônicas, autônomas e críticas.

Marcia Leite (2015) entende que

transformar o *favelado*, produzir esse novo homem, primeiro *pacificado* (ou seja, desvinculado dos nós das redes do tráfico de drogas ilícitas e da violência que o acompanha) e depois capturado pelo mercado (através da ideologia do empreendedorismo que anima a atuação estatal e não estatal no território), parece ser, assim, o imperativo estratégico matriz, nos termos de Foucault (2004)²⁹, dos dispositivos de alteração do lugar de *margem* das favelas na cidade (LEITE, 2015, p. 398, grifos da autora).

Compreender a produção e as formas de apropriação discursiva do léxico e da gramática que atravessam esse movimento coletivo de redescrever os territórios populares e suas estratégias de resistência, reafirmação e “(...) reinvenção afirmativa da identidade

²⁹ FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. *Empan*, Paris, n.54, p.12-19, 2004. Conférence prononcée au Cercle d'Études Architecturales em 1967. Disponível em: < www.cairn.info/revue-empan-2004-2-page-12.htm >. Acesso em: 12 nov. 2016.

coletiva nos espaços populares (...)” (SOARES, 2014, p.11), é central para a análise da dinâmica do processo de acumulação do capital, que articula centro e periferias, centro e margens, de modo complementar para alguns ou de modo integrado para outros.

Serão apresentados a seguir alguns elementos de uma gramática formada a partir da desconstrução do pressuposto da carência para a “nova favela”, via reapropriação e ressignificação do “novo homem” e as “sociabilidades subterrâneas” que emergem com esse “processo de abertura de horizontes e potencialização de perspectivas” (SOARES, 2014, p. 13).

Em 2009, foi realizado um seminário “O que é favela, afinal?”, em parceria entre uma organização social que atua em favelas da cidade e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O objetivo era “pensar a questão da favela de modo amplo, crítico e inovador [...]”, junto com o desejo de “[...] compartilhar ideias e vivências em contraponto aos paradigmas que sustentam leituras hegemônicas sobre o fenômeno da favela” (SILVA, 2009, p. 10). Na obra, o BNDES é acionado como um importante parceiro para o reconhecimento da “favela como uma questão maior” (idem). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um ator estruturante de políticas públicas no país nas mais diversas áreas – economia, cultura, social –, atua em cooperação entre os setores público e privado. De acordo com Silva (2009), o território é uma categoria central e aparece como

matriz de políticas de desenvolvimento [...], sobretudo para estabelecer novos olhares e, por conseguinte, novas práticas em relação às favelas, territórios que não apenas fazem parte da história urbana de nosso país, como também constituem o lócus de desafios à construção de uma sociedade mais justa, democrática e generosa (SILVA, 2009, p. 6).

Para os organizadores do seminário, perceber a “concretude da favela na estruturação do espaço urbano” é importante para a desconstrução de representações estereotipadas das favelas e seus efeitos sobre o “tratamento configurado pelo Estado e pelos agentes privados a esses territórios” (SILVA, 2009, p.7). Como uma das formas de operar a “concretude da favela”, o segundo dia do seminário foi realizado não na sede do BNDES, mas no Bairro Maré. Tal estratégia foi um movimento de “trazer *para a favela* um debate que tradicionalmente é feito *fora da favela*.” (Ibidem, grifos meus). Um dos resultados do seminário foi a construção de um documento denominado Declaração com a finalidade de orientar as novas referências, ou seja, a “renovação do olhar sobre as favelas e seus moradores, bem como para o conjunto da cidade”, com potencial de “definição de políticas públicas direcionadas às favelas na perspectiva do Direito à Cidade” (Ibidem, p. 12).

Na construção de respostas para o tema “O que é favela, afinal?”, há um esforço no sentido da necessária desconstrução de elementos referenciais acionados pelo imaginário social sobre os territórios denominados favelas. O primeiro deles é a ideia das favelas como territórios de ausências – o que ela não é ou o que não tem, não apenas em relação a equipamentos urbanos e infraestrutura urbana, mas também ausências legais e morais. Reivindicações e lutas em torno do atendimento de demandas são recorrentemente invisibilizadas e/ou associadas às ações de prevenção e combate à violência.

A proposta de redefinição das representações das favelas a partir da construção de dados acerca das potencialidades sociais, políticas e culturais e, principalmente, econômicas é parte do que se denomina de “crise de representação” (Ibidem, p.17). Novas formas de apreensão do real, a partir de outros elementos, construção de outros dados talvez sejam importantes para substituir a visão estereotipada.

O que a realidade demonstra, todavia, é que os espaços populares são formados por diversas redes sociais, nas quais se fazem presentes práticas e representações. É o grau de *pertencimento* e de interesse em garantir ou melhorar sua posição nas redes sociais que orientará as ações dos diferentes agentes e atores. Essa caracterização serve tanto para os grupos sociais populares como para os médios e os dominantes que se fazem presentes na cidade (SILVA, 2009, p. 17, grifo do autor).

A escolha do termo *pertencimento* no texto acima é estratégica quando se quer ressaltar as complexidades e também as particularidades que envolvem o conceito de favela. Perceber as favelas cariocas como espaços heterogêneos e não como locais do transitório, mas também de permanência e produção de pertencimentos, significa dar visibilidade a práticas sociais e sociabilidades para além das perspectivas de uma integração subalterna e estigmatizada entre a “cidade favela” e a “cidade asfalto”.

Ressignificar o território é perceber o fenômeno das favelas como lógica do processo de urbanização da cidade, como, por exemplo, “[...] o fornecimento de mão de obra especialmente para as indústrias e serviços. Diversas favelas têm sua origem associada a fábricas e histórias de relação com movimento sindical” (STROZEMBERG, 2009, p.67). Local de produção do espaço urbano com especificidades sócio espacial, política, cultural e econômica, entretanto dentro das “ambiguidades próprias da cidade” (SILVA, 2009, p. 78) e seu planejamento estratégico. Por isso, entre as propostas dos organizadores do seminário está em politizar o debate a fim de

[...] propor e construir um projeto de cidade. Sendo assim, o tema não é simplesmente favela, o tema é cidade que tente romper com os processos de particularização das relações sociais, reconhecendo a diferença do outro. E nesse sentido, a favela que é o principal elemento a ser ignorado, se torna o principal

problema, se torna o estrangeiro. [...] Visa pensar num projeto de cidade pautado em novas referências simbólicas (SILVA, 2009, p. 80).

Reconceituar a favela a partir de novas referências que não se limitem à paisagem ou a uma perspectiva homogeneizadora que desconsideram sujeitos e práticas sociais diversas e legítimas. Ampliar o conceito de território para além “da paisagem, infraestrutura e renda” é desnaturalizar representações dominantes e estigmas, que pautam as políticas públicas também sob a perspectiva da carência e da exceção de direitos. “Humanizar o conceito” é deslocar e ressignificar os sentidos orientadores das práticas pensadas e realizadas para e nas favelas. Há a aposta numa perspectiva relacional para reconceituar a favela, enquanto território “constituente da cidade”, mas que “sofre a insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal”. Sendo a “força da sociedade”, a favela enquanto sujeito de direitos demanda formas e formatos de “garantia de um Estado efetivo de direito que exerça a sua soberania no território” (SILVA, 2009, pp. 82-83).

A perspectiva relacional do território deve ser capaz de incorporar as “lógicas diferenciadas” no que tange às formas de organização das habitações, suas sociabilidades decorrentes da tal organização – convivência diária, relações de vizinhança -, da sua composição étnica e, sobretudo, da altíssima vulnerabilidade e letalidade diante das formas de violência.

As disputas sobre o território apresentadas no seminário “O que é favela, afinal?” buscam promover, no plano simbólico, “o que é a favela na sua positividade”, e apresentam uma perspectiva relacional que aponta para formas de inserção qualificada desses territórios no projeto de cidade e nas políticas de urbanização sob discurso do direito à cidade. “Assim, torna-se fundamental admitir o caráter relacional das favelas, contrário à sua abstração e reificação. A favela não pode ser pensada em si mesma” (*idem*, p. 86).

Deste modo, os novos percursos para se pensar e representar o território e os sujeitos devem inicialmente trabalhar “as dimensões subjetivas e simbólicas, intrínsecas à vivência e à construção de significados dos sujeitos[...]” (*idem*, p. 87). O novo conceito de favela passa a ser acionado com potencial de criar novos diálogos sobre direitos e mobilizador de novas intervenções a partir das políticas públicas não mais sobre a lógica da precariedade.

1.5 A produção de uma gramática do social e seus conceitos estruturantes: empoderamento e protagonismo

O território e as ações locais têm um valor estratégico para as economias e os processos de circulação de mercadorias, incluindo serviços. Tornar os territórios populares

centros de produção, difusão e inovação cultural, e as juventudes atores e autores de práticas, ou seja, protagonistas, possui uma dimensão mobilizadora, mas também portadora de ambiguidades no que se refere aos sentidos divergentes do que seja uma cidade mais justa, das formas da política de investimentos e das formas de apropriação política dos equipamentos culturais.

O discurso que se propõe a celebrar as diferenças promovendo “experiências estéticas inovadoras”, ações no sentido de “valorizar encontros entre diferentes sujeitos sociais” e “afirmar direitos” vagueia no emaranhado de sentidos políticos que são atribuídos e disputados, por exemplo, em torno do que é investimento público e estatal no campo da cultura e dos direitos. A proposta de desconstruções de hierarquizações que historicamente marcaram o campo das culturas, e das formas de reprodução das desigualdades, nos remete à necessidade de “construir ações que reconheçam essa situação e que procurem, em alguma medida, atuar a partir dela” (BARBOSA; DIAS, 2013, p. 195).

A aposta na circulação pelos territórios é uma marca de algumas metodologias utilizadas por organizações sociais na cidade do Rio de Janeiro. Como exemplo dessa metodologia, citamos a promoção de encontros entre jovens de diferentes favelas, da construção de intervenções e de eventos em diferentes espaços da cidade, em que o desenvolvimento de uma “vontade de ação” e de ocupação engendraria “outras formas de operacionalização” para além do mercado formal, articulando, assim, ações no campo da cultura (VIEIRA, 2013).

Tal estratégia de incentivo a formas de positivação dos territórios populares possui várias interpretações, dentre elas, a que representa a construção de um regime discursivo (TOMMASI; VELAZCO, 2013) como elemento central para promoção de uma nova imagem da cidade. Daí a promoção de uma gramática e “novas” representações que se afirmam relacionais em contraposição à ideia de uma cidade “partida”, com territórios de “exclusão”, de relações “ilegais” e “marginais”.

A palavra empoderamento – *empowerment* – ³⁰ foi inserida na agenda das políticas públicas focalizadas no período de transição democrática³¹ e é hoje considerado por certos setores um senso comum que muitas vezes prescinde de definições e é percebido como um dado, sem maiores análises. É um conceito com traços polissêmicos e encontra-se presente na

³⁰ De acordo com Valoura (2005), a origem inglesa da palavra possui significados como “autorizar”, “permitir”, “dar poder a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas”, mas também “promover autorealização ou influência de” e por isso permite diversas apropriações do termo.

³¹ 50 Anos de Mudanças na América Latina – Ford Foundation. Disponível em:

<<https://www.fordfoundation.org/the-latest/ford-live-events/50-anos-de-mudancas-na-america-latina/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

agenda política de diferentes atores e instituições, como governos, empresas e organizações da sociedade civil. Agências e bancos internacionais de desenvolvimento. Como praticamente todo tema emergente, o empoderamento gradativamente transforma-se numa moda intelectual, frequentando discursos de atores de orientações políticas e identidades culturais por vezes díspares e prestando-se a múltiplos usos. Pode-se falar, então, numa utilização polissêmica e indiscriminada do conceito ao sabor de quem o emprega conforme suas intenções e posição no espectro político-ideológico (HOROCHOVSKI, 2006, p. 2).

A categoria *empoderamento* vem sendo acionada principalmente em decorrência de leituras e interpretações produzidas sobre as novas formas de lutas que crescentemente vêm destacando os aspectos identitários a partir do recorte de gênero, étnico-racial, geracional, territorial, entre outros, encobrindo as referências às classes sociais apesar de muitas análises se pautarem na existência de um sujeito coletivo (LACLAU, 1983; MOUFFE, 2003). É justamente nas formas diferenciadas de operar o conceito de identidade que o descentramento de perspectiva de classe se desdobra. No entanto, esta não apenas é diluída, como, muitas vezes, desaparece das análises para gerar novas centralidades ou até mesmo para substancializar sujeitos e grupos como vulneráveis, por exemplo, para em seguida “empoderá-los”.

Valoura (2005) analisa o uso desse conceito por Paulo Freire em que este promove um deslocamento analítico. Não é acionado numa perspectiva da “doação ou transferência por benevolência [...] e que transforma o sujeito em objeto passivo”, e também não é um movimento de fora para dentro, mas um movimento interno, pela conquista (VALOURA, 2005). Dessa forma, empoderamento não se refere à simples construção de habilidades e competências preconizadas pelo outro, mas tem seu foco na transformação cultural e não nas formas modernas de “adaptação social”.

Inicialmente associado ao conceito de desenvolvimento, na década de 1970, e suas especificidades para os países periféricos, o conceito passa, na década de 1990, a ser apropriado pelo discurso neoliberal na busca pelos ajustes necessários aos novos padrões de acumulação flexíveis. Para tanto, é preciso voltar os esforços no sentido de promoção de políticas públicas que garantam um ativo importante que é a governança e ver como se articula às formas de entendimento da concepção de pobreza. Tão importante quanto a sua definição, são as suas funcionalidades para o terceiro setor, que estão associadas aos processos de legitimação das organizações e das suas práticas, tendo como critérios principais a profissionalização, a eficiência e a sustentabilidade financeira das mesmas (GIFE, 2016).³²

³² Indicadores de governança: entenda por que sua organização não pode ficar fora dessa. Disponível em <<http://gife.org.br/indicadores-de-governanca-entenda-por-que-sua-organizacao-nao-pode-ficar-fora-dessa/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

De acordo com técnicos do Banco Mundial,

a governança consiste no que pode ser feito em matéria de reforma institucional para alcançar melhorias nas quatro áreas seguintes: atribuição de poder aos pobres; aumento da capacidade dos pobres mediante a melhoria de serviços básicos; oportunidades econômicas mediante maior acesso aos mercados; segurança contra choque econômicos e contra a corrupção, o crime e a violência (HOLMES et al, 2016).

Essa forma de apropriação do conceito reforça uma dimensão instrumental e metodológica decorrente de um processo de despolitização, mas que, nos últimos anos, ao ser reapropriado por instituições da sociedade civil, ganha novos contornos por introduzir uma “abordagem baseada em direitos, a qual tem sua origem na luta pelo reconhecimento e promoção do conjunto de direitos humanos (civis, políticos, econômicos, culturais, etc.)” (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.5). O papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil na mediação e nas formas de apropriação de conceitos possui uma dimensão significativa, principalmente quando analisamos a produção de sentidos realizada por organizações que não realizam um trabalho na ponta ou na extremidade dos processos de intervenção, ou seja, não atuam na execução junto ao público alvo, mas sim, realizam uma operação intermediária de fornecer os sentidos, as formas de entendimento da questão social, momento este que precede o atendimento, a execução das várias formas de intervenção.

Uma das organizações que atua de forma intermediária é a ActionAid³³. Esse *think tanks* relaciona pobreza e empoderamento da seguinte forma:

[...] considera que para superar a pobreza se faz necessário promover a construção de um projeto crítico e alternativo de desenvolvimento fundado no empoderamento dos pobres e de seus representantes e aliados.

O empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania. Ou seja, da capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.6).

Os autores destacam o papel dos principais “agentes da transformação do Estado num instrumento de erradicação da pobreza” que são os “movimentos sociais e as organizações populares”. No entanto, ressaltam a necessidade de “suporte” que significa a parceria com “ONGs e suas redes” (*idem*, p. 6).

³³ A ActionAid é uma organização sem fins lucrativos, que atua no Brasil desde 1999 e possui uma rede de 25 organizações parceiras em 13 estados. Possui forte atuação nas favelas do Rio de Janeiro. Na sua página eletrônica encontram-se as instituições que os apoiam e quem rede de parceiros eles apoiam. Esta organização social terá sua atuação analisada no próximo capítulo por ser considerada pela presente pesquisa como um *think tank*. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

Romano (2002) sinaliza que o conceito de empoderamento assume diversas abordagens quando se refere ao combate à pobreza: *transformismo*, “*empoderamento sem poder*”, “*empoderamento neutro e sem conflitos*”, “*empoderamento como dádiva*”, “*empoderamento como uma técnica que se aprende em cursos (ou a pedagogização e a tecnicização do empoderamento)*”, e “*a superpolitização e a atomização do empoderamento*”.

Utilizando as concepções do indiano Amartya Sen³⁴, Romano (2002) afirma que

a abordagem de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades (*capabilities*) das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Assim, através do empoderamento visa-se a que essas pessoas pobres e excluídas venham a superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas. As capacidades (*capabilities*) são poderes para fazer ou deixar de fazer coisas. Assim, o conceito de capacidades não significa só as habilidades (*abilities*) das pessoas, mas também as oportunidades reais que as pessoas têm de fazer o que querem fazer (ROMANO, 2002, p. 18).

Empoderamento, além de ser um conceito polissêmico, é também dotado de ambiguidades que criam possibilidades para diferentes usos. A ideia de *capacidades a serem desenvolvidas* (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013) nos dá a dimensão de seu potencial associado aos processos de formação humana, de saberes, de formação de habilidades. O conceito assume formas que procuram fixar certos sentidos para que o mesmo possa ser operacionalizado, e até mesmo verificado empiricamente diante do seu processo de institucionalização decorrente de sua apropriação por agências de fomento e organizações da sociedade civil. Sua funcionalidade opera como importante ativo na busca de legitimidade e sustentabilidade de atores sociais, não apenas entre para as organizações sociais que executam os projetos, mas para as organizações e institutos que funcionam no circuito intermediário.

No livro *Sociabilidades Subterrâneas*, o *empoderamento* está associado a uma perspectiva apresentada como um dilema que cerca a busca de legitimidade de ações.

O verdadeiro dilema em jogo faz parte de um debate muito mais amplo, sobre as relações entre o mundo formal e institucional das agências de assistência e desenvolvimento – nacionais e internacionais – e a informalidade e o estilo operacional das organizações populares não governamentais (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p.164).

No terreno da mediação, esses sentidos são construídos evidenciando que os usos dos conceitos formadores dessa gramática social conformam entendimentos sobre a luta política,

³⁴ Escritor e economista indiano e vencedor do Prêmio Nobel em 1998. Disponível em: <http://www.amartya.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=136&Itemid=182>. Acesso em: 01 ago. 2016.

ou seja, seu caráter epistemológico, e a construção de identificações dos sujeitos dessa luta. Por exemplo, o grupo cultural Afroreggae e a Cufa.

Esses grupos são, em princípio, como diria Sílvia Ramos, objetos indomáveis. E por quê? Porque eles não nasceram como os outros, eles vêm da base, eles vêm da favela, eles precisam aprender a se organizar. Eles têm um desafio, que é aprender a se organizar; eles precisam da ajuda de instituições como a UNESCO, que tem, no seu discurso, no jargão profissional, o *capacity building and empowerment* [desenvolvimento de capacidades e empoderamento], só que, antes de aprisioná-los dentro das nossas regras, eles precisam de tempo (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p.164-165).

A citação acima é de um membro que fala em nome da Unesco, importante parceira de organizações da sociedade civil que atuam no Rio de Janeiro, e sinaliza como entende o dilema. O uso do termo “ajuda” coloca a questão de quem é sujeito e de quem é o objeto do empoderamento, portanto, quem fornece os contornos dessa relação de poder. “Existe um sujeito do empoderamento, que atribui ‘mais poder’ ao objeto do empoderamento” (ACSELRAD; CAMPELO; BEZERRA, 2006, p. 66).

Os “objetos” do empoderamento – mulheres, negros, jovens, pobres, populações tradicionais, jovens – são acionados de formas diferenciadas. A atribuição de “mais poder” é gerenciada a partir de dimensões subjetivas e coletivas. As “sociabilidades subterrâneas” sinalizam que o desenvolvimento de potências individuais e “[...] capacidades para a ação criativa e para a resiliência são construídas nas trajetórias de vida”. As identidades que acionam dimensões coletivas e de pertencimento – “favelado”, juventude negra, mulher jovem, trabalhador – também são ressignificadas a partir dos sentidos construídos para o empoderamento e se desdobram em ações que visam à produção de narrativas não hegemônicas que acionam tais identidades, ou identificações sugeridas pelas organizações. Para tanto, no campo de atuação das organizações sociais, há significativos investimentos para dar visibilidade a novos dados socioeconômicos (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014), promover o acesso a novas formas de comunicação³⁵, produção e difusão de informação³⁶, e fomentar capacidades, habilidades e competências para que outros sujeitos, além do poder

³⁵ Por exemplo, a iniciativa da organização Observatório de Favelas e a Fundação Ford na produção de dados sistematizados visando “investigar empiricamente como funcionam as iniciativas de comunicação popular; qual é o lugar da agenda antirracista para essas; e, de outro lado, como organizações comprometidas com a promoção da igualdade racial têm utilizado estratégias e ferramentas de comunicação em suas práticas ativistas. A pesquisa faz parte de um projeto mais amplo que tem como objetivos produzir e difundir conhecimento sobre democratização da comunicação, tomando a comunicação como direito fundamental para a superação do racismo; e contribuir para a construção de políticas públicas que aliem democratização da comunicação e enfrentamento do racismo”. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Publica%C3%A7%C3%A3o_Justi%C3%A7a-Racial_VersaoDigital.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

³⁶ Laboratório de Dados do Observatório de Favelas. Disponível em <<http://of.org.br/noticias-analises/laboratorio-de-dados-seleciona-jovens-criativos/>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

público e do mercado, intervenham na produção de uma agenda de direitos nos campos da cultura, das atividades econômicas e, principalmente, dos direitos fundamentais de primeira geração, como o direito à vida³⁷.

Dados permitem afirmar que a seletividade da violência atinge jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade³⁸. As juventudes representam também uma parcela significativa dos recursos humanos para o modelo de desenvolvimento conforme mostrado no início do capítulo, sua importância quantitativa vem acompanhada de significativos investimentos materiais e teóricos no sentido de qualificar esse sujeito, que assume um papel estratégico nas relações de produção.

No âmbito das publicações de organismos internacionais orientadores das políticas públicas no Brasil, Souza (2009) ressalta que o termo “protagonismo juvenil não foi capaz de fixar-se como aglutinador de um discurso já consolidado” (SOUZA, 2009, p. 4). A articulação dos conceitos de *protagonismo* e *empoderamento* passa a ser estratégico para mobilizar as competências e habilidades preconizadas pelas agências multilaterais de investimentos e suas parcerias com *think tanks* e organizações sociais através das quais novas interpretações e formas de entendimento sob direção de frações da classe burguesa pretendem ganhar contornos de universalidade. A forma de associação passou a limitar-se ao termo “protagonistas” e relacionado às juventudes, por exemplo, no modo como aparece na publicação da UNESCO do ano de 2005 intitulada *Políticas públicas de/para/com juventudes*.

A Fundação Odebrecht, o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) são os primeiros a utilizar o enunciado *protagonismo juvenil* no Brasil na década de 1990 (SOUZA, 2009). Entre a promoção de eventos e publicações sobre o tema, a Fundação Odebrecht lança o livro de Antônio Carlos Gomes da Costa, *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação* no ano 2000, e o autor se torna uma das referências sobre o tema, principalmente para ONGs e organizações sociais de interesse público e privadas.

Simultaneamente e diversamente, mas de forma convergente, autores/as e pesquisadores/as da academia produzem, ao longo das décadas de 1990 e 2000, estudos sobre protagonismos e juventudes. Souza (2009) cita Helena Abramo, Eder Sader, M.Foracchi,

³⁷ Organizações da sociedade civil e instituições de *think tank* realizaram a campanha *Somos da Maré. Temos Direitos!* Uma perspectiva de institucionalização do conflito está presente no título da notícia na página da organização Observatório de Favelas: “Somos da Maré. Temos direitos! Aposta na união para enfrentar a violência”. Disponível em <<http://of.org.br/noticias-analises/somos-da-mare-temos-direitos-aposta-na-uniao-para-enfrentar-a-violencia/>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

³⁸ Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/08-agosto/mapa-da-violencia-2016-morrem-2-6-vezes-mais-negros-que-brancos-vitimados-por-arma-de-fogo>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

Vera da Silva Telles, Maria Célia Paoli, como autores e autoras que contribuíram, de formas diversas, para um deslocamento conceitual significativo para o campo da participação política e para a ideia de protagonismo, quando acionam e operam categorias que definem os sujeitos sociais como atores sociais e a pluralidade de formas de “atuação social”. Tomando como base algumas ideias de Alain Touraine (1998), a autora ressalta uma das dimensões dessa gramática que se forma.

A expressão *ator social* nomeia o indivíduo que, perseguindo interesses particulares ou “objetivos pessoais” realiza um diagnóstico das possibilidades (ou estabelece projetos realistas); dialoga, negocia, estabelece alianças e defende seus interesses perante outros atores (atos tomados como exemplos de práticas de cidadania, para o que se requer capacidade de comunicação); *faz* coisas em benefício de si mesmo e de sua localidade ou grupo mais próximo (SOUZA, 2009, p. 9).

Os novos fazeres políticos ao se distanciarem e se contraporem radicalmente às formas e aos formatos históricos, sob o argumento de “uma outra conjuntura social”, apesar de permanências nas estruturas sociais, criam novos sentidos para as formas de luta e possibilitam novas formas de resistências, e também de capturas por lógicas funcionais para e reprodutoras de desigualdades.

Em suma, o ator social dos anos 90 e 2000 é aquele indivíduo que, para alcançar objetivos particulares exequíveis, modifica um previamente diagnosticado entorno social e negocia com os outros indivíduos igualmente considerados *atores*. A atividade (ou o *fazer*) e a negociação/defesa de interesses são os dois meios, portanto, de realização dos objetivos particulares, e compõem a noção de participação e [...] da atual noção de cidadania [...] (SOUZA, 2009, p. 9).

Uma das questões colocadas por Souza (2009) é que o

espaço público é transformado em cenário em que atores sociais atomizados – indivíduos, empresas, organizações sociais e Estado (um ator social entre outros, considerado, porém, ineficiente na resolução dos problemas) – negociam e defendem interesses. A divisão de classes e as contradições são ocultadas; os conflitos e desigualdades cedem lugar à diversidade de interesses. O discurso homogeneiza o social (SOUZA, 2009, p.9).

O conceito de protagonismo adquire crescentemente o papel estratégico nas políticas públicas e é um dos eixos centrais de projetos desenvolvidos por ONGs, organizações sociais de interesse público e agências de fomento. No entanto, vem sendo operado com o sentido prescritivo, nomeando a juventude que se encontra em condição de pobreza e prescrevendo modos de ser e de agir.

Há investimentos teórico-metodológicos em dimensionar a forma de participação: ser protagonista é *fazer* coisas e negociar interesses (CASTRO et al., 2007).

O jovem a partir disso teria como princípio da sua atuação um sentimento de se sentir útil para a sociedade, uma espécie de consolo existencial em que a mudança social estaria relacionada diretamente a mudanças específicas na vida do próprio jovem, através de pequenas intervenções que apenas serviriam para a autoformação. O cenário social é o espaço do aparecer e do fazer, e é na correlação dos dois que o jovem se constitui enquanto sujeito (GOULART; SANTOS, 2014, p. 131).

Essa forma de nomear quem é o jovem (GOULART; SANTOS, 2014)³⁹ e considerá-lo como um capital que precisa *adquirir* e *acumular* repertórios, alguns previamente definidos, e potencializar a capacidade de investimento em si mesmo, conhecimentos e habilidades para a vida e para o trabalho – capital humano – e de investimento em comportamentos voltados para relações de solidariedade, cooperação, valores cívicos e uma cidadania ativa amparada em “boas práticas” – capital social –, é central para as políticas nortadas pelo Banco Mundial.

Para Giovanni Alves (2011), a disseminação de valores como o empreendedorismo e capacidades para a empregabilidade são os pilares do “novo homem produtivo do capital” (ALVES, 2011, p. 89) sob hegemonia social do toyotismo⁴⁰.

Na medida em que o toyotismo é obrigado a se apropriar da participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhado (Gramsci, 1984b), a “captura” da subjetividade do trabalho torna-se sua obsessão íntima, a partir da qual ele vai operar, por meio das inovações sociometabólicas, um duplo movimento hegemônico – incorporar valores da vida do trabalho na produção do capital (é a ideia de que *business* é vida) e estender valores-fetice da produção do capital na instância da reprodução social (a ideia de que vida é *business*) (ALVES, 2011, pp. 100-101).

Para exemplificar tal fenômeno, cito novamente um projeto da Agência Redes para a Juventude intitulado CNPJ na Mão: Projetos da Agência Formalizados. Voltado para a “juventude popular que para disputar o espaço de criação na cidade o fazem também através da formalização de sua atividade e causando impacto na economia da cidade”⁴¹, este projeto, em parceria com o Sebrae-RJ e o MAIS (Movimento de Ação e Inovação Social), defende que “as características empreendedoras precisam estar em qualquer projeto” e que é preciso “ampliar o financiamento(...) através de editais públicos ou privados”. Para tanto, é necessária uma formalização através de um CNPJ, que além de garantir direitos à Previdência, “abre o

³⁹ Para o Banco Mundial, juventude é: “uma fase de busca de identidade, *self*, o que não se confunde com ‘irracionalidade econômica’ (como se envolver em atividade de risco econômico); uma fase em que há forte influência dos pares; uma parcela que maneja um tipo de racionalidade em que o futuro não entra nos cálculos; uma parcela que não considera os efeitos de seus atos sobre os outros” (GOULART; SANTOS, 2014, p.26).

⁴⁰ Para Giovanni Alves, “a acumulação flexível surge como estratégia corporativa que busca enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização e novo imperialismo. Constitui um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra a partir de meados da década de 1960, comendo uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para a exploração da força de trabalho” (ALVES, 2011, p.13).

⁴¹ Disponível em < <http://agenciarrj.org/cnpj-na-mao-projetos-da-agencia-formalizados/> >. Acesso em: 20 fev. 2015.

leque de captação de recursos”, pois há “uma corrida pela aprovação no edital *Ações Locais*, da prefeitura do Rio de Janeiro”. A construção de uma “cidade com mais direitos” passa pela formalização percebida como “um dos caminhos de reconhecimento da capacidade criadora dos jovens de periferia”.

Outra importante produção que nos permite compreender os sentidos acionados quando se fala em protagonismo é a publicação *Sociabilidades Subterrâneas* (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013). Nela são apresentados objetivos estratégicos defendidos por Pilar Álvarez-Laso, subdiretora-geral do setor de Ciências Humanas da UNESCO, para o que denomina “mudanças positivas”. Classificada como “ascendente” (*bottom-up*), essas sociabilidades criam fortes vínculos com os protagonistas locais e demonstram capacidade transformadora dos atores sociais. Esse empreendimento contou com a participação da London School of Economics and Political Science (LSE), do Escritório da UNESCO no Brasil, do Instituto Itaú Cultural, da Fundação Itaú Social, da AfroReggae e da CUFA (Central Única das Favelas)⁴². Os vínculos com os protagonistas locais são limitados, pois o uso de tal pesquisa está inserido no Programa da UNESCO de Gestão das Transformações Sociais (*Management of Social Transformations Programme*), servindo para “subsidiar um diálogo sustentável e eficiente entre a comunidade acadêmica, os tomadores de opinião e os especialistas em políticas públicas” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p.16).

Este estudo se refere às formas de atuação das organizações AfroReggae e Central Única das Favelas (CUFA), que realizam uma imersão no mundo psicossocial dos territórios populares, e entende que esses atores reúnem um capital social pelo fato de serem originárias de “dentro das favelas” e por utilizarem

a arte, o esporte e o exercício da cidadania para transformar comunidades marginalizadas e estabelecer linhas de intercâmbio e de comunicação entre estas e a sociedade em geral. Uma questão central para o estudo foi *compreender* a capacidade para agir em contextos de privação, como surgem ações positivas para mudança e quais são suas condições de possibilidade. A pobreza e a marginalização produzem exclusão e sofrimento humano. Contudo, as pessoas que vivem nessas condições contam com competências e habilidades, sabedoria e racionalidade, que lhes permitem resistir à exclusão e promover o desenvolvimento social. Isso requer entendimento e reconhecimento.

Denominam-se *sociabilidades subterrâneas* as formas de vida social que se tornam invisíveis aos olhos da sociedade por conta de barreiras geográficas, econômicas,

⁴² Para as autoras, essa “parceria permitiu pontos de contato e a negociação de visões, estratégias e projetos, bem como acúmulo de recursos e de bens simbólicos. A experiência mostrou que: parcerias são o melhor caminho para pesquisar populações de difícil acesso; parcerias são meios eficientes e eficazes de beneficiar todos os parceiros, bem como de estender o alcance e o impacto de pesquisas; colaborações internacionais funcionam bem porque indivíduos sentem-se atraídos, curiosos e desafiados por outras culturas, e desejam contar sua história para uma ampla gama de audiências” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 26).

simbólicas, comportamentais e culturais. A natureza oculta dessa sociabilidade é socialmente construída por representações dominantes, pelo controle institucional, pela exclusão social e por mecanismos psicossociais, como a negação das condições e dos padrões de vida de outros. Historicamente associadas à violência, à exclusão e à marginalidade, essas sociabilidades são frequentemente trazidas à tona por erupções que envolvem comportamentos violentos e/ou criminosos” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, pp. 19-20).

Não obstante, as sociabilidades subterrâneas, para se tornarem visíveis e capazes de transpor as “barreiras geográficas, econômicas, simbólicas, comportamentais e culturais” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ 2013, p.19), necessitam, para tanto, que os indivíduos reúnam capital humano e capital social sob a forma de “competências e habilidades, sabedoria e racionalidade” (Ibidem, p. 20).

Uma das autoras, Sandra Jovchelovitch (2013), traz como referências, para se pensar a desigualdade social, as consequências da exploração da classe trabalhadora e o abismo socioterritorial que se reproduz cotidianamente na dinâmica da cidade, o dramaturgo do teatro do absurdo, Samuel Beckett, que “encontrava humor na adversidade”. Também afirma que a “vocaçãõ” do país para recomeços, “e, dessa vez, bem no meio dos seus territórios invisíveis” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ 2013, p. 17), faz lembrar “Jorge Amado, que escreveu sobre a capacidade do Brasil para a mistura e o diálogo como sua maior contribuição para uma esfera pública global.” (Ibidem).

Os dois coordenadores das organizações citadas na publicação são considerados “únicos e modelo potencial para outros contextos de exclusão. A pesquisa investigou a sociabilidade *da* favela e encontrou nela a sabedoria e o conhecimento de sua gente.” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 17, grifos meus). Também criou um banco de dados com informações reveladoras dos “determinantes psicossociais da exclusão e inclusão social nas favelas do Rio de Janeiro, tais como vivenciados e narrados pelos principais protagonistas desses processos.” (Ibidem).

Essa pesquisa é um exemplo de que há um crescente movimento de atores interessados em compreender, analisar e mobilizar o que denominam “padrões de sociabilidade e de *regeneração* social desenvolvidos nas favelas do Rio de Janeiro.” (Ibidem, p. 22, grifos meus). O que chamam de *regeneração* social é a capacidade de “mobilizar recursos – individuais e coletivos – para resistir à exclusão, lutar contra a marginalização e reescrever as relações entre as favelas e a cidade” (Ibidem).

A matriz ancorada no eixo exclusão/inclusão reconhece as “falhas” do mercado e que as assimetrias de informações e oportunidades podem ser contornadas por ações que promovam um acúmulo ou produção de novos repertórios (BARBOSA; DIAS, 2013),

capacidades de inovação, de ser empresário de si (GOULART; SANTOS, 2014), e de articulação de redes locais (Fundação Itaú Cultural; Cenpec, 2013), por exemplo.

Para Goulart e Santos (2014),

tendo em vista a concepção de capital humano, empreender é formar-se, é também investir em si, acumulando saberes para que esses sejam contabilizados como capital, numa espécie de economia de conhecimento. Dessa maneira, podemos estabelecer uma conexão entre protagonismo e empreendedorismo, tendo em vista que ambos dizem respeito a um autoinvestimento que tem por finalidade um tipo de autonomia (GOULART; SANTOS, 2014, p.134).

Esse tipo de investimento também se realiza para a produção de representações que se concebem alternativas em relação às representações hegemônicas sobre as favelas e seus moradores.

A aposta na construção de novas representações e de autorrepresentações possui um desenho teórico que recupera os conceitos de *sociabilidade* de G. Simmel (1950) e de *representações sociais* de Alfred Schutz (1967). Considerado como “elemento básico” da cultura brasileira, a “sociabilidade como ludicidade” é um dos traços específicos da “cultura da favela” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013). Na publicação citada, o interesse da pesquisa estava em buscar

identificar como as energias lúdicas e relacionais da sociabilidade funcionam como ferramentas para reescrever vidas pessoais, regenerar espaços sociais e unir ambientes urbanos nos quais a segregação é uma característica. (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 30).

Essas possibilidades de regeneração e de reescrita são possíveis por que, de acordo com a apropriação do conceito de G. Simmel, a sociabilidade é

a forma lúdica da sociabilização, ou seja, experiência prazerosa, alegre e agradável decorrente da interação das pessoas na sociedade. Imagine-se a situação social perfeita: divertir-se com os pares, conversar, rir, brincar e desfrutar o prazer completo de estar junto com as outras pessoas. [...] Esse prazer puro da sociabilidade é possível porque atores sociais são capazes de se desprender das formas reais, materiais e concretas da vida social, que envolvem estruturas e posicionamentos relacionados a hierarquias e à desigualdade nos campos sociais. Ao conseguir abstrair a riqueza, a posição e o poder, esquecer o *status* e outras obrigações da vida “real”, então é possível envolver-se ludicamente no jogo da sociabilidade, na apreciação da presença de outros, nos jogos de conversação e de relação que produzem a convivência e a experiência compartilhada (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 30).

Na interpretação das autoras, a capacidade de abstração das condições materiais da população de moradores em favelas está na base da “cultura da favela”, mas está “escondida”, não é visível, e por isso está distante de uma perspectiva integradora e consensual. Utilizam o conceito de mundo da vida de Alfred Schutz para explicar que “[...] ele é escondido por uma

cortina de segregação, que não permite que as formas se aproximem da luz plena de uma esfera pública integrada” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 30).

Outro conceito estruturante é o de representações sociais de Serge Moscovici (2008) enquanto “sistemas de ideias, valores e práticas construídos por grupos sociais” que orientam e comunicam. Partindo da perspectiva que há “uma pluralidade de representações sociais, cada uma expressando projetos, identidades, modos de vida e diferentes níveis de poder nos campos sociais” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 31), acreditam na existência de esferas públicas onde aconteceriam encontros, competições e transformações entre essas representações.

As ONGs Cufa e AfroReggae seriam atores importantes nas “*lutas representacionais* na esfera pública geral da cidade do Rio de Janeiro” operando importantes deslocamentos e ressignificações, pois estão

demonstrando ativamente que o crime, as drogas e a violência estão longe de ser as características dominantes da sua cultura. Empurrando o que é invisível para a esfera pública aberta, esses grupos desafiam estereótipos e símbolos dominantes e contribuem significativamente para mudanças nas relações intergrupais e nas identidades sociais de toda a cidade (Ibidem).

Os usos da arte e da brincadeira pelas referidas ONGs são recursos considerados fundamentais para se trabalhar a imaginação no “reposicionamento da vida da favela na agenda da sociedade brasileira” e para o desenvolvimento da “resiliência e resistência a contextos de pobreza.” (Ibidem, p. 32). Essas ações são possíveis a partir da leitura que considera os territórios como *cartografias psicossociais*⁴³, ou seja, uma

totalidade subjetiva e objetiva: suas linguagens, representações, práticas, investimentos emocionais, padrões comportamentais, modos de relação dentro e fora dos seus limites, assim como a sua materialidade geográfica, onde está localizado, e como demarca as fronteiras e as travessias em relação a espaços maiores e a territórios mais amplos (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 33).

Na perspectiva acima, a luta por direitos orbita principalmente na esfera da representação e da autointerpretação positiva, assim como as formas e os formatos que essas disputas operam, o que possibilita um deslocamento da luta política que exclui as causalidades relativas às relações sociais de produção, sob a perspectiva de classes. A problemática da integração social – mediada pela gestão e pela técnica – delinea os recortes que se realizam sobre as representações do real e as relações sociais derivadas de tal interpretação. Ela referenda a perspectiva da ausência ou indevida apropriação de informação,

⁴³ Esse conceito foi desenvolvido por Sueli Rolnik a partir da obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

formação e repertórios, disputa sentidos e representações muitas vezes descoladas da dimensão de projeto e de lutas com potencial transformador das relações sociais de produção reprodutoras de desigualdades sociais. No lugar, promove concepções de cooperativismo, redes de solidariedades, ativismos.

1.6 **Conveniência e funcionalidade dos usos do conceito de cultura na gramática do social**

O protagonismo da esfera cultural (YÚDICE, 2014) é uma importante chave conceitual para entender a funcionalidade que os conceitos podem adquirir na operação da gramática do social. Tal protagonismo é um dos elementos de uma estratégia de legitimação (*idem*) de uma ordem social decorrente das necessidades do processo de acumulação flexível. E “a defesa da centralidade da cultura para a solução de problemas sociais não é novidade, mas ela tomou diferentes formas no passado [...]” (YÚDICE, 2014, p. 28).

Entender e complexificar essas formas assumidas na atualidade e no contexto do capitalismo periférico significa reconstruir metodologicamente as determinações de ordem material que vão dando os contornos daquelas. No entanto, tais contornos e usos são realizados e mediados por sujeitos que atuam e ressignificam suas práticas. Deslocar o olhar de referências que essencializam relações sociais sob a perspectiva da dominação evita invisibilizar outros processos e interações que se fazem dialéticos por incorporarem sujeitos e lógicas diversas de ação.

[...] a hegemonia cultural não se realiza mediante ações verticais, nas quais os dominadores capturariam os receptores: entre uns e outros se reconhecem *mediadores*, como a família, o bairro e o grupo de trabalho. [...] A comunicação não é eficaz se não inclui também interações de colaboração e transação entre uns e outros (CANCLINI, 2010, p. 60).

Nesse sentido, busca-se acionar o conceito de cultura a partir de Stuart Hall no aspecto “substantivo” e seu uso como elemento organizador das relações sociais, e também, e principalmente, seu “peso epistemológico”, ou seja, a “posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos de mundo” (HALL, 1997, p. 1).

As determinações históricas da linguagem e as possibilidades de enunciação nos remetem para as condicionantes sociais, ou seja, os fios ideológicos a partir dos quais as palavras são tecidas (BAKHTIN, 1979). Assim, a linguagem, enquanto arena de disputas, é a possibilidade de produção de hegemonia sim, mas também de produção de novas

apropriações e construção de discursos não hegemônicos e, até, contra hegemônicos pelos sujeitos.

A linguagem como relação de atribuição de sentidos e de identificação se destaca como elemento a partir do qual opera a gramática do social produzindo classificações e discursos, portanto, nomeações e ausências, lacunas também. Sentidos que também escapam, o que se apresenta como não dito a partir dos usos da gramática.

O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (HALL, 1997, p. 7).

Ao acionar determinados sentidos, os conceitos de empoderamento, protagonismo fazem a mediação na construção de novas regulações sociais e sociabilidades decorrentes de novas identificações. Para Jorge Luiz Barbosa (2012), o uso do conceito de território é central para “conferir” pertencimentos e distinções quando se destaca a “dimensão territorial da cultura”. O movimento pensado pelo autor é de “encontro”, de “interseção”, de

mobilização das trocas como possibilidade de construção e afirmação de identidades. Assim, a identidade cultural firmada territorialmente não se refere exclusivamente à fixidez e à estabilidade de práticas, o que denotaria uma concepção pragmática, narcísica e homogeneizante da cultura (BARBOSA, 2012, p. 153).

A produção da diferença como motor da comercialização (YÚDICE, 2004) coloca tal processo diante da problemática do “reenquadramento das identidades”. Um elemento que compõe o recorte desse tema nessa problemática é o que Yúdice (2004) descreve como flexibilidade na procura de parcerias para grupos e movimentos e suas políticas de reconhecimento. A produção de novas narrativas sobre a cidade atua sobre um conjunto de relações complexas. A “nova cidadania” construída no reconhecimento da diferença estabelece novas estratégias que corroboram com a perspectiva da cultura como esfera de lutas e negociações (YÚDICE, 2004), mas também de formas de gerenciamento desses mesmos conflitos e de negociação das diferenças, ou até mesmo de articulação do arcaico com o moderno nos modos de conviver no território.

A conveniência da cultura pode ser aqui percebida como aposta para romper e superar “a não-articulação entre os atores urbanos que caracterizou a cidade latino-americana” (CASTELLS & BORJA, 1996, p.157). As reivindicações da diferença passam a ser operadas como condição para se ter legitimidade e sustentabilidade das intervenções.

Para Silva (2012a), romper com representações hegemônicas cujas referências não correspondem às formas criativas com que “práticas [são] desenvolvidas em diferentes localidades a fim de melhorar a qualidade da vida cotidiana, independente de juízos que se possa fazer sobre algumas delas” (SILVA, 2012a, p. 54).

Os moradores estabelecem a delimitação dos espaços e dos vínculos sociais na comunidade, buscam canais alternativos para o acesso a instituições culturais e educacionais, desenvolvem formas sutis de enfrentamento à violência criminosa e policial – buscando uma equidistância em relação ao conflito estabelecido ou mesmo apelando, de acordo com a conveniência e compreensão de sua cidadania, para um dos polos do poder armado (SILVA, 2012a, p. 54).

Diante da crescente profissionalização, da institucionalização de formas de atuação e das reivindicações de direitos, permeada por diversos atores e instituições, o eixo norteador da cidadania cultural é a identidade e/ou desidentidade (YÚDICE, 2014).

É a diferença que guia as concepções e práticas da “cidadania cultural”, por exemplo, as demandas de inclusão e participação em países específicos [...] através da “sociedade civil global” projetada nos discursos das ONGs e das fundações e organizações intergovernamentais [...] (YÚDICE, 2014, p. 255).

Assim, é central articular a formação de uma gramática do social e reunir elementos que possibilitem caracterizar seus possíveis usos e os desdobramentos dos processos de interação, ou parcerias, que vêm dando ampla e considerável visibilidade às “**falas dos territórios**” (BARBOSA, 2012, p. 155, grifos do autor). Buscamos, neste capítulo, entender e contextualizar as determinações que estão engendrando esses processos de visibilidade de sujeitos e falas, assim como, os conteúdos estruturantes da gramática do social. Tais conteúdos e sentidos desempenham um papel epistêmico por mediar processos de construção de saberes envolvendo sujeitos, demandas e antagonismos no campo das lutas populares.

2 A GRAMÁTICA DO SOCIAL E A ATUAÇÃO DOS *THINK TANKS*

A gramática social apresentada no capítulo anterior possui um caráter polissêmico no sentido de possibilitar uma pluralidade de apropriações nos desdobramentos dos projetos, nas formas de leituras e entendimento pelos sujeitos que frequentam os projetos sociais e nas narrativas construídas sob a forma de vídeos, projetos, intervenções de autoria desse público.

Este capítulo tem como proposta destacar dois aspectos dessa mesma gramática: sua flexibilidade e sua funcionalidade que, articulados, permitem certa “aderência” dos conceitos de *protagonismo* e *empoderamento* à lógica flexível de produção de valor através de formas de trabalho precarizado. Os dois conceitos operados por essa gramática possuem uma historicidade no sentido que são construções e possuem determinantes socioeconômicas, sendo pautados por novos arranjos econômicos na esfera da circulação de mercadorias sob a forma de serviços em que redes de relações e comunicações são recursos fundamentais no atual processo de acumulação.

A característica denominada de funcionalidade da gramática está associada ao papel das mediações realizadas pelos *think tanks* mantidos por setores empresariais, ou vinculados por suas produções intelectuais aos interesses de classe, junto às organizações sociais locais parceiras, ambos sendo responsáveis pelos conteúdos dos conceitos. Os usos da gramática possibilitam a produção de novas interpretações do real e das relações sociais e, por isso, desempenham uma função epistemológica. Na produção de novas leituras sobre o real, o conhecimento é orientado por categorias e relações inferidas decorrentes das mediações e dos agenciamentos de diferentes sujeitos com interesses que podem ser convergentes ou antagônicos. Isso significa que os sujeitos que operam a gramática, tanto os criadores das metodologias que acionam esses conceitos como os que são objetos das mesmas, estão inseridos e realizando um processo epistêmico, ou seja, produzindo formas de entendimento do real.

A funcionalidade da gramática se realiza na medida em que ela é o canal ou a via por meio da qual as formas epistêmicas dominantes viram senso comum, e, conseqüentemente, podem inviabilizar ou deslegitimar formas epistêmicas contra hegemônicas. Dessa forma, é funcional para a realização de modo pedagógico da universalização de interesses específicos de determinada classe. A gramática tem o potencial de viabilizar o consenso em torno de interesses e de valores específicos de uma classe ao mesmo tempo em que, ao promover leituras de mundo plurais, mas com fortes características supraclassistas, distancia-se dos antagonismos de classe e reitera as relações sociais capitalistas. Funciona como o canal sob o

qual frações do capital promovem o redirecionamento das reivindicações e o apassivamento do conflito social.

O recurso da flexibilidade da gramática social, por sua vez, apoia-se nas múltiplas possibilidades de articulação desses dois conceitos a distintos contextos e situações locais. Ela pode ser acionada em diversas regiões do Brasil e também em diversos países. Os conceitos de protagonismo, empoderamento e território podem ganhar contornos contextualizados dependendo das demandas, dos conflitos locais e dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, essa gramática adquire o status de um aparente agenciamento em que supostamente os sujeitos possuem possibilidades de produzir, intervir e transformar a realidade em que vivem.

A performance flexível da gramática é um recurso que pode ser potencializado por agenciamentos a partir de diferentes formas de “preenchimento” dos “conteúdos” dos conceitos. Esse processo de flexibilização é realizado nas relações de parcerias entre organizações sociais locais e um grupo intermediário de organizações sob a forma de institutos, fundações, entidades e centros que têm como objetivo a produção de conhecimentos orientadores de práticas sociais. São denominados de *think tanks*.

São centros de formulação de pensamento especializados, em geral ligados ao capital, mantendo vínculos com organismos internacionais e, no caso dos Estados Unidos, com o departamento de Estado. Reúnem especialistas que sistematizam as demandas dos setores dominantes, na forma de ideias, conceitos e disposições ideológicas (LEHER, 2010, p. 13).

Sua produção intelectual e suas mediações juntamente com as organizações, lideranças e intelectuais locais atuam como “tradutores” que realizam as adequações da gramática social para as realidades e suas especificidades locais. Desse modo, vários *think tanks* como Fundação Ford⁴⁴, Fundação Rockefeller⁴⁵, Instituto Millenium⁴⁶, Fundação Lemann⁴⁷, Gife⁴⁸,

⁴⁴ Fundação Ford (Ford Foundation) é “uma agência privada de cooperação americana, que direciona suas ações para a propagação de conhecimento sobre diversas áreas, visando aprimorar o fazer científico e formar redes de cooperação entre as comunidades científicas e os Estados Unidos.” (ROCHA, 2016, p.69).

⁴⁵ Fundação Rockefeller é uma instituição filantrópica norte-americana “criada em 1913 com o objetivo de incorporar, em uma única organização, instituições pertencentes à família Rockefeller como a General Education Board e a Sanitary Commission for the Eradication of Hookworm Disease.” (KORNDÖRFER, 2016, p. 149). De acordo com Kobayashi et al (2009), teve participação no movimento eugenista brasileiro na década de 1920.

⁴⁶ O Instituto Millenium, organização da sociedade civil de interesse público, importante *think tank* cujos mantenedores são Gerdau, Pottencial Seguradora, Suzano, Grupo Abril, Évora Holding Company e Bank of America Merrill Lynch, considera que “a potencialidade de um *think tank* se mede tanto pela pluralidade de seus membros como pela força de suas capacidades para repensar, em comum e sem preconceitos, os temas da agenda política do país e do mundo. Os membros de um *think tank* podem e devem ter orientações claras a favor dos principais valores civilizatórios de nossa cultura – democracia, liberdade, estado de direito, economia de mercado, justiça social e ambiental etc. –, mas o que não podem é agir como militantes cegos de supostos interesses universais. Mesmo quando tendo algumas verdades para dizer, a atitude militante leva à implosão da capacidade criativa, – tal como já aconteceu com os mais importantes ONGs sociais e “*think tanks*” políticos no Brasil dos anos 80 e 90. Todos os cidadãos podem ter apostas políticas pessoais, mas a exigência de colocar por cima de suas crenças e interesses à liberdade e à pluralidade de ideias é o que o define, essencialmente, um

Sebrae⁴⁹, Mais⁵⁰, CDDRL Stanford⁵¹, entre outros, constroem “caminhos” e “acessos” às comunidades locais, favelas e periferias. Problemas estruturais são reconfigurados e instrumentalizados nesse processo impactando não apenas a forma de atendimento, mas a forma de entendimento das questões sociais. Violências, acesso à propriedade, trabalho, educação, pobreza, por exemplo, são instrumentalizados no sentido de serem acionados de acordo com as especificidades das localidades e dos sujeitos envolvidos em supostos processos de agenciamento.

Pesquisa realizada por Lia Rocha (2013) mostrou que existe um quantitativo considerável de ONGs, grupos culturais e associações realizando uma gama de projetos sociais em favelas e regiões periféricas.

São jovens os principais participantes de grupos e movimentos culturais fortemente identificados com esses territórios (por exemplo, o *funk*, o *hip-hop*, o *jongo*, etc.); e é também jovem o público-alvo principal de ações públicas e privadas realizadas nesses espaços [...]. É evidente que tal escolha não é aleatória ou (somente) ideológica: não apenas os jovens são as maiores vítimas de homicídios dolosos no

indivíduo como membro de um *think tank*. Sem um espírito cívico maior como guia, os *think tanks* não conseguiriam oferecer seus esforços para a comunidade em seu conjunto, independentemente dos partidos e da ideologia que estivessem no poder e na oposição. Os *think tanks* são instituições seculares por natureza, elas não podem conviver, nem com a militância, nem com o fundamentalismo”. Disponível em <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

⁴⁷ Organização familiar sem fins lucrativos fundada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. Sua área de atuação está voltada para “projetos inovadores em educação”, realiza pesquisa para embasar políticas públicas, oferecem formação para profissionais e lideranças em diversas áreas. Disponível em <<http://www.fundacaolemann.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

⁴⁸ Criado como uma associação de investidores sociais privados em 1989, em 1995 torna-se Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, organização sem fins lucrativos criado em 1989. Atualmente são 137 associados e investem cerca de R\$ 2,9 bilhões ao ano em projetos próprios e de terceiros. Produz conhecimentos e articula-se em redes e sua agenda estratégica envolve alinhamento do investimento social às políticas públicas, alinhamento entre investimento social e o negócio, ampliação da doação no investimento social privado, avaliação, comunicação, fortalecimento das organizações da sociedade civil, governança e transparência, negócios de impacto social. Disponível em <<https://gife.org.br/quem-somos-gife/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

⁴⁹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Entidade privada sem fins lucrativos criada em 1972 atua na capacitação e promoção de desenvolvimento, estimula o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios. Realiza “educação empreendedora; capacitação dos empreendedores e empresários; articulação de políticas públicas que criem um ambiente legal mais favorável; acesso a novos mercados; acesso a tecnologia e inovação; orientação para o acesso aos serviços financeiros.” Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em: 27 jan. 2018.

⁵⁰ Movimento de Ação e Inovação Social (ligado à Agência de Rede para Juventude.) “Atua no desenvolvimento de metodologias e estratégias de inovação nos campos da Educação Integral e inclusiva, da juventude e do apoio ao desenvolvimento de pessoas com Síndrome de Down. É formado por uma equipe interdisciplinar e com experiência na formulação e na implementação de políticas públicas intersetoriais. O objetivo é articular, mobilizar e promover encontros usando metodologias e estratégias inovadoras para a criação de ações que incidam na resolução de desafios da educação e do desenvolvimento social. Atualmente a instituição atua no apoio e na implementação de seis projetos: Movimento Down, Brinquedoteca TO Brincando, Rede de Ativadores, Agência de Redes para Juventude, Desenho Universal para Livros Didáticos, Centro de Referência em Educação Integral – Na Prática”.

<<http://www.maisacaoeinovacao.org.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

⁵¹ Center on Democracy, Development, and the Rule of Law/Stanford. *Think tank* que tem como diretor Francis Fukuyama. Disponível em <<https://cddrl.fsi.stanford.edu/>>. Acesso em: 2 de jul. 2017.

Rio de Janeiro e como são também os jovens “negros, mulatos, pardos quase brancos” que se engajam em “quadrilhas de traficantes, quadrilhas de assaltantes” e iniciam uma “guerra fratricida” (ZALUAR 2003b apud ROCHA, 2013, pp. 33-34).

Uma justificativa para a existência de inúmeros projetos junto às juventudes apresentada por Lia Rocha (2015) é que esses jovens, não apenas moradores de favelas, personificam o “perigo social” quando são associados a vulnerabilidades diante do tráfico de drogas. Sua pesquisa mostrou

que a participação no “projeto social” fornece ao jovem morador de favela um emblema para ser acionado nos processos de “limpeza moral”, servindo como evidência do engajamento desse jovem em outras alternativas que não a carreira criminosa. Tal distinção é muito útil para transitar fora da favela, permitindo ao jovem acesso a outros lugares e situações sociais normalmente impermeáveis à participação dos favelados, como o mercado de trabalho formal ou o circuito internacional de exposições de arte. Tais contextos apresentam em comum a forma como a passagem pelo “projeto social” atua como um “detergente moral”/“passaporte simbólico” do jovem “em/de risco”. Também evidencia como o “projeto social” atua como dispositivo disciplinador do Estado, atuando através de agências paraestatais por ele financiadas (ROCHA, 2015, p.330).

Os modos de atuação dos *think tanks* possibilitadas pela gramática permitem a execução de projetos em diferentes países da periferia do capitalismo. Para Mascaro (2013), “a reprodução do capitalismo se estrutura por meio de formas sociais necessárias e específicas, que constituem o núcleo de sua própria sociabilidade” (MASCARO, 2013, p.20). No capitalismo, sob os antagonismos entre capital e trabalho, as interações sociais se estabelecem “[...] por intermédio de formas sociais que possibilitam a própria estipulação e inteligibilidade das relações e que permitem a reiteração dos vínculos assumidos” (idem). “As formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais, objetificando-as”. Sociais, políticas e jurídicas, “na forma reside o núcleo de existência do Estado no capitalismo” (idem) e de suas estruturas, garantindo os vínculos sociais necessários e historicamente construídos. “A forma social não é uma fôrma inflexível e imutável, na medida em que se faz e é refeita numa rede de relações sociais” (MASCARO, 2013, p. 22).

2.1 Atuação dos *think tanks* na produção da aderência

Os *think tanks* citados acima foram mapeados em pesquisa realizada nas páginas eletrônicas na *internet* de importantes organizações sociais que atuam em favelas na cidade do Rio de Janeiro. Essas organizações executam seus projetos contando com uma rede de atores que viabilizam as ações locais através de diferentes formas de participação. Estas podem ser apoio, realização, patrocínio e parceria. Interessam-nos as redes e os atores que atuam numa

relação epistêmica junto às organizações locais, ou seja, em que há produção, transposição de saberes, conhecimentos, metodologias, capacitações, produção de repertórios e novos formatos de “entendimento”. As parcerias resultam em relatórios, livros, artigos e boletins. Há uma relação pedagógica⁵² entre esses dois conjuntos de atores – *think tanks* e organizações locais – e as populações para quais suas ações estão voltadas. Os desdobramentos dessas relações não implicam apenas em projetos com viés especificamente caracterizado como assistencialista ou mais pontual como torneios, festivais culturais e esportivos, capacitações profissionalizantes que promovam a inserção mais imediata no mercado de trabalho (culinária, cabelereiro, entre outros).

Há um conjunto de organizações sociais que possuem como foco de atuação a produção de novas interlocuções, repertórios, narrativas, imaginários, conceitos, iniciativas e tecnologias sociais⁵³. Os contextos em que a gramática do social se apresenta são os processos formativos em que conhecimentos, teorias, categorias são transpostos ou “traduzidos”, às vezes de forma didática, através de metodologias, estratégias e dinâmicas sob o formato de projetos, cursos, relatórios, livros e editais para concessão de recursos para realização de projetos de autoria dos próprios sujeitos/público dos projetos. Do mapeamento das categorias recorrentes nesses processos é formada a gramática do social com destaque para os conceitos de território, empoderamento e protagonismo.

A “tradução” que torna a gramática flexível a adaptações locais e funcional para diversas apropriações e usos é realizada por i) lideranças locais que possuem um enraizamento nos territórios por suas origens, trajetórias, militâncias – considerados intelectuais orgânicos –, ii) intelectuais e profissionais que formam a equipe dos próprios *think tanks* – possuem formação acadêmica e especializações em áreas como Ciências Sociais, Economia, Gestão/Administração, Produção Cultural, Educação –, iii) intelectuais que atuam em universidades ou possuem produção intelectual no campo das Ciências Sociais, Economia, Administração etc. e tem seus conceitos apropriados pelos *think tanks* e/ou são contratados como consultores das agências multilaterais ou pelos próprios *think tanks*.

Inicialmente, a análise dessa dinâmica entre a rede de autores, de pesquisadores e suas diferentes associações aos *think tanks* nos remete para desdobramentos aparentemente

⁵² “A palavra “**pedagogia**” é derivada de dois radicais da língua grega. Sua origem vem de **PAIDOS**, que significava “criança”. O outro radical é **AGOGÉ**, que pode ser traduzido como “conduzir” ou “condução”. Em geral, a origem de pedagogia tinha o significado de “conduzir a criança”, ou seja, ensiná-la e a ajudar no crescimento”. Disponível em <<https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-pedagogia/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

⁵³ Disponível em <<http://observatoriodefavelas.org.br/areas-de-atuacao/politicas-urbanas/>>. Acesso em: 18 de jul. 2017.

explícitos: produzir um ambiente para que a circulação de mercadorias prospere via “negócios sociais”; e produzir um senso comum favorável que estimule expectativas em relação ao *ethos* empreendedor, em que o mercado aparece “[...] como elemento integrador efetivo da vida econômica [...]” (MARTINS et al., 2010, p. 111). No entanto, a análise das publicações e discursos aponta para a temática da conquista de direitos⁵⁴, ainda que focais. Nesse sentido, ao abordar as formas de atuação dos *think tanks*, importante questionar não quais direitos estão defendendo, mas qual configuração, quais conteúdos relativos aos direitos estão em jogo.

A efetivação de direitos civis, sociais e políticos são eixos norteadores da agenda das agências multilaterais e dos *think tanks*. O que justifica tamanho investimento para a efetivação dos direitos por atores que, de forma indireta, possuem relações com mecanismos que estão na base da expropriação desses mesmos direitos? Os recursos para o financiamento são oriundos do poder público que supostamente são aqueles que não estão garantindo os direitos. Têm origem também em empresas, grandes proprietárias, que expropriam e violam sistematicamente o meio ambiente, direitos trabalhistas, exploram economicamente a força de trabalho de ribeirinhos, quilombolas e pequenos produtores.

Entender esse tipo de atuação como investimento significa complexificar o entendimento das motivações e formas de atuação dessa rede de atores numa perspectiva relacional – bancos e agências de fomento, *think tanks* e organizações locais. Compreender e analisar as relações entre esses atores na produção e usos da gramática social, mas também analisar as motivações para investimentos financeiros e intelectuais – capacitações, produções de material, contratações, negociações com esferas governamentais – são processos necessários para se chegar às determinantes desse fenômeno que são as formas de “educação” do conflito social decorrente dos antagonismos da relação entre capital e trabalho do sistema capitalista contemporâneo.

O rompimento epistêmico provocado pelos conceitos da gramática do social distancia o entendimento e as lutas das conexões estruturais que reproduzem exclusões, desapropriações e garantia de direitos básicos como o direito à vida. Distanciamos-nos das possibilidades de “oposição unificada” e de crítica sistêmica e nos aproximamos de engajamentos fragmentados. A defesa ancorada na ideia de que a pós-modernidade pode ser entendida não mais por “grandes narrativas” ou por “qualquer ideia de processo e causalidade histórica inteligível”, mas por formas “diferentes de poder, opressão, identidade e ‘discurso’”

⁵⁴ No ano de 2017, frações da burguesia nacional em consonância com interesses da burguesia financeira promoveram amplo desmonte de um conjunto de direitos relativos a formas de proteção do trabalho frente ao capital e às relações de produção de mais-valor.

(WOOD, 1995, p.121), referenda que a possibilidade de lutas mais adequadas aos processos sociais da atualidade seria “[...] um conjunto de resistências particulares e separadas” (WOOD, 1995, p.122). As políticas de identidade em detrimento das políticas de classes operam não apenas o rompimento epistêmico que reconfigura as lutas, mas também distancia as mesmas das formas pelas quais a estrutura socioeconômica se reproduz.

Entretanto, isso não é tão evidente, pois aparentemente as lutas políticas em torno das identidades abrem várias possibilidades de engajamentos e ampliação da participação. As políticas de identidade também podem operar a separação entre o econômico e o político distanciando-se de uma proposta emancipadora e de conteúdo de classe. A separação é uma estratégia ideológica e realiza um “[...] tipo de democracia que está confinada a uma esfera puramente política e judicial – aquilo que alguns denominam democracia formal – sem destruir os alicerces do poder de classe” (WOOD, 2007, p. 424).

A autora identifica na história política norte-americana uma moderna definição de democracia através da qual se operou uma significativa operação ideológica que possibilitou certa compatibilidade entre capitalismo e democracia sobre estrutura social tão desigual. Ao redefinir *demos* e *kratos* como “povo” e “poder”, respectivamente, ocorreu o divórcio entre a identidade política e as condições sociais, inclusive ao seu pertencimento de classe, abstraindo e reificando uma significação especificamente política.

O povo já não era a gente comum, os pobres, mas sim um corpo de cidadãos que gozam de certos direitos civis comuns. Sua particular concepção de representação procurou expandir a distância entre as pessoas e o poder, atuar como filtro entre as pessoas e o Estado e inclusive identificar a democracia com o governo ou mandato dos ricos – como, por exemplo, fez Alexander Hamilton quando argumentou contra a representação “atual” e insistiu em que os comerciantes eram os representantes naturais dos artesãos e trabalhadores (WOOD, 2007, p. 426).

A separação entre as esferas econômica e política, numa tentativa de esvaziar o capitalismo de conteúdo político e social, na prática não se realiza, pois “[...] o capital internacional necessita do Estado mais do que nunca para organizar os circuitos econômicos que o capital não pode dirigir por si próprio” (WOOD, 2007, p. 430).

Há um movimento não mais predominantemente discursivo, como ocorreu nos anos 1990, mas em andamento, que se realiza no início do século XXI aos dias atuais, que ao defender o “público, porém não estatal” redefine, ainda que discursivamente, algumas das formas das lutas sociais – objetivos, objetos e relações em disputa –, mas também os sujeitos em disputa. O entendimento do conceito de sociedade civil como um conjunto de organizações e atores autônomos em relação ao Estado e ao mercado foi sendo reelaborado ao

longo das duas últimas décadas do século XX e promoveu um reenquadramento das formas de atendimento e de entendimento das questões sociais, incluindo a efetivação de direitos.

No lugar da universalização de direitos entende-se que, diante de uma “incapacidade” do Estado de efetivá-los, a urgência diante das violações requer uma focalização desses direitos. Nesse sentido, a rede de atores – bancos de desenvolvimento, *think tanks*, e organizações locais – reúne esforços para operar processo de nomeação dos sujeitos desses direitos. Não sendo somente classes trabalhadoras, pobres, explorados, são agora juventudes de periferias, mulheres, negros, populações ribeirinhas e quilombolas, etnias indígenas etc., mesmo reconhecidamente submetidos a situações de pobreza. Após nomear e focalizar os sujeitos de direitos realiza-se um deslocamento da forma de atendimento das demandas que insere a rede de atores que desempenharão a função de realizar os direitos sob a forma de projetos recorrentemente associados a atividades e práticas capacitadoras diretamente econômicas ou que potencialmente possam ter desdobramentos econômicos.

A busca por novos formatos e espaços participativos, inclusive de novas “militâncias” políticas, tutelados ou não pela esfera estatal, tendo como protagonistas não mais as classes sociais e os partidos, mas atores com causas parcelares, particularizadas, setorializadas, confirmou uma tendência das novas formas das lutas sociais desde a década de 1990.

Ary C. Minella (2010) destaca que a década de 1980 é marcada pela redefinição por parte dos Estados Unidos das suas estratégias de ação e intervenção no exterior. Com as economias saindo das ditaduras, no governo Reagan é criado o NED (*National Endowment for Democracy*), uma organização juridicamente privada, com recursos repassados pela *Usaid*. Era preciso

[...] encorajar o desenvolvimento de instituições democráticas através de iniciativas do setor privado; facilitar o intercâmbio entre grupos do setor privado [...] e os grupos democráticos no exterior; promover a participação não governamental em programas de treinamento democrático; fortalecer os processos democráticos no exterior em operação com as forças democráticas locais; promover a cooperação entre o setor privado dos Estados Unidos e aqueles no exterior “dedicados aos valores culturais, instituições e organizações democráticas pluralistas”; e encorajar o desenvolvimento democrático consistente com os interesses dos Estados Unidos e os grupos que recebem a assistência (LOWE *apud* MINELLA, 2010, p. 258).

A esfera de atuação da chamada sociedade civil organizada, de acordo com esta perspectiva, está pautada na formação de parcerias entre diversos atores sociais a fim de construir novas respostas para as questões sociais. Essas respostas não caberiam mais apenas ao Estado, enquanto promotor e garantidor dos direitos. Há, assim, a construção de um discurso, que se pretende universalizante, acerca de uma crise do Estado e de supostas ineficiências das respostas econômicas para demandas, via escassez de recursos, que não

seriam necessariamente de caráter econômico, nem políticos, mas sociais, de gestão. São significativos os investimentos materiais e intelectuais para a consolidação de um ideário que busca naturalizar e legitimar justificativas, discursos e práticas elegendo como viáveis respostas técnicas, de gestão para problemas socioeconômicos. Para tal perspectiva, a pobreza é apresentada como uma questão técnica, e não econômica, o que requer capacitações e usos de tecnologias sociais para que segmentos da população saiam da situação de vulnerabilidade e pobreza.

A década de 1990 consolida de certa forma uma postura que naturaliza as parcerias e redes que orientarão as relações entre organizações sociais locais e os *think tanks*. Dessa forma é possível entender a produção de discursos e modos de atuação com viés supraclassistas, e organizações articuladas em redes com perfil de atuação territorializada, com alto poder mobilizador, apresentando-se como capaz de construir uma mediação entre setores da população e mercado. Notamos que é na esfera das formas e práticas culturais, entendidas como construções discursivas norteadoras dos sentidos para as ações, que estão se constituindo as disputas, mas também a ideologia que pressupõe consensos supraclassistas e interesses comuns entre capital e trabalho e, por que não, a superação do dilema Estado *versus* mercado (BEZERRA, 2006).

2.2 Atuação dos *think tanks* como aparelhos privados de hegemonia

Diante da crescente indistinção instrumental⁵⁵ entre o interesse público e privado no plano discursivo realizada pelas frações da classe burguesa que atuam no campo da filantropia ou do “investimento social privado”, algumas respostas para a “questão social” vêm sendo colocadas pelas organizações e fundações privadas num movimento de embaralhamento e de incorporação tomando a forma de políticas públicas hibridizando o conceito de sociedade civil, onde supostamente interesses públicos e privados misturam-se, de forma instrumental, para harmonizarem e criarem condições para operar um projeto comum de sociedade ou de cidade. Nos discursos e metodologias presentes nos projetos, debates e propostas educativas desaparecem, ou perdem centralidade, os conceitos de conflito, classes sociais, desigualdades sociais e dão lugar a protagonismo, potência (“potencial oculto da favela”) (MEIRELES;

⁵⁵ Instrumental porque a crítica da separação entre Estado e sociedade proposta pelo pensamento liberal, que concebeu autonomia à forma de Estado burguês, foi realizada por Marx e Engels. De acordo com o pensamento liberal, “[...] a sociedade civil seria o local da vida privada [...]. [...] o Estado – detentor da violência legítima – parece pairar acima da sociedade, assumindo uma dupla feição. Por sua distância de cada interesse singular, seria o garantidor do interesse de todos (a razão do Estado). Pela mesma razão, não deveria imiscuir-se nos interesses privados da sociedade civil (os interesses burgueses) que, ao contrário deveria assegurar” (FONTES, 2018, s/p).

ATHAYDE, 2014), disputas de produção de novos olhares e representação, agenciamento, empreendedorismo, militância e engajamento.

Para exemplificar uma produção discursiva que busca justificar a necessidade de parcerias na execução de políticas públicas e que se apresenta sob o signo do “interesse comum” entre capital e trabalho, a fala de Adriana Rattes, Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro no ano de 2013, é significativa ao se referir a um importante projeto chamado Solos Culturais⁵⁶. Para Rattes, há “uma bem-sucedida parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, uma organização da sociedade civil e o setor privado, *unidos num esforço conjunto* para pensar políticas de cultura” (BARBOSA; DIAS, 2013, p. 9, grifos meus).

Esse tipo de argumento, em nome da construção de uma visão consensual, busca articular as possibilidades das parcerias entre público e privado, e naturalização de uma suposta vocação para a promoção de uma cultura cívica a partir daquela articulação.

Ao mesmo tempo, da compreensão das relações de exploração é apagado o seu caráter de classe, inviabilizando perspectivas que expliquem o fenômeno em sua totalidade social (FONTES, 2010). A disputa também está no terreno intelectual, ou seja, nas construções de interpretação do real fomentadas pela gramática do social.

As contribuições de Antonio Gramsci são importantes para entendermos através do conceito de hegemonia, os jogos de consenso e dissenso (MORAES, 2010) inseridos na produção de novas epistemes orientadoras das relações sociais. Para Dênis Moraes, a hegemonia congrega as bases econômicas e processos que envolvem “entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política” (MORAES, 2010, p. 54).

Gramsci, ao estudar as formas organizativas dos aparelhos privados de hegemonia, buscou

apreender as formas então em expansão nas quais uma extensa e complexa mediação se espalhava, parecendo pairar acima das condições diretas da produção capitalista, do que resultava um Estado ao mesmo tempo mais denso e mais poroso (FONTES, 2010, p. 134).

Nas sociedades burguesas, as contribuições de Gramsci para o entendimento da ampliação dos espaços de luta de classes nos remetem para o plano ético-cultural, ou seja,

a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e

⁵⁶ Projeto Solos Culturais do Observatório de Favelas. Disponível em <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/05/SolosCulturais_ISSUU-2.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI apud MORAES, 2010, p. 55).

Nesse plano, a direção exercida pela classe que constitui o bloco histórico busca organizar as vontades coletivas e as possibilidades de sua conversão em aceitação da dominação. Esse processo ocorre por meio do Estado capitalista que, de formas variadas, incorpora conflitos, demandas populares e promove reenquadramentos epistêmicos sob formatos e respostas democratizantes, empoderadoras e emancipadoras.

Os aparelhos privados de hegemonia (ou de contra-hegemonia) são organizações nas quais se elaboram e moldam vontades, e com base nas quais as formas de dominação (ou de luta contra ela) se irradiam para dentro e para fora do Estado. Aí subjaz o convencimento não apenas de maneira estática, mas como processo (FONTES, 2017).

De acordo com Fontes (2010), enquanto instâncias associativas, os aparelhos privados de hegemonia diferenciam-se das formas organizativas das empresas e das instituições estatais. Aquelas

[...] apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. [...] Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. [...] Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente cultural (FONTES, 2010, 134).

Por serem imprescindíveis à hegemonia, no Brasil, os lugares ocupados pelas entidades associativas mantidas por setores empresariais apontam para um crescimento quantitativo e qualitativo significativo a partir da década de 1990. O crescimento quantitativo está associado aos valores investidos em fundos voltados para ações filantrópicas, à quantidade de associações, fundações e *think tanks*. Seu crescimento qualitativo evidencia-se pelas formas de atuação em rede, suas parcerias junto às organizações sociais locais e sua “presença estatal” na realização de políticas públicas focais sob a forma de prestação de serviços.

No sentido gramsciano, sociedade civil e Estado não estão dissociados nem em oposição. “A luta de classes atravessa, para Gramsci, todo o conjunto da vida social e, difusa pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da Sociedade Civil, encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões” (FONTES, 2010, p. 136).

Dentre os aparelhos privados de hegemonia, destacamos o papel dos *think tanks* empresariais internacionais e o crescimento de seu papel na formulação de respostas do capital para as “questões sociais” decorrentes das novas formas de acumulação. Os think

tanks e suas articulações em parcerias com organizações locais são atores centrais de uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES; SANT'ANNA, 2005). Enquanto aparelhos privados de hegemonia, e imbricados com o Estado, “formulam, educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais e para uma certa sociabilidade” (FONTES, 2017 sociedade civil). Através da gramática do social realizam o processo de educação das vontades coletivas devido ao uso funcional e da flexibilidade que fazem com que tenha uma aderência às demandas da classe trabalhadora para reconfigurá-las de modo subordinado à lógica do processo de acumulação.

2.3 *Think tanks* e sua inserção no campo das lutas

As várias associações, correlações e conteúdos estimulados pelos conceitos da gramática são estruturantes das mediações realizadas pelos *think tanks* ao incorporarem as pautas das lutas populares. Dessa forma pretende-se dar visibilidade às formas de disputas de poder que se desenrolam no campo das ideias, por isso possuem uma dimensão pedagógica e, potencialmente, contra hegemônica.

Os “tanques” de ideias possuem trajetórias, naturezas e papéis diferenciados.

A mistura entre pesquisa e *advocacy* faz deles a ponte entre conhecimento e poder. Tornaram-se tão prestigiosos nas últimas décadas que praticamente passaram a representar um novo segmento do sistema político, influenciando a tomada de decisões. Trata-se de um espaço privilegiado de fazer política, que encontra terreno fértil na democracia, em que a disputa pelo poder se dá no campo das ideias. Pode-se dizer que os *think tanks* também funcionam como instrumentos de manutenção da ordem simbólica (Bourdieu, 2004). Acredita-se que essas instituições existam justamente por se considerar o poder que as ideias têm, integrando uma complexa e ativa comunidade de produção do conhecimento, funcionando dentro de um contexto sociopolítico, absorvendo, reciclando e elaborando as questões mais prementes de um lugar e/ou época. *Think tanks* são, portanto, organizações que se legitimam no exercício do poder soft. Em poucas palavras, trata-se da habilidade de alcançar objetivos por meio da influência, ao invés da coerção (RIGOLIN; HAYASHI, 2012, p. 22).

No final da década de 1990, o recurso à construção de um senso comum interpretativo cuja finalidade era a produção de consensos, no lugar da coerção, é parte de um processo analisado por Telles (1999). Tal processo é entendido pela autora como “[...] a erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas [...]”, e teve como desdobramento a descaracterização de certas mediações políticas como

[...] esferas de explicitação de conflitos e dissenso, de representação e negociação. E isso muda tudo no que diz respeito à questão social. Pois no cenário político atual há um deslocamento da pobreza como questão e como figuração pública de problemas nacionais, de um lugar politicamente construído - lugar da ação, da intervenção e da

invenção, da crítica, da polêmica e do dissenso - para o lugar da não-política, onde é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia. O campo social é despolitizado e fixado como esfera que escapa à ação responsável pois inteiramente dependente dessa versão moderna das leis da natureza hoje associada à economia e seus imperativos de crescimento (TELLES, 1999, pp. 10-11).

“A erosão dos espaços políticos construídos e o esvaziamento da tessitura democrática” (TELLES, 1999, p. 11), ao longo da década de 1990, decorre do realinhamento das dinâmicas nas relações entre agências estatais, agências de fomento, institutos empresariais privados e fundações que praticam a filantropia e organizações da sociedade civil⁵⁷ envolvidas na luta política por direitos junto à classe trabalhadora. Para subsidiar os processos formativos, os projetos, as ações e os debates, esse conjunto de atores produz, de forma organizada ou não, uma circulação de ideias e conceitos que funcionam como um senso comum, um recurso teórico de cunho explicativo das relações sociais, suas determinações e das sociabilidades emergentes decorrentes das “novas configurações da sociedade”⁵⁸ na busca do “bem comum”⁵⁹ ou da garantia de direitos na superação das formas de desigualdades.

São ações no sentido de deslegitimar o papel do Estado como garantidor de direitos universais, realizar mapeamentos de demandas visando a elaboração de políticas de cunho compensatório, seletivo e focalizado sem um necessário formato jurídico-legal e “[...] dissociados de instâncias democráticas de participação e deliberação políticas” (TELLES, 1999, p. 12).

Para que o retrocesso político adquira aparência de modernidade recorre-se ao “discurso edificante da solidariedade [...] sob o formato ‘moderno’ da parceria com a sociedade civil” (*idem*). Entre as principais características desse discurso cabe destacar a

transferência de responsabilidades públicas na prestação de serviços para a assim chamada comunidade, [...] a desmontagem de um campo democrático em construção nos últimos anos, [...] uma outra forma de gestão do social – gestão das populações pobres, [...] que tende a se realizar em um encapsulamento comunitário ao revés dos princípios universalistas da igualdade e da justiça social e que tem por efeito erodir a própria noção de direitos e de cidadania pela neutralização da tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade (TELLES, 1999, p. 12)

Para que a pretensa neutralização de certas lutas populares se desse no plano não mais da coerção apenas, mas decorrente de formas de produção de coesões alternativas, ocorre um

⁵⁷ Nos últimos anos, há um fenômeno de transformação de ordem jurídica em que algumas ONGs têm sua forma jurídica alterada para organizações da sociedade da sociedade civil de interesse público (OSCIP) status que, uma vez adquirido, permite formatos diferentes de captação e usos de recursos públicos e privados.

⁵⁸ Gife – *Evento reúne organizações para debater a “Comunicação na Era das Causas”*. Disponível em <<http://gife.org.br/evento-debate-a-comunicacao-na-era-das-causas/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

⁵⁹ *Ibidem*.

investimento em “novas formas de associativismo” e novas mediações. O “discurso edificante” da filantropia ancorado em novos formatos associativos reconfigura as formas de atendimento e entendimento da desigualdade social realizando uma operação semântica buscando dotar de novos conteúdos categorias como participação, direito, interesse público, cidadania entre outros.

Essa circulação de ideias e conceitos pode ser mais bem compreendida se considerarmos dois importantes processos sociais no período pós-ditadura: a difusão/crescimento de uma produção teórica e acadêmica que deslocava o foco da análise para os “novos” movimentos sociais e seus sujeitos mediadores de novas identidades coletivas; e a reorganização, em torno dos espaços de luta social, de instituições, sob o formato de ONGs, institutos e organizações, que viriam a demandar protagonismos junto aos movimentos sociais na retomada de direitos.

O primeiro processo teve como uma das principais características uma crítica a abordagens estruturalistas e ênfase em estudos fortemente marcados pelo viés empírico em busca de se entender os impactos das “novas” (DOIMO, 1995; SADER, 1988) formas de expressão de demandas e sua representação. Considerado um esforço de “redescoberta”⁶⁰ dos

[...] movimentos sociais desde a sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (SADER, 1988, p. 27).

Essa virada analítica possibilitou que estudos sociológicos encontrassem

[...] nos meios populares [...] a “comprovação empírica” de suas teses, uma vez que a interdição à reflexão sobre classes sociais – derivada da censura imposta pela ditadura – certamente produzira efeitos e muitos setores populares não se “percebiam” como classe social. A aproximação entre pesquisadores e movimentos sociais, resultante do contato militante ou da profissionalização das pesquisas, consolidava, equivocadamente, uma visão imediatista dos setores populares, sem com eles socializar os extensos debates teóricos travados nas universidades, e difundia uma concepção de “recusa” da luta em torno do estado, desconsiderando-a como um momento necessário (FONTES, 2010, p. 230).

Numa conjuntura de disputas pelos novos parâmetros da democracia, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas por tentativas de redefinições do que se entende por “arena política, seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 15) para além da dicotomia entre Estado e mercado.

⁶⁰ “Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características ‘estruturais’, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno” (SADER, 1988, p. 38).

No escopo desse processo é inserido, como resposta viável, “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (FERNANDES, 1994, p.21) que, ao mesmo tempo em que se autodenominam atores da sociedade civil, migram seu campo de atuação da filantropia para práticas de voluntariado, assistência e assessoria voltada para movimentos populares (FONTES, 2010).

Além das atividades citadas acima, algumas passam a exercer a função de mediadoras na obtenção de recursos junto a outras organizações e agências de fomento. Houve um processo de profissionalização da assistência que provocou um “deslizamento da ‘luta social’ para ‘estar a serviço de’, [em que] desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade” (FONTES, 2010, p. 237).

O antropólogo Rubem César Fernandes, diretor-executivo da empresa social Viva Rio e do VRB (Viva Rio Brasil)⁶¹, considera que o Terceiro Setor é “organizado, independente e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento” (FERNANDES, 1994, p.19). Para o autor, o principal problema não estaria nos fins – eficácia no fornecimento de bens e serviços públicos -, mas na dispersão de iniciativas em busca do “bem comum”, diante de um agravamento das desigualdades sociais e do crescimento da pobreza.

Motta (2012) afirma que o foco das políticas sociais no tocante aos temas acima tem como objetivo a garantia de estabilidade política como condição indispensável para a estabilidade financeira, o que justificaria os investimentos na promoção da equidade e da justiça social sob os critérios de eficácia dos “investimentos sociais”.

A intersecção dos processos citados acima nos ajuda a compreender a formação de uma gramática a partir da relação entre a virada analítica e a funcionalidade do aumento do volume de recursos que transita no terceiro setor e a ideia de uma eficácia na aplicação dos mesmos para criar as estabilidades sócio-políticas necessária ao crescimento econômico.

Na década de 2000 aos dias atuais estamos diante de formas de atuação e de participação do Terceiro Setor e seus *think tanks* já atuando sobre um tecido social resultante de intensos processos de institucionalização ou captura dos conflitos através do deslocamento das lutas contra a pobreza para o mundo da filantropia nos anos 1990, de um potente esforço ideológico de redefinição dos sujeitos e suas identidades na luta política e seus novos protagonismos, poderosos enraizamentos de organizações capazes de dotar de uma face

⁶¹ A empresa social Viva Rio atua criando “estratégias inovadoras e práticas responsáveis de gestão” para enfrentar os problemas sociais. Em 2016, foi criada a instituição VRB (Viva Rio Brasil) com a finalidade de aproximar a empresa social do mercado financeiro para assim promover a “cultura da paz e viabilizar a inclusão social”. De acordo com a página eletrônica do VRB, busca-se “uma sociedade que integre segurança e direitos civis, justiça e liberdade, desenvolvimento sustentável, modernidade e diversidade cultural”. Disponível em <<http://vrb.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

humanizada os seus investimentos. Na atualidade, a institucionalização do conflito e as negociações se dão mediados pela gramática social enquanto credencial/certificação/repertório para a participação em audiências públicas e esferas instituídas geradoras de debate sobre a agenda política para os territórios populares.

Para além da filantropia característica das décadas anteriores, a difusão de valores e de novas sociabilidades é o modo de atuação dos *think tanks*. De acordo com o *Global Go To Think Tank Index Report (2016)*, ranking criado pelo *Think Tank and Civil Societies Program* da Universidade da Pensilvânia desde 2006, as razões para o crescimento econômico mundial no século XXI são

informação e revolução tecnológica, fim do monopólio dos governos nacionais sobre a informação, maior complexidade e natureza técnica dos problemas de política, aumento do tamanho do governo, crise de confiança nos governos e funcionários eleitos, globalização e o crescimento de atores estatais e não estatais, necessidade de informações e análises oportunas e concisas que sejam "na forma certa, na mãos direitas, no momento certo" (Mc GANN, 2017, p. 8).

O relatório realiza o levantamento de “ameaças” enfrentadas pelos think tanks que são descritas como “quatro mais”: mais problemas, mais atores, mais concorrência e mais conflitos. Como respostas são apresentados “quatro M’s”: missão, mercado, *manpower* e dinheiro (Mc GANN, 2017, p. 10). Os critérios de atuação estão voltados para as seguintes ações:

acesso às elites acadêmicas, de imprensa e de políticas públicas; capacidade de manter analistas e acadêmicos de elite em seus quadros; reputação acadêmica; organização financeira da instituição; contribuição significativa para políticas públicas e para redução do *gap* entre público acadêmico e *policy makers*; capacidade de produzir novos conhecimentos e ideias alternativas em políticas públicas, entre outras. Destacam-se dois critérios: a *reputação na mídia*, dada pelo número de aparições, citações e entrevistas e os produtos das organizações, categoria que inclui a cessão de analistas para cargos públicos (SILVEIRA, 2011, p. 21).

De acordo com Silveira (2011), o estudo de Mc Gann contribui, desde 2007, para a compreensão “[...] de um fenômeno relativamente recente: a formalização de parcerias e redes globais de *think tanks*” (SILVEIRA, 2011, p. 22). Seu estudo faz referência às parcerias entre organizações cujos objetivos são a difusão de valores ligados ao liberalismo e aos discursos de participação pública. No entanto, o destaque da pesquisa é mapear as parcerias quando estas se realizam com organizações da sociedade civil que trabalham com populações submetidas a formas de exclusões de dimensões socioeconômicas, pressupondo que há formas de atuação dos *think tanks* não apenas na formação de consensos, mas também na fabricação de dissensos. Dependendo das trajetórias e histórias das parcerias, é possível mapear processos que visam fabricar a dissidência no sentido de moldar movimentos e vozes de

protestos, estabelecer fronteiras, orientar, criar dependências e até mesmo estimular ativismos fragmentados e orientados por assuntos e temáticas (CHOSSUDOVSKY, 2010)

Com a proposta de entender os aportes da rede de parcerias que resultam de formas diversas na gramática do social, daremos destaque para publicações que expressam os entendimentos e determinados sentidos para os conceitos de protagonismo, empoderamento e território. Essas publicações são editadas por esses institutos e organizações parceiras e são importantes fontes para entendermos os conteúdos, relações e sentidos atribuídos aos conceitos de protagonismo, empoderamento e território.

Foram selecionados, para aprofundar na tese, três *think tanks*: ActionAid Brasil, Fundação Ford e CDDRL/Stanford. Os critérios para escolha foram: a) recorrência com aparecem nas publicações e parcerias realizadas com organizações sociais locais que atuam em favelas da cidade do Rio de Janeiro; b) papel e presença dos conceitos de protagonismo, empoderamento e território nos seus discursos em suas produções, assim como a relação desses conceitos associados um conjunto diferenciado de temas como direitos, empreendedorismo e pobreza; c) o próprio perfil apresentado pelas organizações em suas páginas nas redes sociais, cuja finalidade é produção e circulação de ideias sob o formato de conceitos, metodologias e conhecimentos.

A seguir será realizada a descrição e análise de materiais bibliográficos, ações sob a forma de projetos e discursos produzidos por estes três *think tanks*. O objetivo é apresentar um recorte de pesquisa que permita descrever o investimento intelectual realizado pelos *think tanks* para produção de conhecimentos que orientarão novas narrativas e representações, que sob o lema do/da participação/debate/interesse públicos, possibilita múltiplas apropriações através de negociações, disputas e novas atribuições de sentido e conteúdo para a gramática. Nesse processo, buscam legitimar seu papel de mediadores junto às populações locais para a obtenção de direitos.

É central demonstrar o empenho em fazer da gramática uma ferramenta flexível e funcional com forte potencial de aderência a distintos contextos, e principalmente, para “fabricação” e financiamento da dissidência e das resistências diante do crescimento das desigualdades sociais e do recrudescimento dos direitos. Se a produção de consensos não se revela tão eficaz, utiliza-se o recurso do financiamento da dissidência, moldando conflitos sob a forma de conquista de direitos, mas desprovidos de conteúdos emancipatórios de classe, pois inviabilizam leituras sob essa perspectiva.

Os *think tanks* escolhidos possuem características diferentes. Em comum desempenham o papel de aparelhos privados de hegemonia por atuarem no plano cognitivo

produzindo e disseminando ideias que propõe leituras do real a partir de pressupostos e pré-construções, por isso seu caráter epistemológico, ligados aos valores de uma classe específica como forma de garantir a reprodução do modo de produção. Organizar e dar a direção dos processos sociais no plano ideológico integram as formas de dominação de classe. No entanto, tal movimento atualiza-se de acordo com as dinâmicas das relações sociais e precisa responder aos desafios impostos pelas crises do próprio sistema, num processo que implica novos rearranjos para intervir nas lutas sociais. O recorte da pesquisa é o campo da luta por direitos e as ações decorrentes das parcerias entre *think tanks*, organizações sociais e populações locais. Nesse recorte, identificamos investimentos em um ativo importante para a formação da classe trabalhadora sob a perspectiva dos interesses burgueses que é o capital social, categoria que será objeto de análise a ser desenvolvida no capítulo três desta tese voltado para a produção conceitual que embasa a atuação do terceiro *think tank* – CDDRL.

Há diferenças na forma de atuação dos três *think tanks* no campo das lutas sociais, especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, a apresentação e a análise do material empírico – suas publicações, vídeos institucionais – serão diferenciadas. O presente capítulo apresenta a análise de três *think tanks* – ActionAid, Fundação Ford e CDDRL (*Center on Democracy, Development, and Rule of Law*) – em ações que visam combater a pobreza sob várias lógicas. O papel do terceiro *think tanks* e suas orientações ideológicas serão abordados e analisados com maior detalhamento no terceiro capítulo.

O primeiro *think tank* é uma organização social que possui um perfil de atuação mais pragmático – Ação na Ajuda – em que realiza diretamente projetos focalizados de acordo com as demandas específicas formando parcerias com organizações locais. Busca fomentar engajamentos para efetivação de direitos sob a lógica de capacitações e de desenvolvimento de habilidades como forma de empoderamento⁶². O segundo possui um perfil de atuação no país, conforme explicado adiante, mais enraizado. Por ser uma fundação (privada), articula-se sob a forma de cooperação financeira e intelectual com instituições públicas na produção de conhecimento científico através de pesquisas. Também atua em parceria com organizações locais e lideranças em projetos voltados para a resolução de problemas específicos, criação e financiamento de novos projetos articulados às suas linhas de ação, o que envolve o compartilhamento de conceitos e metodologias. O *think tank* CDDRL será abordado no terceiro capítulo, de forma detalhada, por suas características específicas, como ser dirigido por um intelectual, Francis Fukuyama, com densa produção e influência nas modernas formas

⁶² Vídeo explicativo da forma de atuação da organização. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=v_3hK05ouUw>. Acesso em: 2 fev. 2018.

de intervenção nas relações sociais que visam o combate à pobreza, entre as quais fomentar a produção de capital social numa leitura liberal.

O recorte considera que há uma articulação ideológica entre os três *think tanks* através do uso da gramática do social e sua dimensão epistêmica de orientar modos de ler e interpretar o real (entendimento), especificamente a reprodução das desigualdades e as ações, não de rupturas com suas causas estruturais, mas mitigadoras que atenuam seus efeitos. Tal articulação os situa entre os sujeitos coletivos organizados organicamente ligados às frações de classe que atuam “em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do estado seus aparelhos privados de hegemonia” (FONTES, 2010, p.136).

A atuação desses três *think tanks* se complementa com as formas de atuação de outro importante ator no campo das ações para atenuar os efeitos da pobreza que é o Banco Mundial. Em alguns momentos da análise, inserimos possíveis diálogos entre as epistemes que embasam as interpretações das questões sociais desses atores – *think tanks* e Banco Mundial – para situá-los no campo das lutas sociais no combate às desigualdades.

2.4 *ActionAid* Brasil

Para compreender alguns elementos dos processos citados acima, tomaremos como exemplo um *think tank* para realizarmos a crítica da crítica. A *ActionAid* Brasil, organização internacional fundada em 1972 no Reino Unido, com ações no Brasil desde 1999, atua “através de organizações locais para fortalecer os direitos das pessoas em situação de pobreza, garantindo que elas consigam acessá-los”⁶³. Na sua página eletrônica aparecem duas organizações na cidade do Rio de Janeiro: o CEACC – Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania e a Redes da Maré. Como parceiros atuam junto com organizações de representação nacional para pressionar “o poder público por mudanças estruturais, monitorando políticas públicas e propostas de lei [...]”. De acordo com informações da página,

[...] trabalhos local e de incidência nacional não seriam possíveis se não tivéssemos o apoio de empresas alinhadas com os nossos valores, que acreditam em um mundo menos desigual e investem nisso. Além disso, fundações e agências de cooperação internacionais e nacionais financiam projetos específicos [...].⁶⁴

⁶³ Disponível em <<http://actionaid.org.br/mudanca-em-acao/quem-faz-acontecer/#main-content>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

⁶⁴ Disponível em <<http://actionaid.org.br/mudanca-em-acao/quem-faz-acontecer/#main-content>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

A *ActionAid* Brasil refere-se aos seguintes parceiros: três conglomerados de mídia brasileiros – Grupo Record, Grupo Bandeirantes de Comunicação e Globosat –, Charles Stewart Mott Foundation e Ford Foundation, entre outras empresas.

A publicação *Empoderamento e direitos no combate à pobreza* (2002) da ActionAid Brasil, organizada por Jorge Romano e Marta Antunes (2002)⁶⁵, trata das diversas abordagens do tema empoderamento e direitos enquanto conceitos orientadores das “estratégias e práticas” de organizações sociais na promoção de “um desenvolvimento alternativo visando a superação da pobreza” (ROMANO; SANTANA, 2002, p. 5). De acordo com autores, “dentro do mundo das ONGs, a ActionAid é uma das que têm adotado uma estratégia centrada no diálogo entre as abordagens de direitos e de empoderamento” (Ibidem, p. 6). Esse *think tank*, realizou em 2002 um seminário intitulado *Os enfoques de Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza*, num “esforço de propiciar espaços de reflexão e debate que permitam o esclarecimento da abordagem de empoderamento e de direitos, que fundam sua estratégia [...]” (Ibidem, p. 6). O seminário reuniu mais de 30 profissionais da entidade e especialistas da América Latina, Europa, Ásia e África e “procurou estabelecer pontos de divergência e convergência entre as abordagens de empoderamento e direitos; identificar nas experiências de trabalho as práticas e metodologias adotadas [...]” (Ibidem).

A publicação destaca a crítica acerca da apropriação instrumental e metodológica dos conceitos de protagonismo e empoderamento pelas agências multilaterais, como o Banco Mundial. De acordo com os autores da publicação, o processo de despolitização dos usos do conceito, decorrente dessa forma de apropriação, fez com que instituições da sociedade civil associassem outras categorias, como a de direitos, às ações voltadas para o desenvolvimento e o combate à pobreza. Ainda assim, a *ActionAid* adota a noção de “empoderamento dos pobres e de seus representantes e aliados” e que este ocorreria pela “conquista plena dos direitos de cidadania”.

Sua definição de empoderamento em 2002 é a [...]

capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.6)

Os agentes da “transformação do Estado num instrumento para erradicação da pobreza e da desigualdade” são os movimentos sociais e as organizações populares, mas mediadas por

⁶⁵ De acordo com informações da publicação, Jorge Romano é antropólogo e ligado à ActionAid e ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Marta Antunes ligada à época ao CPDA-UFRRJ.

ONGs e suas redes (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.6). Neste sentido, a instituição esforça-se na criação de “espaços de reflexão e debate que permitam o esclarecimento da abordagem de empoderamento e de direitos [...]” (Ibidem). Faz críticas às formas de apropriação pelo Banco Mundial no sentido de diluir o núcleo que são as relações de poder, numa assepsia e pasteurização do empoderamento, resultante de uma perspectiva que tecniciza, neutraliza e domestica os conflitos.

São instituições como *ActionAid* que realizam a tarefa de atualização da gramática social aos contextos locais e produzem novos sentidos. No texto *Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza* dentro da obra supracitada, Romano (2002) critica a associação entre protagonismo e mudança por ter seu foco ora em mudanças individuais, de sujeitos atomizados, ora pela crença em mudanças institucionais. No tocante ao combate à pobreza, a instituição destaca a dinâmica relacional, no sentido de que é preciso o “[...] desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas e suas organizações [...] para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil” (ROMANO, 2002, p.18).

Outro aspecto inserido para interpretação do conceito é o de conflito e não de neutralidade.

Assim, no trabalho de empoderamento, estamos lidando com a resolução – negociada ou não – de conflitos. A participação nesse processo não pode ser neutra. Ela implica assumir uma posição de aliado dos pobres e excluídos e, como tal, fazer parte dos conflitos que levem à modificação das relações de poder que mantêm a situação de dominação existente (ROMANO, 2002, p.18).

Não se nega o conflito e nem as assimetrias de poder, mas, abstraídos das relações concretas, dificultam a construção das determinantes socioeconômicas das desigualdades e assimetrias. São considerados grupos mais desempoderados e vulneráveis as mulheres, os idosos e as crianças. Exemplo de tal abstração é a afirmação de que “o empoderamento necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza” (ROMANO, 2002, p.19).

A perspectiva que infantiliza sujeitos, no sentido de despotencializar os conflitos e a crítica, e demonstra a complexidade dos atravessamentos ensejados nos processos denominados de empoderamento podem ser exemplificados a seguir. De acordo com o documento em análise, a articulação entre combate à pobreza e conquista de direitos tem como condição a existência de capacidade “[...] de alterar correlações de força em níveis macro, meso e micro articulado em torno de temas e lutas comuns”. Entretanto, “atores com poder diferente são necessários como catalisadores no processo de empoderamento”

(ROMANO, 2002, p. 19). São tidos como catalisadores ou mediadores movimentos sociais, ONGs, governos e agências multilaterais. Diante da ideia de que “[...] as pessoas vivendo na pobreza (não) devem sozinhas enfrentar este desafio”, agentes externos podem “criar um ambiente favorável ao empoderamento”. Entretanto, “a natureza e o papel do agente catalizador tem consequências sobre o processo de empoderamento [...]” (IORIO, 2002, p.26). O combate à pobreza seria uma questão de mediação adequada, de construir pontes, “[...] acordos que vão além das particularidades, [...] criar canais para que as pessoas possam falar e se escutar” (ROQUE, 2016)? Seria uma questão individual, de não desenvolvimento de capacidades?

A ideia de sociedade civil como campo de atuação é vista como *locus* ideal para o exercício da cidadania. A

plena capacidade de um ator – individual ou coletivo – de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos (ROMANO, 2002, p. 20).

Em consonância com seus objetivos de “investir na capacidade das pessoas de criar mudanças para si mesmas e suas comunidades”, a responsabilização individual pode se desdobrar em formas de lutas mais individualizadas, ainda que se defenda a ideia de que as pessoas se empoderam a si mesmas.

A atuação das mediações é extensa.

Os agentes externos podem contribuir de maneira fundamental para dar corpo a este processo, tornando acessíveis instituições e níveis de decisão política que na maioria dos casos estão inacessíveis a estes grupos, compartilhando informações qualificadas, construindo alianças, apoiando a intervenção destes grupos, facilitando a sua presença em fóruns e redes, contribuindo para a construção da identidade e da representação política destes grupos e construindo uma visão compartilhada sobre o desenvolvimento (IORIO, 2002, p. 29).

O relatório analisado apresenta uma segunda forma de atuação no denominado “campo do desenvolvimento”: a perspectiva baseada em direitos (*based rights approach*).

Apesar de existirem variações na conceitualização da perspectiva baseada em direitos, de maneira geral todos estes atores reconhecem o ser humano como o centro do processo de desenvolvimento. Na definição de Amartya Sen, a perspectiva dos direitos humanos engloba três importantes aspectos: 1. a intrínseca importância dos seres humanos; 2. o seu papel consequência no desenvolvimento econômico; e 3. o seu papel construtivo, na gênese de valores e prioridades. Direitos humanos têm valor intrínseco e também instrumental para o desenvolvimento. Desenvolvimento humano requer direitos humanos no sentido de reconhecimento legal e político da liberdade das pessoas, bem como de seus direitos fundamentais (IORIO, 2002, p. 35).

Embora Iorio (2002) critique as tentativas de produzir uma visão de consenso acerca das visões alternativas de desenvolvimento, distanciando-se cada vez mais da discussão entre poder e desenvolvimento, propõe entre as vantagens da denominada perspectiva dos direitos, mecanismos para a produção de um

consenso mais fácil, aumento de transparência e menos barganha política em processos nacionais de desenvolvimento. Objetivos, indicadores e planos podem ser baseados em padrões universais de direitos humanos ao invés de modelos importados, soluções prescritas ou perspectivas partidárias ou políticas arbitrárias (IORIO, 2002, p. 37).

O reconhecimento que há uma relação de subordinação da esfera dos direitos às diretrizes do poder econômico, “[...] que se manifesta na distância entre a integração destes direitos com o cotidiano de tomada de decisões políticas” (IORIO, 2002, p. 38), é conjuntural e estrutural. Mas o sentido de estrutural está relacionado às estruturas de poder, “[...] o uso do poder político e econômico [...]” sobre os segmentos mais pobres. “Assim, o que é possível constatar é que, mais que discursos sobre o que são direitos e quais são esses direitos, o que de fato existe é uma luta pela existência mesma de direitos” (IORIO, 2002, p. 39).

O diagnóstico das dificuldades na esfera dos direitos sugere um “*déficit* de instrumentos” e este, de acordo com o presente estudo, é um dos maiores desafios. A negação de direitos evidenciada nos indicadores se depara com um quadro de inexistência de “[...] instrumentos que os conectem com mecanismos/instrumentos que possam ser empregados em ações concretas para implementação dos direitos” (IORIO, 2002, p.40).

As ações envolvendo demandas por direitos passa a ser um *modus operandi* das chamadas organizações da sociedade civil local estimulado pela rede de atores intermediários, os *think tanks*. Gohn (2011) descreve esse movimento de mudança do *modus operandi* principalmente no início dos anos 2000. Para a autora, o enfraquecimento dos movimentos sociais populares e o fortalecimento das ONGs e das entidades do chamado Terceiro Setor impacta as práticas dos movimentos locais que passam a operar de forma mais propositiva e menos reivindicativa ou crítica.

Esse *modus operandi* se complexifica com o crescimento das alianças, algumas pragmáticas, mas não menos implicadas, de organizações e movimentos populares locais e a rede associativa empresarial⁶⁶.

⁶⁶ São várias as formas de expressão de organicidade burguesa (Fontes, 2010) no enfrentamento dos conflitos e das lutas entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo. Seu crescimento (DREIFUSS, 1989; FONTES, 2010) e enraizamento nas instituições estatais e na sociedade civil sob a forma de aparelhos privados de hegemonia após o golpe de Estado civil-militar em 1964⁶⁶ até os dias de hoje representa um vasto campo de investigação. De acordo com Virgínia Fontes, “essas entidades exerceram, na ocasião, intenso trabalho de

Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos dos numerosos fundos públicos criados) e por equipes de profissionais competentes – previamente escolhidos não por suas ideologias, mas por suas experiências de trabalho –, essas organizações passaram a trabalhar de forma diferente de como os movimentos sociais atuavam até então. O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados. Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social etc. (GOHN, 2011, p. 341).

Após a análise realizada acima sobre os textos presentes na publicação da ActionAid denominada *Empoderamento e direitos no combate à pobreza* (2002), é possível perceber a articulação do conceito de empoderamento “do pobre” com formatos associativos para a conquista de direitos; tal estratégia nos remete ao tema da institucionalização das práticas e organizações populares, e a criação e publicização de espaços e estruturas participativas.

A guinada para a institucionalização de formas de ação criadoras e disseminadoras de esferas consultivas por parte do poder público coincide com a mudança apontada por Neves et al (2010) sobre os novos modos de fazer política pautados por novas práticas democráticas enquadradas na perspectiva de “democratizar a democracia”. Ao encobrirem os interesses de classes, vários *think tanks* definem a sociedade civil não como esfera perpassada por dinâmicas, antagonismos e relações de hegemonia, “[...] mas sim pelas diferenças do modo como as pessoas se sentem e se veem na realidade” (NEVES et al, 2010, p. 136).

Um dos desdobramentos da democratização da democracia, na visão de Boaventura Santos, ancora-se na perspectiva de

que tanto a primazia explicativa, como a primazia transformadora das classes estejam hoje a ser radicalmente questionadas. As duas atribuições de primazia são autônomas no plano teórico, ainda que interligadas. Por minha parte, penso que a primazia explicativa das classes é muito mais defensável que a primazia transformadora (SANTOS, 2010, p. 41).

O questionamento das lutas sociais na atualidade pelo viés da luta de classes deslegitima inclusive usos de categorias que referendam posicionamentos de classe, como burguesia e trabalhadores, por exemplo. A denominada “cidadania ativa” é considerada a nova forma de militância. Para tanto, é necessário estar capacitado para a participação nos

preparação ideológica e cultural, com a realização e difusão de filmes, de panfletos, tradução e publicação – a módico custo – de livros, etc., e aparelharam-se para a efetiva conquista do Estado, em nome da ‘democracia ocidental’ e do ‘livre mercado’. Ferozmente contrárias à expansão de direitos que as lutas sociais dos anos 1961 - 1964 prefiguravam, utilizaram-se amplamente da difusão do medo (que efetivamente as assaltava), contra qualquer alteração no estatuto da propriedade no Brasil, em especial na propriedade da terra. Foram auxiliadas pelo clássico social-conservadorismo católico brasileiro. Ainda que não tenham diretamente realizado o golpe, Dreifuss demonstra como apoiaram e, assim, puderam imediatamente ocupar os postos centrais no Estado, reformatando-o segundo seus interesses” (FONTES, 2010, p. 225-226).

arranjos institucionais, mas uma atuação propositiva, e não mais reivindicativa, ou seja, uma nova sociabilidade para buscar consensos e pactos voltados “[...] predominantemente para a ‘inclusão’ dos ‘excluídos’ nas relações sociais capitalistas vigentes no Brasil contemporâneo” (NEVES et al, 2010, p. 184).

Para o Banco Mundial, a desejada estabilidade para o desenvolvimento econômico pressupõe um ambiente institucional e participativo estável. De acordo com o Banco Mundial,

Governança tem a ver com o ambiente institucional em que os cidadãos interagem entre si e com entidades e funcionários do governo. A capacidade deste ambiente institucional é importante para o desenvolvimento porque ajuda a determinar o impacto exercido pelas políticas econômicas adotadas pelo governo. Assim sendo, essa capacidade, bem como a qualidade de governança que reflete, é do vital interesse de todos os governos.

Governança é a soma das numerosas formas em que indivíduos e instituições, públicas e privadas, administram seus assuntos comuns. Trata-se de um processo contínuo, que possibilita a acomodação de interesses conflitantes ou divergentes e a adoção de uma ação cooperativa. Inclui instituições e regimes formais dotados de poder para induzir a observância, bem como processos informais que pessoas e instituições acordaram entre si ou percebem ser do seu próprio interesse (HOLMES et al, 2017, p.2).

Com discursos que apontam para convergências nas formas de entendimento do empoderamento como estratégia de combate a pobreza, o relatório da *ActionAid* (2002) descreve, entre as estratégias do Banco Mundial, o direcionamento para a defesa dos direitos como política do banco⁶⁷. Considera-se que

facilitar o empoderamento dos pobres, fazendo com que o Estado e as instituições sociais atendam mais a eles, é também fundamental para combater a pobreza. Vulnerabilidade a eventos externos e fora de controle, epidemias, violência e choques econômicos reforçam o senso de dificuldade, de pobreza material e debilidade para barganhar suas posições. É importante aumentar a segurança reduzindo os riscos a eventos externos para combater a pobreza (IORO, 2002, p. 42).

Para além da naturalização da pobreza, três elementos são acionados para combatê-la: I – promover oportunidades combinada com crescimento econômico, o que significa “emprego, crédito, caminhos, eletricidade, mercados para seus produtos, água, saneamento básico e serviços de saúde”, pois em “sociedades muito desiguais, mais igualdade é fundamental para acelerar os processos de redução da pobreza” (IORI, 2002, p. 43). II – facilitar o empoderamento através da interação entre processos sociais, econômicos e políticos

⁶⁷ Ioro (2002) destaca que “ONGs européias também estão trabalhando dentro desta perspectiva: na Inglaterra, Oxfam GB, Cafod, Christian Aid e Save the Children; na Alemanha, EED e PPM; na Holanda, Icco, Novib e Cordaid; e também grandes alianças como Oxfam Internacional e Save the Children Alliance (ver no anexo da p.41 a perspectiva da Oxfam Internacional)”(IORO, 2002, p.36).

como acesso a mercados e serviços públicos, atendimento e prestação de contas (*accountability*) requer

ativa colaboração dos pobres, das classes médias e de outros grupos sociais [...] fortalecendo-se a participação dos pobres nos processos políticos e nas tomadas de decisão local. [...] É também importante remover as barreiras institucionais e sociais que resultam da distinção de *status* social, de gênero e de etnia. Instituições que atendam as necessidades existentes não são apenas importantes para os pobres, mas também para o processo de crescimento como um todo (Ibidem).

O terceiro elemento é expandir a segurança reduzindo os riscos enfrentados pelos pobres para que possa promover bem-estar e investimento em capital humano. Para tanto, é necessário reduzir a vulnerabilidade a desastres naturais, choques econômicos, epidemias e violência. “Requer também construir bens para os pobres, diversificar a renda do grupo familiar e promover mecanismos de seguro – podem ser trabalho público e seguros de saúde – para enfrentar os choques adversos.” (Ibidem).

O documento em análise representa um momento em que a instituição está experimentando estratégias e metodologias que se situam entre os enfoques do empoderamento ou do “desenvolvimento baseado em direitos” (VILLACORTA; RODRÍGUEZ, 2002, p.45) com o objetivo de “aprofundar a análise com o propósito de determinar qual dos dois enfoques tem mais consistência, poderá gerar melhores resultados e alcançar maiores índices de sustentabilidade” (Ibidem).

A ativa colaboração dos “pobres e excluídos” transforma-se num importante ativo para o crescimento econômico associando institucionalização do conflito, coesão social e consumo, reconhecimento social e um sujeito maximizador, como apreendemos na citação abaixo:

a ênfase está no acesso às estruturas políticas e aos processos formalizados de tomar decisões; e, no âmbito econômico, no acesso aos mercados e à renda que lhes permitam participar da tomada de decisões econômicas. Tudo isso remete a pensar em pessoas capazes de aproveitar ao máximo as oportunidades que se lhes apresentam sem, ou apesar das, limitações de caráter estrutural ou impostas pelo Estado. [...] mediante os quais se incrementam os ativos e as capacidades dos pobres e excluídos para participar, negociar, articular e mudar não só sua própria condição mas a do seu meio, com o propósito de melhorar sua qualidade de vida e a da sua comunidade (VILLACORTA; RODRÍGUEZ, 2002, p.48).

A busca de integração social visando à promoção da coesão social requer a produção de estratégias de participação que institucionalizam o conflito, que referendam formatos e engajamentos políticos da democracia burguesa que, conforme explicitado acima, distanciam e regulam a luta popular das causas estruturais da reprodução das desigualdades. Estabilidade econômica precisa estar combinada com estabilidade política, o que justifica os investimentos

dos intelectuais ligados à burguesia na formulação de um conjunto de respostas paliativas para a questão social a partir do século XXI. Nesse sentido, o indivíduo maximizador é aquele que tem “capacidade” de atuar por meio dessas estratégias e que vislumbra nelas um tipo de participação. São justamente essas as propostas pensadas pelos ideólogos do capital que

concluem que a redução dos níveis de pobreza no país reagiria melhor e mais rápido às políticas compensatórias (transferência direta de renda aos mais necessitados) e estruturais (democratização dos ativos ‘educação’, terra e crédito) (BRANCO, 2008, p. 27).

De acordo com a ActionAid, a “carência” do poder “suficiente” estaria relacionada à violação de direitos (Ibidem, p. 49), mas também à falta de capacidades de elaborar propostas que privilegiem seus interesses (Ibidem, p.57). Portanto, nada mais estratégico que articular a perspectiva do empoderamento à perspectiva dos direitos mediados pelas parcerias com organizações, em que o ponto de chegada é a integração na sociedade “como agentes de desenvolvimento” (idem, p. 50). Essa integração se daria a partir das estratégias e metodologias desenvolvidas por instituições como a ActionAid, por exemplo.

Os setores carentes de poder raramente têm esta capacidade devido ao fato de que suas propostas geralmente se expressam em forma de plataformas reivindicativas pouco fundamentais que, se expressam bem seus interesses de setor, não chegam a transmitir o motivo pelo qual representam mais um lucro que um custo para o conjunto da sociedade (VILLACORTA; RODRÍGUEZ, 2002, p. 57).

Ao deslocar a disputa em torno das assimetrias de poder político e econômico para a ideia de “carência”, a relação que se estabelece é de afirmação da existência de um sujeito do empoderamento (parcerias, *think tanks*, organizações) que atribui poder ao objeto do empoderamento sob certas condições, que podem ser a participação na rede de parceiros, o uso da gramática e dos aprendizados através das metodologias dos projetos.

Para Ascelrad et al (2010),

deste modo, o empoderamento demarca bem o lugar dos “excluídos” ao definir *a priori* os sujeitos que detêm o poder e, portanto, a capacidade e a possibilidade de transformação política, assim como os sujeitos que precisam de um aporte extra de poder para se fazerem ouvir. Não há relação de poder que ora penda pra um lado, ora penda para o outro [...] (ACSELRAD et al, 2006, p. 66).

O empoderamento, dessa forma, não pode prescindir de ações que estabeleçam vínculos e alianças ou parcerias com outros agentes. A contribuição destes gera “estímulos e ações positivas para a criação de um ambiente que favoreça os processos de empoderamento” (VILLACORTA; RODRÍGUEZ, 2002, p. 51). São quatro eixos para o fortalecimento dos “pobres”: o fortalecimento de suas organizações, a criação de novos conhecimentos e

habilidades, o fortalecimento de sua autoestima e valores e a construção de vínculos e alianças com outros setores. O princípio metodológico denominado propositividade é fundamental, no sentido de incentivar “[...] a busca em elaborar propostas de solução antes de assinalar problemas ou carências” (Ibidem, p. 60).

O investimento em valores é outro aspecto da estratégia de empoderamento da *ActionAid* Brasil, e para tanto, há necessidade de técnicas de comunicação. Técnicas para influência e *lobby* são importantes ferramentas

para aumentar a influência da sociedade civil nos grupos de poder e naquelas instâncias onde se decidem as políticas públicas. Estas técnicas se destinam, por um lado, à construção de propostas e à busca de apoio social e político para as mesmas; e, por outro, a identificar os caminhos, formas e mecanismos para levá-las adiante. Isto inclui para os grupos excluídos e pobres o crescente conhecimento dos centros de poder e a lógica com que funcionam e decidem (Ibidem, p. 60).

Outra ferramenta é a realização de foros de análise, reflexão e debate, cursos, oficinas e seminários⁶⁸ para fortalecer a formação e a capacitação dos atores para que suas ações

não fiquem somente na formulação de plataformas ou pacotes de demandas (como aconteceu com muitos sindicatos, associações de agricultores e movimentos rurais em diferentes países da América Latina), mas que se convertam em propostas de transformações do Estado e da sociedade que também beneficiem o coletivo e os demais setores, convertendo nos únicos perdedores do processo aqueles pequenos grupos que fizeram da concentração excludente da riqueza e do poder seu fim supremo e exclusivo (Ibidem p. 62).

No texto *Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina*, presente na publicação da *ActionAid*, o conceito de território é abordado dentro da perspectiva de desenvolvimento local e entende-se território como “[...] condicionador e condicionado por e a partir das ações dos atores e das comunidades” (GALLICHIO, 2002, p. 78). Está inscrito no global, ainda que não seja “simple efeito da reprodução das determinações globais”. Entre “euforias localistas utópicas” e “mecanismos inspirados em determinismos estruturais”, o documento orienta para ações voltadas para articulação e vinculação do desenvolvimento local aos processos de globalização.

Há um mal-estar generalizado acompanhado pelo risco de ver a globalização como o mal absoluto, voltando aos discursos messiânicos, de defesa das identidades (característicos da globalização de princípios do século XX) (GALLICHIO, 2002, p. 79-80).

A “reinvenção dos territórios”, associada aos processos de descentralização denominados como “reinvenção da política”, passa a ser costurada por tentativas de

⁶⁸ Disponível em <<http://redesdamare.org.br/blog/noticias/seminario-discute-os-muros-no-entorno-da-comunidade-e-os-impactos-dos-megaeventos-nas-favelas/>>. Acesso em: 6 out. 2017.

construção de consensos e do conceito de “governança”, separando o político da ideia de gestão, o que possibilita uma leitura tecnicista do conflito social e das assimetrias de poder político. O documento separa três dimensões para o que denomina “reinvenção do território”: conhecimentos referenciados pela “renovação dos paradigmas” e por disciplinas científicas referentes aos processos de desenvolvimento local; política para a “construção do projeto coletivo”; e gestão para “adequação institucional dos órgãos de governo local”. Outras dimensões sob a forma de capacidades são destacadas:

a capacidade de visão estratégica dos atores envolvidos, sua capacidade de iniciativa e a existência de um processo de identidade que atue potencializando o processo geral e não o impedindo, como nos processos determinados por uma forte presença de “identidade nostálgica” (Ibidem, p. 81).

O conceito de identidade é considerado “alavanca de desenvolvimento”, no entanto, deve ser associado a uma “realidade cultural na qual se valorizam a inovação, o trabalho e a produção” (Ibidem, p. 82) para, assim, impedir que seja acionada a denominada “identidade nostálgica” geradora de obstáculos. Este tipo de identidade “reconhece o passado com ar nostálgico”, vislumbrando uma “volta ao passado” e pressupõe “representações mentais” que realizam associações com o que “se perdeu”, o que inviabilizaria “imaginar alternativas”. Por isso, o documento orienta que “trabalhar no nível das representações é uma prioridade absoluta” (Ibidem, p. 82).

Gallichio (2002) destaca que os processos de empoderamento pressupõe entender, mudar ou articular as lógicas que orientam as ações e as estratégias dos atores nas lutas por direitos decorrentes das parcerias com organizações sociais locais. Descreve que a lógica do voluntariado promovida por organizações de serviço desempenha um papel crescente nessa área. Há também a lógica profissional associada a formas de intervenções pautadas por competências técnicas que são remuneradas, podem ou não ser locais, com objetivos e técnicas pré-definidos. Esta é criticada por partir de alguém que “sabe” e “leva” certo conhecimento para outrem, no entanto, de acordo com o autor, “[...] esta metodologia não pressupõe uma substituição do papel protagonista dos atores locais”. Outro tipo exemplificado é a lógica política que busca “equilibrar a lógica vertical-setorial com a horizontal-territorial, o estabelecimento de redes que fortaleçam a sociedade civil, a articulação institucional público-privada” (GALLICHIO, 2002, p. 85). A lógica reivindicativa é associada, segundo o autor, à busca de participação e mobilização permanente como forma de expressão popular, no entanto, “prioriza-se a estratégia de pressão e se desdenha da estratégia de gestão” (Ibidem,

p.84). A racionalidade empresarial deve estar, segundo o autor, articulada simultaneamente às lógicas dos atores e às exigências dos processos de desenvolvimento.

Notoriamente, as transformações no modo de acumulação são importantes. Fatores como a desconcentração de atividades empresariais, a flexibilidade, a articulação com o meio, a produção diferenciada, a qualidade, a qualificação dos recursos humanos são elementos que conduzem a grandes mudanças na forma que o setor empresarial vê, e necessita do local. Trata-se de fatores que favorecem o caráter de “ator local” da empresa, já que a competitividade vem tendo crescentemente uma dimensão territorial muito forte. Além do mais, dentro dos fatores de competitividade sistêmica, a competitividade territorial é um dos mais relevantes. Com a pequena empresa é mais factível chegar a um acordo localmente, mas também há sérias dificuldades de articulação, de capacidade de visão estratégica. A racionalidade deste sistema se dá ao mesmo tempo pelas lógicas dos atores e pelas exigências dos processos de desenvolvimento (Ibidem, p. 85).

Para a compreensão da dinâmica descrita acima é preciso associá-la à reforma do Estado e seus mecanismos supostamente participativos e descentralizadores. As décadas de 1980 e 1990 foram os períodos iniciais de aplicação de políticas focalizadas em que os territórios ou o “local” foram discursivamente associados como

propício(s) para a execução de programas sociais num trabalho simultâneo de participação e prestação de serviços. Neste novo papel dos municípios, os processos de tomada de decisões, a superação do político como pragmático, ganham vital importância. E mais que a busca de resultados ou de benefícios, a geração de espaços de conversação, de visibilidade de experiências e a incorporação do público para além do governamental.

O papel do Estado segue sendo insubstituível na promoção da equidade, mas ao mesmo tempo é imperioso avançar no reconhecimento da constituição de práticas sociais autônomas na sociedade civil (Ibidem, p.88-89).

Fontes (2010) analisa criticamente as dinâmicas associativas, como a exemplificada acima, na década de 1990 e destaca que, desde a década de 1970, há o fenômeno da mercantilização da filantropia que tem como um dos principais desdobramentos a segmentação do campo popular. Diante de crescentes formas de expropriação do trabalho, ações centradas na defesa de uma “cidadania da urgência e da miséria” ganham visibilidade “[...] convertendo as organizações populares em instâncias de ‘inclusão cidadã’ sob intensa atuação governamental e crescente direção empresarial” (FONTES, 2010, p. 257). Outro desdobramento dessa dinâmica é impossibilitar rupturas com as formas modernas de acumulação do capital. Sendo assim, enraíza-se a “complexa experiência de consolidação redutora da democracia [...] esvaziada do conteúdo organizativo contra-hegemônico” (FONTES, 2010, p. 255), mas pautado por poderosas e influentes redes associativas.

Discursos antiestado tipicamente neoliberais ganham novos contornos nas duas últimas décadas, principalmente em decorrência dos desastrosos impactos dos ajustes neoliberais. A seletividade e a focalização dos direitos passam a caracterizar parcela das

dinâmicas associativas deste período. É a partir das duas últimas décadas que ações voltadas para *advocacy*, litigância estratégica, tecnologias sociais e comunicativas são transmutadas em um tipo de senso comum que norteia ações e reações à violação de direitos, muitas vezes de cunho reparador e mitigador para as populações atingidas. E na órbita de orientação de tais ações estão importantes *think tanks*. Também é nesse período que mudanças na forma de subvenção de projetos são realinhadas. De acordo com relatório do Banco Mundial no tocante às ações para alívio da pobreza é necessária a

constituição de uma política de ajuda externa (multilateral e bilateral) aos países pobres baseada em subvenções diretas a prestadores de serviços e mensurada segundo critérios de resultado tangíveis e condicionada à mercantilização dos serviços (PEREIRA, 2014, p.48).

Em 2004, a *ActionAid* Brasil publica o documento *Estratégia Nacional (2004 –2009) – Conquista de Direitos para superar o empobrecimento*, no qual apresenta propostas de suas ações a partir dos impactos de sua atuação que foram

analisados por avaliadores externos e debatidos por uma ampla gama de atores sociais com os quais interagimos durante os últimos anos (famílias, lideranças comunitárias e organizações parceiras locais, redes e membros das campanhas nacionais, representantes governamentais e especialistas na luta contra a pobreza (ActionAid Brasil, 2004, p. 5).

Com foco de atuação em “ações coletivas para enfrentar os processos de empobrecimento”, este relatório entende que o fator gerador de desigualdades econômicas, políticas e sociais é o acesso desigual a recurso como poder, renda e prestígio. Neste sentido, o atual modelo neoliberal impede a “igualdade das capacidades básicas e das oportunidades reais de todas as pessoas” (ActionAid Brasil, 2004, p.11). O conceito de capacidades é o poder “para fazer ou deixar de fazer ações ou coisas que permitam as pessoas escolher genuinamente os seus destinos” (Ibidem).

“Em nossa visão a pobreza é basicamente um estado de desempoderamento” (Ibidem), ou seja, “é uma questão política”, mas também associada à concentração de riqueza e renda além de diferentes capitais, entre eles o social, cultural e ambiental. Seria uma questão de redistribuição da renda e de acesso aos recursos. Para tanto seria “necessário haver na sociedade uma forte vontade política que oriente o Estado na busca da justiça social [...]” (ActionAid Brasil, 2004, p. 12).

Os “direitos das pessoas pobres e excluídas” devem ser promovidos, protegidos e cumpridos pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil (Ibidem, p.13). Neste documento relativo às estratégias, as mulheres começam a aparecer com maior destaque como sujeitas de

direitos, assim como os jovens. Nota-se também a ênfase dada aos denominados trabalhos de base e formas de atuação estabelecendo redes e parcerias com movimentos sociais articulando o local, o nacional e o internacional.

Para fortalecer as “capacidades dos pobres”

nosso trabalho prático envolve o uso de técnicas simples para ajudar as pessoas pobres e excluídas a descobrirem quem e o quê gera a pobreza e a injustiça que eles sofrem. Essa articulação feita por eles mesmos é um passo primordial no caminho para o empoderamento, o desenvolvimento de soluções e a mobilização conjunta (Ibidem, p. 14).

O conceito de empoderamento e seu uso acima possui uma funcionalidade pedagógica. Ainda que faça referência a mobilizações conjuntas, e não a projetos coletivos potencialmente emancipadores dos sujeitos enquanto classe, os sujeitos estão atomizados, pois assim como não são nomeados os agentes da exploração, os sujeitos explorados sendo os pobres ou excluídos que devem ser incluídos na democracia de mercado. E esta potencial exclusão se faz mediada por muitas parcerias.

Assumem que realizam um papel pedagógico de tradução ou de entendimento das questões sociais.

Faz-se necessário construir pontes que articulem a diversidade. Isto é, promover o trabalho de tradução da diversidade de demandas, agendas, lutas e experiências entre os vários atores da sociedade civil que trabalham em diferentes arenas políticas no plano local, nacional ou internacional. A ActionAid Brasil tem como elemento fundamental de sua abordagem incentivar esse trabalho de tradução (Ibidem, p. 15).

A instituição adota para o período 2004-2009 as seguintes prioridades estratégicas:

o direito à segurança alimentar, o direito à educação, os direitos das mulheres e o direito à uma governança justa e democrática. Ao mesmo tempo, pelas características que assumem os processos de reprodução de desigualdade e pobreza no Brasil, identificamos o direito à equidade nas relações raciais como um tema estratégico para ActionAid Brasil (ActionAid Brasil, 2004, p.11).

A forma de atuação acima se realiza elegendo público-alvo para os direitos a partir de suas identidades como “objetos” das ações voltadas para Programas Temáticos com metas a serem cumpridas, formação de parcerias, redes e campanhas específicas voltadas para os temas. Essa é uma das características do *modus operandi* de intervenção no social preconizado pelos *think tanks* estudados e as agências multilaterais. Para Pimentel (2012), uma das expressões daquele é uma *judicialização do social* que, mesmo através da defesa de determinados direitos, individualiza a gestão do social para garantir meios de integração social na esfera da produção visando coesão social para que o mercado possa garantir a expansão do processo de acumulação.

Operando na esfera dos direitos, os objetivos dos Programas Temáticos “estão em sintonia com estratégias de alcance nacional e internacional” e pretendem

influenciar as agendas públicas e contribuir para a ampliação da legitimidade das organizações parceiras, abrindo possibilidades para que elas atuem de maneira mais articulada em relação a outras organizações e ao Estado (Ibidem, p. 18-19).

Legitimar esferas de atuação paraestatais é um dos objetivos estratégicos das políticas do Banco Mundial a partir da última década do século XX. O conceito de boa governança para o banco pressupõe construir canais diretos com as populações, mediadas por organizações da sociedade civil, e assim, garante certa autonomia para realização de ações e independência dos arranjos políticos locais. No sentido oposto da denominada boa governança pelo banco Mundial, a corrupção eleva os custos dos projetos e investimentos locais, o que justifica as numerosas ações de combate à pobreza pelo banco e seus parceiros.

De acordo com Pereira (2009), o hábil manejo do Banco Mundial na “luta contra a pobreza” e pela equidade para estabilidade pressupõe significativas revisões na legislação trabalhista. Nestes esforços os trabalhadores do setor formal são considerados privilegiados por estarem inseridos e protegidos pela legislação do salário mínimo. Deve haver uma complementariedade entre as ações do poder público e do “mercado”, com o primeiro corrigindo falhas deste último. Para tanto, é necessário um ambiente institucional descentralizado para evitar possíveis capturas por parte das burocracias locais. Adota-se uma perspectiva funcional das instituições, em que estas atuam em função da complementariedade supracitada (PEREIRA, 2009).

A gestão da pobreza dirigida pelas agências multilaterais pauta-se sobre espécie de direito à inserção (PEREIRA, 2012). Significa que o indivíduo ao ser inserido em políticas sociais e ter certos direitos garantidos adquire também uma dívida social que estabelece como contrapartida um empenho pessoal em formas de inserção. Há uma complementariedade entre coesão social a partir da abordagem dos direitos e a manutenção da estabilidade social voltada para o mercado⁶⁹, conforme exemplo a seguir. Como situar entre as orientações do Banco Mundial para o alívio da pobreza, o incentivo ao crédito e investimentos na pequena propriedade? Além de “dar aos pobres condições para que se tornem advogados mais efetivos

⁶⁹ Para Abreu, “tendencialmente, essas abordagens naturalizam os elementos constitutivos do contexto histórico e pensam processos sociais a partir da sua positividade racional-legal, moral e funcional. Tomam por suposto as instituições, os valores e os símbolos preexistentes da vida social – seja pela possibilidade de estes harmonizarem sujeitos desiguais e intermediarem conflitos sociais, seja pelas possíveis mudanças institucionais adequadas e necessárias para que esta coesão social se objetive. A cidadania constitui, em ambos os sentidos, uma categoria de integração dos indivíduos e identidades coletivas à ordem jurídica e ao consenso intelectual e moral dirigente da ordem social estabelecida e de sua jurisdição nacional” (ABREU, 2008, p. 318).

dos seus próprios interesses” (PEREIRA, 2009, p. 270), é preciso também que os “pobres” possam dar garantias materiais como contrapartida para os empréstimos e tenham como iniciar um negócio⁷⁰. As regras do jogo formais e informais “[...] dão forma à interação social, definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos, reduzindo as incertezas e estruturando incentivos ao prover estabilidade às relações” (PEREIRA, 2009, p. 273). Assim o neoinstitucionalismo

retoma o papel “produtivo” da lei e da forma legal liberal na constituição da sociedade capitalista, evocando o império da lei (*rule of law*) para constituir um domínio protegido (*protected domain*) contra a realização de qualquer modalidade de controle democrático e de confisco social, por meio do Estado, em nome do interesse público (PEREIRA, 2009, p. 273).

Assegurar o modelo da empresa capitalista baseado em ambientes com arranjos institucionais e regras definidas e incorporadas pelos sujeitos são requisitos para a eficiência econômica. Ao entender e operar o político como esfera da engenharia institucional reduz-se o “institucional a uma dimensão meramente técnica e instrumental” (PEREIRA, 2009, p. 274). Somado a ações pautadas no “discurso político do fim dos antagonismos estruturais” e da possibilidade de harmonização de interesses

classes, aparelhos privados da sociedade civil, grupos de interesse, movimentos sociais, todos são vistos como instituições que “interagem” para obtenção de determinados fins e flutuam mais ou menos no mesmo nível de poder. O próprio Estado é tomado como mais uma instituição, entre tantas outras, o que simplesmente esvazia a dominação como questão (PEREIRA, 2009, p. 275).

Diante das assimetrias de poder e das iniciativas visando neutralização de seus conteúdos estruturais, o “empoderamento dos pobres” depende da aquisição ou desenvolvimento de capacidades e da mediação das parcerias. Se os indivíduos não podem escapar da esfera coercitiva da “sociedade política”, o mesmo não ocorre quando nos referimos aos aparelhos privados de hegemonia, pois “significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva” (COUTINHO, 1996, p.54). No entanto,

[...] deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo “privado” entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou “contratual” – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1996, p.55).

⁷⁰ São orientações do Banco Mundial para América Latina e Caribe “ações para aliviar a pobreza rural, e ao mesmo tempo, incrementar as transações no mercado fundiário formal, como, por exemplo, a outorga de títulos de propriedade a posseiros. Em lugar da reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação (com indenização de títulos públicos resgatáveis no longo prazo), defenderam uma reforma agrária “assistida pelo mercado” (*market-assisted land reform*), baseada na concessão, pelo Estado, de empréstimos a trabalhadores rurais para que negociassem diretamente a compra de terras, paga em dinheiro a preço de mercado, acrescida de uma pequena subvenção para investimentos produtivos” (PEREIRA, 2009, p. 279).

Desse modo, a “dialética de unidade na diversidade” (COUTINHO, 1996) entre aparelhos coercitivos e aparelhos “privados” de hegemonia nem sempre se torna visível.

Nos seus dois últimos relatórios publicados na sua página eletrônica relativos aos anos de 2014 e 2015, é possível perceber ações na arena dos direitos e das políticas públicas com um viés de participação e de associação. Os projetos realizados na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com uma importante organização social local, estão voltados para a geração de renda para um público específico, as mulheres trabalhadoras. De acordo com seus objetivos busca fortalecer a independência econômica através do estímulo ao empreendedorismo (venda de produtos e prestação de serviços de *bufê* em eventos) associado a processos formativos relativos a direitos, principalmente violência de gênero. A produção de novas sociabilidades atravessadas pelo *ethos* do trabalho é destacadas nas falas das mulheres “capacitadas” ou “pobres”, como são chamadas nos documentos referentes às estratégias da ActionAid Brasil. Ao referir-se a sua entrada em um dos projetos, uma moradora afirmou que antes dele

“[...] eu não falava com ninguém, era muito tímida. Aí eu comecei a trabalhar, fiz amizades, meu jeito de ver as coisas mudou e eu percebi um outro mundo que eu não conhecia, inclusive fora da Maré” (ActionAid Brasil, 2014, p. 13).

Outra moradora afirma que sua entrada no projeto

“mudou, entre outras coisas, minha relação com a família e com meus filhos, que estavam crescendo e indo para a faculdade. Eu ficava ávida pela chegada deles para poder saber do mundo deles, viver o mundo deles. Agora eu tenho meu mundo também, uma vida, e, às vezes, eles é que me esperam para eu levar um pouco dessa vida pra eles” (ActionAid Brasil, 2014, p. 13).

O relatório de 2014 enumera várias ações e capacitações voltadas para a agricultura familiar e para a geração de renda, para a realização *advocacy* e participação propositiva contando com parceiros locais. São exemplos de mediação realizada caminhadas denunciando ausência de iluminação pública para bairros em diversas cidades do país; fortalecimento do “diálogo constante com a sociedade civil” e o poder público para melhoria dos serviços públicos; “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres na campanha Cidades Seguras para Mulheres” (ActionAid Brasil, 2014).

Em 2015, relatório da ActionAid Brasil descreve ações, entre elas uma caravana, referentes ao direito à alimentação voltados para a agroecologia e agricultura familiar para “produzir sem veneno e ter acesso ao mercado para seus produtos agroecológicos”, além de capacitações para o uso de tecnologias sociais.

A caravana evidenciou que o PNAE⁷¹ é um exemplo de política pública bem-sucedida, que, quando bem gerida pelos gestores públicos e controlada pela sociedade civil organizada, atende com eficiência as populações mais vulneráveis, no sentido de provocar mudanças substanciais na vida das famílias e comunidades beneficiadas, principalmente no território em que o tecido social é forte e atua articulado e mobilizado, perpassando o nível pessoal, familiar, comunitário, municipal, territorial, estadual e nacional, integrando à política sujeitos de direitos individuais e coletivos, públicos e privados (ActionAid Brasil, 2015).

Assim como para o Banco Mundial, o tema dos serviços públicos é central para a ActionAid no combate à pobreza. É possível perceber novas convergências entre os discursos da ActionAid e do Banco Mundial em relação a ações compensatórias e focalizadas. Neste sentido, ampliar a rede de atores que sejam fontes de serviço é denominada pelo Banco Mundial de “descentralização de responsabilidades” (HOLMES et al, 2017). Para a ActionAid, a “desigualdade diz respeito a oportunidades e capacidades. Temos que criar condições para que as pessoas possam oportunidades iguais. Os serviços públicos criam esse tipo de possibilidade (ActionAid Brasil, 2015, p. 9). No mesmo relatório constam oferta de serviços de educação, mobilizações por serviços de iluminação pública e respostas à emergências como terremotos.

Todas as ações são financiadas por doações de indivíduos, empresas e parcerias institucionais com a União Europeia e as fundações La Tavola Valdese, Fondazione Caiplo, Ford Foundation e Charles Stewart Mott Foudation.

A descrição das formas de atuação da ActionAid Brasil exemplifica sua ação educativa na orientação e fortalecimento, ainda que direcionado, do tecido associativo de caráter local. Direcionando os sujeitos de direitos, as formas de atuação e associação criam espaços e oportunidades para capacitações e processos formativos em que a gramática pode ser operada articulando os modos – atendimento – e os conteúdos – entendimentos – da questão social.

Esse tipo de atuação é uma das dimensões atuais da luta de classes. Em meados da década de 1990, a burguesia e suas frações de classe redimensionam estrategicamente as formas de atuação dos aparelhos privados de hegemonia. A luta de classes que se desdobra no espaço da sociedade civil é atravessada por direcionamentos diversos com possibilidades de acirramento dos antagonismos e dos conflitos decorrentes da correlação de forças sociais. Desse modo,

fomos descobrindo, pouco a pouco, que a relação entre o Estado em sentido estrito e a sociedade civil vinha se modificando rapidamente desde a segunda metade dos anos de 1990. Enquanto a burguesia brasileira até meados dos anos de 1990

⁷¹ Programa Nacional de Alimentação Escolar

delegava, em boa parte, à aparelhagem estatal as tarefas de organização do consenso, a partir de então, passa a assumir diretamente, de modo mais sistemático, as iniciativas de busca do consentimento, instaurando, a partir daí, uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2011, p. 231).

Esse processo foi articulado tanto por formatos de políticas públicas como por aparelhos privados da burguesia que na atualidade buscam complementar-se. Para entendermos as formas de atuação e enraizamento dos *think tanks* no nível micro – junto às populações e associações locais –, é preciso relacioná-las a processos ligados à dinâmica do capital e suas formas de incorporar a totalidade das relações sociais.

No tocante às políticas sociais, a contribuição de Harvey (HARVEY, 1996) promove uma análise que mostra um rearranjo que se desdobra numa convergência de interesses das frações burguesas que terá impactos nas formas de atuação dos aparelhos privados de hegemonia.

Do Estado produtor e indutor de bem-estar social, de modo precário e seletivo no Brasil, toma forma um novo empresariamento urbano, que sucedeu o gerenciamento urbano (HARVEY, 1996). Numa sociedade de classes, as práticas espaciais são portadoras de um conteúdo de classe, sem descartar conteúdos de gênero ou étnico-racial. Portanto, os processos de produção de novas leituras, narrativas, intervenções urbanas e culturais, novas territorialidades também são portadores de conteúdos de classe.

Para Harvey (1996), para entender o empresariamento urbano é preciso questionar “quem está sendo empresário e em relação a quê”? O poder efetivo de reorganização dos atores ligados ao capital deriva de uma

coalizão de forças mais ampla na qual o governo e a administração urbana desempenham apenas um papel de agilizar e coordenar. O poder de organizar o espaço advém de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais. [...] temos que olhar para a formação de coalizões políticas e para a formação de alianças de classe como base para qualquer tipo de empresariamento (HARVEY, 1996, p. 52).

O ativismo cívico ocupa um papel central dando os contornos para convênios envolvendo financistas locais, industriais e comerciantes, e também pode ser disputado por outros atores como movimentos sociais.

A formação de alianças e coalizões é uma tarefa tão delicada e difícil que o caminho se abre para pessoas de visão, tenazes e hábeis (tal como um prefeito carismático, um administrador urbano sagaz ou um abastado líder empresarial) [...] (HARVEY, 1996, p. 52).

Neste sentido, a liderança pode ser exercida pelo poder público ou por lideranças empresariais⁷². As características do novo empresariamento urbano são a realização de parcerias público-privadas, integrando reivindicações locais mediadas pelo poder público local para atração dos investimentos e fontes geradoras de empregos (HARVEY, 1996); forma de execução e concepção de forte corte especulativo e com menor aversão aos riscos, se contrapondo aos empreendimentos imobiliários decorrentes de um planejamento racional e coordenado.

Em terceiro lugar, o empresariamento tem como foco de atenção muito mais a economia política do local do que do território. [...] este último como os tipos de projetos econômicos (de habitação, educação etc.) concebidos primordialmente para promover melhorias nas condições de vida ou de trabalho em uma determinada jurisdição. O empreendimento pontual (um novo centro cívico, uma zona industrial) ou a melhoria das condições de uma localidade (por exemplo, a intervenção no mercado de mão-de-obra local através de programas de reciclagem ou projetos de controle da queda de salários locais) por outro lado, podem ter impactos maiores ou menores do que os territórios específicos nos quais esses projetos venham a ser implantados. [...] Projetos pontuais [...] também costumam tornar-se o foco da atenção pública e política a ponto de desviar a atenção e mesmo recursos de outros problemas mais importantes e que envolvem a região ou o território como um todo (HARVEY, 1996, p. 53).

A acumulação de capital sob o empresariamento requer a exploração de uma diversidade de espaços políticos, sociais e empresariais associados a renovadas “formas e modos de regulação social e política adequados para novas formas e caminhos de acumulação”, se estamos tratando de “um sistema social revolucionário e dinâmico, como o capitalismo [...]” (HARVEY, 1996, p. 62).

O século XXI inaugura a era do público não estatal, em que direitos tornam-se serviços básicos para indivíduos “vulneráveis”. Por meio de reformas institucionais, o mercado atua em redes cada vez maiores, mobiliza sujeitos e consolida sociabilidades.

2.5 **Fundação Ford: modos de operar a gramática do social e o financiamento de protagonismos**

Sob os signos discursivos da independência e da cultura de direitos, outro importante *think tank* parceiro de organizações sociais atuantes na cidade do Rio de Janeiro – a Fundação Ford – contribui como mediador para dotar a gramática social de flexibilidade e

⁷² “Enquanto em Baltimore foi a figura pública como a do prefeito Schaeffer que desempenhou o papel principal, em cidade como Halifax ou Gateshead, foram empresários privados que desempenharam essa liderança. Em outros exemplos, foi uma mistura mais intrincada de personalidades e instituições que juntas viabilizaram um projeto específico” (HARVEY, 1996, p. 52).

funcionalidade ao associar de múltiplas formas os conceitos de protagonismo, empoderamento e território ao combate à pobreza, à garantia de direitos e ao empreendedorismo. Este cruzamento de conceitos permite atribuir uma face humana ao capital, assim como é parte da estratégia de administração das consequências desestabilizadoras da reprodução da pobreza.

A Fundação Ford começa a atuar na cena internacional a partir da década de 1950 em áreas de produção científica e de formação de recursos humanos. Seu foco de interesse esteve ligado tanto à área da administração e políticas públicas quanto da participação democrática criando relações com movimentos sociais. Desse modo, seu estilo de doação é considerado mais participativo e procura adaptar seu estilo de atuação aos receptores das doações (FARIA; COSTA, 2006).

Atualmente seus interesses envolvem as áreas de educação, fortalecimento de organizações da sociedade civil, saúde, tecnologia e produção de conhecimento. Atua financiando e assessorando inúmeras ações locais e projetos através de editais sobre direitos civis, educação, artes e cultura, direitos humanos, redução da pobreza e desenvolvimento urbano⁷³. Possui uma ampla rede de parcerias com outras fundações e organizações, entre elas entidades que trabalham o protagonismo em suas variadas vertentes, principalmente juvenil, feminino e negro. Também participa de publicações realizadas por diversas entidades e instituições que podem ser acadêmicas, governamentais, “observatórios”⁷⁴ e fundos.

Em 2002, a Fundação Ford comemorou 40 anos de atuação no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro. As primeiras doações, em torno de três milhões de dólares atuais, foram para o programa de formação em administração pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (BROOKE, 2002). As determinantes da atuação da Fundação desdobram-se em três convicções:

- 1) a de que dar solução aos problemas internos dos Estados Unidos seria uma vitória vazia se o resto do mundo continuasse sujeito à “miséria e às agitações”(Ford Foundation, 1963, p. 2); 2) a de que a Fundação Ford dispunha de recursos

⁷³ Disponível em < <https://www.fordfoundation.org/about-us/a-legacy-of-social-justice/>>. Acesso em: 15 ago. de 2017.

⁷⁴ O *Observatório das Metrópolis* é uma rede de pesquisadores acadêmicos e outros ligados a organizações da sociedade civil. Iniciou atividade na década de 1980 contando com financiamentos do Banco Mundial e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 2005 foi inserido no Programa Institutos do Milênio – CNPq com o Projeto Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Hoje é um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro). Disponível em <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=144&lang=pt#>. Acesso em: 9 nov. 2017.

suficientes para oferecer uma contribuição significativa na solução desses problemas em outros países; e 3) a de que, por ser uma organização independente, não-governamental, ela tinha autonomia para aplicar seus recursos em determinados países e na solução de determinados problemas, cumprindo sua missão de construir “os instrumentos sociais do progresso”, considerados tão importantes para a construção de uma nação quanto o comércio e o capital (BROOKE, 2002, p.13).

Para Brooke (2002), a criação de um setor de filantropia no Brasil está pautada no “interesse pela promoção de valores democráticos e de maior igualdade social”. Ao longo dos 40 anos a fundação trabalhou sob 104 categorias temáticas que vão do “Bem-estar e gravidez de adolescentes” à “Justiça Criminal” sob o prisma do crescimento econômico. Houve também mudanças do perfil dos donatários de acordo com o perfil das instituições parceiras. As instituições donatárias são classificadas de três formas de organização: acadêmicas; governamentais ou não governamentais; e por localização. No início da década de 1980, os “investimentos” da fundação expandem-se para “atividades da sociedade civil [...] e a decisão [...] de dar suporte a toda uma gama nova de grupos e problemas sociais, como por exemplo, reforma agrária, direitos da mulher, identidade cultural, direitos dos índios e preconceito racial” (BROOKE, 2002, p. 26). Na década de 1990, as organizações não governamentais passam a ser os principais donatários, ultrapassando a universidade e organismos de governo. “Após tantos anos sem vínculos mais estreitos com o Executivo, pode-se afirmar que hoje as doações a esse ramo do governo praticamente inexistem” ⁷⁵(BROOKE, 2010, p. 26).

Com o subtítulo *O Desenvolvimento como Condição do Controle da Natalidade: o Empoderamento das mulheres como estratégia eficaz*, é possível perceber a inversão que de certa forma explica uma série de investimentos em direitos e empreendedorismo. Não é o controle da natalidade como condição do desenvolvimento, pois “o desenvolvimento é o melhor contraceptivo”. Assim, mais eficaz é ter um patamar mínimo de “serviços básicos”, entre eles atenção especial para a forma de acessá-los quando acompanhada de capacitações, competências e habilidades. Pois, de acordo com Souza (2002),

Projetos que enfocavam melhorias dos métodos contraceptivos e de planejamento familiar produziram resultados limitados e tornou-se claro que o sucesso desses empreendimentos dependia de escolhas pessoais de homens e mulheres nas questões de contracepção, sexualidade e gestação. Pesquisas sobre o sucesso de programas de controle da natalidade indicaram a relevância da renda e do emprego, das expectativas de sobrevivência, da segurança social e, especialmente, da educação das mulheres e das oportunidades que lhes são oferecidas (SOUZA, 2002, p. 142).

⁷⁵ Entre os maiores donatários em 2001 encontram-se Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Sociedade Brasileira de Instrução, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto de Estudos Econômicos (Inesc), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, entre outros (BROOKE, 2010).

A dimensão educativa é assim incorporada aos programas da Fundação, acessando categorias como participação e empoderamento. Em relação às ações relativas às mulheres, reconhece que ao longo da década de 1990, mesmo com a profissionalização da militância e a construção de espaços participativos de construção de políticas públicas, o fato das ONGs serem “formadas por mulheres brancas de classe média do Sudeste” limitou o impacto das políticas (SOUZA, 2002). Assim, foi necessário redimensionar ações para novas formas de entendimento centradas no indivíduo. “O foco foi dirigido para ambientes mais amplos, sociais, culturais, jurídicos, políticos e econômicos, que influenciam os aspectos reprodutivos do desenvolvimento humano” (SOUZA, 2002, p. 152).

Outra área central para a Fundação refere-se ao Governo e Sociedade Civil. Os investimentos começam em 1962 com doações que

procuram preparar uma nova geração de economistas e de servidores públicos [...] que pudessem preparar conduzir o País no caminho do progresso. Acreditando na importância do *know-how* norte-americano para o processo, a Fundação encorajou os projetos de envio de brasileiros para estudos avançados nos Estados Unidos ou de convites a especialistas estrangeiros para participarem de seminários e simpósios no Brasil (STATION; WELNA, 2002, p. 169).

O objetivo é institucionalizar relações entre sociedade civil e governo não mais, estimulando a participação dos grupos organizados e articulados em suas demandas, mas sim, através da “responsabilidade pública e do acesso à justiça”, visando “o fortalecimento da capacidade do setor público de uma gestão, implementação e inovação eficientes”. Dessa forma, a instituição cumpre seu papel de compositora de demandas (ADORNO; CARDIA, 2002, p. 205).

Não houve o completo abandono das questões de cidadania, mas, em vez disso, adquiriram um novo sentido e significado associados com o conceito de governabilidade, que passa a ser entendida como a gestão racional dos recursos públicos, com a participação conjunta dos órgãos do governo e das ONGs. Daí a razão de os projetos financiados também envolverem o desenvolvimento de competências profissionais e administrativas (ADORNO; CARDIA, 2002, p. 205).

Entre 1962 e 1979, os investimentos da Fundação

concentraram-se na produção de conhecimento e de recursos humanos para pesquisa [...]. a produção de conhecimento compreende a realização de cursos, a promoção de eventos, pesquisa, estudos, documentação, banco de dados, treinamentos metodológico, produção de metodologias específicas (avaliação), formação de competências, produção de indicadores e produção de imagens (ADORNO; CARDIA, 2002, p. 224).

Na década de 1980,

a preocupação deslocou-se para a divulgação e troca de conhecimento, o impacto dos projetos na opinião pública, a mudança de comportamento e de atitudes, bem

como a maneira de usar os resultados das pesquisas no debate público e na formulação de políticas públicas. Esse repertório é ampliado pouco a pouco com o estímulo a outras estratégias, como treinamento (profissionalização, educação, capacitação), inovação (gestão de recursos/meios, monitoramento e responsabilidade), defesa pública dos direitos, transferência de conhecimento através de cooperação internacional, fortalecimento de experiências institucionais (constituição de redes), participação social (conscientização, lutas sociais, mudanças de comportamento) e assistência técnica e jurídica. Na fase atual, não houve mudanças significativas nesse repertório formatado no momento anterior, exceto quanto à incorporação de políticas de ação afirmativa (também chamadas políticas de discriminação positiva) (Ibidem).

O incentivo à pesquisa e formação em Ciências Sociais construiu o caminho para o êxito de ações locais. “Apostar nas ciências sociais’ por ser um refúgio de intelectuais e ideias” (STATION, WELNA, 2002, p. 170) materializou-se em investimentos para a criação da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), do Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), transformando, assim, “adversidade numa vantagem” (Ibidem), pois intelectuais que haviam sido aposentados compulsoriamente pelo Estado durante a ditadura civil e militar foram incorporados por essas instituições.

As doações ou investimentos em ações locais passam a ter como objetivos: “criar capacidade institucional para a análise de políticas públicas [...] ao mesmo tempo dar suporte a atividades diretas de empoderamento (*empowerment*) cívico” (idem, p. 178). A extensão da forma de organização em rede⁷⁶ é estratégica para construir legitimidades e canais de interlocução direta com as esferas locais de participação, e dessa forma ter acesso ao fundo público.

De acordo com o Gife (Grupo de Instituições, Fundações e Empresas) a relação entre investidores sociais privados e organizações da sociedade civil se altera no final da década de 2000 diante da diminuição de recursos internacionais e da possibilidade de “ganho adicional em termos de construção da democracia em relação aos resultados produzidos pelos projetos”. No documento *Visão ISP para 2020*, apresentado em 2010, um dos temas principais para a expansão do setor de investimento social privado é a legitimidade social, ou seja, seus investimentos devem ser reconhecidos “como relevante(s) pelo público e pela sociedade em

⁷⁶ “A doação concedida pela Fundação ao Ibase financiou uma nova iniciativa que se baseava no fato de que a nova Constituição devolvera ao Congresso a competência formal para a discussão do orçamento federal. Após décadas sob o controle exclusivo do Executivo, o orçamento era, em grande parte, um mistério para o povo e até mesmo para os congressistas. Após um encontro no Center for Budget Policies and Priorities de Washington, a equipe do Ibase desenvolveu uma metodologia para o monitoramento do orçamento federal e transmitiu seus resultados às ONGs e aos núcleos de pesquisa. Nessa ação, o Ibase trabalhou em estreita colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (Inesc) de Brasília, que também receberia apoio para um trabalho relacionado com ‘orçamento participativo’” (STATION; WELNA, 2002, pp. 181-182).

geral”. É preciso combinar: relevância e legitimidade, abrangência (temática e geográfica) e diversidade de investidores (Gife, 2010).

O início do século XXI apresenta um diferencial em relação ao período anterior na forma de atuação das burguesias relativa às “questões sociais”. A atuação em rede representa um movimento de “construção da unidade orgânica da classe para produzir os elementos materiais e simbólicos necessários à educação da nova sociabilidade requerida pelo Estado capitalista neoliberal no Brasil” (MARTINS, 2007, p. 140). A constituição de redes permite construir legitimidade, abrangência e ampliação de investidores, principalmente através do estratégico “público não estatal”, que será tratado posteriormente.

A complexidade do contexto brasileiro decorrente da crescente e sistemática violação de direitos envolvendo, em certas situações, um mesmo indivíduo numa malha de violências múltiplas desde o direito à vida, ao corpo, gênero, trabalho digno, terra, transporte, educação, saúde entre outros, institui formatos de resistências diversas às violações. Em 2005, a Fundação Ford no Brasil lança o Fundo Brasil de Direitos Humanos para financiar pequenas organizações não governamentais e projetos ligados aos direitos humanos⁷⁷. São realizadas “oficinas de capacitação técnica e gerencial para formação de representantes das organizações apoiadas” e em dezembro de 2007 é lançado o “Edital Anual 2008 com o debate ‘Investimento privado em Direitos Humanos’”⁷⁸. Através do Fundo, a Fundação Ford lança editais que possibilitam que segmentos da população, mediados por organizações locais, possam ampliar sua capacidade de atuação em rede. Por isso, escolhemos algumas publicações do Fundo para serem analisadas a seguir.

Em 2012 foi iniciado pelo Fundo o projeto *Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil*. Contando com patrocínio da Petrobras e parcerias de organizações da sociedade civil, “objetiva intensificar a discussão da comunicação como um direito humano, bem como fomentar ações das redes na produção de comunicação contra hegemônica”⁷⁹. As atividades, oficinas de formação e seminários realizados na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, tiveram como foco “a articulação em rede e ativismo”, “abordagem de estratégias de promoção dos direitos humanos”, “ampliação do repertório” dos participantes e pensar formatos através dos quais a

⁷⁷ Disponível em < <http://gife.org.br/fundacao-ford-cria-fundo-de-apoio-a-organizacoes-de-direitos-humanos/> >. Acesso em: 19 ago. 2017.

⁷⁸ Disponível em <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

⁷⁹ Disponível em <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/fundo-brasil-realiza-1a-oficina-de-redes-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

“sociedade civil pode se colocar, incidir seus temas e dialogar com a sociedade”⁸⁰. O público-alvo foram representantes de projetos apoiados pelo Fundo, os quais passam por vivências, trocas de experiências com representantes de outros grupos reivindicativos de direitos.

Os representantes dos projetos selecionados passam por processos que atuam no plano cognitivo e aprendem a articular o tema dos direitos a modernas formas de comunicação, como o uso da mídia e das redes sociais para dar visibilidade aos temas, mas também influenciar o debate público, as agendas dos governos, e, dessa forma, talvez legitimar o papel da rede de parceiros nesses espaços. Mostra-se dessa forma, entre outros aspectos, uma tecnificação do conflito.

Um dos moderadores convidados apresenta a relação entre comunicação e direitos alertando

sobre a importância de prender a atenção do interlocutor, focando no objetivo da narrativa e no ponto central da história a ser contada. Ele destacou a importância de se utilizar uma linguagem simples e de se buscar no discurso os pontos de conexão com a pessoa que está ouvindo (Fundo Brasil de Direitos Humanos, *Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil*. Atividades Piloto, 2012, p. 9).

Fomentar ações em conjunto no combate às violações dos direitos é apresentado como um recurso para potencializar os resultados das organizações. A oficina de formação é considerada

um espaço onde os participantes adquirem uma percepção global sobre a definição de direitos humanos e a compreensão do seu conceito de indivisibilidade: fica claro que os direitos se inter-relacionam, e que a ausência de um acaba por anular a existência dos demais (Fundo Brasil de Direitos Humanos, *Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil*. Atividades Piloto, 2012, p. 10).

Foram realizadas duas atividades formativas voltadas para “a importância da Comunicação para a visibilidade da causa defendida”. A comunicação é apresentada “como estratégia de marketing e de que forma as organizações sociais podem se apropriar de ideias da comunicação empresarial e da publicidade para potencializar o alcance das suas lutas” (Ibidem).

“A causa tem de causar! É preciso encontrar o diferencial, o que nos dá valor, e trabalhar com o que ninguém espera”. (Fundo Brasil de Direitos Humanos, *Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil*. Atividades

⁸⁰ Fundo Brasil de Direitos Humanos. *Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil*. Atividades Piloto. Disponível em <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/comunicaredes/files/pdf/caderno_ativid_piloto.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

Piloto, 2012, p. 13). Para tanto, “a comunicação tem de ser orgânica, participar das decisões políticas e estratégicas da organização. Toda ação política tem um potencial comunicativo” (Ibidem).

Modelar as condições de possibilidade e de visibilidade das políticas, interferir no ambiente geral da política, ou seja, na agenda, são o modo de atuação dos *think tanks*. “O que pretendem, podemos dizer, é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as ‘escolhas’ e ‘preferências’”. Daí a relevância, para essas organizações, da indústria da mídia e do entretenimento (MORAES, 2015, p. 232).

Em 2015, o documento relativo ao projeto *Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil* desloca, conforme o título, o protagonismo para as redes de organizações. “Ampliar as vozes das organizações da sociedade civil e indivíduos [...]” através de estratégias eficientes de comunicação que o Fundo pode proporcionar. Pois o mesmo

possui um conhecimento profundo sobre quem faz o quê em temas de direitos humanos no país. Identifica atores e temas prioritários, em um panorama permanentemente atualizado da situação da sociedade civil, o que o coloca em posição privilegiada para comunicar e ajudar a jogar luz sobre causas que nos mostram como fazer um país melhor (Fundo Brasil de Direitos Humanos, *Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil*, 2015, p. 5).

O objetivo de criar redes de ativistas é proporcionar o diálogo entre as organizações, a construção de pautas em comum e fomentar interações (idem, p. 9). Para tanto, “[...] foi preciso discutir questões como a definição do público alvo, a compreensão de nossas mensagens, o que fazer para driblar a hegemonia midiática e até que tipos de palavras usar” (Ibidem).

A denominada “visibilidade” de grupos e pessoas é proporcionada quando uma gramática é acionada, quando o modo de operar é mediado pela participação nas redes para “ter voz” e quando se trabalha com determinadas agendas. É uma questão também técnica, pois pressupõe capacitações em comunicação.

Em 2015,

nesse cenário de radicalização política, a sociedade civil, como arena privilegiada das lutas sociais, torna-se palco de disputa acirrada entre os interesses antagônicos das classes sociais, virando-se assim a página de um período de conciliação em que, até certo ponto, todos ganhavam, embora seja óbvio que alguns setores ganhavam muito mais do que outros (Ibidem).

A potencialidade de conflitos sociais quando trabalhado pelas redes possibilita a produção de consensos em torno da agenda e das formas de luta, inclusive mapeamentos e

capturas, “uma vez que a característica das redes é que elas são estruturas abertas, em constante expansão por meio da integração de novos integrantes que compartilhem os mesmos valores e objetivos [...]” (Ibidem).

Como instrumento de mobilização social, a estrutura de redes tem sido decisiva para potencializar ações que teriam impacto muito reduzido se fossem feitas por uma única entidade ou segmento, sobretudo dada a sua característica de reunir organizações de diferentes origens e composição, unidas por uma causa comum (Ibidem, p. 11).

A construção da ideia de protagonismo incorpora, além da “causa comum”, um “processo de ativismo social” em que atitudes, ações e decisões devem ocorrer de maneira estratégica através de metodologias voltadas para a área de comunicação e *advocacy* na defesa das “causas sociais” (Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil, 2015, p. 13).

Nos últimos anos, a sociedade civil acumulou conhecimentos nas áreas de comunicação e *advocacy* que nem sempre estão nas mãos de quem vive na base da sociedade, no dia a dia das lutas sociais. Conseguir compartilhar esses conhecimentos é um dos pontos centrais dos processos de formação. Tais processos têm o desafio de promover o desenvolvimento das habilidades pessoais e grupais e, dessa forma, fortalecer o ativismo (Ibidem).

Dessa forma, para além da motivação política e social, há uma terceira motivação que é “a disponibilidade pessoal para se envolver em um trabalho conjunto”, construída a partir de metodologias participativas. Ainda que utilizando a expressão uma “mesma causa” e submetidos a capacitações, a possibilidade de agência dos indivíduos no aprendizado é destacada para uma atuação que possa dar conta das disputas de significados e valores na “guerra midiática”. Mas para tanto, é necessário ter formação. “É estratégico tanto disputar a grande mídia como criar formas alternativas de comunicação” (Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil, 2015, p. 14-15).

A possibilidade de tecnificação do conflito e a perspectiva de colaboração entre as classes, esta última entendida como concertação social em que exploração e exclusão não são concebidas como dinâmicas estruturais do capitalismo, podem ser um recurso acionado por usos da gramática do social.

É essencial que a sociedade conheça o trabalho dos ativistas e entenda que as ações protagonizadas por eles não beneficiam apenas pequenos grupos e sim toda a população. Esse conhecimento levará à compreensão do papel fundamental dos ativistas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil, 2015, p. 43).

Para tanto, são requisitos fundamentais domínio de técnicas de informação e comunicação,

fortalecer a relação com órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública, tentar pautar a mídia com histórias relevantes [...], adequar a linguagem [...] e ter em mente que o conteúdo da informação oferecida precisa respeitar o tipo de público a que é destinada [...] (Ibidem).

No relatório *Brasil de Direitos – 10 anos do Fundo Brasil de Direitos Humanos*, as lutas e resistências da população em relação às violências de gênero, de classe e relativas às sexualidades, às formas de espoliação das empresas sobre populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas e seus ambientes e territórios são supostamente potencializadas e visibilizadas pelas mãos da denominada sociedade civil e sua atuação em rede. “À sociedade civil cabe dar escala à mobilização para que autoridades, finalmente sensibilizadas, desenvolvam políticas públicas de combate ao extermínio, o desejável pacto pela vida” (Fundo Brasil de Direitos Humanos, *Revista Brasil de Direitos – 10 anos do Fundo Brasil de Direitos Humanos*, 2016, p. 18).

De acordo com Ana Valéria Araújo, coordenadora executiva do Fundo, “[...] empoderamos os que têm pouco ou nenhum acesso a outras fontes de recursos. Estivemos onde ninguém está” (Ibidem, p. 4). Nesses 10 anos de atuação, apoiaram 300 projetos pelo país e doaram R\$ 12 milhões. O apoio aos projetos é mediado por processos de formação – oficinas de formação.

Hoje, as oficinas de formação conseguem pautar temas transversais e convidar grupos dedicados às mais diversas causas a refletirem juntos sobre pautas e estratégias comuns, fomos além do apoio financeiro, já que nosso trabalho cria espaços de interação e de discussão política. Buscamos também garantir a formação técnica necessária (Ibidem, p. 5).

Esse trabalho é realizado com uma “governança que orientou o crescimento do Fundo Brasil” através de “uma teia de pessoas altamente qualificadas [...]”. “Nosso trabalho também é o de revelar essas pessoas com a luz que elas merecem [...] Damos visibilidade a quem faz a diferença na vida de todas e todos. [...] Uma organização como o Fundo Brasil é absolutamente necessária por contribuir para garantir o protagonismo da sociedade civil [...]” (Ibidem, p. 5). Jorge Eduardo Durão, diretor presidente do Fundo, considera que a cultura da negação dos direitos no Brasil precisa ser estrategicamente combatida através de ampla mobilização e fortalecimento de “organizações da sociedade capazes de imprimir uma nova direção intelectual moral à sociedade brasileira” (Ibidem, p. 7). A “causa dos direitos humanos”, conforme aparece na revista em diversos momentos, necessita de medidas

emergenciais diante da crescente violação dos mesmos, ainda que sejam esforços no sentido de “minorar os impactos” dessas violações.

Os investimentos voltados para defesa de direitos passam a ter centralidade para a Fundação Ford no século XXI. O *empoderamento* e o *protagonismo* supostamente adquiridos através das múltiplas formas de mediação de organizações da sociedade civil possuem um potencial despolitizador dos conflitos. Há possibilidade de instrumentalização dos direitos diante da “tendência ideológica de pensar a cidadania como algo desprovido de conexão com suas condições históricas e estruturais de existência” (ABREU, 2008, p. 320). Com o objetivo de criar e articular canais judiciais e não judiciais de resolução de conflitos, a “defesa de direitos” proposta pelos *think tanks* extrapola tal objetivo e reafirma seu caráter formativo e pedagógico. Isso ocorre na medida em que tais ações envolvem capacitações das populações assistidas sob o discurso da qualificação, da *expertise* ou da eficácia para que possam *aprender a fazer* seja negociando, usando as mídias e suas linguagens, empreendendo, realizando múltiplas tarefas enquanto jovem *fazedor*, inovando ou investindo em negócios sociais. De preferência, inseridos nas redes de parceiros das quais os *think tanks* fazem parte.

A publicação *Litigância Estratégica em Direitos Humanos. Experiências e Reflexões* descreve casos resultantes da distribuição de investimentos sob a forma de edital *Litigância Estratégica, advocacy e comunicação para promoção, proteção e defesa de direitos humanos* do Fundo Brasil de Direitos Humanos e da Fundação Ford no ano de 2014. O edital foi direcionado a projetos de organizações da sociedade civil e clínicas de direitos humanos de universidades públicas e privadas de vários municípios do país. Para Letícia Osório, assessora de programas da Fundação Ford, instituição parceira do Fundo no referido edital, esse parte do pressuposto que “para soluções sustentáveis, a sociedade civil e as(os) cidadãs(ãos) devem ser envolvidas(os) na implementação prática dos direitos humanos” (Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fundação Ford, 2017, p. 15). O sentido estratégico da metodologia significa que

não é qualquer ação, mas aquela que tem uma dimensão emblemática, capaz de criar precedentes e gerar resultados positivos. Tais resultados terão efeito multiplicador, transformando-se em exemplos bem sucedidos a serem aplicados em outros casos similares, possibilitando assim um salto na garantia dos direitos humanos (Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fundação Ford, 2017, 8).

A ideia de instituições com atuação na sociedade civil apresentadas como interessadas no bem comum simplifica as parcerias e os interesses envolvidos em nome de um “interesse público”. O litígio estratégico é uma ferramenta que utiliza um tipo de participação dos envolvidos para desenhar “propostas concretas para a solução de situações de violação de direitos”. Busca também restituir, reparar direitos, “fortalecer a capacidade de ação das

vítimas e suas organizações representativas, abrir novas vias de participação, firmar as conquistas logradas no plano político e controlar de forma permanente a atuação dos órgãos do Estado” (Ibidem).

Diante da dificuldade de “encontrar consenso em situações de polarização radicalizada”, Letícia Osório também reconhece novos desafios a serem enfrentados pela sociedade civil, “tanto no que se refere a dar voz a novas lideranças, comunidades e movimentos emergentes quanto no que diz respeito a preparar-se para responder à multiplicidade de pautas de ação” (Ibidem, p. 16). A efetividade da assessoria jurídica é importante, mas é preciso ter “ganho de aprendizagem para as comunidades” (Ibidem). Nesse sentido, os processos envolvendo assistência, litigância, assessoria entre outros atuam também no plano cognitivo, pois reorientam, preparam, capacitam. Representam, assim, processos formativos que intervêm de múltiplas formas nos modos de atendimento e entendimento das relações sociais.

Pesquisa de André Martins (2007) analisa as novas formas de atuação de frações da classe burguesa voltadas para a construção da nova sociabilidade funcional ao capitalismo na etapa atual.

Foi somente no limiar do século XXI que as intervenções diretas da burguesia para educar a sociabilidade foram significativamente ampliadas para o conjunto da população, envolvendo mobilizações mais complexas e ações mais dinâmicas para alcançar um horizonte mais amplo, como proposto nas seguintes expressões contidas nos documentos: “transformação social”, “sociedade mais justa”, “mundo melhor” (MARTINS, 2007, p.157).

As ações envolvem *advocacy*, visibilização das práticas, litigância estratégica, processos formativos voltados para autoafirmação identitária, para o território através da construção de cartografias sociais, formação em comunicação e construção de redes para troca de experiências e auxílio para ações litigantes. De acordo com o documento, esse processo

tem possibilitado a construção de um novo olhar sobre o espaço onde as comunidades vivem. E que a ampliação das redes de interações e de proteção, incluindo as ações jurídicas em tempo real tem favorecido o encorajamento e o protagonismo das lideranças. (Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fundação Ford, 2017, p. 89).

A influência de organizações nas agendas das políticas sociais e, em certos casos, a transferência de atribuições do aparelho estatal na garantia de direitos para grupos da “sociedade civil organizada”, além de funcional para a reprodução da estrutura social capitalista, sugere que esses grupos e a representação das articulações promovidas, as redes, são “um espaço democrático de crítica ao Estado burguês” (SCHEINVAR, 2001, p.8).

“Sociedade civil organizada” pode ser entendida como um conceito articulador de um conjunto de ideias e práticas denominado ideal democrático (Ibidem).

Em 2016, de acordo com o presidente da Ford Foundation, Darren Walker, a entidade está mudando seu “foco para abordar e aliviar a desigualdade de renda em todo o mundo”. Cita, como exemplo, a relação entre os gastos com o evento olímpico na cidade do Rio de Janeiro e o “descontentamento” de parcela da população decorrente das remoções. Também é objeto de preocupação o baixo poder econômico de afro-brasileiros e indígenas⁸¹.

Desse modo, a ocorrência de “conflitos”, de “descontentamentos”, de violências, de corrupção são considerados riscos para os negócios, além de aumentarem os custos dos mesmos. Investir num arcabouço institucional que garanta estabilidade e coesão social faz parte da lógica e dos desdobramentos das reformas administrativas operadas após o período ditatorial. Nesta lógica, as políticas públicas estão menos voltadas para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição (MELO; FALLEIROS, 2005).

Uma das preocupações centrais do Banco Mundial com a juventude denominada “nem-nem”, conforme abordada no primeiro capítulo, é relativa ao mundo do trabalho:

Entre as razões por que a inatividade e o desemprego dos jovens requer atenção especial está o fato de que estas mazelas podem deixar “cicatrizes” que resultam em empregabilidade e renda mais baixas ao longo da vida. [...] os programas de empreendedorismo podem ajudar os trabalhadores com perspectivas limitadas a conseguirem empregos formais e estáveis. O apoio ao empreendedorismo é mais eficaz quando inclui formação e reforço das competências empresariais, bem como o devido acesso ao crédito e a outros serviços financeiros (Banco Mundial, Proteção social em tempos difíceis: mitigando os custos sociais do menor crescimento econômico na América Latina e no Caribe, s/d).

Nesse sentido, vários são os chamamentos para a participação das organizações da sociedade civil nas parcerias da reforma das funções do aparelho estatal. O espaço que foi pensado, criado e articulado é conceituado como público e por meio desta construção opera a gramática e seus conceitos estruturantes do real.

A aderência da gramática aos novos formatos de gestão das políticas públicas direcionadas para a promoção da competitividade pode ser exemplificada com a crescente produção de discursos sobre as “potencialidades criativas” realizadas pela população moradora de territórios em que os direitos sociais ligados à moradia, saneamento, segurança, transporte, educação e saúde são realizados como serviços básicos mínimos. Para o Banco Mundial, há um “aumento da capacidade dos pobres mediante a melhoria dos serviços básicos” (HOLMES et al, 2017, p.12).

⁸¹ Disponível em <<https://finance.yahoo.com/news/ford-foundation-president-sees-downside-000000240.html>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

O acesso “dos pobres” ao mercado é considerado uma oportunidade econômica incorporada ao conceito de governança. Significa acesso ao crédito, regularidade no cumprimento de contratos com normas legais, possuir direito de propriedade para obtenção de crédito⁸², previsibilidade de políticas públicas. Cabe ao governo “adotar as necessárias reformas de leis e regulamentos para aprofundar os mercados, e informar ativamente os pobres a respeito de oportunidade de emprego e propriedade de ativos” (Ibidem, p. 18). Dessa forma, potencialidades e novas sociabilidades são transformadas em ativos a partir de uma abordagem das favelas e periferias como territórios produtivos.

2.6 Centro de Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito (CDDRL)/Stanford e a organização de diálogos para mudança cultural

Saberes em rede – Uma agenda carinhosa e muito atenta com o caldeirão chamado Brasil. Com esse título, Marcus Faustini inicia sua coluna no jornal no dia 06/05/2014 para se referir a uma importante parceria entre uma organização social e o Centro de Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito⁸³ (CDDRL) da Universidade de Stanford (Estados Unidos) e ligada ao *Freeman Spogli Institute International Studies*. Essa parceria faz parte do Programa Pobreza e Governança do CDDRL.

Esse importante *think tank* colabora

amplamente com acadêmicos, formuladores de políticas e profissionais do mundo todo para promover o conhecimento sobre as condições e as interações entre a democracia, o desenvolvimento econômico de base ampla, os direitos humanos e o estado de direito. A missão do CDDRL é entender como os países podem superar pobreza, instabilidade e regras abusivas para se tornarem estados prósperos, justos, democráticos e bem governados. Esta preocupação com a trajetória geral do desenvolvimento nacional - e para os intrincados vínculos entre as dimensões econômicas, políticas, legais, sociais e de saúde do desenvolvimento - define CDDRL além de outros centros de pesquisa. (...) O envolvimento político é uma parte importante da nossa missão. O CDDRL organiza diálogos intelectuais e políticos destinados a melhorar as práticas de desenvolvimento e as instituições políticas, ao mesmo tempo que aumenta a compreensão pública do desenvolvimento econômico e político.⁸⁴

⁸² De acordo com relatório do Banco Mundial, “os negócios dos pobres e pequenos podem ser especialmente dependentes de crédito se as firmas maiores puderem financiar mais frequentemente o investimento com lucros retidos. Os pobres talvez não consigam crédito em razão da insegurança dos direitos de propriedade da terra e de outros ativos. A falta de claros direitos de propriedade da terra e de outros ativos restringe as garantias que os pobres podem oferecer” (HOLMES et al, 2017, p.17).

⁸³ Center on Democracy, Development, and the Rule of Law – CDDRL. Esta instituição realiza parcerias com outras organizações sociais na cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁴ Disponível em <http://cddrl.fsi.stanford.edu/docs/about_cddrl>. Acesso em: 2 set. 2017.

O CDDRL tem como diretor Francis Fukuyama, intelectual com destaque na área de administração, que trabalha para o Departamento de Planejamento de Estado dos Estados Unidos da América. Atualmente pesquisa o conceito de confiança (*trust*) como um recurso para prosperidade e “explica por que o sucesso asiático se deve a motivos culturais e considera a confiança, a comunidade e os compromissos as três variáveis que moldarão a sociedade contemporânea”⁸⁵.

Defende que não há alternativas à democracia liberal para a modernização da sociedade. O capitalismo de Estado produz regulamentações econômicas que atrapalham negócios, mas a eficácia está em controlar a corrupção e ter “pessoas certas no setor público”. A questão é a capacidade de adaptação às novas tecnologias de forma eficaz no capitalismo atual e destaca que no Brasil, na Índia e na África do Sul o crescimento da classe média “é uma ótima maneira de evitar a polarização entre as elites e os pobres”⁸⁶.

“As redes e as formas colaborativas” com o CDDRL, por exemplo, representam para Faustini outras formas de olhar e pensar as questões do Brasil, para além de uma perspectiva que resume as mesmas a “objeto exótico, de atrasos insuperáveis”. Há a produção de “arranjos mais abertos na produção de pensamento, expondo conflitos e recombinao formas de análises, sendo também espaço de encontros que não aconteceriam de outra forma” (FAUSTINI, 2014).

Para pesquisadoras do CDDRL envolvidas no Programa Pobreza e Governança (PovGov)⁸⁷, que realizou uma parceria com uma organização social na cidade do Rio de Janeiro⁸⁸, é necessário investir em programas educacionais e de mercado de trabalho para jovens moradores de favelas com metodologias inovadoras para garantir um maior envolvimento nos projetos “em que a agência individual e a potencialidade ocupam o primeiro lugar no processo de desenvolvimento” (MELO, 2018, livre tradução). São populações que convivem com as várias dimensões ligadas à lógica do comércio internacional de drogas, principalmente o estabelecimento de regras e de uma estrutura organizacional

⁸⁵ Disponível em <<http://www.historiadaadministracao.com.br/jl/gurus/60-francis-fukuyama>>. Acesso em: 02 set. de 2017.

⁸⁶ Entrevista à revista Época. Disponível em <<http://www.institutomillennium.org.br/divulgacao/francis-fukuyama-democracia-liberal-precisa-de-reformas/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

⁸⁷ São pesquisadoras do Laboratório de Pobreza, Violência e Governança do CDDRL: Beatriz Magaloni, Veriene Melo, Brenda Jarillo Rabling e Vanessa Melo. Disponível em <<http://cddrl.fsi.stanford.edu/crimelab/research/evaluating-rio-based-educational-program-ag%C3%A2ncia-de-redes-para-juventude>>. Acesso em: 02 set. 2017.

⁸⁸ O artigo intitula-se *Network for Youth Agency: A Program Evaluation* (Agência Rede para a Juventude: uma avaliação do programa, livre tradução). Disponível em <<http://cddrl.fsi.stanford.edu/crimelab/research/evaluating-rio-based-educational-program-ag%C3%A2ncia-de-redes-para-juventude>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

associada ao medo e à opressão que provocam perdas de vidas, violações de direitos e, conseqüentemente, instabilidades. A parceria com organizações locais são importantes para diversas finalidades.

Uma delas é a produção de metodologias para formação humana. São conceitos associados ao empreendedorismo social que utilizam o potencial criativo de jovens para “apresentar e implementar ideias de negócios que possam ter um impacto direto em suas comunidades. Toda premissa é que os jovens precisam ser participantes ativos na criação[...]”, principalmente para a “construção de plataformas para desenvolvimento comunitário e maior envolvimento com a sociedade em geral”⁸⁹. De acordo com o CDDRL, os projetos desta organização social priorizam a agência individual e a potencialidade individual no processo de desenvolvimento, pois aquelas são consideradas “ferramentas pedagógicas” importantes. Acreditam que essa parceria promove “sustentabilidade social e econômica”, “aumento da coesão social e a construção de um ambiente global mais pacífico nas favelas do Rio [...]”⁹⁰.

Parceria realizada com outra organização social através do Programa de Pobreza e Governança gerou um estudo sobre as percepções comunitárias de segurança pública e policiamento nas favelas do Rio de Janeiro. Foi realizado um extenso mapeamento, com aplicação de questionários e entrevistas junto aos policiais e aos moradores, para também entender os impactos das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) junto aos moradores. De acordo com as pesquisadoras do CDDRL, a parceria com essa organização social foi fundamental. “A sua experiência e o amplo reconhecimento público serão [foram] fundamentais para estabelecer a ligação necessária com a comunidade e potenciais participantes que permitirão o progresso real do estudo”⁹¹.

A relação entre governança e pobreza implica a emergência de “políticas de segurança que valorizem a vida”, além do “direito de ir e vir e da propriedade”, assegura Faustini⁹². Tais políticas, de acordo com o Programa Pobreza e Governança do CDDRL, decorrem do empenho

em pesquisar os efeitos sobre o alívio da pobreza de diferentes estruturas de governança, instituições formais e informais, formas de envolvimento cívico e organização comunitária, ajuda externa e sua interação com instituições e organizações políticas locais (CDDRL, 2018).

⁸⁹ Disponível em <<http://cddrl.fsi.stanford.edu/crimelab/research/evaluating-rio-based-educational-program-ag%C3%A0ncia-de-redes-para-juventude>>. Acesso em: 2 set. de 2017.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Disponível em <<http://cddrl.fsi.stanford.edu/crimelab/research/victimization-and-community-survey-favelas>>. Acesso em: 02 set. 2017.

⁹² O seminário do qual Marcus Faustini se refere aconteceu na Universidade de Stanford (Palo Alto, EUA) e contou com a participação de Jailson Silva, Ignácio Cano (UERJ) e José Luiz de Lima (Sebrae), entre outros. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/saberes-em-rede-12390020#ixzz4rXzOIh2>>. Acesso em: 02 set. 2017.

No entanto, há diferenças epistêmicas para a compreensão das determinações dos conflitos sociais que estão em disputa. Quando os sujeitos da mediação se modificam, as formas de entendimento e as propostas de atendimento também se modificam.

É possível que exista uma variação das categorias da gramática quando a mediação epistêmica não é realizada por *think tanks* com organicidade com frações da classe burguesa. Categorias como “sistema”, “classes”, “lucro”, “exploração” não aparecem nas publicações dos *think tanks* estudados inviabilizando, assim, seus possíveis usos como forma de entendimento dos conflitos sociais deixando de evidenciar o viés econômico derivado das relações de exploração entre capital e trabalho. Essa forma de entendimento é secundarizada, ou até mesmo inviabilizada, em determinados usos das políticas de identidade que promovem uma separação entre economia e política.

No entanto, o entendimento e a explicação para os conflitos sociais sob a perspectiva acima deriva de aportes teóricos identificados como nova pedagogia da hegemonia (MARTINS; NEVES, 2010). Trata-se de uma perspectiva de análise que organiza novas formas de entendimento,

[...] novos nexos entre razão e realidade para não deixar escapar o que estaria diante de nossos olhos: as experiências multifacetárias, a diversidade social e política, as novas interações entre o local e o global, as novas identidades culturais e o aparecimento de indivíduos mais autônomos e reflexivos (MARTINS; NEVES, 2010, p. 23).

Apresentamos até aqui, de forma breve, o *think tank* CDDRL. No capítulo três, voltaremos ao mesmo, para realizar a análise dos aportes de sua produção conceitual, o que nos permitirá ter uma dimensão da proposta epistêmica pautada por ele. Além disso, conforme já indicamos, desenvolveremos, no próximo capítulo, a categoria de capital social, fundamental para nossa análise.

3 CAPITAL SOCIAL: EDUCAR E GERENCIAR O CONFLITO SOCIAL

Neste capítulo abordaremos o conceito de capital social e sua incorporação pelas agências de fomento e pelos *think tanks* ao longo das últimas décadas. Nesse período, a atenção volta-se para a produção de novos indicadores – socioculturais – redefinindo o conceito de pobreza, combinados com o modo de produção do capital e as novas capacidades de extração de mais valor através da propriedade dos recursos sociais de produção. De acordo com Fontes (2017), a “capacidade de extrair valor e fazer funcionar meios de produção é mais importante do que a propriedade direta dos meios de produção” (FONTES *apud* NECAD, 2017), o que justifica o investimento em capital social.

Tais esforços em torno do capital social realizam uma leitura instrumental de seu papel no crescimento econômico, pois a atuação por meio de redes sociais, além de condição de inserção dos sujeitos, também exerce o papel de formador de sociabilidades específicas voltadas não para a redistribuição simétrica dos diferentes capitais – econômico e cultural –, mas para possibilidades de assepsia – despolitização – das ações no campo das lutas sociais no sentido de neutralizar resistências e conflitos. Os *think tanks* investem em formação de lideranças que muitas vezes só conseguem operar e atuar por meio das suas redes e seus financiamentos, exercendo dessa forma a coordenação e a direção dos conflitos. A atuação por projetos sociais é a forma que orienta para a responsabilização individual o exercício da política buscando naturalizar *ethos* empreendedor ainda que sob a aparência de participação, visibilidades e diálogos, utilizando os conceitos de *protagonismo* e *empoderamento*.

Estes últimos tornam-se ferramentas para a realização de negócios sociais e para atuação na pequena política e assim refuncionalizam o fenômeno da pobreza.

A atuação por redes permite ações coordenadas orientadoras de leituras de mundo. “Trata-se de uma estratégia que visa compensar os impactos da ausência de políticas sociais universais e de qualidade com a participação em espaços restritos de cidadania e de relação com as instâncias de governo” (MARTINS, 2007, p.228).

O conceito de capital social e seus usos nas produções intelectuais e metodológicas produzem e orientam a gramática do social nas variadas formas de mediação entre *think tanks*, organizações da sociedade civil de interesse público ou privado e ONGs. Desta forma busca-se compreender as determinações socioeconômicas da gramática do social, destacando os conteúdos teóricos e seus usos ideológicos nas propostas de leituras do “real”. Tais conteúdos reorientam leituras de mundo conforme descrito no capítulo dois. Pretende-se analisar os

sentidos das reorientações contidas na gramática que sustenta os *think tanks* ActionAid, Fundação Ford e CDDRL – Stanford e suas formas de atuação no Brasil.

A década de 1990 é um marco na diversificação no terreno da associatividade civil de acordo com Fontes (2010). A Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), criada em 1991, e o Gife (Grupo de Instituições e Fundações Empresariais), criado em 1995, são atores importantes na configuração desse campo que contava em 2010 com 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil)⁹³. Além do crescimento numérico, há uma redução dos financiamentos originados nas agências internacionais de fomento, o que resultou em novos “[...] formatos de prestação de contas voltados para a ‘eficiência’ na aplicação de recursos, com critérios cada vez mais gerenciais, estreitando o controle sobre as entidades financiadas na definição de suas atividades” (FONTES, 2010, p. 286).

Outra mudança importante foi o crescimento dos recursos estatais (federais, estaduais e municipais) (FONTES, 2010) para que organizações oferecessem serviços sociais, terceirizando, em certas situações, processos sociais de litígios diante da não efetivação dos direitos junto ou contra o Estado e empresas. Essa forma de administração da oferta de direitos sociais, incluindo os movimentos de disputa, é apresentada por governantes e empresários como a forma moderna, eficiente e competitiva de gestão.

Essa forma de atuação do Estado é acompanhada pela retórica em torno do chamado público não-estatal. Nesse espaço, a atuação dos sujeitos estaria voltada para o interesse público (TELLES, 1999), e supostamente não submetida aos imperativos do mercado. Sob o discurso edificante da solidariedade, nesse suposto espaço público não-estatal atuam

[...] como equivalentes entidades filantrópicas (velhas e novas), ONGs, associação de moradores e grupos comunitários de perfis diversos. [...] Há um peculiar deslocamento do campo em que a noção de espaço público não-estatal é definida, de uma noção política e politicamente construída, para uma versão comunitária apresentada como terreno da solidariedade – não a solidariedade dos direitos sociais, mas a solidariedade da benemerência (TELLES, 1999, pp. 13-14).

Para Virgínia Fontes (2010), essa forma de atuação substituindo políticas públicas com uso e disputas pelos recursos públicos reafirma o papel das organizações sociais e das fundações como aparelhos privados de hegemonia. O “privado, porém público” representa a “retirada de poder das classes subalternas do interior do Estado” (FONTES, 2010, p. 288),

⁹³ Dados fornecidos pela página eletrônica da Abong. Disponível em <<http://www.abong.org.br/informes.php?id=5920&it=5935>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ainda que este represente o “momento mais ‘universal’ da dominação de classes sob o capitalismo” (Ibidem).

Por isso, as formas de organização anticapitalistas precisam alçar-se a um universal de fato efetivável, que incorpora (rejeita e supera) o momento estatal mas aponta para uma dimensão radicalmente distinta (socialização/internacionalização e não apenas contraposição entre público e privado de maneira cosmopolita) (Ibidem).

No entanto, a ressignificação do “público”, e os conteúdos discursivos que o acompanham, possui as cores do mercado no sentido de distanciar-se de qualquer crítica à propriedade e orientar ações submetidas aos critérios de eficiência e, atualmente, sob o *ethos* do empreendedorismo estimulando o auto emprego, o indivíduo *maker* ou os currículos hifenizados.

3.1 Capital social como ativo central para o processo de acumulação

“As pessoas precisam de proteção quando as coisas vão mal, e também de capacidade moral e material para avançar em meio a importantes períodos de transição em suas vidas” (GIDDENS, 1999, p. 110). Um dos pressupostos das novas formas de regulação social decorrente da crítica às consequências desagregadoras do neoliberalismo é apresentado por Giddens (1999), dentro da proposta da Terceira Via também denominada nova socialdemocracia, é a concepção de um Estado do investimento social. Para desenvolver “qualidades” como segurança econômica, redistribuição, competitividade e geração de riqueza, é necessário que o Estado desempenhe o papel de investidor em

[...] recursos humanos e na infraestrutura necessária para o desenvolvimento de uma cultura empresarial. [...] uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados mas tendo em mente o interesse público (GIDDENS, 1999, p.109).

Esse desenho proposto por intelectuais ao longo da década de 1990 foi renovado ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. Combinam formas de entendimento e atendimento do conflito social decorrente dos processos de acumulação capitalista denominados aqui como formas de educação e gerenciamento do conflito. Nesse período, as orientações das políticas públicas começam a enfatizar o “local” como foco a ser mapeado, estudado, interpretado e reorganizado sob a perspectiva gerencial.

Programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permitem uma participação mais democrática além de serem mais eficazes. A formação de redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica

em bairros de baixa renda. O combate à pobreza requer uma injeção de recursos econômicos, mas aplicados para apoiar a iniciativa local (GIDDENS, 1999, p. 120).

O conceito de capital social destaca-se como conceito central cada vez mais articulado ao *ethos* do trabalho e disseminado pela sociedade, fora das fronteiras da empresa, “tomando de assalto inclusive as relações afetivo-existenciais, medidas sobre os parâmetros linguístico-comunicativos dos valores de desempenho e produtividade” (ALVES, 2011, p. 94). Para Giovanni Alves (2011), o poder da ideologia do mercado apresenta-se sob a forma da sociedade em rede com seus fluxos de informações, significando algo que “[...] nunca a ideologia encontrou, em si e para si, tantos meios de disseminação midiática” (ALVES, 2011, p. 93).

Entre as novas habilidades cognitivas e a sociabilidade exigidas pelo processo de acumulação capitalista, que não se limitam às fronteiras das empresas, o conceito de capital social permite a aderência daquelas com as demandas do capital. Ao associar, numa leitura liberal atual, capacidades e vocações laborais às esferas da intimidade do indivíduo, o conceito de capital social permite capturas das subjetividades e enquadramentos específicos. De acordo com Alves (2011), são valores-fetichê,

[...] ‘expectativas e utopias de mercado’ que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção e reprodução social. [...] Os valores-fetichê se impõem como uma ‘segunda natureza’ aos agentes sociais. [...] É por meio deles que as individualidades de classe, imersas na pseudo-concreticidade da vida cotidiana, operam seus consentimentos espúrios no local de trabalho ou na vida social. (ALVES, 2011, pp. 90-91).

Entre as expectativas que embasam a nova sociabilidade está “[...] adotar uma ‘nova’ cultura e uma ‘nova’ visão de mundo baseada na inevitabilidade das mudanças em curso” (ALVES, 2011, p. 91) e suas formas de adaptação, mas desprovidas das dimensões históricas que embasam as mudanças. Dessa forma, vocábulos como errância, agência, protagonismo, entre outros, são recorrentemente acionados em diversas instâncias da sociabilidade do capital.

Para exemplificar as capturas das subjetividades e o desenvolvimento de capacidades, há um exemplo na obra *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, onde Giddens, ao abordar o tema Estado e sociedade civil, incorpora à sua análise o conceito de família democrática em períodos de mudança.

Muita ênfase é posta sobre a flexibilidade e a adaptabilidade no local de trabalho: o mesmo precisa se aplicar às capacidades que os indivíduos levam para o casamento e às relações familiares. A capacidade de conservar relacionamentos através da mudança, até mudanças radicais como o divórcio, torna-se central não somente para

a felicidade do indivíduo, mas para a continuidade dos relacionamentos com os filhos (GIDDENS, 1999, p. 104).

Abarcar as subjetividades é um ativo acionado pelo sistema produtivo com destaque para o papel das mulheres enquanto força de trabalho e elo mediador estratégico de acordo com o discurso de desenvolvimento e de combate à pobreza das agências de fomento e seus principais *think tanks*. A participação das mulheres no modelo de desenvolvimento proposto pelo Banco Mundial é frequentemente caracterizada como “categoria estável, um grupo coerente em interesses, sem considerar as identidades de classe ou étnicas” (RIBEIRO, 2013, p. 3). Essa perspectiva adquire contornos diversos ao longo dos últimos 40 anos.

Os investimentos do Banco Mundial em pesquisa foram capazes de criar um novo campo de estudo que “transformou” questões de igualdade, exploração, dominação, classe, luta de classe, classe trabalhadora em questões de eficiência, mercado, renda, ativos, vulnerabilidade, pobres etc. A ideia de superar a pobreza por meio do aumento da produtividade dos pobres tinha como pressuposto a formulação de que era pobre quem não estava inserido em atividades consideradas produtivas. Isso tinha três implicações. A primeira era a de que ocultava o caráter desigual e combinado das formas de exploração e da “funcionalidade dos pobres” (desempregados, subempregados, pequenos agricultores etc.) para o sistema capitalista. A segunda era de que a pobreza era vista como uma questão isolada sem vínculo com as demais relações sociais. A terceira consequência foi a de deixar longe de qualquer crítica as formas mais predatórias do desenvolvimento capitalista, já que a pobreza era a exclusão do progresso e não seu resultado (RIBEIRO, 2013, pp. 6-7).

Para Fontes (1996), a mercantilização da vida social promove a inclusão forçada, o que significa a ausência de condições do indivíduo de reproduzir-se, dar conta de sua subsistência. Grupos sociais considerados nas margens, nas bordas, não inseridos formal ou informalmente no mercado de trabalho estão submetidos aos processos de mercantilização da vida social sob a forma de exclusões internas (BALIBAR apud FONTES, 1996).

O fato de que grandes parcelas da população tenham ficado de fora do processo de assalariamento durante longos períodos (as mulheres, por exemplo) não significa que tenham paralelamente permanecido fora ou à margem do mercado capitalista. Para caracterizar algum grupo social como permanecendo “fora do mercado” seria necessário que ele fosse capaz de garantir sua subsistência independentemente das formas mercantis, ou recorrendo a elas apenas de maneira acessória (FONTES, 1996, p. 5).

A coesão social, preocupação central para sociais democratas no tocante ao crescimento econômico, sob modernas formas de espoliação e do crescente número de “nem-nem”, está comprometida diante de processos de polarização, conforme denominação utilizada por intelectuais ligados ao Banco Mundial. O acirramento das contradições do padrão societário burguês demanda, para sua manutenção, uma atuação que promova uma adesão voluntária a determinados valores por meio da atuação dos aparelhos privados de

hegemonia e seus enraizamentos nos territórios populares. Sendo um dos momentos do Estado ampliado, “[...] são ‘privados’ (*entre aspas*) porque, com sua atuação, têm um inegável papel nas relações de poder, na determinação do modo pelo qual se constitui a esfera pública da sociedade” (COUTINHO, 1996, p. 138).

A burguesia brasileira, em suas várias frações, já tomou consciência de que não pode recorrer mais, sem graves riscos, a uma pura dominação sem hegemonia. (...) Ela tem se esforçado por combinar sua dominação com formas de direção hegemônica, ou seja, por obter um razoável grau de consenso por parte dos governados. O grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudo-ética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso comum que sirva de base à sua hegemonia. É essa, precisamente, a face ideológica do neoliberalismo (COUTINHO, 2007, pp. 91-92).

Na segunda metade da década de 1990 já são visíveis os resultados contraditórios dos ajustes e das políticas neoliberais em relação às garantias de crescimento econômico e seu par, a estabilidade social. Seus custos demandam rearranjos, entre os quais o reconhecimento dos fatores institucionais, como fator chave para o desempenho econômico. Entre eles “[...] o individualismo, a ineficiência burocrática, a corrupção e os custos de transação”⁹⁴ (HIGGINS, 2005, p. 23).

No entanto, mudanças institucionais não são suficientes para a prosperidade do capital. De acordo com Putnam (2002), o desempenho das instituições depende de contextos sociais, econômicos e culturais. As instituições não bastam, é preciso mudanças culturais, pois a coerção é onerosa, para formas de integração social.

Descartando propostas alternativas ao modo de produção capitalista, resistências e oposições,

a generalização da noção atual de exclusão [...] aponta [...] mais para a fraqueza ou ausência de reivindicações organizadas e de coesão identitária. Outrossim, a categoria de exclusão adquiriu importância mediática, uma vez que o recuo contemporâneo das formas de regulação estatal assegura maior visibilidade para as ações empreendidas por associações diversas, de cunho humanitário ou outros, visando a minorar os efeitos da precarização do trabalho. Ainda nesse nível, a “miséria do mundo” encontra-se exposta cotidianamente, pela extensão das redes informativas. A sociedade do espetáculo transforma sua própria miséria em grande cena (FONTES, 1996, p.15).

⁹⁴ “A economia institucional desenvolveu este conceito para entender melhor que as relações de troca mercantis não acontecem de forma direta e imediata. Estas estão medidas pelas instituições sociais (públicas e privadas), que introduzem custos adicionais em tempo, capital e esforço. Por exemplo: as disputas entre operários e patrões podem gerar conflitos que demandem uma intervenção da burocracia estatal. Tudo isto exige grandes esforços em tempo, pagamento de advogados, greves etc., o que, da ótica do rendimento nos negócios, eleva os custos de produção e os preços finais. Nas sociedades, onde as relações operários/patrões são levadas em espírito de cooperação, os custos adicionais de negociação são menores” (HIGGINS, 2005, p. 23).

Neste sentido, outro fator institucional é inserido nas avaliações da eficácia do conjunto de políticas públicas por agências de fomento e técnicos – um foco de atenção mais institucionalista. Dessa forma, o capital social é considerado uma nova ferramenta decorrente de um olhar mais cuidadoso para as instituições formais e informais (HINGGIS, 2005).

Entorno institucional, redes sociais e compromisso cívico formam, na nova perspectiva, um conjunto de fatores-chave para a sustentabilidade dos programas de desenvolvimento. Economistas, cientistas políticos e formuladores de políticas públicas têm a tarefa de explorar ao máximo a sociabilidade [...]. O capital social foi incorporado com o quinto fator de produção junto aos três fatores tradicionais, terra, trabalho e capital físico (ferramentas e tecnologia), somados ao capital humano (educação e saúde). Para os divulgadores deste conceito, os fatores econômicos não vão muito longe se as pessoas não são capazes de compartilhar seus recursos e destrezas num espírito de cooperação e compromisso com objetivos comuns (HIGGINS, 2005, p. 23).

3.2 Funcionalidade da leitura democrática liberal de produção da capital social

É possível afirmar que capital social é um conceito em disputa. A crescente produção bibliográfica acerca do tema revela estudos empíricos que acionam o conceito como uma variável explicativa (HIGGINS, 2005) sem, no entanto, precisar seus contornos teóricos. Dessa forma o conceito adquire não apenas centralidade, mas funcionalidade principalmente diante das formas de relações sociais estabelecidas por meio de redes de comunicação/redes sociais. As possibilidades de usos do conceito atualmente revelam inclusive tentativas de quantificá-lo, decorrente de perspectivas utilitaristas na interpretação do real.

Dessa forma, opta-se aqui pela tentativa não de conceituação, mas de compreender como a partir de determinados usos do conceito são legitimadas ações no campo das políticas públicas de viés minimalista e de concertação social cujos desdobramentos evidenciam uma apropriação denominada liberal/utilitarista decorrente dos autores citados, dos conceitos acionados nos documentos analisados e das orientações contidas nos processos formativos analisados ao longo do trabalho.

De acordo com Higgins (2005), as fontes mais utilizadas para abordar o conceito de capital social são James Coleman, no artigo “Social capital in the creation of human capital” (1988) e no livro “Fundations of social theory” (1994); “Capital social - notas provisórias”, de Pierre Bourdieu (1998); Robert Putnam (1995, 2002) e Fukuyama (2000), com o artigo “What is social capital”.

Apesar de divergirem, Higgins (2005) afirma que há concordância entre os autores citados acima ao reconhecerem

que as relações sociais, incluídos seus elementos estruturantes (normas outorgantes de direitos e obrigações, sanções, valores, autoridade, proximidade espacial etc.) e estruturados (instituições, redes, confiança etc.), constituem um ativo intangível, ou capital-não monetário, do qual se podem obter recursos ou benefícios que satisfaçam os interesses dos atores sociais imbricados. Em razão de que à noção de capital, de origem econômica, é inerente o sentido da apropriação instrumental, não deve parecer estranho que a interpretação das relações sociais, em termos de capital, tenha esse viés de investimento com rendimentos potenciais (HIGGINS, 2005, p. 236).

Para Bourdieu, o conceito de capital e suas manifestações são centrais para entendermos a estrutura, o funcionamento e a classificação do mundo social (NEVES *et al*, 2017). O capital assume sua forma econômica, o capital econômico, e possui conversibilidade no universo das trocas materiais e simbólicas em capital cultural e social.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis (BOURDIEU, 2007, p. 67, grifos do autor).

Importante entender que o capital social não pode ser considerado independente dos capitais econômico e cultural.

O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2007, p. 67).

Múltiplas formas de pertencimentos a grupos, sob a lógica da seletividade ou da expansão das relações, são objeto de teorias sociais que buscam compreender sociabilidades, solidariedades em comunidades e na sociedade contemporânea.

Por ser um conceito em disputa e importante para a compreensão das relações sociais, ele é acionado por intelectuais ligados à orientação teórica e metodológica das agências de fomento de políticas públicas.

Neves et al (2017) consideram, de acordo com a leitura de Bourdieu, que

um dado elemento não pode ser definido, a priori, como capital cultural ou ‘social’, só podendo ser considerado enquanto tal na medida em que demonstre a obtenção de benefícios. Nesse sentido é que podemos considerar as estratégias educativas de determinados setores como apostas na acumulação potencial de ‘capital social’ e cultural (NEVES et al, 2017).

O conceito é redimensionado a partir da década de 1990 por autores como Robert Putnam, Francis Fukuyama e Amartya Sen, que vão relacionar desempenho econômico ao desempenho institucional. Tal uso vai se conformando num senso comum, fazendo com que

os sentidos do conceito sejam ressignificados e adequados à sociedade em redes e informacionais, ao pensamento relacionado ao jargão “agir local, pensar global” que sustenta as políticas focais e minimalistas de alívio da pobreza.

Para a Teoria do Capital Social, as respostas para a questão social envolvem uma mudança comportamental na busca de cooperação, confiança e ‘espírito cívico’, deixando de ter um viés de tratamento predominantemente técnico na relação Estado e sociedade.

Pressupõe

“disseminação de valores de solidariedade, de sentimentos de prosperidade e coesão social, da cultura cívica, visando à ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando o capital financeiro e material ao capital social, o que tornaria, assim, a dimensão econômica mais humana” (MOTTA, 2012, p.180).

O capital social é concebido como um recurso intangível, sendo incorporado pela agenda de instituições multilaterais como o Banco Mundial como medida de eficiência e melhora da rentabilidade de projetos (HIGGINS, 2005).

Normalmente, o capital social refere-se ao valor implícito das conexões internas e externas de uma rede social. No entanto, é comum encontrarmos uma grande variedade de definições inter-relacionadas do termo. Tais definições tendem a partilhar a ideia central de "que as redes sociais têm valor econômico". Da mesma maneira que uma chave de fenda (que é um exemplo de capital físico) ou a educação escolar (que é formadora de capital humano) podem aumentar a produtividade de indivíduos e organizações, os contatos sociais e a maneira como estes se relacionam também são fatores de desenvolvimento econômico (HINGGIS, 2005).

Essa forma de utilização do conceito tem a funcionalidade de dotar de coerência e de legitimidade ações pré-elaboradas junto às populações na esfera dos direitos na busca de formação de consensos em torno do entendimento e atendimento das demandas, mas sob aparência da participação. Utiliza-se como corolário de coerência os aportes ideológicos dos usos da gramática do social como modo de legitimar inferências externas, por tanto, extra locais, ainda que sob o nome de poder local. Despolitiza-se o conflito com a utilização de metodologias para a formação de consenso e a gramática do social é um exemplo. Ao acionar o termo empoderamento, seus sentidos formam um senso comum como se fosse auto explicável, assim como seus desdobramentos mais comuns que inserem grupos sociais na lógica do empreendedorismo ou da formalização subalterna quando se incentiva a classe trabalhadora a migrar para contratações sob a forma de pessoa jurídica, por exemplo.

O fato de haver sujeitos participando de ações e de projetos orientados por teorias ou na realização de metódicos mapeamentos de sujeitos – associações locais, lideranças, ONGs e organizações locais e seus potenciais conflitos, podem não significar formas participativas ou engajamentos emancipadores e resistências porque podem continuar operando na sob a lógica da reprodutibilidade do capital, apesar das tentativas de dotar de uma face humanizadora determinadas ações e projetos.

Por exemplo, a ferramenta de mapeamento de conflitos sociais como a cartografia social⁹⁵ dos territórios promove o acesso, através do uso de tecnologias como celulares e câmeras utilizadas por moradores e jovens, às leituras de mundo realizadas pelas populações locais. Por meio desta ferramenta, os territórios são cartografados e detalhados, e da mesma forma sujeitos e conflitos também. No entanto, visto como exercício de representação de um território mediado pela diversidade de olhares, os usos das cartografias sociais são importantes quando incorporam “a historicidade dos processos sociais”. “A representação desses territórios, onde se incorpora o conhecimento dos diferentes interesses, assim como o conflito entre seus distintos projetos, abre, pois ao debate a questão da legitimidade do poder que sobre eles se exerce” (ACSELRAD, p. 7, 2014).

Essa tecnologia social⁹⁶ permite uma diversidade de linguagens representacionais e de mapeamentos participativos. No entanto, “tais iniciativas poderão ser vistas ora como reforços de resistências às dinâmicas da globalização, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas” (ACSELRAD, p. 10, 2014). Tais tecnologias sociais possibilitam acessos às formas ainda não apropriadas pelo capital, pois quando realizada pelos moradores mapeiam-se sujeitos, seus olhares sobre o local, suas demandas e conflitos.

A iniciativa também possibilita a aplicabilidade com menores custos e mais seletividade dos fundos – privados e públicos – voltados para projetos de emergenciais. A precarização das políticas públicas é acompanhada pelo crescimento de ações focalizadas,

⁹⁵ A Fundação Ford premiou projeto de cartografia social no Brasil. Trata-se do prêmio Ford Foundation Visionaries que tem por objetivo “elevar o perfil de líderes cujos esforços inovadores na linha de frente de questões sociais fundamentais oferecem caminhos para oportunidades econômicas melhoradas e maior participação política e social para milhões de pessoas marginalizadas em todo o mundo”. <https://www.fordfoundation.org/the-latest/news/twelve-social-change-visionaries-are-honored-by-the-ford-foundation/>>. Acesso em: 5 out. 2017.

⁹⁶ No livro *Cartografias sociais e território*, organizado por Henri Acselrad, com apoio da Fundação Ford, Acselrad e Coli (2008) descrevem o contexto de disseminação dos “mapas participativos”. “Diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas disseminaram-se mundialmente desde os anos 1990. Estas práticas têm envolvido diversas instituições tais como agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras. Utilizando-se de diversas terminologias, tais atividades são reconhecidas, no debate internacional, como iniciativas de ‘mapeamento participativo’” (ACSELRAD, COLI, p. 14, 2008).

com grupos-alvo e é uma das expressões do processo de “construção político-intelectual do ‘combate à pobreza’” (PEREIRA, 2010, p. 276). Referindo-se ao *modus operandi* do Banco Mundial e suas parcerias nas últimas décadas, Pereira (2010) afirma que

a carteira de empréstimos do Banco Mundial funcionou como instrumento para fazer circular, internalizar e institucionalizar o produto principal: ideias econômicas e prescrições políticas sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem em matéria de desenvolvimento capitalista, nas suas mais variadas dimensões (PEREIRA, 2010, p. 276).

Certas formas atuais de abordagem, entendimento e atendimento da questão social decorrente dos processos de expropriação e exploração capitalistas e suas crises resultados das contradições próprias do modo de produção são respostas para as expressões das lutas de classes e das resistências. O

[...] capitalismo experimenta, periodicamente, crises econômicas e políticas. Uma alimenta a outra, e é difícil dizer que existe uma causalidade determinística entre aqueles fatores – como se primeiro ocorresse uma crise econômica e depois uma crise política, ou vice-versa (CASTELO, 2013, p. 367).

Os ajustes elaborados em nome da manutenção tanto do processo de acumulação como dos processos de manutenção de hegemonia do bloco histórico envolvem elemento ideológicos na conformação do consenso, apesar da lógica destrutiva do capitalismo. Paralelamente à produção de valores-fetiche (ALVES, 2011), são postas em prática medidas não apenas paliativas e mitigadoras dos efeitos da crescente polarização entre ricos e pobres, mas também funcionais para a atenuação e educação dos conflitos.

Estímulos ao empreendedorismo, disseminação da cultura do crédito/ empréstimos, confiança nas instituições da democracia liberal e no livre mercado são a base ideológica sobre a qual novas sociabilidades são naturalizadas sob a direção intelectual da fração burguesa ocupando espaços significativos na sociedade. Para que esse processo tenha êxito, são necessários importantes investimentos em justificativas para o empresariamento do social, o que envolve ações voltadas para a efetivação de direitos como modo de fazer políticas de inserção conforme abordados nos capítulos anteriores.

Para Boltansky e Chiapello (2009), palavras como criatividade, reatividade e flexibilidade são ordenadoras do mundo do trabalho a partir da década de 1990. A hipótese sustentada pelos autores sinaliza a “emergência de um novo sentido de justiça” que para realizar-se requer “um desenvolvimento gramatical baseado numa antropologia e numa filosofia política claramente enunciadas [...]” (BOLTANSKY, CHIAPELLO, 2009, p. 124). A nova forma de gestão da cidade denominada *cidade por projetos* se realiza numa ausência de

garantias como empregos, de meios para reduzir a extensão da jornada de trabalho. Engajamentos em uma sucessão de projetos, denominado por alguns como uma carreira hifenizada, possibilitaria um modo de auto realização quando supostamente nos tornamos “empresários de si”.

As pessoas não farão carreira, mas passarão de um projeto a outro, pois o sucesso em dado projeto lhe possibilitará acesso a outros projetos mais interessantes. Como cada projeto dá oportunidade de conhecer novas pessoas, há possibilidades de ser apreciado pelos outros e assim, poder ser chamado para outro negócio. Cada projeto, diferente, novo e inovador por definição, apresenta-se como uma oportunidade de aprender e enriquecer competências que se tornam trunfos na busca de outros contratos (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p.125).

Ter capacidades, habilidades, ser dotado de atributos atrativos e mobilizáveis é o capital pessoal para a empregabilidade, ou seja, a possibilidade de ser contratado de corrente do acúmulo de competências. São acúmulos afetivos e relacionais (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009) que, através de conexões e inserções em redes, representarão significativos investimentos conceituais pelos *think tanks* na cidade por projetos.

A interiorização de regras de comportamentos e os efeitos de reputação – formas de controle de si e do outro no respeito às regras éticas – são ferramentas para a empregabilidade e para a realização de negócios (Ibidem).

O projeto é a oportunidade e o pretexto para conexão. Ele reúne temporariamente pessoas muito diferentes e apresenta-se como um *segmento de rede fortemente ativado* durante um período relativamente curto, mas que permite criar laços mais duradouros, que permanecerão adormecidos, mas sempre disponíveis. [...] Portanto, é um *bolsão de acumulação* temporário que, sendo criador de valor, dá fundamento à exigência de ampliar a rede, favorecendo novas conexões (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 135, grifos do autor).

Um conjunto de valores é organizado de forma sistemática para orientar lógicas de ação. A atuação em rede não é uma novidade,

mas foi preciso esperar o último terço do século XX para que a atividade de mediação a arte de tecer e utilizar os elos mais diversos e distantes se tornasse autônoma, separada de outras formas de atividade que até então a abrangiam, passando a ser identificada e valorizada por si mesma (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 139).

A gramática do projeto é nominal e orienta comportamentos⁹⁷ quando aciona determinadas competências e habilidades como desenvolvimento pessoal e empregabilidade

⁹⁷ Na cidade por projetos, comportamentos “nômades”, conforme descrito por Gilles Deleuze, são acionados no sentido de promover a disponibilidade que é a capacidade de engajar-se em um projeto novo. Essa capacidade sócio emocional significa renunciar “[...] a ter apenas um projeto que dure toda a vida (uma vocação, uma profissão, um casamento etc.). Ele é móvel. Nada deve obstar seus deslocamentos” (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009, p. 155-156).

como nas expressões “ser ator de sua própria evolução, tomar o futuro nas mãos” (BOLTANSKY, CHIAPELLO, 2009, p. 143), *conectar-se, depositar e inspirar confiança*, saber *engajar-se*, entre outras (Ibidem).

Para além dessa gramática presente na *cidade por projetos* e seus desdobramentos na esfera empresarial decorrente da “linguagem usada na descrição do mundo conexcionista” (Ibidem, p. 151), há impactos do novo sistema de valores sobre a noção de justiça.

A relação entre grandes e pequenos é justa quando, em troca da confiança que os pequenos lhes concedem e de seu zelo no engajamento em projetos, os grandes valorizam os menores, a fim de aumentarem a empregabilidade deles, ou seja, a capacidade de se inserirem em outro projeto, depois de terminado aquele (Ibidem, p. 155).

“Capital social é a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum” (D’ARAÚJO, 2003, p.10). Putnam (2002) destaca o desempenho institucional e seus impactos sobre a identidade, o poder e as estratégias dos atores políticos e propõe o uso de um modelo simples de governança: “demandas sociais → interação política → governo → opção de políticas → implementação” (PUTNAM, 2002, p. 24).

Por *comunidade cívica*, Putnam entende a existência de *padrões* de participação cívica e solidariedade social para compor os *equilíbrios sociais* decorrentes de “[...] elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo” (PUTNAM, 2002, p. 186).

Articular participação “colaborativa”, política pública e desenvolvimento econômico sem tocar em questões estruturais é a forma atual como se apresenta o capitalismo e os esforços na esfera ideológica para “humanizá-lo”. Estimular ações na pequena política com potentes atores mediadores e novos reenquadramentos ideológicos para o conceito de sociedade civil vem permitindo mobilizar diversas e modernas tentativas de dotar de universalidade valores utilitários para a burguesia.

O conceito de capital social e sua operacionalização no sentido de produção de confiança social é um ponto a ser destacado para que se possa compreender sua funcionalidade e o papel desempenhado pelos *think tanks* nesse processo, pois a realização da dominação está indissociada da direção na construção de hegemonia.

O conceito passa a ser acionado como um ativo central para o capital quando, conjuntamente com as formas de coerção, formas de convencimento são reelaboradas na produção de consenso.

Na obra *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*, a interpretação de Fukuyama (1996) sobre o contexto atual reforça os preceitos do liberalismo, onde articula o poder da cultura na construção da sociedade econômica, e dessa forma busca dotar de universalidade os valores da burguesia.

A enorme prosperidade gerada pelo capitalismo e acionada pela tecnologia, por sua vez serve de incubadora para um regime liberal universal e igualdade de direitos, no qual a luta pelo reconhecimento da dignidade humana culmina (FUKUYAMA, 1996, p. 17).

Políticas universalistas são consideradas autodestrutivas e Fukuyama (1996) afirma que “não alimentamos esperanças realísticas de que possamos criar uma ‘grande sociedade’ via grandes programas governamentais” (Ibidem, p. 18). No entanto, as crises decorrentes desse modelo devem ser evitadas. A estabilidade pressupõe “instituições políticas e econômicas liberais” dependentes de “uma sociedade civil saudável e dinâmica por sua vitalidade” (Ibidem, p. 18). Trata-se de “[...] um complexo e confuso aglomerado de instituições intermediárias, incluindo companhias, associações voluntárias, instituições educacionais, clubes, sindicatos, mídia, entidades beneficentes e igrejas” (ibidem), cuja instituição central é a família e seu papel socializador.

A esfera da produção é considerada decorrente de relações sociais, em que o trabalho é fonte de realização humana. Através das atividades econômicas, o bem-estar e a competitividade são ‘condicionadas’ a uma característica cultural que é o ‘nível de confiança’. Estaria, dessa forma, além do interesse individual, ainda que privado.

O conceito de capital social é acionado para ressaltar a funcionalidade da capacidade associativa dos grupos. Aparentemente, é um conceito central, pois se refere à “[...] capacidade de as pessoas trabalharem juntas visando a objetivos comuns em grupos e organizações” (Ibidem, p. 25). No entanto, a construção dos “objetivos comuns” decorrentes das assimetrias de poder não é um simples detalhe e não pode ser tratada de forma tão abstrata conforme aparece nas construções conceituais das organizações sociais. Ao contrário, é através dele que se constroem os consensos e o consentimento ativo, no sentido utilizado por Antonio Gramsci, por meio do qual, contando com a participação da classe subalterna na elaboração, organização e realização das ações locais, mantém-se o projeto societário da classe hegemônica.

Os antagonismos entre capital e trabalho, que inviabilizariam a construção de um objetivo comum entre as classes, são pedagogicamente trabalhados por meio da construção de

“objetivos comuns”. Como? Através de incentivos de capacidades ancoradas em valores, que, dependendo de seus recortes, subordinam e refuncionalizam os conflitos e antagonismos.

A capacidade de associação depende, por exemplo, do grau que as comunidades compartilham normas e valores e mostram-se dispostas a subordinar interesses individuais aos de grupos maiores. Desses valores compartilhados nasce a confiança, e confiança na nossa maneira de ver tem um grande e inestimável valor econômico (FUKUYAMA, 1996, p. 25).

Confiança é mais eficiente por reduzir os custos da transação do que fazer por meio de grandes contratos, advogados, corrupção. Mas é necessário realizá-la de forma pedagógica, pois cultura para o autor são hábitos sociais não racionais, decorrem de mudanças lentas. Por isso as ações que pressupõe comportamentos “colaborativos”, “autônomos”, “empoderados” e intenso trabalho de fomento à formação de lideranças oriundas das classes subalternas são funcionais para a proposta pedagógica burguesa de educação do conflito. “Como a própria palavra *cultura* sugere, as regras éticas mais altamente desenvolvidas são alimentadas pela repetição, pela tradição e pelo exemplo” (Ibidem, p. 56, grifos do autor).

Por exemplo, numerosas pesquisas indicaram que os americanos pobres, vivendo à custa da assistência social, têm opiniões em relação ao trabalho, economia e dependência semelhantes às de representantes da classe média. Mas ser de opinião de que é importante dar duro é diferente de possuir uma ética de trabalho, isto é, estar acostumado a acordar cedo, ir para um trabalho chato ou desagradável e privar-se do consumo em favor do bem-estar a longo prazo. As pessoas que recorrem à assistência social sem dúvida gostariam de não precisar dela, mas até onde terão hábitos que lhes permitam dispensá-la é muito menos claro a partir dos dados empíricos (Ibidem, p. 53).

Do ponto de vista econômico, hábitos éticos possuem a qualidade de virtudes. Mas, nem todos os hábitos culturais contribuem para a formação de capital social, afirma Fukuyama (1996). São aqueles relacionados à confiança, solidariedade, a coesão social que contribuem para produção de capital social.

Se para Karl Marx são as forças econômicas que estruturam as formas culturais e sociais, de acordo com Fukuyama, a cultura produz formas de comportamento econômico.

O autor opera com a ideia de uma sociabilidade espontânea que é funcional para o capital por incentivar a cooperação, o trabalho em grupo e importante para as inovações organizacionais. Essa sociabilidade associada a estas inovações é responsável pela promoção de ações comuns, novas gerências que de certa forma simplificam tarefas para facilitar a disseminação de metodologias, ainda que aumentando a responsabilização individual. De certa forma, esse ideário atravessa as metodologias presentes em certos projetos sociais considerados pilotos para serem replicados em diferentes realidades.

As virtudes sociais estimulam a sociabilidade espontânea e têm impactos significativos na esfera econômica. As virtudes sociais

são pré-requisitos para o desenvolvimento de virtudes individuais como a ética do trabalho, uma vez que ela pode ser mais bem cultivada no contexto de grupos fortes – famílias, escolas, locais de trabalho –, que são fomentados nas sociedades com alto grau de solidariedade social (FUKUYAMA, 1996, p. 62-63).

Ao discorrer sobre as desigualdades entre sociedades decorrentes da divisão internacional do trabalho, conceito substituído por “lugar na divisão global do trabalho”, o autor realiza a crítica às propostas da engenharia social e ao hiper individualismo.

Que as modernas economias decorrem de interações de indivíduos racionais buscando a maximização da utilidade dos mercados é incontestável. Mas a maximização racional da utilidade não é suficiente para explicar completa ou satisfatoriamente porque as economias bem-sucedidas prosperam e as mal sucedidas ficam estagnadas e declinam. O grau em que as pessoas valorizam o trabalho em contraposição ao lazer, seu respeito pela educação, suas atitudes em relação à família, e o grau de confiança que depositam em seus companheiros, tudo isso tem um impacto direto na vida econômica [...]. Assim como a democracia liberal funciona melhor com sistema político quando seu individualismo é moderado pelo espírito público, assim o capitalismo é facilitado quando o seu individualismo é equilibrado por uma predisposição à associação (Ibidem, p. 371).

A capacidade de cooperação social está relacionada diretamente à estruturação do mercado e este possui um papel ordenador dos contornos constitutivos da sociabilidade do capital. “O mercado constitui uma escola de sociabilidade, fornecendo oportunidade e incentivo para as pessoas cooperarem umas com as outras em proveito do enriquecimento mútuo” (idem, p. 377). Mas reconhece que o mercado impõe sua “própria disciplina socializante” (Ibidem).

O *ethos* empreendedor explicitamente ou implicitamente estimulado tem sua fundamentação no pensamento do autor e diretor do CDDRL⁹⁸, um dos três *think tanks* que enfatizamos nessa tese e sobre o qual já falamos preliminarmente no capítulo 2. “A falta de firmas, empresários, mercados e concorrência não só perpetua a pobreza, também deixa de fornecer formas críticas de apoio social para o funcionamento apropriado de instituições democráticas” (Ibidem).

A contribuição do capital social para as democracias liberais está em permitir que empresas, corporações e redes auto organizem-se, e quando necessário, a intervenção estatal deve “[...] promover firmas e setores essenciais, mas os mercados quase sempre funcionam

⁹⁸ Como indicamos no capítulo 2, trata-se do Center on Democracy, Development, and the Rule of Law de Stanford. No decorrer do capítulo 3, apresentaremos novos dados sobre esse *think tank*.

mais eficientemente quando atores da iniciativa privada tomam as decisões” (ibidem), ainda que sob o conceito abstrato e performativo de “objetivos comuns”, entre outros.

Para referir-se ao *ethos* do trabalho, Fukuyama apoia-se em Adam Smith e sua teoria dos sentimentos morais. “É a vaidade, não a tranquilidade ou o prazer, que nos interessa”, pois, a motivação para o trabalho e para ganhar dinheiro é pelo status social ou reconhecimento. Pois,

o trabalhador que faz greve por melhores salários não a faz simplesmente por ser ganancioso e almejar todos os confortos materiais que possa obter; ele busca na verdade justiça econômica, na qual o seu trabalho seja recompensado justamente em relação aos outros – em outras palavras, ser reconhecido pelo seu valor. Semelhantemente, empresários que criam impérios de negócios não o fazem porque queiram gastar centenas de milhões [...]; querem, antes, ser reconhecidos como criadores de uma nova tecnologia ou serviço (FUKUYAMA, 1996, p. 380).

Para Fukuyama, a democracia liberal baseia-se no direito à propriedade privada como fundamento para o crescimento econômico e para a prosperidade, associada a processos de escolhas políticas, com mecanismos de controles e balanços em nome de uma regularidade das institucionalidades. A concertação social cabe às elites buscando amortecer os impactos do crescimento das desigualdades sociais ou “os deixados pra trás pela globalização” (FUKUYAMA, 2016). Nesse sentido, o autor defende investimentos em formas de proteção contra interrupções, “transtornos”, “perturbações”, ou seja, as consequências inevitáveis dos processos de expropriação do capitalismo. Na concepção do autor, o Estado moderno é impessoal (FUKUYAMA, 2017).

Em entrevista ao jornal Folha Uol (2016), Fukuyama responde da seguinte forma à pergunta sobre o sucesso do candidato à presidência dos Estados Unidos Bernie Sanders, chamado de “socialista” pelo jornal.

Jovens que gostam do Bernie não sabem bem o que foi o socialismo. Em um momento que tantos deles carregam altas dívidas do crédito estudantil, eles adoram que Bernie prometa universidade gratuita para todos. Ninguém está se perguntando quem pagaria essa conta. Alguém poderia explicar que esse modelo injusto já funciona no Brasil. A sociedade toda, inclusive os pobres não vão à universidade, esses impostos para o ensino superior ajudam os mais ricos (FUKUYAMA apud LORES, 2016).

Interpretar as desigualdades da América Latina como resultado de políticas ineficientes é o caminho comum entre intelectuais orgânicos das agências e bancos multilaterais. “A desigualdade latino-americana não é um fato natural próprio do caminho do desenvolvimento [...]. É consequência de estruturas regressivas e políticas equivocadas que a

potencializaram” (KLIKSBERG, 2002, p.413)⁹⁹. Cabe destacar, dentro do arcabouço interpretativo, as implicações do que denominam sociedades polarizadas, com alto grau de diferenciação entre “incluídos” e “excluídos”, na potencialidade dos conflitos. Para tanto, o capital social, compreendido como recurso para promoção de “políticas que melhorem a confiança” (Ibidem, p. 422), que, juntamente com políticas públicas minimalistas, possibilitem oportunidades e rompam com “círculos perversos”.

Diante da “preocupação” com os riscos decorrentes da polarização, é através da ideia de cultura que se desdobrarão as investidas dos modos de realizar a concertação social sem tocar nas questões estruturais.

No livro *A cultura importa*, lançado em 2000¹⁰⁰ e organizado por L. E. Harrison¹⁰¹ e Samuel Huntington, os autores trazem a cultura, numa perspectiva comparativa, para o centro do debate para explicar as diferentes economias dos países sob a ótica do progresso. A cultura pode ser tanto obstáculo como um potencializador da economia.

Uma importante e promissora corrente intelectual voltada para a cultura e as mudanças culturais está percorrendo o mundo e tem relevância tanto para os países pobres como para as minorias pobres nos países ricos. Não é, a rigor, algo novo. Suas fontes remontam, por intermédio de Banfield, Weber e Tocqueville, pelo menos a Montesquieu (HARRINSON, 2002, p. 415).

O lugar da cultura no progresso humano significa “o movimento rumo ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar material, a justiça socioeconômica e a democracia política” (HUNTINGTON, 2002, p. 13). Cultura é considerada uma variável independente ou explicativa e para os autores possui contornos subjetivos, neste sentido é possível “eliminar obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico” (HUNTINGTON, 2002, p. 14). A questão norteadora é “de que modo a ação política e social pode tornar as culturas mais favoráveis ao progresso?” (Ibidem).

Para Harrison (2002), colonialismo e dependência não são fatores atualmente explicativos para as desigualdades entre os países. Inclusive no contexto americano,

a explicação de racismo/discriminação para o desempenho inferior dos negros já não é viável, cinquenta anos depois, apesar de continuar existindo alguma dose de racismo e de discriminação. Esta conclusão é reforçada pelo desempenho inferior dos hispânicos, que agora se tornou um problema maior. Trinta por cento dos

⁹⁹ Bernardo Kliksberg é assessor da ONU, do BID, da UNESCO, da OIT e de outros organismos internacionais e professor da Universidade de Buenos Aires.

¹⁰⁰ O livro é um produto do projeto Valores Culturais e Progresso Humano e patrocinado pela Academia de Estudos Internacionais e Regionais de Harvard.

¹⁰¹ Na década de 1980, Harrison lançou o livro *Underdevelopment Is a State of Mind - The Latin American Case* (O Subdesenvolvimento é um Estado de Espírito - O Caso Latino-Americano). Essa obra provocou críticas por parte de intelectuais latino-americanos.

hispanicos vivem abaixo da linha da pobreza, e a taxa de evasão escolar de hispanicos no curso secundário é também de cerca de 30%, mais do dobro da taxa de negros (HARRISON, 2002, p. 21).

O autor afirma que há um “modelo de aspiração universal” sob a perspectiva ocidental e propostas de mudança cultural devem deixar de ser tratadas como tabu. A preocupação dos autores do livro está em entender “até que ponto existem universais culturais – valores que funcionam, ou não funcionam, em qualquer cenário geográfico, político ou étnico” (HARRISON, 2002, p.34).

Antropólogos têm trabalhado em instituições de desenvolvimento como o Banco Mundial e o USAID há mais de duas décadas. Mas em quase todos os casos seus esforços destinavam-se a informar as autoridades que tomam decisões sobre as realidades culturais que deveriam estar refletidas no projeto de políticas e programas e em sua execução. Poucas intervenções destinavam-se a promover a mudança cultural, e de fato a ideia de promover a mudança cultural era um tabu (HARRISON, 2002, p. 32).

Para Harrison (2002), a América Latina está na liderança nas mudanças culturais para acelerar o crescimento econômico, fortalecer as instituições democráticas e promover a justiça social. Se dependência e imperialismo não são mais fatores explicativos, é preciso entender como “a cultura afeta o progresso” (HARRISON, 2002, p. 406). O autor “identifica dez valores, atitudes ou tipos de mentalidade que distinguem as culturas progressistas, das culturas estáticas” (Ibidem).

Orientação de tempo para o futuro e não para o presente ou passado; trabalho como algo essencial, estruturante, e não um fardo; “frugalidade é a mãe do investimento – e da segurança financeira”; educação; mérito e não ênfase nas relações de parentesco e de amizade; comunidade e confiança que se estende pela sociedade e exercita a filantropia; códigos de ética para evitar a corrupção; justiça e igualdade de oportunidades e de tratamento; autoridade deve tender à dispersão e não à concentração e verticalidade; e secularismo diminuindo a influência de instituições religiosas (Ibidem, p. 407-408).

Os denominados fatores “invisíveis” da produção estão relacionados aos “modelos mentais” que podem ser mudados não apenas para o êxito dos negócios, mas para consolidação da democracia liberal.

Fukuyama (2002) colabora no livro com o artigo *Capital Social*. O conceito é definido como

um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se esperam que outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência (FUKUYAMA, 2002, p. 155).

O fato de haver partilha de valores e normas não é condição suficiente para produzir capital social.

As normas que produzem o capital social [...] precisam incluir, substantivamente, virtudes como falar a verdade, cumprir obrigações e exercer a reciprocidade. Previsivelmente, essas normas coincidem, em um grau importante, com os valores que Max Weber considerou vitais para o desenvolvimento do capitalismo ocidental em seu livro *A ética Protestante e o espírito do capitalismo* (FUKUYAMA, 2002, p. 156).

Praticar as “virtudes” fora do âmbito familiar produz menos custos para a produção. Mecanismos formais como “contratos, hierarquias, constituições, sistemas legais” são importantes para os negócios. Mas normas informais reduzem grandemente o que os economistas rotulam de “custos de transação” – os custos de monitoramento, contratação, apreciação e cumprimento de acordos formais (Ibidem, p. 156-157).

A sociedade civil é definida como “grupos e sociedades que ficam entre a família e o Estado” e central para a democracia (Ibidem, p. 157). O capital social pode ser “criado espontaneamente o tempo todo por pessoas ocupadas em afazeres diários. Foi criado em sociedades tradicionais, e é gerado diariamente por indivíduos e empresas em uma moderna sociedade capitalista” (Ibidem, p. 160-161).

Fukuyama cita Friedrich von Hayek para reforçar que a ordem econômica estabelecida em torno dos mercados não pressupõe necessariamente mecanismos hierárquicos e centralizados na autoridade. A ordem se produz por “interações de indivíduos completamente descentralizadas e espontâneas”, pois, “[...] ‘a ordem ampliada de cooperação humana’, que é a soma de regras, normas, valores e comportamentos partilhados que permitem aos indivíduos trabalhar juntos em uma sociedade capitalista” (FUKUYAMA, 2002, p. 161).

Nesta lógica, o autor aborda as regras espontâneas para recursos de *pools* que são usados por comunidades. Recursos como prados, lugares de pesca, florestas, água no subsolo e ar podem ser propriedades comuns. De acordo com sua abordagem, no lugar de uma geração de normas de forma hierárquica, é mais vantajoso, com custos de transação mais baixos, a auto-organização com processos de criação de normas de baixo para cima, de forma descentralizada. São regras econômicas espontâneas de mercado que em menor escala podem ter uma eficiência significativa.

O conceito de confiança e sua relação com a eficiência do mercado é central para Fukuyama. Através das relações de confiança e da rede de relacionamentos é possível a construção de objetivos “comuns” ou pelo menos o compartilhamento de ideias orientadoras de práticas. A metodologia de redes é a forma ideal para o desenvolvimento de capital, pois

permite através do discurso da defesa dos direitos e da redução da pobreza concretizar a política minimalista. Também contribui para o controle mais elaborado, através da formação de consensos, das alternativas de produção cultural, contra-hegemônicos à lógica do capital e suas formas culturais de contenção do conflito.

Por exemplo, a instituição Casa Fluminense, parceira de várias organizações sociais locais, realiza fóruns que buscam criar diálogos entre capital e trabalho incorporando a lógica da formação de consensos. Sua capilaridade decorrente de sua rede de parceiros faz com que suas atividades sejam compartilhadas por diferentes organizações e iniciativas. No endereço eletrônico do jornal *O cidadão*¹⁰² é possível encontrar informe sobre o 10º Fórum Rio – Convergências da Sociedade Civil para 2018¹⁰³. De acordo com a página, a Casa Fluminense¹⁰⁴ realizará no dia 25 de novembro de 2017 um

evento que vai debater o Rio metropolitano e suas prioridades, incentivando convergências da sociedade civil para defender uma visão de longo prazo para o Rio em 2018, que tenha a redução das desigualdades territoriais como prioridade da ação pública e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU como horizonte a ser perseguido pelo Estado. [...] Essa mobilização da sociedade civil busca aumentar a transparência e o controle social sobre a gestão pública, respeitando as identidades e a autonomia de cada organização, construindo confiança e modos horizontais de atuação¹⁰⁵.

A Casa Fluminense denomina-se como

ambiente institucional capaz de articular sociedade civil, academia, gestores públicos, setor privado e mídia para o debate e a construção de políticas prioritárias na metrópole do Rio. Assim, o trabalho cotidiano de expansão da rede de parceiros deve considerar tanto a capilaridade e a articulação com organizações a nível local, quanto à inserção da Casa em espaços institucionais de poder e tomada de decisão, tecendo sua interlocução no arco de atores políticos que atuam na cidade (Casa Fluminense, p. 33, 2017).

¹⁰² Esse jornal é produzido pelo CEASM – Centro de Ações Solidárias na Maré –, organização social que atua no Complexo da Maré. De acordo com estudo realizado por Costa (2010), “os aparelhos privados de hegemonia na favela se convertem à lógica da responsabilidade social, defendidas pelo empresariado nas suas organizações de classe. [...] Há uma atualização do ativismo neoliberal para os padrões do social-liberalismo. O capital social se torna um dogma, de modo que os elementos subjetivos são incorporados, enquanto mercadoria, ao consenso de forma ainda mais sistemática. [...] As particularidades da Maré são também parte dessa dialética formadora. Cada luta travada em suas palafitas, cada mutirão para construção de casa, cada resistência contra os ataques da polícia, cada mobilização político-cultural garantiu as mediações para a constituição dessa entidade. O CEASAM se apropria dessa identidade forjada e busca *inventar* o cidadão “mareense”, coesionando a favela em torno do reconhecimento de sua própria história. Suas iniciativas ligadas ao resgate da memória como o Museu da Maré buscavam a institucionalização da identidade do morador, passando de favelado da Maré, para *cidadão* do *bairro* Maré. A opressão contra os habitantes da favela é reconhecida no âmbito da simbologia, desgarrando a reprodução da vida de determinações socioeconômicas ligadas à luta de classes. A pobreza e a violência urbana seriam consequências do preconceito contra o morador da favela” (COSTA, 2010, p. 291-292).

¹⁰³ Disponível em <<http://jornalocidadao.net/10o-forum-rio-convergencias-da-sociedade-civil-para-2018/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

¹⁰⁴ A Casa Fluminense é parceira de importantes organizações sociais que atuam em favelas da cidade.

¹⁰⁵ Disponível em <<http://jornalocidadao.net/10o-forum-rio-convergencias-da-sociedade-civil-para-2018/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Essa instituição, de acordo com informação do seu plano estratégico de 2017-2020¹⁰⁶ pretende financiar suas atividades de formas diversas: doações mensais dos associados, criação do Fundo de Ações Casa criado em 2016; campanha anual de arrecadação junto a doadores individuais; parcerias institucionais com fundação, organizações e programas de cooperação; por meio de projetos temáticos e territoriais que captarão recursos “por meio de *overheads* e pagamentos de despesas custeio previstas no projeto”; receitas próprias “por meio de negócios sociais”; parcerias para fonte de receita com atores do setor privado no Rio de Janeiro por meio da realização de projetos de interesse comum, de oportunidades em negócios sociais de impacto e de recursos do investimento social privado. “A abertura dessa frente reflete tanto a preocupação com fontes diversas de financiamento e sustentabilidade da Casa, quanto à importância de abrir interlocução com o setor privado fluminense” (Casa Fluminense, 2017, p. 37). Sua previsão orçamentária para 2020 é de R\$ 3.292.537,86 (Ibidem, p. 40).

Conforme mencionado acima, “confiança e modos horizontais de atuação” configuram um *modus operandi* desse intermediário entre organizações sociais e população, poder público e setor privado.

Confiança e capital social são elementos estruturantes e importantes para uma sociedade “saudável”, de acordo com Fukuyama,

A confiança é a expectativa que emerge de uma comunidade, em que os seus membros se caracterizam por um comportamento estável e honesto e por regras comumente partilhadas. [...] O capital social, por seu turno, é uma capacidade cuja emergência se deve à prevalência do fator “confiança” numa dada sociedade ou em parte dela. Pode corporizar-se no menor e mais básico grupo social, como a família, ou nos grupos mais latos, como a nação, bem como em todos os grupos intermediários (FUKUYAMA, 1996, p. 36-37).

A potencialidade e “a capacidade de formar permanentemente novas associações de cooperar dentro dos parâmetros por elas estabelecidos” (MOTTA, 2012, p. 160) é considerado pelo autor o tipo de capital social mais útil. Justamente porque não depende de relações de autoridade, mas sim de uma sociabilidade que permite o estabelecimento e cumprimento dos contratos de modo menos oneroso e mais eficiente, pois aparenta maior participação, engajamento, protagonismo, empoderamento. Mais eficiente não é a existência de contratos e seus aspectos formais e legais. O interesse está em “organizações mais efetivas [que] são baseadas em comunidade de valores éticos compartilhados” (MOTTA, 2012, p. 159).

¹⁰⁶ Disponível em <http://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CasaFluminense_PlanoEstrategico_8JUN.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2017.

No entanto, a aposta nessa sociabilidade espontânea decorrente da “habituação às normas morais de uma dada comunidade” pressupõe a adesão a valores como lealdade, honestidade e interligação ao grupo, este marcado pela divisão do trabalho sob a lógica do processo de acumulação capitalista. Essa pretendida sociabilidade pressupõe mais valores partilhados do que esquemas contratuais (MOTTA, 2012, p. 160).

Com Fukuyama, é possível entender os novos sentidos acionados quando movimentos e coletivos trazem para o debate a ideia de comum. Descentralização, desregulamentação, aparência de horizontalidades, essa sociabilidade espontânea pode ter as cores do mercado e sequer tocar nas relações de propriedade existentes na sociedade capitalista, pois é comum, porém privado. Sob o discurso do comum, após a construção de pequenos consensos, neutraliza conflitos, facilita novas articulações, mais imediatistas, pontuais, em função da cidade por projetos. Neutralizam conflitos em torno de processos socializadores da propriedade. São ações na pequena política para não tocar em mudanças estruturais.

Sobre o aparelho estatal, um “nível adequado de desenvolvimento institucional” é necessário juntamente com Estados fortes e eficazes, mas não extensos, e que esteja limitado às funções necessárias. Entender a proposta de Fukuyama (2005) em relação ao papel dos Estados é importante porque possui semelhanças com produções conceituais das agências multilaterais de fomento.

Na obra *Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI*, o autor aborda a criação de instituições da seguinte forma:

Os países precisam ser capazes de construir instituições estatais não apenas dentro de suas próprias fronteiras, mas também em outros países, mais desorganizados e perigosos. No passado, eles teriam feito isso simplesmente invadindo o país e anexando-o administrativamente ao seu império. Hoje, insistimos que estamos promovendo a democracia, o autogoverno e os direitos humanos e que qualquer esforço para governar outras pessoas é meramente transicional e não implica ambições imperiais (FUKUYAMA, 2005, p. 157).

A governança, a força do Estado, está relacionada à existência de direitos, principalmente, os de propriedade tão importantes como garantias para atitudes empreendedoras, para obtenção de crédito financeiro e para abertura de micro empreendimentos. As instituições legais são centrais para tal entendimento de eficiência econômica. Instituições e políticas são consideradas variáveis não econômicas para esta concepção de desenvolvimento.

A democracia é associada ao conceito de governança de forma instrumental e é refuncionalizada.

Uma boa instituição estatal é aquela que, de forma transparente e eficiente, atende às necessidades dos seus clientes – os cidadãos do Estado. Em áreas como política monetária, as metas são relativamente diretas (isto é, estabilidade de preços) e podem ser atingidas por tecnocratas relativamente imparciais. Por esta razão, os bancos centrais são formados de maneiras que deliberadamente os protegem de pressões políticas democráticas de curto prazo. Em outros setores, como no ensino básico, a qualidade da produção do órgão público depende muito das informações que ele recebe dos consumidores finais dos serviços do governo. É difícil imaginar tecnocratas trabalhando isolados das pessoas a quem servem e fazendo um bom trabalho nessas áreas. Portanto, a democracia, além de seu valor legitimador, também tem um papel funcional na governança (FUKUYAMA, 2005, p. 45-46).

Valores e comportamentos são considerados facilitadores do desenvolvimento econômico de países. “Ênfase na racionalidade, na família reduzida, na realização, na mobilidade social e no universalismo” são valores que sustentam uma economia de mercado (LIPSET, LENZ, 2002, p. 187). No artigo “Cultura, infância e progresso na África subsaariana”, presente no livro *A cultura importa*, Weisner (2002) compara processos formativos diferenciados decorrentes de valores também diferenciados entre educação em países do Ocidente e do continente africano. Para o autor,

existe uma relação entre certas crenças básicas dos pais e as práticas de criar filhos e o progresso econômico no mundo desenvolvido. Essas crenças e práticas não provocam, necessariamente, o progresso econômico, mas estão geralmente associadas a ele no Ocidente. Um modelo de desenvolvimento “pedagógico”[...] enfatiza o estímulo e a capacidade de reação a serviço da ousadia, da exploração, das habilidades verbais e da capacidade de ler e escrever. [...] Individualismo, autonomia, independência e auto-expressão são também encorajados na criança (WEISNER, 2002, p. 213).

De acordo com sua comparação com o continente africano, o autor destaca que

[...] em vez do elogio verbal individual, os pais tendem a ressaltar a integração em um grupo familiar mais amplo e demonstram aceitação oferecendo oportunidades para essa integração [...] Os pais estimulam o aprendizado dos filhos pela observação e cooperação com outros, em vez de darem estímulo verbal ativo [...] e encorajam habilidades de interdependência mais do que a autonomia individualista (WEISNER, 2002, p.214).

Para Weisner (2002), incentivos a certas rotinas diárias e a “novas formas de vida cívicas” são progresso (WEISNER, 2002, p. 226). Investimentos nos contornos da sociabilidade mediados pelo conceito de cultura são realizados por reenquadramentos identitários (YÚDICE, 2004) e pela funcionalidade do reordenamento de direitos. Essa matriz explicativa justifica as inúmeras ações no campo dos direitos e de projetos voltados para ações locais sob o jargão das novas territorialidades, do *protagonismo* e do *empoderamento*.

De acordo com Schapiro (2010), o termo *Rule of Law*, que corresponde ao Estado de Direito, é considerado “um arranjo moderno de limitação do arbítrio, de racionalização do poder e de preservação dos espaços de autonomia individual” (SCHAPIRO, 2010, p. 215).

Sua funcionalidade para programas de desenvolvimento é responsável pelo “desenho institucional associado a uma estratégia específica de promoção das economias subdesenvolvidas” (idem). Durante anos, o Banco Mundial aplicou 58% dos investimentos em infraestrutura e atualmente 52% em programas de qualificação institucional para promoção dos mercados. O ambiente institucional para garantir estabilidade das trocas econômicas é resultado de estudos da Nova Economia Institucional (NEI) que têm inspirado estudos de Hernando De Soto, por exemplo. Conceitos como “instituições corretas” e “boas práticas de governança” mantêm os pressupostos do individualismo econômico e da primazia do mercado (Ibidem).

[...] a ordem natural é a ordem do mercado, de modo que as instituições são concebidas em função da necessidade de seu funcionamento. [...] Isso significa que as instituições, embora tenham sido incorporadas nos referenciais de análise, são compreendidas como aparatos reguladores externos, e não como elementos constitutivos (*embedded*) dos mercados [...]. Comportam, portanto, operações de engenharia social (SCHAPIRO, 2010, p. 218).

O que está em jogo é uma determinada concepção de direito complementada pela cidadania de “emergência”.

A noção de direito subjacente ao programa *Rule of Law* é a de um veículo promotor de garantias, previsibilidade e calculabilidade para as transações privadas. A existência de regras claras, a proteção adequada da propriedade privada, a certeza do cumprimento dos ajustes contratuais e a confiança no funcionamento célere e independente do Poder Judiciário passaram a ser consideradas como os itens necessários a serem atendidos pelos atributos jurídicos-institucionais. Seriam estas, enfim, algumas das mais importantes variáveis para um bem-sucedido processo de desenvolvimento (Ibidem, p. 219).

Os investimentos financeiros e metodológicos na “nova sociabilidade” ou em “novos paradigmas” interpretativos dos territórios e suas populações possuem uma justificativa que extrapola as dinâmicas locais, muitas vezes interpretadas como espontâneas, resultantes de expressões locais, enraizadas nos territórios. Não obstante, podem representar processos pedagógicos de instrumentalização das resistências e refuncionalização da pobreza.

Em abril de 2015, o Programa sobre Pobreza e Governança do Centro de Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito (CDDRL) de Stanford organizou o ciclo de conferências “Envolvendo a Juventude no Caminho da Transformação”. Participaram da organização o Centro de Estudos Latino-Americanos, o Centro Bill Lane para a América do Oeste, a Iniciativa México em FSI e o Centro de Segurança e Cooperação Internacional. O Brasil foi representado por Ivana Bentes, na época secretária de Cidadania e da Diversidade Cultural do governo federal, ativistas sociais, empreendedores, representantes governamentais e agentes culturais da Agência de Redes para a Juventude e do Observatório de Favelas –

Marcus Faustini, Ana Paula Lisboa, Eliana de Souza e Silva, Valnei Succo, Jailson de Souza.

¹⁰⁷ A secretária Ivana Bentes também apresentou, na ocasião, o tema “Redes de colaboração e o Precariado Produtivo”:

reflexão sobre a reestruturação da produção nos centros periféricos ricos em invenção e criação na esfera cultural, assim como a retratação do indivíduo da favela como agente de produção política e cultural. Acerca do tema, Bentes afirma que as “periferias transformam a fábrica de miséria e morte em linguagens, moda, invenção e criação.”¹⁰⁸

O papel do mediador consolida-se e enraíza-se nas formas de atendimento das demandas das populações locais. Na luta política por direitos básicos, as populações são assistidas por organizações sociais e sua rede de *think tanks*. No ciclo de reuniões organizado pela Redes da Maré¹⁰⁹ e Fundação Ford, a disputa por direitos junto ao poder público é articulada para reunir sujeitos estratégicos no plano local como as lideranças. Com o nome de “Diálogos Necessários”, o ciclo de reuniões faz parte do projeto “Maré que queremos”. De acordo com informações na página da organização, o

objetivo das reuniões é criar um diálogo constante e aberto entre instituições e associação de moradores e responsáveis pelas políticas públicas presentes no território. Nas reuniões são apresentadas as demandas e necessidades das prementes dos moradores da Maré, buscando o compromisso das autoridades na resolução destas questões e a mobilização comunitária em torno de melhorias para os moradores do bairro.¹¹⁰

A título de ilustração do que estamos indicando, podemos citar, dentre diversos exemplos possíveis, o caso da parceria abaixo que toma como necessária a promoção de diálogos junto à população para a luta por direitos, e juntamente promove e legitima outros atores nesse complexo processo de mediação.

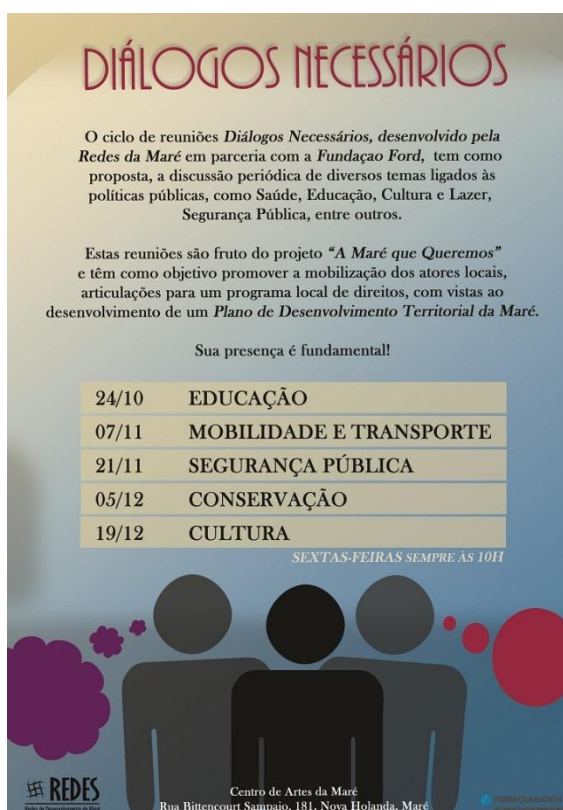
¹⁰⁷ Disponível em <<http://cddrl.fsi.stanford.edu/povgo/news/conference-explores-initiatives-to-curb-youth-violence-in-Latin-America-and-US>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹⁰⁸ Disponível em <<http://www.infojovem.org.br/blog/2015/04/29/ministerio-cultura-conferencia-internacional-juventude/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹⁰⁹ A organização social Redes da Maré foi fundada por Eliana Sousa Silva e seu esposo Jailson Sousa Silva é um dos fundadores de outra importante organização social na cidade, o Observatório de Favelas. “Ambos são respeitados professores universitários e Fellows da Ashoka; que possuem uma extensa relação de publicações e receberam vários prêmios. Além disso, são educadores e ativistas na prática, cuja experiência de crescer na Maré—assim como a crença máxima no poder de colaboração e ação das pessoas na luta por mudanças—moldou o compromisso de trabalharem em prol da melhoria da qualidade de vida dos moradores”. Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=13958>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹¹⁰ Disponível em <http://redesdamare.org.br/blog/noticias/dialogos-necessarios-2-2/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Imagem 1 – Diálogos Necessários – Redes da Maré



Fonte: <https://www.google.com.br/url?sa=i&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj3-frM-KngAhWPHLkGHSuWDhYQjRx6BAgBEAU&url=http%3A%2F%2Fredesdamare.org.br%2Fblog%2F2014%2F10%2F01%2F&psi=AOvVaw3sveilssD3MvQq1uAk2Ups&ust=1549639856722426>.

3.3 Capital social, Banco Mundial e refuncionalização da pobreza

István Mészáros (1996) reconhece a capacidade que a ideologia dominante do sistema social possui de se afirmar violentamente. Uma das suas capacidades está em seu papel de

[...] estipular aquilo que pode ser considerado como critério legítimo de avaliação do conflito, na medida em que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o perigo de ser publicamente desmascarada é irrelevante, tanto devido à relação de forças prevalecte quanto aos dois pesos e duas medidas que se aplicam às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 1996, p. 15).

O processo analisado por Neves e Martins (2010), denominado direita para o social, significou um conjunto de esforços, no plano político, visando conciliar mercado com justiça social, e, no plano teórico, a difusão de conceitos e perspectivas interpretativas que destacam em suas análises “‘novas relações’ supostamente independentes das relações sociais capitalistas” (NEVES; MARTINS, 2010, p. 25).

Para Garrison (2000), intelectual do Banco Mundial e autor da publicação *Do confronto à colaboração – Relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no*

Brasil, descentendimentos conceituais envolvendo organizações sociais, Banco Mundial e governos estão desde o final da década de 1990 dando “lugar ao consenso em nível de questões específicas” (GARRISON, 2000, p. 14). Essa parceria permitiu que o Banco estreitasse suas relações a esferas de atuação mais micro, utilizando “política de participação e fundos de pequenos projetos”, e organizações sociais de modo oposto passassem a atuar no nível macro, através da prestação de serviços e colação com esferas de governos (Ibidem).

O papel dos *think tanks* ganha proporções nesse modo de operar do Banco Mundial. A busca de parcerias entre banco, associações e governos não pode prescindir, conforme destaca Garrison, de um conjunto de atores como “[...] ONGS, movimentos sociais, agências de cooperação internacional que financiam o diálogo entre o Banco e a sociedade civil (OXFAN/UK, Ford e a Fundação Interamericana), e cientistas sociais com especialização na área” (GARRISON, 2000, p. 50).

Importa para o autor desfazer o tom de confronto entre o banco e as organizações sociais, e, para tanto, é necessário um esforço para que a legitimidade de ambos seja reconhecida através de canais de diálogos, desconstruindo “visões distorcidas”. O autor reúne características comuns entre o banco e a “sociedade civil” na busca de um objetivo comum:

Em primeiro lugar, os dois são agentes modernizantes em um contexto mundial de mudanças dramáticas. Ambos representam o crescimento e a importância dos elos transnacionais. O próprio Banco é multilateral e personifica a conectividade global. As OSCs, e particularmente as ONGs são também atores globais porque não apenas abraçam princípios universais como democracia, equidade social e conservação ambiental, mas também a maior parte de seus financiamentos advêm de agências de cooperação internacional. [...] Em um país com uma sociedade hierarquizada, [...] o surgimento das ONGs representou uma quebra nesta tradição, já que agora existe um setor que se considera autônomo, exerce um papel de vigilância em relação ao Estado e executa a tão necessária intermediação entre a população e o governo (GARRISON, 2000, p. 54-54).

Além da mediação, a colaboração está também em ocupar, na chamada “arena pública não-governamental”, a função de “setor público não-estatal” para incentivar iniciativas privadas com sentido público para, através do “protagonismo dos cidadãos, supostamente romper com a “dicotomia entre público e privado” e tornar o estado “mais responsável, ‘enxuto’ e eficaz” (Ibidem, p. 55).

No recente Relatório de Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 2017), a chamada “arena de negociação de políticas públicas”, que supostamente atua sobre as assimetrias de poder, tem como atores participantes “elites, cidadãos e atores internacionais para alcançar os *Resultados de desenvolvimento* que é caracterizado como ‘segurança,

crescimento e equidade”. Na “arena de negociações”, o papel da lei para a orientação de comportamentos é central para o “estado de direito” (BANCO MUNDIAL, 2017).

O êxito de projetos locais depende de participação de “atores locais chave”. Quando esse objetivo não é atingido, Garrison destaca que é preciso repensar formas de participação para que esses atores se sintam “donos” do projeto. Para tanto, as estratégias envolvem *workshop* de avaliação, fóruns e estratégias de substituição de conflitos por colaboração entre governos e organizações sociais. São denominadas, de acordo com as diretrizes operacionais do banco, “boas práticas”. Além de explorar o reservatório de capital social das comunidades ao invés de trabalhar contra ele (GARRISON, 2000, p. 61).

A concepção de superação da pobreza e de mudança social que orienta as ações dos think tanks e influenciarão os contornos da gramática social é a “nova pobreza”. O conceito de capital social na sua leitura liberal torna-se assim complementar e facilitador na operação dos novos contornos ideológicos para a pobreza. Assim, novas formas de entendimento orientam atendimentos para esse fenômeno social de forma sustentável para o sistema.

Pobreza passa a ser definida não apenas por aspectos econômicos, como indicadores e renda *per capita*. De acordo com o Banco Mundial, as estratégias de combate à pobreza, que na década de 1990 reuniram esforços na esfera da oferta de postos de trabalho e da assistência social, no início do século XXI volta-se para a promoção de oportunidades, fortalecimento da autonomia e da segurança dos pobres (FARIAS; MARTINS, 2007, p. 207). O alargamento do conceito de pobreza passa a incorporar “vulnerabilidade, falta de voz e representação” (idem).

A perspectiva multidimensional de conceber pobreza incorporando elementos ambientais e psicológicos referenda as estratégias que defendem que para “dar voz” aos pobres é preciso capacitá-los. Abre-se assim uma vasta gama de estratégias de intervenção social com finalidades e interesses múltiplos, entre os quais a formação da classe trabalhadora a partir da ideia de capital social sob o formato instituído pelo discurso do combate à pobreza das agências multilaterais e *think tanks*.

O direcionamento conceitual da forma de abordagem do fenômeno da pobreza em suas várias dimensões é feito através de uma descontextualização e de ocultamento de suas determinações o que permite que ele seja acionado como legitimador de intervenções por diversos atores, entre eles grandes corporações. Esse uso instrumental possibilita também que outros conceitos possam ser “colados” ou acionados como qualificadores para seus sentidos.

Certas formas de entendimento das relações estruturantes da pobreza sob a forma de trajetórias de vida são acionadas como categoria explicativa. Nesta perspectiva, o capital

social é central para dar contornos e sentidos para as condições de vida decorrentes do aumento das desigualdades.

A questão a ser destacada é a complexa rede de atores que atuam a partir da gramática do social e seus conceitos construindo uma lógica de atuação altamente eficiente do ponto de vista da formação de novas sociabilidades e que, ao mesmo tempo, gera impactos nas vidas dos indivíduos que estão inseridos em um dos elos dessa rede – os “objetos” a serem “capacitados” pelas metodologias dos projetos. Importa no momento afirmar que esse é um formato de intervenção social com contornos político-econômicos significativos e caracteriza-se como um processo de disputas sobre as determinações das relações sociais. Nessa dinâmica, o aporte financeiro para a realização das propostas contidas nos projetos é representativo das assimetrias de poder na rede que envolve as ações dos *think tanks*. No entanto, essa forma de atuação no campo da filantropia é apresentada como um novo caminho – os negócios sociais – ou, de modo mais complexo, é apresentada como uma realidade autoexplicativa, naturalizada sob “novas formas” do fazer político que caminha para tornar questões político-econômicas e ideológicas em questões técnico-operativas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Estamos diante da

alteração de um padrão de resposta social à “questão social” (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 306, grifos dos autores).

O conceito de capital social tem seu uso associado às políticas de combate à pobreza, sendo estrategicamente utilizado como mecanismo integrador ao mesmo tempo em que individualiza e autorresponsabiliza o trabalhador sob a aparência da atuação em rede e suas formas colaborativas. Por exemplo, estratégias de sobrevivência criadas pelos trabalhadores são compreendidas como inovações e como possibilidade de ampliação das agências entendidas como capacidade de fazer, de realização de atividades mercantis para reproduzir-se enquanto força de trabalho.

A nova racionalidade construída no início do século XXI redefine o papel do Estado e do mercado para que ambos possam minorar os custos de transação decorrente da nova economia flexível, em rede e com graus diferenciados de regulação. O conceito de capital social permite tomar como verdade a ideia de que o cívico se opõe às imperfeições do mercado e o “não-econômico” interfere e potencializa o econômico (HIGGINS, 2005).

Uma agenda está sendo pautada e apresentada como pós-mercado. Joseph Stiglitz¹¹¹ propõe uma abordagem pautada em fenômenos da microeconomia para entender o funcionamento de fenômenos macroeconômicos. Sob a ideologia do social-liberalismo, Stiglitz apresenta a globalização como neutra e que precisa ser bem administrada para possibilitar que as pessoas se beneficiem dela, inclusive as menos favorecidas (CASTELO, 2013).

Para Hinggis (2005),

os economistas de hoje tomam como ponto de partida o individualismo metodológico e constroem modelos onde o comportamento agregado dos agentes econômicos é coordenado, com maior ou menor êxito, pelo mercado. [...] a escola política encontrou no capital social o segredo de como o não-econômico, o não-mercado, faz trabalhar melhor o econômico. Por isso, teriam cabida noções como costume, confiança, cultura, redes etc. desta forma, a noção de capital social permitiria ao novo consenso ser mais seletivo a respeito de onde e como direcionar o rol de fatores não-econômicos no desempenho econômico (HINGGIS, 2005, p. 216-217).

De acordo com documento do Banco Mundial intitulado Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (2003),

a abordagem acerca do capital social, mais precisamente associada ao cientista político Robert Putnam, refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Desde a conversa com os vizinhos ou o engajamento em atividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos, o capital social é usado, nesse sentido, como um termo conceitual para caracterizar as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem. Assim entendido, é possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade e, com isso, perceber seu estado de saúde cívico. Um conjunto de problemas sociais – criminalidade, saúde, pobreza, desemprego – tem sido empiricamente associado à existência (ou falta de) capital social em uma comunidade, e com eles um sentido de preocupação por parte de cidadãos e formuladores de políticas públicas de que novas formas de capital social precisam ser imaginadas e construídas, conforme outras formas mais velhas entram em declínio (como resultado, por exemplo, de mudanças tecnológicas ou demográficas). Essas questões são relevantes tanto para países onde a renda *per capita* é alta, como para aqueles onde a renda é baixa (GROOTAERT et al, 2003, p.6).

Os técnicos do Grupo Temático sobre Capital Social do banco propõem divulgar conhecimentos sobre as “dimensões sociais do desenvolvimento econômico”, capital social e estratégias para redução da pobreza através de projetos e seus impactos locais.

A proposta do questionário é monitorar e “avaliar o acesso às redes e as formas de participação” na perspectiva de que ao “fornecer uma base para medir diferentes dimensões

¹¹¹ Joseph Stiglitz, economista, professor de importantes centros de pesquisa e ensino – Yale, Princeton, Stanford – nos Estados Unidos, foi economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial entre 1997 e 2000. Em 2001 ganhou o Nobel de Economia com o estudo sobre falhas de mercado e informações assimétricas (CASTELO, 2013).

de capital social encorajem um maior diálogo entre pesquisadores, formuladores de políticas públicas, gerenciadores de tarefas, e a própria população empobrecida” (GROOTAERT et al, 2003, p. 3).

Os dados construídos por esse tipo de abordagem estão atentos para categorias, relações e comportamentos que são recorrentemente utilizados em pesquisas e *surveys* do Banco Mundial. Entre eles destacam-se dados sobre “participação em associações e confiança”, “acesso a serviços e tecnologia agrícola” decorrentes do primeiro, “grupos e redes”, “bem estar subjetivo”, “engajamento político”, “sociabilidade”, “atividades comunitárias”, “violência”, “criminalidade”, “comunicações”, “papel do capital social em relação ao bem-estar e à pobreza doméstica”, “acesso ao crédito”, “ação coletiva”, “estratégias de sobrevivência” e “mobilidade” (GROOTAERT et al, 2003, p. 4-5).

Além do conceito de capital social elaborado por Putnam, o Banco Mundial recorre às definições elaboradas pelos sociólogos Ronald Burt, Nan Lin e Alejandro Portes. Estes definem capital social da seguinte forma:

refere-se aos recursos – como, por exemplo, informações, ideias, apoios – que os indivíduos são capazes de procurar em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos (‘capital’) são ‘sociais’ na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos. A estrutura de uma determinada rede – quem se relaciona, com que frequência, e em que termos – tem, assim, um papel fundamental no fluxo de recursos através daquela rede. Aqueles que ocupam posições estratégicas no interior da rede, especialmente aqueles cujas ligações percorrem vários grupos, potencialmente têm mais recursos do que seus pares, precisamente porque sua posição no interior da rede lhes proporciona maior acesso a mais e melhores recursos (GROOTAERT et al, 2003, p. 5-6).

O monitoramento de comportamentos e interações chega a níveis micro de análise. Alguns “*tipos* de grupos e redes com os quais as pessoas em situação de pobreza podem contar e a natureza e extensão de suas contribuições para com outros membros desses grupos e redes” são denominados capital social estrutural (GROOTAERT et al, 2003, p. 6). Há outro tipo de capital social – cognitivo – associado à confiança e adesão a normas e ação coletiva. Refere-se às

percepções subjetivas dos entrevistados acerca da confiabilidade das outras pessoas e das instituições cruciais que modelam suas vidas, assim como as normas de cooperação e reciprocidade que envolvem as tentativas de se trabalhar juntos para resolver problemas” (GROOTAERT et al, 2003, p. 6, grifos dos autores).

O capital social de “ligação” significam os “laços entre pessoas similares no sentido de que compartilham características demográficas, tais como familiares, vizinhos, amigos e

colegas de trabalho”; capital de “ponte” são as relações entre pessoas que não se enquadram nas características acima. Os autores destacam a importância de identificar onde se situam as fronteiras e os modos como são construídas e mantidas.

Capital social de “conexão” conecta a recursos políticos considerados estratégicos e instituições econômicas, pois são as relações com “pessoas que detêm posições de autoridade, tais como representantes de instituições públicas (escolas, polícia, partidos políticos) e privadas (agências de seguro, bancos)” (GROOTAERT et al, 2003, p. 6). Os autores chamam atenção para esse tipo de capital social servir ao “bem comum” e não às relações de nepotismo ou troca de favores. Esse tipo de capital é essencial para a concepção de bem-estar do Banco Mundial em relação aos “pobres” e significativo para expressar a perspectiva de direitos que está em disputa.

É importante enfatizar que não é a mera presença destas instituições (escolas, bancos, agências de seguro), que constituem o capital social de conexão, mas antes a natureza e a extensão dos laços *sociais* entre clientes e provedores, muitos dos quais são um meio inerente à prestação destes serviços (tais como ensino, expansão agrícola (agricultura *extension*), medicina geral etc.). Assim definidos, o acesso ao capital social de conexão é fundamental para o bem estar, especialmente em países e comunidades pobres, onde muito frequentemente os bancos cobram taxas de juros abusivas, a polícia é corrupta e os professores faltam ao trabalho. Líderes locais e intermediários contribuem para facilitar as conexões entre as comunidades pobres e a assistência externa ao desenvolvimento [...], constituindo assim, uma importante fonte de capital social de conexão (GROOTAERT et al, 2003, p. 7).

O questionário “mede” as formas de entrada, produção, manutenção, reforço e acúmulo de capital social. Para manter e reforçar o ativo é importante a existência de meios de comunicação e fontes de informação, além do contato pessoal.

Os indicadores para medir o capital social dos indivíduos utilizado pelo questionário são formas de associação e redes; confiança (em agências, nos membros do entorno imediato e na comunidade de negócios) e solidariedade; ação coletiva (por exemplo, “atividades comunitariamente organizadas para construção e manutenção de infra-estrutura e para prestar os serviços públicos relacionados”; “lobby junto a oficiais eleitos para obter mais serviços para a comunidade) e cooperação (grau de iniciativa para cooperar”); informação e comunicação; coesão e inclusão social (GROOTAERT et al, 2003, p. 19).

Considerados como resultados mais positivos de capital social são a coesão e a inclusão social – acesso a “serviços” como educação, saúde e justiça. A coesão social é atravessada pela perspectiva que individualiza questões sociais.

O nível geral de conflito e violência na comunidade também é averiguado de maneira subjetiva, ou seja, através das percepções dos entrevistados em relação à segurança e o medo de se tornarem vítimas de crimes. Do ponto de vista positivo,

um alto nível de sociabilidade normalmente é característico de uma comunidade socialmente coesa [...] (GROOTAERT et al, 2003, p. 16).

O conceito de empoderamento é entendido no documento como habilidade, capacitação para melhor ser *assistido* e assim acessar *oportunidades*.

Autoridade ou capacitação (*empowerment*) refere-se à expansão de recursos e capacidades das pessoas em tomar parte, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar instituições que afetam suas vidas (Banco Mundial, 2002). Autoridade ou capacitação (*empowerment*) é atribuída a uma ampla variedade de ações, tais como tornar as instituições estatais mais ágeis na assistência aos pobres, remover barreiras sociais e criar oportunidades sociais (Banco Mundial, 2000). Autoridade ou capacitação (*empowerment*) é, assim, um conceito mais amplo que o de capital social, e a ação política é apenas uma das atitudes que podem ser tomadas para aumentar a autoridade ou a capacitação (*empowerment*) (GROOTAERT et al, 2003, p. 21).

Ao diferenciar ação política do conceito de empoderamento, os autores ressignificam os contornos políticos deste. Se empoderamento é a “habilidade para tomar decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de vida das pessoas”, por ação política entendem “escrever petições, participar de reuniões abertas, reuniões com políticos, participar de demonstrações e campanhas e votar nas eleições” (GROOTAERT et al, 2003, p. 21). A ação política é um meio de aumentar a habilidade, o empoderamento.

Os autores citam suas orientações que estão no *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2000/2001* do Banco Mundial. Neste, o capital social é um recurso e está associado à “criação de oportunidades para incrementar a renda e melhorar outras dimensões do bem-estar”; ao “acesso ao crédito, contribuindo assim para reduzir a vulnerabilidade”; a uma “classe de recursos disponíveis aos domicílios para gerar renda e possibilitar o consumo” quando somado a recursos físicos – terra, equipamento, gado etc. – e ao capital humano – anos de escolaridade e experiência de trabalho (GROOTAERT et al, 2003, p.22).

A combinação desses recursos permite “tomar parte em diversas atividades produtivas, tanto em empreendimentos no âmbito doméstico, como no mercado de trabalho externo” (Ibidem). Tais estudos comportamentais são necessários porque

[...] ao reconhecer que o comportamento consumista do agregado doméstico é função do nível e da composição da renda, o conjunto de equações estruturais pode ser resumido por uma equação reduzida, que expressa o consumo do agregado diretamente como uma função da disponibilidade de recursos e outras características exógenas ao domicílio, e também do ambiente econômico em que toma as suas decisões (GROOTAERT et al, 2003, p.22).

O reconhecimento do capital social como “verdadeiramente capital” leva aquele a ser um recurso calculável, pois para ser produzido requer outros recursos como tempo e está sujeito a ser acumulado e depreciado, no entanto, “[...] economistas têm apontado a falta de

um mercado para a troca de capital social, típico de outros tipos de recursos” (Ibidem, p. 23). Ainda assim, para os autores do questionário de mensuração, “o estoque de capital social pode levar a um fluxo de benefícios que podem ser de diversas formas: melhor acesso ao crédito, à educação e serviços de saúde, melhor gerenciamento de risco etc.” (Ibidem, p. 22).

Dessa forma, de acordo com os autores, para participar das redes e das organizações locais, as pessoas tendem a aceitar normas e valores. No entanto, tais normas e valores, na atualidade, podem ser construídos ou ressignificados coletivamente pelos sujeitos ou estimulados por metodologias participativas propostas por mediações – organizações sociais, ONGs ou poder público. O nível de bem-estar, de acordo com o estudo, está associado ao nível de consumo.

Cabe destacar que “retornos” do capital social podem ser comparados com os retornos de investimento em capital humano, e o retorno do primeiro pode inclusive superar o do segundo: em alguns contextos, “há alguma evidência para sugerir que [...] o capital social atua como um substituto para a educação” (Ibidem, p. 23). Os autores também afirmam que a participação em redes com maior diversificação interna de seus membros, origens, por exemplo, representam

[...] maior potencial para trocar conhecimentos e informações e para administrar riscos coletivamente. Membros de diferentes origens podem ter mais conhecimentos diversos, e podem ser capazes de partilhar os riscos com mais eficácia, uma vez que é possível terem diferentes fontes de renda (Ibidem, p. 23).

Ao se complementar ao capital financeiro, físico e humano para empreendimentos domésticos, as vantagens do capital social significam minimização dos custos das transações e podem aumentar a rentabilidade com a participação nas redes para a realização de contratos.

A interpretação liberal do capital social dota este conceito de uma centralidade e, de acordo com a literatura abordada, pode significar que sua maior distribuição ou produção não significa uma maior distribuição de capital econômico e cultural. Além de sinalizar a possibilidade de substituição da educação pela participação em redes, rebaixando as possibilidades de emancipação da classe trabalhadora, tem seus usos instrumentalizados para processos individualizantes de empoderamento, pois cria uma relação de dependência, ou seja, de acordo com as capacitações e “habilitações”/habilidades de manejo desses ativos.

Para Motta (2012),

a concepção de capital social expressa pela equipe do Banco Mundial tem funções unificadora, conectiva e vinculadora. Significa a capacidade de a sociedade civil se associar para cumprir compromissos e controlar os estoques pessoais de ativos – saúde, educação, treinamento, capacidade inata do indivíduo e também a capacidade

de controlar a criminalidade – necessários ao desenvolvimento social (MOTTA, 2012, p. 176-177).

No questionário analisado, os autores questionam “[...] se o capital social ajuda o pobre na mesma medida em que ajuda o rico e se os investimentos em capital social ajudam pobres a escaparem da pobreza” (GROOTAERT et al, 2003, p. 24). Quando comparado à redistribuição de outros recursos, os autores afirmam que o capital social tem sua distribuição realizada de forma mais igualitária do os outros tipos, ou seja, “[...] isso significa que os domicílios pobres na Bolívia têm relativamente mais capital social do que outros recursos” (Ibidem).

Explorados os diversos usos do conceito e sua recorrência em documentos das agências multilaterais, cabe analisar sua funcionalidade para o novo conjunto de respostas do capital para as formas de extração de mais valia na atualidade que insere desde os anos 1970 o “combate à pobreza” na agenda. Para Fontes (2017)¹¹², de acordo com a anatomia do capitalismo da atualidade, para o processo de acumulação necessária a propriedade dos recursos sociais de produção para colocar em ação os meios de produção. Portanto, para entender uma das expressões das múltiplas formas assumidas na direção política na manutenção do projeto burguês de sociedade, o objetivo até aqui foi associar ações aparentemente dispersas, autônomas, enraizadas, pontuais, a uma matriz ideológica que as sustenta, nomear alguns atores que operam essa matriz no nível intermediário e não nas pontas desse processo.

Na esfera especificamente dos elaboradores de projetos sociais, que não são apenas as organizações sociais locais, o conceito de capital social é significativo para os desenhos dos projetos. Os desdobramentos da produção, acesso ou acúmulo de capital social são múltiplos e podem ser explorados de diversos modos. O recorte a seguir tem como objetivo analisar como os usos instrumentalizados de capital social pelos *think tanks* relativos aos processos formativos – projetos, metodologias, conteúdos, capacitações e participação em redes – potencializam uma racionalidade que reorienta a luta política na atualidade para ações pontuais, emergenciais e *dependentes* da forma de atuação em redes e parcerias, como se o pertencimento às “redes” substituísse o pertencimento à classe social. Uma das consequências possíveis de tal processo não é o apagamento dos conflitos, mas a refuncionalização dos antagonismos entre capital e trabalho e a possibilidade de captura e direção do conflito de classes.

Através de determinados usos da gramática do social, dimensões comportamentais decorrentes da instrumentalização do capital social pelos *think tanks* são orientadas para uma

¹¹² Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=iFBce9vgDUE>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

sociabilidade específica que combina estímulos ao *ethos* empreendedor como forma de aparente mobilidade social, na atualidade do processo de acumulação flexível, e uma cultura de direitos que, para realizar-se, “depende” das redes e das parcerias entre capital e trabalho e da sua gramática do social.

Desse modo, a direção do projeto societário é exercida pelas frações da classe burguesa que operam “no social”, da mesma forma que pretendem educar o conflito.

A rede de parceiros – *think tanks*, patrocinadores, apoiadores – que atuam junto às organizações sociais no Rio de Janeiro são atores de um campo em que houve incentivo para a profissionalização de certas formas de militância política e uma das suas consequências hoje é um conjunto de ações voltadas para o empreendedorismo social que, além de ser realizados por empresas e suas fundações, passa a ser realizado também pela classe trabalhadora moradora das periferias. São estruturantes desse fenômeno as mediações dos *think tanks*, ligados ao capital, junto às organizações sociais locais e os usos do conceito de capital social.

Cabe destacar os investimentos em processos de formação de lideranças que tem por finalidade replicar os conteúdos e as metodologias orientadas pelos *think tanks*. É um modo de atuação em diferentes frentes de luta e para tanto conta com o efeito multiplicador das lideranças formadas e capacitadas pelas mediações de *think tanks*.

No campo das lutas populares, os direitos relacionados aos reenquadramentos identitários (YÚDICE, 2001) têm demandado dos *think tanks* investimentos em lideranças voltadas para demandas específicas e interseccionalizadas, por exemplo: mulher negra pobre, mulher agricultora, transexuais moradores da periferia, jovem negro/a morador/a de favelas.

A gramática do social é uma das dimensões desse processo que, quando articulada à retórica do capital social numa perspectiva empresarial, possibilita tornar subjetividades mercadoria, pois disposições pessoais são entendidas como recursos. Quando esses “recursos” são orientados pelo *ethos* do empreendedorismo formando um fazedor (*maker*), por exemplo, acumulando e positivando em certas situações inúmeras atividades laborais, a gramática é acionada. São empoderadas/os/es e protagonistas.

3.4 “Políglotas da sociabilidade” e o acúmulo de repertórios

Os “ativistas do terceiro setor devem aprender a arte da tradução, tornar-se políglotas da sociabilidade, ser capazes de entrar e sair de espaços sociais com um mínimo de elegância e reconhecimento” (FERNANDES, 1994, p. 139).

O denominado “terceiro setor”, caracterizado como “não governamental” e “não-lucrativo”, está situado por Fernandes (1994) na esfera de influência do Estado e do mercado. O autor opera com o conceito de eficácia da “dedicação voluntária”. Significa que, apesar do envolvimento com “as problemáticas do interesse e do poder”, pode gerar recursos e disputas pela sua distribuição. O “terceiro setor” gera instituições que “constituem uma esfera institucional distinta, cujas características próprias lhes são dadas justamente pela *negação* do lucro ou do poder de Estado”. Esse “duplo constrangimento” resulta na “adesão voluntária” a valores “que ultrapassam a utilidade” (FERNANDES, 1994, p.24-25).

“A linguagem da cidadania é parte do acervo de valores do Terceiro Setor [...]” e orienta o modo de atuar de iniciativas empresariais e projetos sociais sem fins lucrativos, entre elas as instituições privadas ligadas ao GIFE (Grupo de Instituições, Fundações e Empresas)¹¹³ (WILHEIM; FERRAREZI, 1995, p.9) na denominada por eles esfera pública não-estatal. Essa linguagem é funcional na medida em que reforça associações abstratas e se distancia dos confrontos e interesses particulares (DREYFUSS, 1989).

A atuação de atores privados na “esfera pública não-estatal” é acompanhada pela “reconstrução” ideológica de sociedade civil no final da década de 1970. Wilhelm e Ferrarezi (1995) confirmam as dificuldades de se encontrar estudos que se debrucem sobre a apreensão da “lógica” de atuação desse setor, pois o que o caracteriza é “a multiplicidade e a singularidade de suas formas de atuação e organização”.

Não existe a noção de um sujeito coletivo que apresente um projeto comum, pelo contrário, a convergência se dá através de alianças múltiplas, porém parciais e envolve vários processos concomitantes. A integração pode dar origem a diferentes conjuntos e conglomerados em diferentes ocasiões, envolvendo a cada vez parceiros diversos, segundo circunstâncias, as questões em pauta, história local num certo campo particular (WILHEIM; FERRAREZI, 1995, p. 9).

A aparente ausência de um projeto comum é compreensível porque as frações da burguesia que atuam no campo da filantropia, estimulando o espírito cívico e as “resistências” por ela financiadas, criam formas de “representações das partes do todo elitista”, ou seja, são “condutos de atuação, não *da*, mas *na*” (DREYFUSS, 1989, p. 13) classe trabalhadora.

A aparente dificuldade, em 1995, de “coordenação quanto à convergência de temas específicos comuns” que se expressa por múltiplas iniciativas e atores, é reenquadrada pelas

¹¹³ O GIFE realizou sua assembleia de constituição em 26 de maio de 1995. Possui entre sócios fundadores diversas fundações como Fundação Bradesco, The Ford Foundation, Fundação Iochpe, Fundação Emílio Odebrecht, Fundação Roberto Marinho, Instituto C&A de Desenvolvimento Social, Instituto Cultural Itaú (ABONG, 1995, p. 39-40).

próprias autoras. Apesar de não haver um projeto comum, geram uma variedade de iniciativas que convergem para uma “problemática comum” (WILHEIM; FERRAREZI, 1995, p.9).

Para Althusser,

a problemática é a unidade profunda de um pensamento teórico ou ideológico. [...] A problemática é o conjunto de perguntas, ideias, e suposições que delimitam o terreno no qual se produz uma determinada teoria, terreno que nem sempre é visível na superfície do discurso teórico, e que, no entanto, determina as condições e as possibilidades de enunciados desse discurso (BOITO JR., 2006, p.64).

A articulação das formas de entendimento e atendimento das contradições do capitalismo sob as mediações dos interesses de uma determinada classe viabiliza a direção da luta política.

As autoras referem-se à “Ação pela Cidadania contra a Miséria pela Vida”. O tema foi valorizado promovendo “iniciativas que convergiam a uma problemática comum”. No entanto, para as autoras, “cada segmento traduziu a questão comum de forma singular, constituindo um exemplo de convivência entre diferentes atores” (WILHEIM; FERRAREZI, 1995, p.9), mas a “capacidade de se relacionar” entre os diversos atores do setor não apresentou resultados pretendidos. É preciso “buscar novas formas de confiança” para melhor coordenar. Antagonismos, conflitos e resistências podem ser considerados “incapacidades” para se relacionar.

Fernandes (1994) assinala que os desafios da coordenação estão, nos termos atuais, na esfera atuação em redes para que capacidades possam ser acionadas quando necessárias. Instrumentos de integração política vertical, insistir em um projeto comum ou global e fomentar uma organização guarda-chuva horizontal não contribuem para definir e promover o terceiro setor. Descarta abordagens holísticas “[...] pela qual um sujeito universal afirma os seus valores e a sua soberania através da história” (FERNANDES, 1994, p. 137). É a “diversidade” que toma o lugar do “grande indivíduo coletivo”, ou seja, das classes sociais. A dinâmica do terceiro setor é interpretada não como um campo estruturado e estruturante, pois não é “uma sólida estrutura”, mas “uma possibilidade de vir a ser”. A matriz interpretativa utilizada pelo autor ignora a possibilidade de se conhecer as determinações do real. No lugar do cognitivo, há discursos e insere a ideia de que “a presença de certos elementos, em certas condições, pode desencadear reações interativas que envolvam os vários segmentos [...]” (idem). O que importa é a convergência em torno de questões e temas específicos.

A verdadeira pergunta é: como *manter os canais abertos* para a comunicação e a troca entre os vários segmentos envolvidos? Isto também é um problema maior, mas que se apresenta a um tratamento positivo, desde que as circunstâncias sejam propícias e os elementos catalisadores se façam presentes. O exercício da

coordenação no terceiro setor exige progressos nas artes da comunicação. [...] se o terceiro setor deve ultrapassar os círculos cosmopolitas, há que abrir espaços para a multiplicidade de linguagens e simbologias em seu interior (FERNANDES, 1994, p. 138-139, grifos nossos).

Os ativistas que atuam sob essas lógicas do terceiro setor são considerados os *políglotas da sociabilidade*. A capacidade de “entrar e sair dos vários espaços sociais com um mínimo de elegância e reconhecimento” é um recurso que pode ser explicado pelo conceito de capital social e pela atuação dos *think tanks*. É “arte da tradução” ou o “recurso da mediação”. Tal habilidade é requisito para realizar múltiplas alianças, ampliando a rede de parcerias “[...] segundo as circunstâncias, as questões em pauta, a história local num certo campo particular” (FERNANDES, 1994, p. 139). O papel das comunicações, seus produtos, e garantias de acesso ampliado e permanente às modernas mídias não podem dispensar investimentos nesta área, ainda que sob novas estratégias, supostamente atrativas, como “gambiarras” etc.

A multiplicidade de frentes de atuação e a manutenção dos *canais abertos* demandam justamente que a gramática tenha flexibilidade e aderência. Para tanto, ser um *políglota da sociabilidade* para atuar nas redes requer acesso e investimentos em capital social. Este último passa a ser um recurso chave destinado seletivamente a determinadas formas associativas, de militâncias e engajamentos na luta política ou que o capital seletivamente permite que se tenha acesso.

Cultura é resistência e (re)existência e por isso a direção do processo histórico não pode prescindir de estratégias para “educar” as resistências.

De acordo com Jovchelovitch e Priego-Hernandez (2013), sociabilidades subterrâneas é o termo usado para definir “competências e habilidades, sabedoria e racionalidade” que permitem que a classe trabalhadora e sua parcela marginalizada resistam aos processos de “exclusão” e promovam o desenvolvimento social. Essas formas de vida social e da “capacidade de agir em contextos de privação” estariam invisibilizadas “aos olhos da sociedade por conta de barreiras geográfica, econômicas, simbólicas, comportamentais e culturais”. Mas para além das invisibilidades encontram-se construções sociais elaboradas por “representações dominantes, pelo controle institucional, pela exclusão social e por mecanismos psicossociais” (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 21).

A visibilidade das *sociabilidades subterrâneas* ocorreria através da atuação de organizações sociais, de políticas públicas e da atuação do setor empresarial e quando os moradores das favelas e periferias produzissem suas *próprias* respostas. Para que esses dois processos se realizem, “andaimos psicossociais”, que significam “fontes de resiliência” e “capacidade de desafiar o contexto”, são acionados para que atuem como moderadores das

necessidades de pertencimento, de trabalho e de consumo, bem como o sofrimento e a pobreza que atraem os sujeitos para a rota do narcotráfico. Os andaimes psicossociais são estruturas de apoio intersubjetivas, oferecidas por pessoas e por instituições. Eles fornecem um terreno seguro a partir do qual o indivíduo *aprende* sobre si mesmo e sobre sua localização sociocultural [...]. Eles oferecem acolhida, contenção e cuidado, e estão na base da cooperação, da intencionalidade compartilhada, da ação criativa e da imaginação (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 214).

São organizações sociais que atuam “por meio do seu método de trabalho e de seus projetos” na provisão de “andaimes psicossociais”, no estabelecimento de “novos caminhos em direção à cidadania e à integração entre favela e cidade”. Habilidades, redes de apoio, empregabilidade e produção de novas representações positivadas dos territórios favelizados na cidade estão entre os papéis desempenhados pelas organizações sociais estudadas pelas autoras.

As novas sociabilidades são forjadas não a partir *dos* sujeitos, mas *junto aos*, e em certos casos *com* os participantes dos projetos e metodologias. Os sentidos de entendimento do real mediado pelo *modus operandi* dos *think tanks* e organizações sociais na operação da gramática do social são realizados através do capital social numa perspectiva liberal. O lugar do capital social na agenda burguesa é de promover o crescimento e aliviar a pobreza, pois é usado como um componente para o desenvolvimento econômico como para a democracia liberal (FUKUYAMA, 2003).

De acordo com Motta (2012), para os organismos multilaterais o alívio da pobreza ou da “nova” pobreza depende do fortalecimento dos laços de confiança, envolvendo instituições mais eficazes na oferta do mínimo para a sobrevivência. Para tanto, é necessária uma articulação entre instituições sociais para “capacitar os pobres” ou a comunidade pobre. Mas, além disso, há também uma série de investimentos na formação de lideranças que possam enraizar esse modo de operar, responder e administrar as demandas populares e socializadoras.

A percepção de que a atualidade do processo de acumulação demanda investimentos numa esfera produtiva ampliada fará com que Samuel Huntington e Harrison (2002) resgatem determinados sentidos para o conceito de cultura, referendando seu papel no desenvolvimento econômico, principalmente na esfera da cultura política.

“Max Weber está vivo y reside en América Latina”, escreve Fukuyama (2003, p. 46), referindo-se à frase do sociólogo Peter Berger sobre as implicações da expansão do protestantismo evangélico na região enquanto uma revolução cultural importante para se pensar a relação entre capital social e mudança cultural.

O conteúdo que acompanha o conceito de cultura é complexo. Para Fukuyama (2001), os valores culturais ocidentais relativos aos direitos e às instituições democráticas podem ser entendidos da seguinte maneira:

a universalidade é igualmente possível em termos mais amplos, porque a força básica da história humana e da política mundial não é pluralidade cultural, mas o progresso geral da modernização, cujas expressões institucionais são a democracia liberal e a economia orientada pelo mercado (FUKUYAMA, 2001, p. 70).

Yúdice (2002) destaca a possibilidade de o multiculturalismo ter sido instrumentalizado para a formulação de consensos para o reordenamento dos conflitos, o que evidencia novos modos de controle e regulação. A cidadania “se culturaliza na medida em que se presta à interpretabilidade das necessidades e dos direitos estabelecidos” (YÚDICE, 2002) diante de uma recomposição identitária decorrente das lutas sociais contra os processos de reestruturação produtiva e reconfiguração das instituições no neoliberalismo.

Cultura é resistência e (re)existência e por isso a direção do processo histórico não pode prescindir de estratégias para “educar” as resistências. Trata-se de uma abertura à interpretabilidade das identidades e de suas necessidades em um contexto de “flexibilização produtiva, e laboral, privatização, desregulação, tecnificação, financeirização, terceirização, ou surgimento de sector privado não lucrativo, etc.” (Ibidem). Essa abertura também se dá diante do crescimento de mecanismos sob o novo regime de vigilância e segurança que busca ora neutralizar ora absorver iniciativas contestatórias e resistências que toquem em questões estruturantes das desigualdades. A importância das políticas culturais na atualidade também decorre do fato de tais mecanismos assumirem formas sociais e culturais (YÚDICE, 2002).

Por um lado, uniformizam-se protocolos jurídicos, tecnologias, formas administrativas; por outro, a acomodação ao mercado transnacional requer a geração de diferenças locais que tornem possível o lucro dos conteúdos além das fronteiras territoriais. “[C]ada espaço geográfico precisa de se diferenciar e de construir a sua imagem mediática com o objectivo de se valorizar em relação ao exterior para se inserir nessas redes internacionais; a cultura é amplamente utilizada na construção dessa imagem mediática” (HERSCOVICI, 1999 apud YÚDICE, 2002, p. 58-59). O facto de a valorização de localidades e de seus conteúdos se fazer a partir da geração dessas diferenças (orquestradas desde logo pelo contexto do mercado transnacional) obriga os processos de formação de identidades culturais a obedecerem a mandatos performativos. Noutras palavras, as diferenças não podem ser pensadas *fora* do contexto em que derivam seu valor; daí que se argumente que as diferenças se constituem dentro dos processos de globalização (LACARRIEU, 2000 apud YÚDICE, 2001, p. 4-5).

Sob a aparência da inclusão no processo de produção de valor, a culturalização da economia, facilitada pelas tecnologias informacionais e comunicacionais, alcança espaços e

sujeitos potencializada pela forma de atuação em rede na produção de capital social para que opere esse processo de culturalização da economia.

“O capital social não é outra coisa que o meio de reconceitualizar o papel que desempenham os valores e as normas na vida econômica” (FUKUYAMA, 2003, p. 34, tradução nossa). Tal afirmação nos permitiu trazer para o centro de nossa análise os processos de formação de sociabilidades. Entender suas orientações teóricas e o modo como os conteúdos dessa sociabilidade específica são operados junto a frações da classe trabalhadora, mais especificamente juventudes moradoras de favelas, mulheres, negras/os.

Esse processo de reconceitualização impacta as formas de entendimento e atendimento da “questão social”, pois envolve a produção de valores que orientarão mudanças comportamentais.

Sob aparência de poder emancipador, é o capital social e seus usos liberais que permite essa leitura, pois: a) possibilita individualização da luta política (luta por acesso ao capital social, o protagonismo pode ser exercido por um indivíduo, ou seja, a atuação individual em favor da coletividade (TRINDADE, 2012); b) permite uma aparente mobilidade social funcional ao atual processo de acumulação (acesso à renda e recursos financeiros quando participa de editais, quando cria um produto inovador ou uma nova organização, ou é capacitado/profissionalizado para realizar múltiplas atividades); c) ideologicamente universaliza **valores e consensos** em torno dos interesses de classe burgueses como o **direito à propriedade**; a **coesão social** através da obediência às leis, onde participação ou pertencimento nas redes de parceiros impõe regras de reciprocidade, que aumentam os custos potenciais da transgressão e da corrupção, e promove a previsibilidade das ações, diminuindo os custos decorrentes das imprevisibilidades das “turbulências culturais e sociais” (ARAÚJO, 2003, p. 34); busca construir **confiança** em instituições do Estado burguês utilizando o conceito de Estado de direito onde interesses privados obtém aparente universalidade sob os conceitos de sociedade civil, e sua forma ideológica “privado, porém público” ou “não importa se é estatal ou privado, tem que ser de interesse público”; d) estimula a naturalização do **ethos do empreendedorismo**¹¹⁴ - “o favelado é um fazedor” ou a carreira “hifenada” - que pode ter como desdobramentos a ampliação da capacidade de extração de mais-valia, a

¹¹⁴ “Transformar necessidades em oportunidades” é a temática da dissertação de Flory (2009). O empreendedorismo contém especificidades. Por exemplo, o empreendedorismo de oportunidade está ligado à tecnologia e à inovação. O empreendedorismo de necessidade está direcionado para a população de mais baixa renda. O mesmo autor utiliza o relatório de 2005 do *Global Entrepreneurship Monitor* que aponta como principais causa para o baixo nível de empreendedorismo no Brasil os seguintes motivos: falta de acesso ao capital; burocracia de abertura/manutenção/fechamento de firmas; falta de capacitação técnica/gerencial; falta de cultura de estímulo ao espírito empreendedor (FLORY, 2009).

precarização da força de trabalho com redução de direitos sob o empreendedorismo periférico e a desoneração do capital da sua parcela na reprodução da força de trabalho. Pessoas jurídicas podem atuar como micro e pequenas organizações e assim agregarem valor a empresas de maior porte.¹¹⁵

Formar *políglotas da sociabilidade* do capital representa investimentos em diversas frentes por meio da atuação dos aparelhos privados de hegemonia – *think tanks* – realizando a incorporação de organizações locais da cidade do Rio de Janeiro à sua lógica e esfera de atuação. Contrapondo-se à categoria de sociedade civil e suas expressões no pensamento liberal, que separa e opõe o Estado da mesma, Gramsci a concebe como

terreno do interesse, da propriedade e do mercado. Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado (FONTES, 2010, p.133).

Neste sentido, sociedade civil é

indissociável dos aparelhos privados de hegemonia – as formas concretas de organização de visões de mundo, da consciência social, de *formas de ser*, de *sociabilidade* e de *cultura*, adequadas aos interesses hegemônicos (burgueses) (FONTES, 2018).

A gramática do social acionada pelos *think tanks* é assim funcional para a formação de novas sociabilidades, é flexível e adaptável a vários contextos, e realiza, dessa forma, processos de ocultação das relações de dominação. Há um trabalho de desconstrução de noções de paternalismo¹¹⁶, clientelismo, assistencialismo, “cultura da pobreza”, entre outros, para inserir os conceitos da gramática do social, o que permite associações às categorias de autonomia, autogestão, potência. Quando realizamos a crítica radical das condições, das relações e das dinâmicas sob as quais esses novos conceitos e ideias se concretizam, percebemos as determinações que estão nas suas bases. A abstração desses conceitos é essencial para direcionar sua aplicabilidade, que se distancia da perspectiva da luta de classes, pois as causalidades e a historicidade das dinâmicas de exploração ou de exclusão são

¹¹⁵ De acordo com a obra *Empreendedorismo com foco em negócios sociais*, “[...] uma estratégia para o aumento nos lucros das empresas globais é a aquisição de micro e pequenas organizações, como forma de acesso às novas tecnologias. [...] a tecnologia é capaz de tornar-se um recurso que suporta estratégias de negócios inovadores e lucrativos, complementando a flexibilidade inerente à plataforma digital” (BEZERRA et al, 2015, p. 77).

¹¹⁶ “O critério central é de transformação de setores excluídos em atores, e de nivelar atores fracos. O empoderamento tem sido definido como o processo pelo qual a autoridade e a habilidade se ganham, se desenvolvem, se tomam ou se facilitam. Alternativamente, a ênfase está no grupo e nas pessoas que protagonizam seu próprio empoderamento, não em uma entidade superior que lhes dá poder. É a antítese do paternalismo, e a essência da autogestão mediante a pedagogia construtivista, que constrói sobre as forças existentes de uma pessoa ou grupo social – suas capacidades – para “potencializá-las, que dizer, aumentar e realizar essas forças potenciais preexistentes” (DURSTON, 2003, p.187).

orientadas para uma perspectiva dualista, e não dinâmica e complementar, por exemplo, Estado *versus* mercado e todas as caracterizações que a ordem capitalista lhes atribui ao longo dos tempos (BEHRING, sem data).

O direcionamento promove um distanciamento da leitura que insere os antagonismos de classes no centro da luta política, a não ser sob crítica radical que incorpore todos os elementos da produção social da vida sob a perspectiva da classe trabalhadora. O que possibilita a produção de formas de entendimento dos atuais mecanismos de produção de valores, assim como os conceitos, por exemplo, de “inclusão social” e suas formas ideológicas, não como funcionais, complementares e combinadas com processo de acumulação capitalista, mas como efeitos de uma concepção de desenvolvimento econômico pautados pela “concertação social” associada aos conceitos de governança que propõe e promove medidas mitigadoras e focais para aliviar a pobreza.

Regina Souza (2006) realizou pesquisa sobre o conceito de protagonismo juvenil. A origem do conceito, na segunda metade da década de 1980, decorre da formação do campo das políticas públicas de juventude, que atualmente usa os termos “políticas públicas de/para/com juventudes”. Faz parte desse campo o discurso que busca formas de integração da juventude pobre.

O termo “política pública” é apontado pela autora como uma forma conceitual orientadora para realizar duas oposições. A primeira delas é a de “políticas governamentais”, em que a palavra “pública” indica “a ‘participação’, de toda a ‘sociedade civil’ no seu ‘desenho’ e ‘implementação’” (SOUZA, 2006, p.244). A segunda expressa uma alternativa às “políticas sociais” já que são associadas a propostas compensatórias, estabelecendo uma relação entre beneficiários ou usuários e implementadores.

O campo em que surge o discurso do protagonismo juvenil é o das “políticas públicas”, marcado pela “retração das funções estatais e de transformação da noção de direitos em serviços, cujo acesso e usufruto não são garantidos pela lei, pela luta ou pelo Estado, mas devem ser permanentemente assegurados pelo próprio indivíduo” (SOUZA, 2006, p.244) e/ou juntamente com os parceiros – as organizações sociais.

Pautadas na perspectiva da inclusão/exclusão, as propostas de integração da juventude pobre se deram em torno da ideia de participação que deveria envolver não apenas a juventude, mas a denominada sociedade civil. Como participação possui vários significados, a análise de Souza destacou que seus sentidos se baseavam em dois tipos de comportamentos:

a atividade ou o *fazer* coisas: que se materializa na prestação de serviços e que, quando não-remunerada, coincide com o, por vezes, nomeado trabalho voluntário; assim, a juventude tem sido conclamada a “participar” também da *implantação* das políticas públicas; [e] a defesa de interesses: que requer uma certa habilidade de comunicação e de negociação com os outros indivíduos. Na defesa de seus supostos interesses, os jovens têm sido estimulados a participarem da *formulação* e do *desenho* das políticas públicas e da *adoção* de decisões que lhes dizem respeito (SOUZA, 2006, p. 245).

Diante do modelo participativo que vem sendo posto em prática pelas agências multilaterais de fomento, defender interesses e realizar atividades não têm caráter deliberativo ou de participação no poder, “mas participação na execução de tarefas e na formalização de medidas”. Sua hipótese insere esses mecanismos não na esfera da “reinvenção da política”, e sim sua anulação.

A aplicação do princípio da atividade ou do *fazer* a diversos âmbitos – política, educação, participação, direitos, entre outros – sinaliza a inserção da lógica da esfera privada no espaço público.

O *fazer* coisas é um processo determinado pelos critérios de meios e fins; ao invadir a política (e também a educação), não só passam a prevalecer os interesses particulares na tomada de decisões e nos objetivos propostos, como o próprio exercício da política (assim como o ato de educar-se) assume um caráter instrumental. O *fazer* política equivale a escolher a atividade-meio mais eficaz para a consecução de objetivos particulares (e a educação torna-se o treinamento para tanto) (SOUZA, 2006, p.247).

Os usos do conceito de protagonismo juvenil adquirem crescentemente um caráter prescritivo, inclusivo e extensivo. Instrumentalizados, passam a substituir o conceito de “minorias”, os protagonismos, especificamente em relação às juventudes, que têm seus sentidos ampliados e parcializados – juventude pobre, moradora de favelas, LGBT, “nem nem” – postulam mudanças comportamentais “de que todo jovem pode e deve *fazer* política, pode e deve ser *protagonista*” (SOUZA, 2006, p. 248).

O termo é considerado pela autora “como via de acesso ao discurso mais geral sobre o social, aquele que concebe a sociedade como um elenco de *atores sociais* em *atuação* num *cenário* político” (SOUZA, 2006, p. 249). Assim, viabilizou usos de conceitos como resiliência, empoderamento, vulnerabilidade social, capital social e empreendedorismo social e toda a sistematização desses conceitos em produções bibliográficas e metodologias.

A questão inserida pela autora problematizando o enunciado *protagonismo juvenil*, a partir de Foucault, faz referência à

dupla tarefa de exercício e dissimulação do poder. [...] o fato de estabelecer uma identificação entre o real e o saber, como se este já estivesse visivelmente impresso no primeiro. Daí que o discurso não se exhibe como discurso, mas como uma

realidade auto evidente, que se manifesta por si só, e contra a qual não há contra argumentação possível. Pode-se afirmar que o êxito do discurso deva-se mais à sua pretensão de coincidir com a realidade do que propriamente ao conteúdo do que é dito. Aliás, a fusão entre discurso e realidade ocorre, não por meio da retórica, mas por meio da *atividade*. O discurso não é tanto a exortação ou pregação sobre o comportamento a ser adotado, mas a fusão de todas as atividades que imprimem à realidade o formato pelo qual se apresenta. Enfim, o princípio da atividade, aplicado a todos os meandros da vida social, incorpora e materializa o discurso, fazendo dele a própria realidade (Ibidem, p. 250).

A gramática do social estimula, sob diversos formatos, o *fazer*, a atuação que pressupõe o saber “negociar” no espaço delimitado e lido como público não estatal e/ou privado, porém público – e sua materialização através das redes¹¹⁷ – para acesso e distribuição de recursos públicos e privados. Esse *fazer* atrelado às redes está imerso em e resulta de relações e correlações de forças e poder desiguais, em que a “atuação em rede” é apresentada sob a aparência de horizontalidade ou produtora desta.

Secundariza-se ou utiliza-se a existência de assimetrias de poder como um recurso para reenquadrá-las e consolidar mecanismos de expressões de interesses divergentes e antagônicos sob o formato de consensos, e, em certos casos, transformando demandas “do” empoderamento e “do” protagonismo em “negócios sociais”¹¹⁸, consolidando a cidadania de mercado e emergencial sem se contrapor à dinâmica do sistema capitalista.

A integração da juventude pobre está deixando de ocorrer por meio de medidas disciplinadoras e coercitivas, e/ou por meio da qualificação para o mercado de trabalho via profissionalização, para realizar-se pela “inscrição ativa” do jovem num discurso que prescreve uma “nova forma” da participação. Assim, o jovem torna-se um “portador ativo” de um discurso que parece emitido por ela. Pode-se afirmar que o apelo a uma posição de protagonismo, justificada pela exaltação de supostas qualidades e capacidades juvenis, funcione como estratégia de motivação para a integração e para o estímulo à “adesão ativa” das novas gerações ao discurso do poder (SOUZA, 2006, p. 256).

O aspecto pedagógico da gramática do social no campo epistemológico, da produção de conhecimento sobre o real, pode em certo sentido promover uma “assepsia” dos conceitos, dessa forma orientando epistemologicamente as formas de entendimento do real.

¹¹⁷ Fundações, institutos e organizações empresariais, seus *think tanks*, organizações sociais locais, empresas, agentes do Estado e “protagonistas” – “pobres”, “sujeitos periféricos” (D’ANDREA, 2013), “jovens de periferias”, “makers”.

¹¹⁸ O termo negócio social é um modelo criado pelo prof^o Muhammad Yunus. Partindo da ideia de que “[...] as pessoas na base da pirâmide têm as habilidades necessárias para se libertarem da pobreza, desde que tenham oportunidade de fazê-lo” (YUNUS BRASIL, 2015, p. 114), propôs como solução a criação de empresas cujo propósito é resolver um problema social de forma financeiramente auto-sustentável, identificando o problema e desenvolvendo um plano de negócios para sua implementação. Gera empregos e renda à sua volta, não busca a maximização dos lucros, “os investidores recebem de volta somente o valor investido – nenhum dividendo é pago além do dinheiro investido” (Ibidem, p. 115). “Um bom Negócio Social combina esse foco inabalável na satisfação das necessidades sociais com a sinergia empreendedora, a disciplina de mercado, e um grande potencial de replicação e ampliação de empreendimentos de sucesso” (Ibidem, p. 114).

3.5 *Think tanks* e os rompimentos epistêmicos das dimensões econômicas e políticas dos fenômenos

O discurso da atuação sob o signo da independência e do interesse público é uma das marcas da atuação dos *think tanks*. As estratégias de enraizamento das ações nas lutas populares estão distantes de qualquer simplificação. Envolvem críticas, desconfianças e resistências por parte de lideranças, moradores e associações.

Análise dos documentos produzidos pelos *think tanks* revela a insistência na ênfase na diferença, em identidades particulares e seus desdobramentos em lutas também particulares e separadas. Nesse mesmo processo incorporam uma nova dimensão pedagógica ao associar, embaralhar, mesclar num contexto de múltiplas violações, um modo de abordar a transversalidade de direitos acompanhada por vultosos investimentos para ações em rede.

Para Ilse Scherer-Warren (2006), a “transversalidade na demanda por direitos implica o alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base de mobilizações” (SCHERER-WARREN, 2006, p.118). No lugar do ativismo “revolucionário”, segundo a autora, “há um outro tipo de ativismo, que se alicerça nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação” (Ibidem, p. 120) com uma atuação denominada pró-ativismo.

A nova militância passa por essa nova forma de ser sujeito/ator. Portanto, a divisão clássica de ONGs “*think tanks*” (ou produtoras de conhecimento), ativistas (ou cidadãos) e prestadoras de serviço (ou de caridade) tende a dar lugar a organizações que mesclam, cada vez mais, essas três formas de atuação [...] (SCHERER-WARREN, 2006, p.121).

Os contornos e os conteúdos do alargamento da concepção de direitos são mediados pelos processos formativos e pela gramática que acompanham a inserção nas redes. Por tanto, essa transversalidade possui uma perspectiva pedagógica, principalmente se olharmos as mudanças conceituais.

Para exemplificar, Scherer-Warren (2006) utiliza uma síntese das reivindicações contidas na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. Ao se referir aos direitos humanos na esfera econômica, a autora descreve que a redistribuição equitativa de riquezas envolve “controle à pobreza”. No entanto, no documento oficial, a demanda é por eliminar a pobreza (Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, 2005, p. 3), pela erradicação da pobreza (idem, p.4) e o sistema capitalista é gerador dessa pobreza. (Ibidem, p. 1)

A novidade dessa gramática está no seu uso flexível e potencializado pelas múltiplas apropriações realizadas pelos *think tanks* diretamente associados às agências multilaterais ou a

frações da burguesia que realocam seus investimentos sociais privados como forma de realizar a cidadania de “emergência”, e seus desdobramentos junto às organizações locais.

Outro desdobramento do rompimento epistêmico é a pretensa defesa do “público, porém não estatal” tão presente no jargão das organizações sociais. Essa denominação ganha visibilidade e funcionalidade principalmente quando é acionada junto com uma significativa tentativa de deslocamento da definição de público descolando do sentido de estatal. “Público, porém não estatal” é uma concepção recorrente nos discursos que se propõem a legitimar no campo de ações filantrópicas e assistencialistas as parcerias entre organizações sociais, empresas e poder público, este último, enquanto financiador de certas atividades.

O voluntariado e as múltiplas faces da filantropia realizados pelos *think tanks* deslocam para a esfera das ações privadas parcela das lutas e do poder político da classe trabalhadora, porque decorrem de vontades e deliberações de sujeitos privados, exemplificadas pelas parcerias e redes, ainda que atuantes na chamada esfera pública ou representantes da sociedade civil sob moldes liberais. A conquista de direitos é associada ou “colada” à capacidade econômica que pode ser chamada de desenvolvimento local, de geração de renda, de empoderamento, de protagonismo, de capacidades empreendedoras, ou seja, produção de capital econômico e humano, e também a produção de um capital – social – que se torna um ativo central no modo de acumulação do capitalismo na atualidade. O estímulo a mudanças culturais a partir do indivíduo, com atravessamentos identitários parcelares, é uma importante ferramenta cognitiva para promover mudanças comportamentais visando promover “redes participativas de autoatendimento às demandas pelos bens sociais para construir a sociedade do bem-estar pronta para suprir as necessidades dos que vivem em situação de vida sub-humana” (MARTINS, 2007, p. 230).

Assim, o deslocamento do conceito de “público” da esfera de atuação estatal significa não apenas uma estratégia ideológica de separação entre o econômico e o político, mas também uma estratégia de independência requerida por essa rede de atores na execução dos “direitos” via projetos. Quanto mais independentes/“autônomos”, isto é, com maiores enraizamentos nos territórios e mapeamento dos sujeitos e dos potenciais conflitos, sem relações diretas e exclusivas com políticas de governo¹¹⁹, independência dos arranjos políticos tradicionais, menores as possibilidades de interrupções das ações e projetos decorrentes das instabilidades políticas e institucionais. Produzir consensos a nível local é mais estratégico,

¹¹⁹ Muitos projetos são realizados em parcerias com políticas e programas de governos locais, mas esse pode ser um dos meios de entrada dessas parcerias e redes para posteriormente garantirem autonomia o que possibilita uma atuação por fora do Estado, operando assim o “público”, porém não estatal.

por isso a ideia de governança para empoderar sujeitos fragmentados – mulheres, negros, ribeirinhos, quilombolas.

Essa independência é central para o capital social e seu sentido liberal porque permite o acesso de organizações sociais aos territórios e suas populações, mesmo mediado pelo poder público, mas certa independência das forças políticas locais como associações de moradores e lideranças. Também aumenta o poder de negociação junto aos agentes responsáveis pelos programas de governo, pois a extensão da rede de parceiros possui significância simbólica, como visibilidade para ações de determinada política de governo, e material, como aporte de recursos. Desse modo, a intenção de “criar uma cultura cívica” objetivando um formato de participação é interpretada como uma questão técnica voltada para a criação e o fortalecimento de redes de “relações” de confiança.

O discurso que reitera o alargamento dos sentidos do interesse público, dissociando do privado, conforme a perspectiva liberal, busca legitimar no campo do associativismo interesses de classe como universais e dotar de aparente horizontalidade de poder as relações em rede. A questão é se a desejada “independência” do Estado por parte das organizações sociais – locais e supralocais – possibilita que suas ações promovam a emancipação das populações locais ou elas criam uma relação clientelista/dependente de projetos focais entre estas e os projetos? O incentivo à criação de instituições locais e à determinada forma de associativismo, através da cultura cívica cujo objetivo é produzir confiança nas instituições, tem como possível desdobramento a produção de consensos que atravessam as formas de entendimento e atendimento que, ao “despolitizar” os mesmos, possibilita a deslegitimação de leituras e projetos com conteúdos de classe, promovendo a assepsia da própria crítica que deixa de ser classista para ser de auto responsabilização dos trabalhadores por sua própria subsistência, desonerando o capital e estabelecendo complexos vínculos entre populações locais, suas lutas e aparelhos privados de hegemonia ligados a frações de classe burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a dar visibilidade aos investimentos de frações da burguesia no campo da produção intelectual para entender os processos complexos de construção de hegemonia através da produção de novas sociabilidades capazes de pautar, em aparência, interesses contraditórios em consensos. Com o objetivo de trazer elementos analíticos para a compreensão das forças que atuam no campo das lutas sociais na atualidade e as possibilidades de disputas em torno da emancipação da classe trabalhadora, a pesquisa elegeu sujeitos inseridos em processos formativos não formais orientados para a produção de novas sociabilidades. O presente estudo buscou, assim, contribuir para o entendimento das formas de dominação não coercitivas e de conservação da ordem burguesa, em que o entendimento do exercício da direção e do consenso são elementos fundamentais para compreensão das formas de lutas na atualidade.

A complexidade que envolve a produção de “novas formas de ser” e de “se entender no mundo” vem sendo fortemente atravessadas, e com possibilidades de capturas das resistências por agentes que atuam nos territórios populares, nas favelas. Sob a direção de frações da classe burguesa organizadas em torno da filantropia empresarial e do “combate” à exclusão e pobreza, somado a aportes pedagógicos nas formas de entendimento e atendimento da “questão social”, a agenda da reestruturação mundial do capitalismo se impõe.

Esses novos arranjos, no caso específico do Rio de Janeiro, são enquadrados em um conjunto de respostas elaboradas nos últimos anos, sob a chave da “questão social” (LEITE, 1996), para se contrapor discursivamente e simbolicamente à “cidade partida” nas décadas de 1980 e 1990. “A representação do Rio de Janeiro como uma ‘cidade partida’ terminou, contudo, por reforçar os nexos simbólicos que territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas” (LEITE, 2000).

As tensões decorrentes das formas de espoliação do trabalho e os entraves ao crescimento demandam ajustes. Dessa forma, os processos de visibilidade da “questão social” e das formas de lutas por direitos orientadas e mediadas pelos *think tanks* associados ao capital significam *ofensivas* das classes dominantes no sentido acolher parcela das demandas de modo a ressignificá-las para gerenciar os conflitos sociais. Um desses movimentos, que evidenciam uma das convergências operadas pela gramática, é o deslocamento conceitual do entendimento do fenômeno da pobreza. As perspectivas que referendam as publicações dos *think tanks* e das agências multilaterais de fomento, como o Banco Mundial, trabalham sobre os aspectos da exclusão e da vulnerabilidade. Dessa forma, passam a serem destacados

elementos relacionados à dimensão psicossocial para interpretação do fenômeno, “[...] tais como baixa autoestima, dependência, resignação e subalternidade, bem como degradação de laços familiares e sociais” (BRONZO; PRATES, 2009, p. 3). Essa mudança na interpretação do fenômeno da pobreza redimensiona entendimentos sobre suas causalidades e permite que o conceito de capital social seja acionado como estratégia para mudanças pontuais ou individuais. As lutas sociais decorrentes dessa forma de interpretação distanciam-se e parecem independentes das condições histórico-estruturais.

Coutinho (2007) discorda de formas de interpretação que incluem os processos de incorporação das demandas populares como revolução passiva. De acordo com Coutinho (2007), na revolução passiva,

1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização* (COUTINHO, 2007, p. 2).

Para o autor, entre os objetivos da luta de classes na atualidade está, principalmente, a defesa dos direitos já conquistados diante da ofensiva do projeto societário burguês. Na conquista de novos direitos pelas mãos das parcerias e redes que englobam as lógicas de atuação dos aparelhos privados de hegemonia, protagonismos e empoderamentos assumem um papel mistificador que legitima lugares de fala e novos formatos participativos sem promover a desestruturação das relações capitalistas de produção que estão na origem do desempoderamento e da subalternização e alienação da classe trabalhadora. No entanto, as consequências das modernas formas de espoliação combinam-se com políticas compensatórias e paliativas de concertação social que promovem a ampliação de mecanismos de negociação, sob o conceito de governança, entre as forças do capital e do trabalho sob direção daquele.

Nesse sentido, Coutinho (2007), em sua leitura de Antonio Gramsci, destaca o transformismo como fenômeno político que se expressa como processo em que a “[...]cooptação de lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social” (COUTINHO, 2007). Ao longo dos capítulos não nos referimos a processos de cooptação, mas a estratégias

pedagógicas que reorientam e educam leituras de mundo a partir da perspectiva de uma determinada classe.

Outro elemento importante é a relação de complementariedade entre as classes como fundamental para entendermos os processos de ressignificação semântico dos territórios populares, das favelas e periferias, assim como das modernas formas de incorporações da força de trabalho na dinâmica das relações de produção na atualidade para a realização de um projeto de sociedade burguês. Há uma organicidade, uma simbiose, uma unidade de contrários (OLIVEIRA, 2018) nos discursos que tratam do “novo carioca”, que afirmam que “favela é cidade”, que propõem “empoderamento dos pobres” e constroem um “espírito cívico” fomentando capital social sob direção dos aparelhos privados de hegemonia na medida em que não enfrentam as contradições. As denominadas “estratégias de sobrevivência”, a produção de “gambiarras” para acesso às tecnologias, e formas de mutirão e autoconstrução de residências podem ser analisadas como processos de subordinação da classe trabalhadora. Ao reduzir o custo monetário de sua reprodução tornando-se proprietário de sua residência, submete-se ao Estado de direito e desonera o capital nas suas funções na reprodução da classe trabalhadora. De acordo com Oliveira,

o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter “produtivo” do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia (OLIVEIRA, 2003, p. 131).

Dessa forma, a combinação entre violência e convencimento direcionados para “novos modos de ser” (PATSHIKI, 2015) consolidam, a partir deste último, aparelhos privados de hegemonia no seio das lutas populares. Ao realizarmos algumas leituras das publicações feitas por esses *think tanks*, num primeiro momento, as ligações destes com os interesses da burguesia não são visíveis. Pelo contrário, é por estímulos aos engajamentos e novas militâncias que o capital dá forma a sua agenda. Uma forma de atuação que busca legitimidade dotando de contornos liberais o conceito de sociedade civil para a construção no imaginário social de um conjunto de atores e ações que têm seus interesses de classe invisibilizados, quando não se faz uma análise crítica desses processos.

Nas duas últimas décadas do século XX, as modernas formas de investimentos financeiro e intelectual dos ideólogos ligados à burguesia no “social” representam uma poderosa ofensiva que se afirma na tendência

da descontextualização e da fragmentação das “análises sociais”, reduzindo a subjetividade dos indivíduos ou das identidades coletivas à sua forma efêmera – apenas diante de situações particulares/singulares e sempre como ações esporádicas

e circunstanciais. Tendência que faz parte de um movimento crescente de depuração ou liofilização das possibilidades históricas (ABREU, 2008, p. 320).

Nesse período, as formas de atuação pautadas sobre as identidades coletivas adquiriram um refinamento e uma potencialidade de enraizamento sobre as lutas populares, ampliando a capacidade de direcionamento ideológico.

A atuação em rede e a vasta produção de conceitos e metodologias para replicação dos mesmos legitimam lugares de falas, asseguram o discurso de “dar poder aos pobres” e conquistam direitos, ainda que pontuais, referendados por potentes redes de parcerias ligadas à face filantrópica do capital, sendo exemplos empíricos das estratégias de governança do tipo “concertação social”. Orientadas para aspectos das economias locais dos territórios, as políticas de concertação constroem “[...] novos mecanismos de regulação descentralizada ou de governança local [...] novas modalidades de desenho e de implementação de políticas e programas” (TAPIA, 2005). São formas de representação de interesses baseadas em parcerias envolvendo atores dos setores públicos e privados denominados *policy making*, que visam a produção de consenso como estratégia “capaz de reduzir as incertezas e de assegurar um acordo mínimo sobre grandes temas da agenda do desenvolvimento” (TAPIA, 2005). Nesse sentido, novas sociabilidades são incentivadas através de metodologias que difundem valores e comportamentos como confiança, regras de reciprocidade, sistemas de participação cívica, cooperação através de novas redes. No entanto, cabe questionar se esses arranjos objetivam desconstruir as assimetrias de poder decorrentes das relações sociais de produção, ou seja, suas determinações.

Entender convergências que possibilitam a conformação e a produção da *gramática do social* foi a escolha realizada ao longo da pesquisa. Demonstramos, no decorrer dessa tese, qual a funcionalidade de se colocar no centro da cena, através do conceito de *protagonismo* e as estratégias de “dar voz aos pobres” através do *empoderamento*, parcela da classe trabalhadora e seus recortes identitários (gênero, étnico-racial, territorial, geracional) dissociados da perspectiva de classe social.

Tais conceitos permitem entender a articulação interna entre burguesias e sua face não coercitiva, mas educadora dos conflitos no trato das questões sociais. Analisar os conteúdos da orientação a ser realizada por organizações sociais, denominado ao longo da pesquisa pela ideia de mediação, foi fundamental para entender os processos de direcionamento realizados pela fração de classe que atua no campo da filantropia empresarial na atualidade. A mediação desempenhada pelos *think tanks* cumpre o papel de desconstruir perspectivas autônomas de empoderamento de classe diante do crescimento das desigualdades, das violações de direitos e

da regulação social, ao condicionar a participação nas redes de parcerias que exercem papel de articulação e de formação. Não se buscou fechar sentidos para os conceitos de *empoderamento* e *protagonismo*, mas compreender a legitimação de ações, de atores e de processos epistemológicos para educação do conflito como expressão de formas hegemônicas sob as quais as burguesias se movem na construção do consenso.

Esse processo de formação humana, ancorada em conceitos e metodologias, se propõe a orientar práticas e aplicabilidade dos projetos, mas também desempenha um papel pedagógico. As capacitações orientam para um *saber fazer* que, para se realizar, requer um indivíduo permeado por uma sociabilidade que se reconheça no/na jovem “fazedor/a” como sendo um “novo modo de ser”. Desse modo, a centralidade da cultura e seu tratamento instrumental, articulada à leitura liberal realizada pelo *think tank* CDDRL ligado a Francis Fukuyama e outros intelectuais, e combinada a investimentos e aportes intelectuais que ressignificam modernas formas de coesão social, faz dessa centralidade uma estratégia para as formas de integração subalternizada da classe trabalhadora a fim de diminuir os custos decorrentes do padrão de exploração. Isso é possível devido ao estímulo de sobreposição de formas de trabalho e à redução de direitos quando as formas de contrato são entre pessoas jurídicas e conseqüentemente sem a proteção dos direitos sociais sob o signo do *empreendedorismo subalternizado*.

A atuação dos *think tanks* estudados contribui de formas variadas para a promoção do mercado como agente regulador da dinâmica social. Assim, as políticas sociais passam a ser políticas públicas subordinadas à sua dinâmica, suas necessidades e orientações. O pragmatismo das forças do mercado incorpora uma seletividade de direitos, instrumentalizando-os, como forma de promover competitividade, consumo e produção e garantir sua expansão, não o seu controle e submissão aos interesses sociais.

Dar a direção da interação entre “governo e sociedade” significa investimentos no campo da cultura que passam a ser chave, junto com o capital social (ARAÚJO, 2003) e seu papel cognitivo, para a produção de novas sociabilidades. Para tanto, a gramática do social pautada pelos *think tanks* e suas redes de parceiros, incluindo algumas organizações sociais, a) consolida os aparelhos privados de hegemonia e suas redes como mediadores dotados de legitimidade junto às lutas populares através dos recursos da flexibilidade e aderência a contextos diversos exercendo uma funcionalidade para os processos de dominação; b) cumpre um papel estratégico de contribuir para a produção de convergências de sentidos para os termos *empoderamento* e *protagonismo* atravessados por formas de ressignificação do território combinada com a forma de cidade mercadoria; c) cumpre seu papel epistêmico ao

propor leituras “assépticas” que desconsideram perspectivas da luta de classe e seu caráter emancipador; d) produz capital social ao promover, através de suas ações e práticas, confiança nas instituições da democracia burguesa, sob perspectivas de coesão social.

Expressões de uma nova organicidade dos intelectuais estão presentes no momento em que assumem um importante papel na mediação entre os *think tanks* e as organizações sociais em suas múltiplas formas de atuação local. As trajetórias individuais desses intelectuais em que alguns viveram em favelas, subúrbios e periferias, suas formas de atuação produzindo e reproduzindo conhecimentos, conceitos, e seus enraizamentos decorrentes de suas biografias fazem daqueles atores centrais para que a *gramática do social* tenha uma “aderência” aos contextos e territórios e possa ser interpretada como “nativa” e expressão das relações pretensamente singulares presentes nos territórios populares. Esse capital social – trajetórias, biografia e enraizamentos –, no sentido atribuído por Bourdieu (2007), do qual esses intelectuais são portadores possui um efeito multiplicador de outras formas de capital na medida em que promovem reconhecimentos e reciprocidades. Ao exercerem essa mediação acionando esse capital social cumprem a função de “tradutores” para que a *gramática do social*, mesmo construída com aportes teóricos oriundos das agências multilaterais internacionais e *think tanks* ligados ao capital, adquira aparência de organicidade junto à classe trabalhadora.

Capital social, empoderamento e protagonismo pelas mãos dos aparelhos privados de hegemonia não são as respostas que a classe trabalhadora requer para superar os processos de alienação e espoliação estruturais do projeto societário burguês. Cumprem um papel de liberar os proprietários dos meios de produção do foco das lutas populares ao despolitizarem os conflitos, de ocultar o caráter desigual e combinado das formas de exploração e de promover novas e modernas formas de clientelismos associadas formas de expressão de subjetividades pedagogicamente orientadas pelos *think tanks*.

O processo de ocultação operado pela *gramática do social* se realiza não somente sob a forma das relações e sentidos enunciados, mas complementarmente no que não enuncia. Referências e sentidos construídos acerca das relações de poder sob o signo do empoderamento quando não referenciadas por suas determinações de classe organizadas pelas relações de produção inviabilizam análises e proposições que utilizam a crítica para desnaturalizar tais relações e suas contradições. Os sujeitos enquanto protagonistas, mas atomizados por enunciados que desconsideram seus pertencimentos de classe, referendam ações políticas sem caráter classista, e seu potencial emancipador e transformador, encoberto pelo discurso da inclusão e das políticas identitárias que podem parcializar as lutas. A

gramática do social assume uma funcionalidade que reforça seu viés comportamentalista, imerso em poderosos processos formativos que fomentam engajamentos comunitários para a promoção de coesão social e educação do conflito para além de sua neutralização. Desse modo, a *gramática do social* pode ser lida sob a chave da expansão dos processos de dominação, que incorporam e enquadram, sob as formas do capital, os conflitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo. *Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ACSELRAD, Henri. Sobre os usos sociais da cartografia. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. Disponível em <http://www.etern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=467ab838abf48499b7dbb9f41fa3268c&id=8>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves (Orgs). *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ActionAid Brasil. 15 anos no Brasil. Relatório Anual, 2014. Disponível em: <http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493419942relatorioanual2014_final_1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ActionAid Brasil. Relatório Anual, 2015. Disponível em: <http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418365relatorioanual2015_web_0.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ActionAid Brasil. Estratégia Nacional (2004 –2009) – Conquista de Direitos para superar o empobrecimento, jun. 2004. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/EstrategiaNacionalActionAidBrasil.PDF>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. – São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/library/reports-and-studies/os-40-anos-da-fudacao-ford-no-brasil-uma-parceria-para-a-mudanca-socialthe-ford-foundation-s-40-years-in-brazil-a-partnership-for-social-change/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

Agência Redes para Juventude. 2013. Disponível em: < <http://agenciarj.org/copie-e-cole/> >. Acesso em: 26 out. 2016.

ALDÉ, Alessandra. Políticas de comunicação, nova prioridade da Fundação Ford no Brasil. (Entrevista com Mauro Porto). *Revista Compólitica*, vol.2, n.2, setembro-outubro, ano 2011, Rio de Janeiro: Compólitica, 2011.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade. O espírito do toyotismo e a era do capitalismo manipulatório*. - Rio de Janeiro, Editora Boitempo, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da Linguagem*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

BANCO MUNDIAL. *Relatório de Desenvolvimento Mundial. Mensagens principais*. 2017. Disponível em:
<<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25880/210950mmPT.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BANCO MUNDIAL. *Proteção social em tempos difíceis: mitigando os custos sociais do menor crescimento econômico na América Latina e no Caribe*. Disponível em:
<<http://documents.worldbank.org/curated/en/925851468188669380/text/100298-WP-P153361-Box393228B-PUBLIC-PORTUGUES-WB-Prote%C3%A7%C3%A3o-Social-em-Tempos-Dif%C3%ADceis.txt>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BANCO MUNDIAL. *Vozes Jovens. Um olhar das Organizações e Movimentos de Juventudes sobre o Brasil do Século XXI*. Brasília, set. 2004.

BANCO MUNDIAL. Questionário Integrado para Medir Capital Social. 2003. Disponível em:<<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Em busca do fio de Ariadne*. 2007. Disponível em:<<http://of.org.br/acervo/em-busca-do-fio-de-ariadne/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BARBOSA, Jorge Luiz. Território e cultura na metrópole. In: *O novo carioca*. SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

_____. Rio Democracia. Uma agenda de políticas públicas para as favelas e periferias da metrópole do Rio de Janeiro. In: SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. *O novo carioca*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

BARBOSA, Jorge Luiz; DIAS, Caio Gonçalves (Org.). *Solos Culturais*. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013. Disponível em: <http://solosculturais.org.br/wp-content/uploads/2013/06/SolosCulturais_ISSUU-1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BARBOSA, Jorge. A cidade como geografia de encontros. 2015. Disponível em: <<http://of.org.br/noticias-analises/a-cidade-como-geografia-de-encontros/>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

BEBBINGTON, Anthony. Estrategias de vida y estrategias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza. In: ARRIAGADA, Irma. *Aprender de la experiencia. El capital social em la superación de la pobreza*. – Santiago de Chile, CEPAL, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2018.

BENTES, Ivana. Deslocamentos subjetivos e reservas de mundo. XIX Encontro da Compós, PUC Rio, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt10_ivana_bentes.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

BEZERRA, Cícero Aparecido et al. Empreendimentos sociais na conjuntura contemporânea das inovações tecnológicas. In: SANTANA, Ana Lúcia J. de Mello; SOUZA, Leandro Marins de (orgs). *Empreendedorismo com foco em negócios sociais*. – Curitiba: NITS UFPR, 2015, p. 71-87.

BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade? In: Machado da Silva, L.A. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Nova Fronteira, 2008, pp. 99-114.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Quem somos. 2016. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BORÓN, Atílio. Prefacio a la segunda edición en lengua castellana. In: *La trama del neoliberalismo, mercado, crisis y exclusión social*. Emir Sader y Pablo Gentili (Compiladores). Buenos Aires, 25 de julio de 2003. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/se/uploads/20100609030645/latrama.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In: *Estudos Avançados*, 27 (79), 2013, pp. 133-144. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a10.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. Pierre. O campo político. *Rev. Bras. Ciênc. Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, July 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2016.

_____. Pierre. Os efeitos do lugar. In: *A miséria do mundo*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. BOURDIEU, Pierre. Capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. 9 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecaclandestina.tumblr.com/post/14836490208/pierre-bourdieu-escritos-de-educa%C3%A7%C3%A3o-para-uma>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BRANCO, Rodrigo Castelo. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. In: *Emancipação*, Ponta Grossa, 8 (1): 21-35, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BRONZO, Carla; PRATES, Ian. Análise das conexões entre capital social e pobreza em território de alta vulnerabilidade social. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

BROOKE, Nigel. O escritório da Fundação Ford no Brasil, 1962-2002: um apanhado histórico. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. – São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002. Disponível em <<https://www.fordfoundation.org/library/reports-and-studies/os-40-anos-da-fudacao-ford-no-brasil-uma-parceria-para-a-mudanca-socialthe-ford-foundation-s-40-years-in-brazil-a-partnership-for-social-change/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, 2005. Disponível em: <<http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CARTA%20MUNDIAL%20DAS%20MULHERES.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CASA FLUMINENSE. 2º Fórum Rio – Marcus Faustini. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-LRqfo4Iipw>>. Acesso em: 25 out. 2016.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, jul. 1996. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/724>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY Miriam; LEON, Alessandro de. *Juventude; tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes*. – São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

CDDRL. Povgov research page text. Disponível em: <http://cddrl.fsi.stanford.edu/povgov/docs/povgov_research_page_text>. Acesso em: 2 fev. 2018.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. – São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. Movimentos sociais – financiamento. A fabricação da dissidência. 2010. Disponível em: <<https://midia crucis.wordpress.com/2010/11/07/movimentos-sociais-financiamentos-a-fabricacao-da-dissidencia/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

COCCO, Giuseppe. Territórios da paz: territórios produtivos? Disponível em: <http://www.academia.edu/15606075/Territ%C3%B3rios_da_Paz_territ%C3%B3rios_produtivos>. Acesso em: 05 mai. 2017.

COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Belknap Harvard, 1994.

_____. Social capital in the creation of human capital. In: *American Journal of Sociology*. Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions, Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, 1988, pp.S95 – S120. Disponível em: <www.ascn.ch/dms/downloads/...Social-Capital.../Coleman.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

COLEMARX – Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação. *Plano Nacional de Educação 2011-2020. Notas Críticas*. Rio de Janeiro, s/d.

COSTA, Eliane. “Agir no território e não representar o território”. Entrevista com Marcus Vinícius Faustini. *ZCultural. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*.

Ano XI, 01, 2016. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/agir-no-territorio-e-nao-representar-o-territorio-entrevista-com-marcus-vinicius-faustini/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fiocruz/EPSJV, 2007. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. Carlos Nelson. Revolução passiva ou contra-reforma. Comunicação no V Seminário Internacional Gramsci, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, UNESP, Campus de Marília, São Paulo, 2007.

_____. Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. – 2 ed. São Paulo: Cortez; 1996.

CUFAFILMES. *Celso Athayde fala sobre F Holding – Esquenta 01/12/2013*. 2013. (7m8seg.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P1-ANBMIHPE>>. Acesso em: 6 set. 2016.

D`ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2011. 295j. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DELGADO, Gabriel Estides. Marcus Vinícius Faustini e a produção literária da biografia. *Criação & Crítica*, n.11, 2013, pp. 36-47. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i11p36-47>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita. Na Nova República*. – Petrópolis: Vozes, 1989.

DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel em la persistência y em la superación de la pobreza em América Latina y el Caribe. In: ATRIA, Raúl, SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBISON, Lindon J.; WHITEFORD, Scott(orgs.). *Capital social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: em busca de um nuevo paradigma*. – Santiago de Chile; Cepal & Michigan State University, 2003, p. 147-202.

DYMSKI, Gary A. Ten ways to see a favela: notes on the political economy of the new city. *Revista Econômica*, v.13, Rio de Janeiro, jun. 2011.

ENNE, Ana Lucia; GOMES, Mariana. “É tudo nosso”: disputas culturais em torno da construção da legitimidade como capital social e espacial das periferias do Rio de Janeiro. In: DANTAS, Aline; MELLO, Marisa S.; PASSOS, Pâmella (orgs.). *Política cultural com as periferias. Práticas e indagações de uma problemática contemporânea*. – Rio de Janeiro: IFRJ, 2013, pp. 43-60.

FACINA, Adriana. Vamos desenrolar: reflexões a partir de um projeto de extensão universitária no Complexo do Alemão. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (org.). *Vida social e*

política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão. – Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 49, nº1, 2006, pp. 159-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000100007>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FARIAS, Francisco Adjacy, MARTINS, Mônica Dias. O conceito de pobreza do Banco Mundial. *Revista Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 3, n. 5, jul/dez, 2007. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/44/54>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

FAUSTINI, Marcus. *Saberes em rede – Uma agenda carinhosa e muito atenta com o caldeirão chamado Brasil*. Jornal O Globo, 06/05/2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/saberes-em-rede-12390020#ixzz4rXzOIdh2>>. Acesso em: 02 set. 2017.

_____. Marcus Vinícius. Considerações iniciais sobre juventude, cultura e território. In: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. *O novo carioca.* – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012; pp. 165-171.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da Política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, n.79, pp. 201-233, 2010.

FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.* – Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FLORY, Henrique Villibor. *Transformando necessidades em oportunidades: políticas públicas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais de baixa renda.* 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

FONTES, Virgínia. Sociedade Civil. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciiv.html>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

_____. Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. *Crítica Marxista*, n. 36, p. 103-113, 2013.

_____. Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.* Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, p. 34-58. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B-YLV8egGwSuelBsRk5pODRyQkU?docId=0B-YLV8egGwSuSDVoZW4wX2VFRzA>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FRANCO, Augusto. *Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.* Instituto de Política Millennium, 2001. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B-YLV8egGwSuelBsRk5pODRyQkU?docId=0B-YLV8egGwSuSDVoZW4wX2VFRzA>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

FUKUYAMA, Francis. The dangers of disruption. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/2016/12/06/opinion/the-dangers-of-disruption.html?_r=0>.
Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. Desafios e caminhos para o Estado Moderno. Disponível em:
<<http://www.fronteiras.com/artigos/a-nova-ordem-da-democracia-iliberal>>. Acesso em: 19
nov. 2017.

_____. O choque entre Islã e modernização. Folha de São Paulo, 9 dez. 2001. Disponível
em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0912200106.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

FUKUYAMA, Francis. *What is capital social*. Disponível em:
<<file:///C:/Users/Lidice/Downloads/SSRN-id879582.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. What is social capital. Disponível em:
<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=879582>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. *F. Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI*. – Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

_____. Capital social y desarrollo: la agenda venireda. In: ATRIA, Raúl, SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBISON, Lindon J.; WHITEFORD, Scott(orgs.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: em busca de um nuevo paradigma*. – Santiago de Chile; Cepal & Michigan State University, 2003, p.33-48.

_____. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

Fundação Itaú Cultural; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). *Jovens Urbanos: marcos conceituais e metodológicos*. – São Paulo: Fundação Itaú Social, 2013.

Fundo Brasil de Direitos Humanos. Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de Direitos Humanos no Brasil. São Paulo, mar. de 2015. Disponível em:
<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Revista_RedesDireitosHumanos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Fundo Brasil de Direitos Humanos. Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de Direitos Humanos no Brasil. Atividades Piloto. Disponível em:
<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/comunicaredes/files/pdf/caderno_ativid_piloto.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

Fundo Brasil de Direitos Humanos. Comunicação e Direitos Humanos. Cartilha de Comunicação. Reflexões e diretrizes para a construção de Plano de Comunicação relacionado a Direitos Humanos. Disponível em:
<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/comunicaredes/files/pdf/cartilha_de_comunicacao.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

Fundo Brasil de Direitos Humanos. *Brasil de Direitos – 10 anos do Fundo Brasil de Direitos Humanos*. Dezembro, 2016.

Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fundação Ford. Litigância Estratégica em Direitos Humanos. Experiências e reflexões, 2017.

FURIATI, N.M. de Á. *Juventude e Estado no Brasil: a lógica constituinte do Conselho Nacional da Juventude no Governo Lula*. 2010. 340 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, DF, 2010.

GALLICHIO, Enrique. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.) *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

GARRISON, John W. *Do Confronto à Colaboração*. Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial – Brasília, 2000.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. – Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIFE. *Gife lança Visão do setor para 2020*. Disponível em: <<http://gife.org.br/gife-lanca-visao-do-setor-para-2020/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. - São Paulo, Edições Loyola, 2009.

GOULART, Marcos V. da S.; SANTOS, Nair. I. Silveira dos. Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, vol.50, n.2, p.127-136, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. – Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1982.

GROOTAERT, Christiaan et al. *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ)*. Banco Mundial- Grupo temático sobre Capital Social, 2003. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31811365/Questionario_Integrado_para_Medir_Capital_Social.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1514926251&Signature=zKPqIQyTqvalSb%2FbI%2FQ%2B8yNN48I%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DBanco_Mundial_23_de_junho_de_2003_Grupo.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2018.

GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. *Civitas*, v.3, n° 2, jul.-dez. 2003, p.273-300. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/121/116>>. Acesso 03 set. 2016.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc. Acesso em: 7 jan. 2016.

HARRISON, Lawrence E., HUNTINGTON, Samuel P (org.). A cultura importa. Os valores que definem o progresso humano – Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARRISON, Lawrence E. Promoção da mudança cultural progressista. In: HARRISON, Lawrence E., HUNTINGTON, Samuel P (org.). *A cultura importa*. Os valores que definem o progresso humano – Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*, n. 39, p.48-64, 1996.

HIGGINS, Silvio Salej. (2005). *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura como recurso*. – Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2012.

HOLMES, M; KNACK, S., MANNING, N., MESSICK, R., RINNE, J. Governança e redução da pobreza. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/383606-1205334112622/4768783-1205334135157/gov0118.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006. Disponível em: portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc. Acesso em: 23 ago. 2016.

HOYOS, Rafael de; ROGERS, Halsey; SKÉKELY, Miguel. *Ninis em América Latina. 20 millones de jóvenes em busca de oportunidades*. Banco Mundial, 2016.

HUNTINGTON, Samuel P. A importância das culturas. Prefácio. In: HARRISON, Lawrence E., HUNTINGTON, Samuel P (org.). *A cultura importa. Os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IORIO, Cecília. *Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos*. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. – Rio de Janeiro: ActinoAid Brasil, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra; PRIEGO-HERNANDEZ, Jacqueline. *Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro*. Brasília: UNESCO, 2013.

JUNIOR, José. *Da favela para o mundo. A história do grupo cultural Afro Reggae*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina. *RAP*, Rio de Janeiro, 36 (3), mai./jun., pp. 399-431, 2002. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6445/5029>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n.22, jul./dez., p. 314-351, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n22/n22a12.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

KORNDÖRFER, Ana Paula. A atuação da Fundação Rockefeller na formação de quadros em saúde pública através dos Fellowship Cards (Brasil, 1917-1951). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 148-155, jan./jun. 2016. Disponível em <www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2788>. Acesso em: 27 jan. 2018.

LACLAU, Ernest. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social (1983). 1983. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04>. Acesso em: 12 out. 2016.

LANDIM, Leilah. “*Experiência militante*”: Histórias das assim chamadas ONGs. Disponível em <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.pdf>>. Acesso em 13 de jan. 2016.

LEHER, Roberto. Uma penetrante perspectiva teórica para compreender como os dominantes dominam. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. – São Paulo: Xamã, 2010.

LEITE, Márcia Pereira; SILVA, Luiz Antonio Machado da. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de “pacificação”. In: CUNHA, Neiva Vieira; FELTRAN, Gabriel de Santis. *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013, pp. 146-158).

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, nº 44, São Paulo, out., 2000.

_____. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas: revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, vol.7, n.4, out./nov./dez., p.625-642, 2014. Disponível em: <http://www.dilemas.ifcs.ufrj.br/page_64.html>. Acesso em: 13 out. 2016.

LIPSET, Seymour Martin; LENZ, Gabriel Salman. Corrupção, cultura e mercados. In: HARRISON, Lawrence E., HUNTINGTON, Samuel P (org.). *A cultura importa. Os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LORES, Juste Raul. O poder do dinheiro é a maior ameaça à democracia, diz Fukuyama. Folha de São Paulo, 30 de abril 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/04/1765870-o-poder-do-dinheiro-e-a-maior-ameaca-a-democracia-diz-fukuyama.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MARTINS, André Silva. *Burguesia e a nova sociabilidade: estratégia para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. 2007. 284f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARTINS, André Silva; OLIVEIRA, Daniela Motta de; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mc GANN, James G., "2016 Global Go To Think Tank Index Report". *TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports*, 2017. Disponível em: <http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=think_tanks>. Acesso em: 24 jul. 2017.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*. São Paulo: Editora Gente, 2014

MELO, Vanessa. Network for Youth Agency: A Program Evaluation. Disponível em: <<http://cddrl.fsi.stanford.edu/crimelab/research/evaluating-rio-based-educational-program-ag%C3%A2ncia-de-redes-para-juventude>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

MENDONÇA, Sonia. Sociedade civil em Gramsci: Venturas e desventuras de um conceito. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/001.pdf>>. Acesso em 02 de abr. 2016.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MINELLA, Ary Cesar. Construindo a hegemonia na América latina: democracia e livre mercado, associações empresariais e sistema financeiro. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 54-77, jan./jun., 2010.

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSSSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

MOSCOVICI, S. *Psychoanalysis: its image and its public*. London: Polity, 1961/2008.

MOTTA, Vania. *Ideologia do capital social. Atribuindo uma face mais humana ao capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MOUFFE, Chantal. *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>>. Acesso em: 12 out. 2016.

NECAD TMD. Vídeo Capitalismo dependente brasileiro: impasses e perspectivas. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LlgMqss64zg>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n.1, p. 229-242, jan./jun. 2011.

_____. Lúcia Maria Wanderley (org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

_____. Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra; MENDOÇA, Sônia Regina de. Capital social. Disponível em:

<<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capsoc.html>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; MONTEIRO, Vanja da Rocha. A formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia: experiências no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

NOIRIEL, Gérard. Introduction. In: *L'identification. Genèse d'un travail d'État*. Paris. Éditions Belin, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2195645/mod_resource/content/0/10%20Cr%C3%ADtica%20a%20Raz%C3%A3o%20Dualista%20a_economia_brasileira.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Francisco de. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n°74, p.67-85, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Francisco de. “Aproximação a enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?”, *Pólis*, São Paulo, Programa Gestão pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em: <<http://200.169.104.5/uploads/1144/1144.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos sociais – conflitos e negociações no Brasil contemporâneo, pp. 103-148. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PASTUK, Marília. Favela como oportunidade: Plano de desenvolvimento de Favelas para sua Inclusão Social e Econômica. Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Rocinha, Borel, Complexo de Manguinhos, Complexo do Jacarezinho e Complexo do Alemão. Disponível em:

<<http://epge.fgv.br/conferencias/brasil-amanha/files/Marilia-Pastuk.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

PATSCHIKI, Lucas. A era da indeterminação? Francisco de Oliveira e processo decisório político no Brasil contemporâneo. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 2, p. 273-282, dez. 2015. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewFile/13118/10460>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

PELLEGRINO, Antonia. Oração ao novo carioca. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jul. 2012. Serafina, s/p. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2012/08/1127855-oracao-ao-novo-carioca.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Poder, política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013. In: PEREIRA, João Márcio Mendes, PRONKO, Marcela (orgs.). *A demolição dos direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para educação e a saúde (1980-2013)*. – Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. *Topoi*, v.11, nº 21, jul.-dez., 2010, p. 260-282. Disponível em:
<http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_14Artigo14.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1994-2008)*. 2009. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PERLMAN, J. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Marginalidade: Do mito a realidade nas favelas do Rio de Janeiro 1969-2002. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2003, Belo Horizonte. *Marginalidade: Do mito a realidade nas favelas do Rio de Janeiro 1969-2002*. Belo Horizonte. Disponível em:
<http://www.academia.edu/30533101/Marginalidade_Do_Mito_a_Realidade_nas_Favelas_do>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PIMENTEL, Edlene. *Uma “Nova questão social”?* Raízes materiais e humana-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PINHEIRO; AMEN; OTTONI; TUTSIS; MOURA; MATIOLLI. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (org.). *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. – Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_VidaSocial_WEB.pdf>. Acesso em: 3 set. 2016.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia. A experiência da Itália Moderna*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Bowling alone: America’s declining social capital. *Journal of Democracy*, n.6, pp. 65-78, 1995.

_____. Robert D. *Capital social e democracia*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1995.

RIBEIRO, Dillyane de Sousa. Gênero e desenvolvimento na perspectiva do Banco Mundial. Disponível em:

<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381511431_ARQUIVO_DillyanedeSousaRibeiroST049.pdf>. Acesso em: 13 nov.2017.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos “reservatórios de ideias” uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, , p. 20-33, 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. Fomento da Fundação Ford a projetos direcionados à informação e meios de comunicação. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v.1, n.2, p.66-93, 2016.

ROCHA, Lia de Mattos Rocha. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia P. Leite; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá. (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; p. 319-341.

_____. *Uma favela “diferente das outras”? Rotina de silenciamentos e ação coletiva na Favela do Pereirão*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj. 2013.

_____. O novo discurso da qualificação profissional na indústria automobilística do Rio de Janeiro. RAMALHO, José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio (Org.) *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. - Rio de Janeiro: Mauad: UFRJ – PPGSA; Brasília, DF: CAPES, 2006.

ROMANO, Jorge O. *Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza*. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActinonAid Brasil, 2002.

ROMANO, Jorge O., ANTUNES, Marta. *Empoderamento no combate à pobreza*. Act!onaid, 2002. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2017.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. ActionAid Brasil. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROQUE, Atila. “O que a gente precisa é construir ponte para superar a desigualdade”. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/09/o-que-gente-precisa-e-construir-pontes-para-superar-desigualdade.html>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 18, n. 54, pp. 717-738, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000300011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVADOR, E., BEHRING, E., BOSCHETTI, I., GRANEMANN, S (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Boaventura de Sousa. A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social. In: *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. – São Paulo: Cortez, 2006.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Repensando a relação entre Estado, direito e desenvolvimento: os limites do paradigma *Rule of Law* e a relevância das alternativas institucionais. *Revista Direito FGV*, São Paulo, v. 6, n.1, p. 213-252, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9676/Mario%20Gomes%20Schapiro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SCHEINVAR, Estela. A escola e a produção da sociedade civil organizada – Reflexões sobre os Conselhos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Teias*, Rio de Janeiro, ano 2, n° 4, p. 1-11, 2001. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23887/16860>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SCHUTZ, A. *The phenomenology of the social world*. Evanston: Northwestern University Press, 1967.

SEBRAE. Negócios Sociais// Marcus Faustini & DJ Bola. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bSQb724FFjo>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n.70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, jan./abr., p. 109-130, 2006.

SILVA, Jailson de Souza e; Barbosa, Jorge Luiz. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. In Barbosa, Jorge Luiz; Dias, Caio Gonçalves (Orgs.). *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

SILVA, Jailson de Souza e. *O que é favela, afinal?*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SILVA, Jailson de Souza e. Um espaço em busca de seu lugar. In: SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. *O novo carioca*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012a.

SILVA, Jailson de Souza e. Por uma Pedagogia da Convivência na cidade. In: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. *O novo carioca*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012b; p. 211-217.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. Apresentação. In: In: *O novo carioca*. SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. Apresentação. In: SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. *O novo carioca*. SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012, p.11-12.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.19, n.1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana”, segurança e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, n.59, p. 283-300, maio/ago, 2010.

SILVA SOBRINHO, André Luiz da. “*Jovens de Projetos*” nas ONGs: olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no “social”. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVEIRA, Luciana. Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium e Casa das Garças. II Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos /SP, 20-22 jul, 2011.

SIMMEL, G. Sociability. In: Wolff, K. H. (Ed.). *The Sociology of Georg Simmel*. London: The Free Press, 1950, pp. 40-57.

SOUTO MAIOR, Sílvia Mello. *Democracia deliberativa: um estudo de caso sobre a participação e a deliberação nas campanhas pelo desarmamento*. 2009. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Cecilia de Mello. Dos Estudos populacionais à saúde reprodutiva. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. – São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/library/reports-and-studies/os-40-anos-da-fudacao-ford-no-brasil-uma-parceria-para-a-mudanca-socialthe-ford-foundation-s-40-years-in-brazil-a-partnership-for-social-change/>. Acesso em: 01 mai. 2017.

SOUZA, Regina Magalhães de. *Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz*. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, vol. 1 n.1, p.1-28, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/02/Protagonismo-juvenil-o-discurso-da-juventude-sem-voz.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Regina Magalhães de. *O discurso do protagonismo juvenil*. 2006. 351 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SPIVAK, Gayatrl Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Marilia Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social Revista de Sociologia*, v.17, n.2, p. 141-172, 2005.

STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. Da administração pública à participação democrática. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/library/reports-and-studies/os-40-anos-da-fudacao-ford-no-brasil-uma-parceria-para-a-mudanca-socialthe-ford-foundation-s-40-years-in-brazil-a-partnership-for-social-change/>>. Acesso em: 7 mai. 2017.

STROZEMBERG, Pedro. Alguém tem receio de ser multado na favela? In: SILVA, Jailson de Souza e. (Org.) *O que é favela, afinal?* – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n.1, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100012>. Acesso em: 11 mar. 2018.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, Vera da Silva. *A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade*, 1999. Disponível em: <<http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/04/1999-Questao-Social1.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

TIRELLI, Janice Ponte de Sousa. *A experiência contemporânea da política entre jovens no sul do Brasil*, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140623015303/RELATORIOJaniceTirelli.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

TOMMASI, Livia De; VELAZCO, Dafne. *Velhas e novas formas de associativismo local numa favela carioca*. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2015. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt34/9768-velhas-e-novas-formas-de-associativismo-local-numa-favela-carioca/file>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, São Paulo, n. 56, p. 15-42, jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901Xv0i56p15-42>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

TOURAINÉ, Alain. Juventud y democracia em Chile. *Revista Última Década*. Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas (CIDPA). Viña Del Mar, Chile, n.8, 1998. Disponível em: <<http://www.cidpa.cl>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

TRINDADE, Claudia Peçanha da. *“Não se faz omelete sem quebrar os ovos”*. *Política Pública e Participação Social no PAC Manguinhos*. 2012. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, e seu sentido transformador, 2005. Disponível em: <[https://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e.../empowerment_por paulo freire.pdf](https://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e.../empowerment_por_paulo_freire.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASTUK, Marília; DEGANI, Ana Paula. *Favela é cidade*. Plano de Desenvolvimento de Favelas para a sua Inclusão Socioeconômica. Cidade de Deus/Salgueiro/Turano/Formiga. Rio de Janeiro, INAE, 2014.

VIEIRA, Gilberto. Por outra construção da produção cultural no Brasil: um olhar sobre a execução das intervenções do Solos Culturais nos territórios. BARBOSA, Jorge Luiz; DIAS, Caio Gonçalves. *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013, pp. 109-123.

VILAS, Carlos M. O Banco Mundial e a reforma do Estado na América Latina: fundamentos teóricos e prescrições políticas. In: PEREIRA, João Márcio Mendes, PRONKO, Marcela (orgs.). *A demolição dos direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para educação e a saúde (1980-2013)*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

VILLACORTA, Alberto Enríquez; RODRÍGUEZ, Marcos. Estratégias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. – Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

WEISNER, Thomas S. Cultura, infância e progresso na África Subsaariana. In: HARRISON, Lawrence E., HUNTINGTON, Samuel P. (org.). *A cultura importa*. Os valores que definem o progresso humano – Rio de Janeiro: Record, 2002.

WILHEIM, Ana Maria; FERRAREZI, Elisabete. As ONGs e a realidade brasileira – 5. Iniciativas Empresariais e Projetos Sociais Sem Fins Lucrativos. *Cadernos ABONG*, n. 12, novembro de 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/236/ABONG%20-%20AS%20ONGS%20E%20A%20REALIDADE%20BRASILEIRA%20-%205.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

WOOD, Ellen Melksins. Capitalismo e democracia. 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1444.dir/cap18.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

XAVIER, Priscilla Oliveira. Análise de discurso da Cidade Maravilhosa. Disponível em: <https://www.academia.edu/25111283/An%C3%A1lise_de_discurso_da_Cidade_Maravilhosa>. Acesso em: 25 mai. 2017.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XI, n.2, p. 389-404, jul.-dez. 2008.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2004.

_____. George. O lugar da cultura no contexto pós-Onze de Setembro, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.63, p. 175-187, 2002. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1273>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

YUNUS BRASIL. Muhammad Yunus e os negócios sociais. In: SANTANA, Ana Lúcia J. de Mello; SOUZA, Leandro Marins de (orgs). *Empreendedorismo com foco em negócios sociais*. Curitiba: NITS UFPR, 2015, p. 113-138.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.